

A VITÓRIA DA VERDADE SOBRE O ERRO



TRUTH'S VICTORY OVER ERROR



DAVID DICKSON



BIBLIOTECA PACTUAL

DAVID DICKSON



PASTOR E TEÓLOGO DA REFORMA ESCOCESA



David Dickson viveu entre os séculos XVI e XVII. Foi pastor presbiteriano em Irvine e professor de teologia nas universidades de Glasgow e Edimburgo. Ligado ao movimento dos Covenanters, dedicou seu ministério à pregação, ao ensino das Escrituras e à formação de pastores.

Em *A Vitória da Verdade sobre o Erro*, suas lições sobre a Confissão de Fé de Westminster apresentam e defendem a doutrina reformada por meio de perguntas e respostas, fundamentadas na Palavra de Deus.



BIBLIOTECA PACTUAL

TRUTH'S VICTORY OVER ERROR

DAVID DICKSON

Edição de leitura em português brasileiro

APRESENTAÇÃO DESTA EDIÇÃO

Esta edição apresenta em português brasileiro Truth's Victory Over Error, de David Dickson. O trabalho editorial procurou preservar a estrutura da obra — capítulos, questões, respostas, argumentos e referências bíblicas — e conservar sua linguagem teológica e controversista, sem modernização doutrinária do texto.

A tradução foi realizada a partir de uma edição digital inglesa, com verificações de cobertura e fidelidade e, quando necessário, cotejo com testemunhos históricos publicados em 1684, 1764 e 1787. As intervenções textuais relevantes e as leituras incertas são assinaladas nas notas e no aparato editorial.

Para não interromper a leitura, a descrição detalhada do método de tradução, dos procedimentos de revisão e dos recursos de inteligência artificial empregados, bem como as fontes consultadas, encontra-se ao final deste volume.

Sumário

Apresentação desta edição

CAPÍTULO 01 — DA ESCRITURA SAGRADA

CAPÍTULO 02 — DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CAPÍTULO 03 — DOS DECRETOS ETERNOS DE DEUS

CAPÍTULO 04 — DA CRIAÇÃO

CAPÍTULO 05 — DA PROVIDÊNCIA

CAPÍTULO 06 — DA QUEDA DO HOMEM, DO PECADO E DO SEU CASTIGO

CAPÍTULO 07 — DA ALIANÇA DE DEUS COM O HOMEM

CAPÍTULO 08 — DE CRISTO, O MEDIADOR

CAPÍTULO 09 — DO LIVRE-ARBITRIO

CAPÍTULO 10 — DA VOCAÇÃO EFICAZ

CAPÍTULO 11 — DA JUSTIFICAÇÃO

CAPÍTULO 12 — DA ADOÇÃO

CAPÍTULO 13 — DA SANTIFICAÇÃO

CAPÍTULO 14 — DA FÉ SALVÍFICA

CAPÍTULO 15 — DO ARREPENDIMENTO

CAPÍTULO 16 — DAS BOAS OBRAS

CAPÍTULO 17 — DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

CAPÍTULO 18 — DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

CAPÍTULO 19 — DA LEI DE DEUS

CAPÍTULO 20 — DA LIBERDADE CRISTÃ E DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

CAPÍTULO 21 — DO CULTO RELIGIOSO E DO DIA DO SÁBADO

CAPÍTULO 22 — DOS JURAMENTOS E VOTOS LÍCITOS

CAPÍTULO 23 — DO MAGISTRADO CIVIL

CAPÍTULO 24 — DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO

CAPÍTULO 25 — DA IGREJA

CAPÍTULO 26 — DA COMUNHÃO DOS SANTOS

CAPÍTULO 27 — DOS SACRAMENTOS

CAPÍTULO 28 — DO BATISMO

CAPÍTULO 29 — DA CEIA DO SENHOR.

CAPÍTULO 30 — DAS CENSURAS ECLESIASTICAS.

CAPÍTULO 31 — DOS SÍNODOS E CONCÍLIOS.

CAPÍTULO 32 — DO ESTADO DOS HOMENS DEPOIS DA MORTE, E DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS.

CAPÍTULO 33 — DO JUÍZO FINAL.

Apêndice — Lista de heresias

Notas editoriais da edição-fonte

Aparato das principais emendas

Nota editorial sobre a tradução e o estabelecimento do texto

Fontes e obras de referência

DA ESCRITURA SAGRADA

QUESTÃO I.

“A luz da natureza e as obras da criação e da providência são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e de sua vontade que é necessário para a salvação?”

Não; 1 Cor. 1.21 e 1 Cor. 2.13,14.

Pois bem, não erram os socinianos, os quais sustentam que os homens que vivem segundo a lei e a luz da natureza podem ser salvos?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque ninguém pode ser salvo, a menos que seja nascido pela semente incorruptível da palavra, 1 Ped. 1.23.
2. Porque Cristo é o caminho, a verdade e a vida, e ninguém vem ao Pai senão pelo Filho, João 14.6.
3. Porque não há nenhum outro nome debaixo do céu, dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos, senão o nome de Jesus, Atos 4.12.
4. Porque os homens não podem crer em Cristo sem revelação sobrenatural e, portanto, não podem ser santificados; pois toda justificação, santificação e remissão dos pecados se dão pela graça de Deus e pela fé em Jesus Cristo, Rom. 3.24,25; Atos 26.18. Tampouco podem os homens ser salvos desse modo, a saber, vivendo segundo a luz da natureza, porque a salvação é prometida somente aos que creem em Cristo, Atos 16.31; João 3.16.
5. Porque todos os que não conhecem a Deus serão punidos eternamente, 2 Tess. 1.8. Mas os homens sem revelação sobrenatural não podem conhecer a Deus de modo salvífico, 1 Cor. 1.21; Mat. 11.27.
6. Os homens destituídos de revelação sobrenatural não podem conhecer sua própria corrupção e miséria pelo primeiro Adão, nem o remédio que é oferecido por Cristo, o segundo Adão. Estão sem Deus, sem esperança, sem as promessas, sem a Igreja e sem a aliança de Deus; e os mistérios da fé estão ocultos e são desconhecidos somente [allennarly] para os que perecem e estão perdidos. Ef. 2.11,12; Rom. 9.4; 2 Cor. 4.3; Mat. 13.11,12; Mat. 11.25-27.

QUESTÃO II.

“As Sagradas Escrituras são sumamente necessárias à Igreja?”

Sim; 2 Tím. 3.15; 2 Ped. 1.19.

Pois bem, não erra a Igreja papista, que afirma ser a verdadeira Igreja infalível ao ensinar e propor artigos de fé, tanto sem a Escritura quanto contra ela, e que suas tradições não escritas são de autoridade divina e igual à do cânon da Escritura?

Sim.

Não erram igualmente os libertinos e os quacres, ao afirmarem que Deus ensina e guia os eleitos a toda a verdade somente pelo instinto e pela luz do Espírito, sem palavra escrita alguma?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque as Escrituras são o fundamento sobre o qual a Igreja é edificada, Ef. 2.20.
2. Porque todas as coisas devem ser examinadas pela regra da Palavra, como fizeram os nobres bereanos, Atos 17.11,12.
3. Porque as tradições não escritas estão sujeitas e expostas a muitas corrupções, e logo e rapidamente são esquecidas.
4. Porque temos vida eterna nas Escrituras; portanto, elas devem ser necessárias à Igreja, João 5.39.
5. Porque as Escrituras são dadas para que o homem de Deus seja perfeito, plenamente preparado para todas as boas obras, 2 Tím. 3.16,17; e as Escrituras foram escritas para que os homens creiam, João 20.31.

QUESTÃO III.

“Cessaram agora esses antigos modos de Deus revelar sua vontade ao seu povo?”

Sim.

Pois bem, não erram os entusiastas e os quacres, os quais sustentam que o Senhor ainda não cessou de revelar sua vontade como fazia antigamente?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Deus, que em diversos tempos e de várias maneiras falou outrora aos pais pelos profetas, nestes últimos dias nos falou por seu Filho, Heb. 1.1,2. O apóstolo chama o tempo do Novo Testamento de últimos dias, porque, sob ele, não se deve

esperar mais nenhuma alteração; antes, todas as coisas devem permanecer sem acrescentar nem tirar, conforme foram ensinadas e ordenadas por Cristo, até o último dia. Veja também Joel 2.18¹; Atos 2.17. Os antigos modos e maneiras eram:

Primeiro, por inspiração. 2 Crôn. 15.1; Isa. 59.21; 2 Ped. 1.21.

Segundo, por visões. Núm. 12.6,8.

Terceiro, por sonhos. Jó 33.14,15; Gên. 40.8.

Quarto, por Urim e Tumim. Núm. 27.21; 1 Sam. 30.7,8.

Quinto, por sinais. Gên. 32.24; Êx. 13.21.

Sexto, por voz audível. Êx. 20.1; Gên. 22.15.

Todos eles terminam na escrita, Êx. 17.14², a qual é uma maneira sumamente segura e infalível de o Senhor revelar sua vontade ao seu povo.

QUESTÃO IV.

“Os livros do Antigo e do Novo Testamento estão compreendidos sob o nome de Escritura Sagrada e Palavra de Deus?”

Sim.

Pois bem, não erram os quacres, os quais sustentam que as Escrituras não devem ser chamadas Palavra de Deus?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Cristo diz: Se chamou deuses àqueles a quem veio a palavra de Deus, e a Escritura não pode ser anulada, João 10.35. Aqui é evidente que a Palavra de Deus e as Escrituras são a mesma coisa.
2. Porque as predições dos profetas são expressamente chamadas Palavra de Deus. Ora, no primeiro ano de Ciro, rei da Pérsia, para que se cumprisse a palavra do Senhor, dita pela boca de Jeremias, 2 Crôn. 36.22. Aqui vemos ser evidente que as profecias escritas de Jeremias, que são parte das Sagradas Escrituras, são chamadas Palavra de Deus.

1 A transcrição TCP de 1684 lê Joel 2.28. As transcrições OCR das edições de 1764 (p. 31) e 1787 (p. 27), assim como a edição inglesa moderna M, leem Joel 2.18. Atos 2.17 ecoa diretamente Joel 2.28. Conserva-se 2.18 no texto-base por ser a leitura comum às edições posteriores, mas assinala-se a variante de 1684 e o possível vínculo contextual com 2.28. As transcrições dessas duas páginas não foram verificadas visualmente nesta revisão de encerramento.

2 A transcrição TCP de 1684 lê Êx. 17.14; as transcrições OCR de 1764 e 1787 registram Êx. 17.17,14, forma também presente em M. Êxodo 17 não tem versículo 17. A edição de leitura conserva Êx. 17.14, seguindo 1684 e eliminando a referência impossível; a diferença entre testemunhos fica registrada.

3. Porque aquilo que Cristo chama mandamento de Deus, ele chama Palavra de Deus, Mar. 7.9,10, comparado com o v. 13.
4. Porque o apóstolo chama a espada do Espírito de Palavra de Deus. Essa espada é a espada do Espírito Santo, que ele, por assim dizer, põe em nossas mãos para resistirmos a Satanás contra todas as suas tentações, Ef. 6.17. Portanto, pela espada do Espírito deve-se entender a Escritura, e não o próprio Espírito, como afirmam alguns quacres. Isso também é evidente em Mat. 4, onde Cristo, sendo tentado pelo diabo com três tentações diferentes, resiste-lhe com três diferentes passagens da Escritura. E, sendo perguntado pelos fariseus por que seus discípulos arrancavam espigas no dia de sábado, respondeu pela Escritura, Mat. 12.1-4; ensinando-nos que as tentações de Satanás devem ser cuidadosamente respondidas, e isso pela Escritura, como o único meio de vencê-lo e a seus instrumentos.
5. Porque a Palavra de Deus é viva e poderosa, e mais cortante do que qualquer espada de dois gumes, Heb. 4.12. Isso não pode ser entendido como se referindo a Cristo, porque Paulo, em seus outros escritos, não chama a pessoa de Cristo por esse nome; portanto, deve ser entendido da palavra do evangelho, cujo poder é descrito em Rom. 1.16.
6. Veja as seguintes passagens da Escritura: Sal. 119.172; 1 Reis 16.12; 2 Reis 9.36 e 23.16; Isa. 28.13; Os. 1.1,2; Isa. 37.22; Prov. 30.5. Por Escritura, ou Palavra de Deus, não entendemos as meras letras, nem as diversas palavras escritas da Sagrada Escritura, que os adversários podem imaginar que chamamos Palavra de Deus. Estas são apenas os vasos que transportam e nos comunicam aquela luz celestial. Antes, entendemos por isso a doutrina ou vontade de Deus revelada às criaturas racionais, ensinando-lhes o que devem fazer, crer ou deixar de fazer, Deut. 29.29.

QUESTÃO V.

“As Escrituras são dadas por Deus para serem a regra de fé e de vida?”

Sim; Lucas 16.29,31; Ef. 2.20; Apoc. 22.18,19; 2 Tim. 3.16.

Pois bem, não erra a Igreja papista, que sustenta que suas tradições não escritas são a regra de fé?

Sim.

Não erram igualmente os entusiastas e os quacres, os quais sustentam que o Espírito interior, que ensina os eleitos, é a única regra de fé? E que os ditames da luz interior são de tão grande autoridade quanto as Escrituras?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque as Escrituras são chamadas regra, Gál. 6.16.
2. Porque nada deve ser acrescentado às Escrituras, Deut. 4.2 e 12.32; Prov. 30.6; Apoc. 22.19,20.
3. Porque devemos, nesta vida, seguir antes a Escritura do que uma voz pronunciada do céu, 2 Ped. 1.19,21.
4. Porque a Escritura foi escrita para que crêssemos, João 20.31.
5. Porque a Escritura é dada para tornar perfeito o homem de Deus, 2 Tim. 3.17.
6. Porque, em toda a religião, devemos recorrer à lei e ao testemunho, Isa. 8.20.
7. Porque o próprio Cristo remete às Escrituras a maior questão que jamais houve — se ele é ou não o Filho de Deus —, João 5.38,39. “Examinai as Escrituras”, diz ele, “pois elas testificam de mim”.
8. Porque o Espírito Santo jamais deu à sua própria Palavra uma designação tal como regra histórica e letra morta; nem a descreveu, como fazem alguns quacres, como não sendo a “principal fonte da verdade e do conhecimento, nem a primeira regra de fé e costumes”, mas apenas uma regra secundária [regula secundaria], subordinada ao Espírito, do qual, segundo afirmam, “as Sagradas Escrituras recebem todo o seu verdadeiro valor, excelência e certeza”. Ao passo que Paulo diz expressamente: A fé vem pelo ouvir, e o ouvir pela Palavra de Deus, Rom. 10.17³.
9. Porque os espíritos não podem ser conhecidos por nenhuma outra regra senão pela Palavra escrita. É certo que o diabo se transforma em anjo de luz, 2 Cor. 11.14. Há um espírito do mundo, 1 Cor. 2.12; um espírito que governa no coração dos filhos da desobediência, Ef. 2.2; há um espírito mentiroso, 1 Reis 22.22; e um espírito de erro e engano, 1 João 4.6. Como se poderá reconhecer que esses espíritos são tais, ou que o Espírito que os quacres nos impõem não é um deles, senão pela regra da Palavra?

QUESTÃO VI.

“Os livros comumente chamados Apócrifos são de inspiração divina?”

Não; Lucas 24.27,44; Rom. 3.2; 2 Ped. 1.21.

Pois bem, não erram os papistas, os quais afirmam que os livros chamados Apócrifos são de inspiração divina e de igual autoridade à Palavra indubitável?

Sim.

3 I, V, razão 8. A fonte inglesa e a REV10 anterior trazem Rom. 10.14. Adota-se Rom. 10.17: A frase sobre a fé vir pelo ouvir encontra-se em Romanos 10.17. Emenda editorial contextual; conserva-se a leitura recebida no aparato.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque nunca foram escritos na língua hebraica, nem por nenhum dos profetas.
2. Porque nunca são citados no Novo Testamento por Cristo ou por qualquer dos apóstolos, como o são os livros das Escrituras canônicas.
3. Porque contêm muitas doutrinas e histórias fabulosas e ímpias.

Tobias 5.12. O anjo diz que era Azarias, filho de Ananias. Isso foi uma mentira manifesta, que não pode ser atribuída a um bom anjo; portanto, o Espírito de Deus não ditou essa história.

Relata-se, Tobias 6.6,7,16,17, que o coração e o fígado de um peixe serviam para fazer um perfume a fim de afugentar o diabo, caso algum homem fosse atormentado por ele ou por algum espírito maligno. E diz o anjo, Tobias 12.15: Eu sou Rafael, um dos sete santos anjos que apresentam as orações dos santos. Isso é próprio somente de Cristo.

Porque o ato de Simeão e Levi, condenado por Jacó, agindo este pelo Espírito de Deus, Gên. 34.25, ao matarem os siquemitas, é elogiado por Judite, 9.2,3.

Porque se lê acerca de uma oferta pelos mortos, de orações e de reconciliação pelos mortos, para que fossem libertos do pecado, 2 Mac. 12.43-45. Veja que contradições aparecem ao se compararem 1 Mac. 6.8; 2 Mac. 15.16; 2 Mac. 9.5.

QUESTÃO VII.

“A autoridade da Sagrada Escritura, em virtude da qual ela deve ser crida e obedecida, depende do testemunho de algum homem ou igreja?”

Não; 2 Ped. 1.19,21; 2 Tím. 3.16; 1 Tess. 2.13.⁴

Pois bem, não erram os escritores papistas, os quais sustentam que a autoridade das Escrituras, quanto a nós, depende do testemunho da Igreja?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a Palavra deve ser recebida por nós não como palavra de homem, mas como Palavra de Deus, 1 Tess. 2.13.
2. Porque a doutrina de Cristo, que deve ser recebida pelos crentes, não depende do testemunho do homem, João 5.34.

⁴ Cap. I, questão VII, resposta: M e REV6 trazem “1 Tess. 1.13”. O capítulo 1 termina no versículo 10. O impresso de 1684 traz “1 Thes. 2.13”, que se refere a receber a pregação como palavra de Deus.

3. Porque somente Deus é verdadeiro e infalível, e todos os homens são mentirosos, Rom. 3.4; Heb. 6.18. Ele é de sabedoria incompreensível, Sal. 147.5; de grande bondade, Êx. 18.9; Rom. 11.12; Sal. 34.8; de poder e domínio absolutos, Gên. 17.1; Sal. 50.1,2; de verdade infalível, não podendo nem enganar nem ser enganado, Rom. 3.4; Tito 1.2; Heb. 6.18. Portanto, deve-se crer nele em todas as suas narrativas, promessas, ameaças e profecias, e obedecê-lo em todos os seus mandamentos, tão somente [allenarly] porque ele próprio assim o disse.

QUESTÃO VIII.

“Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a sua própria glória, para a salvação do homem, para a fé e para o amor, está expressamente exposto na Escritura ou pode, por boa e necessária consequência, ser deduzido dela?”

Sim; 2 Tím. 3.15; Gál. 1.8,9; 2 Tess. 2.2.

Pois bem, não erra a Igreja papista, que sustenta ser a Escritura uma regra imperfeita e, por isso, necessitar do complemento de tradições não escritas?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque toda a Escritura é dada para que o homem de Deus seja perfeito, plenamente preparado para todas as boas obras, 2 Tím. 3.16,17.
2. Porque o salmista diz expressamente: a lei do Senhor é perfeita, convertendo a alma, Sal. 19.7,8.
3. Porque nada deve ser acrescentado à Palavra de Deus, Deut. 4.2; Prov. 30.6. Portanto, as Escrituras devem ser uma regra completa e perfeita de fé, e não uma regra imperfeita, nem uma regra apenas em parte, como eles ensinam.

QUESTÃO IX.

“É legítimo argumentar, em artigos ou matérias de fé, por consequências naturalmente deduzidas da Escritura?”

Sim.

Pois bem, não erram os socinianos, quacres, anabatistas e arminianos, os quais sustentam que todas as matérias de fé são expostas expressamente, e com as próprias palavras, na Escritura, e que nenhuma matéria de fé, ao menos necessária à salvação, pode ser fundamentada em consequências extraídas das Escrituras?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o próprio Cristo prova, a partir da Escritura e por uma consequência, aquele ponto necessário da fé: a ressurreição dos mortos, Mat. 22.29,31,32. Ser o Deus de alguém é dar-lhe vida eterna, Sal. 33.12; Sal. 144.15. Daí se segue que aqueles patriarcas ainda viviam com Deus quanto às suas almas — o que esses saduceus também negavam, Atos 23.8 — e que também haviam de ressuscitar quanto aos seus corpos e viver eternamente; visto que ele é chamado Deus não apenas de uma parte deles, mas de suas pessoas por inteiro. E, nesse mesmo capítulo, vv. 43,45, Cristo prova sua divindade por consequência da Escritura, contra os fariseus.
2. Assim também Apolo, Atos 18.28, e Paulo, Atos 17.2-3, provam, a partir do Antigo Testamento, que Jesus é o Cristo. Mas no Antigo Testamento não se diz expressamente que ele é o Cristo. Aquilo que necessariamente decorre da Escritura, estando implicitamente contido nela e implicitamente revelado por Deus, não é infalivelmente verdadeiro?

QUESTÃO X.

“A iluminação interior do Espírito de Deus é necessária para o entendimento salvífico das coisas reveladas na Palavra?”

Sim; João 6.45; 1 Cor. 2.9-12.

Pois bem, não erram os socinianos e arminianos, os quais sustentam que os homens, sem a revelação do Espírito, são capazes de compreender as Escrituras para a sua salvação?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque os discípulos de Cristo não eram capazes de compreender a Escritura antes que ele lhes abrisse os olhos, Lucas 24.45.
2. Porque os judeus, até o dia de hoje, não podem compreender as Escrituras do Antigo Testamento até que o véu, pelo Espírito de Deus, seja removido, 2 Cor. 3.14,15,16,18.
3. Porque o salmista Davi busca de Deus que lhe abra os olhos, para que possa contemplar coisas maravilhosas em sua lei, Sal. 119.18.

QUESTÃO XI.

“Todas essas coisas que são necessárias conhecer, crer e observar para a salvação são tão claramente propostas e expostas, em algum lugar da Escritura ou em outro, que não somente os instruídos, mas também os não instruídos, mediante o devido uso dos meios ordinários, podem alcançar um entendimento suficiente delas para a sua salvação?”

Sim; Sal. 119.105,130.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que as coisas necessárias à salvação são expostas na Escritura de modo obscuro e sombrio, e que, sem o auxílio das tradições não escritas e da interpretação infalível da Igreja, as Escrituras não podem ser compreendidas?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a Palavra é lâmpada para os nossos pés e luz para os nossos caminhos, Sal. 119.105.
2. Porque a Escritura é uma luz que brilha em lugar escuro, 2 Ped. 1.19.
3. Porque a Escritura ilumina os olhos e torna sábio o simples, Sal. 19.7,8.

QUESTÃO XII.

“Não preservou o Senhor, por sua singular providência e cuidado, puros em todas as eras o Antigo Testamento em hebraico e o Novo Testamento em grego?”

Sim; Mat. 5.18.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que o Antigo Testamento em hebraico e o Novo Testamento em grego, que são as fontes, estão corrompidos, e que sua versão latina comum é autêntica?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Cristo diz: até que o céu e a terra passem, nem um jota nem um til de modo algum passará da lei, até que tudo se cumpra, Mat. 5.18.
2. Porque não se pode demonstrar nenhuma necessidade premente pela qual as fontes estejam corrompidas.
3. Se houvesse qualquer corrupção semelhante na Escritura, Cristo, seus apóstolos e os pais ortodoxos a teriam declarado.
4. Porque eles nunca demonstraram, nem podem demonstrar, quaisquer corrupções manifestas nas fontes, embora sejam apresentadas demonstrações claríssimas e inegáveis das corrupções de sua versão latina, que eles declaram autêntica.

QUESTÃO XIII.

“As línguas originais, a saber, o hebraico e o grego, devem ser traduzidas para a língua vulgar de cada nação à qual chegam?”

Sim.

Somos ordenados, no temor de Deus, a ler e examinar as Escrituras?

Sim; João 5.39; 1 Cor. 14.6,9,11,12,14,24,27,28.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que não há necessidade de traduzir as línguas originais, o hebraico e o grego, para a língua vulgar de cada nação à qual chegam, mas antes há nisso grande risco e perigo de erros e heresias?

Sim.

Não erram igualmente os mesmos papistas, que proíbem a leitura das Escrituras nas línguas vulgares?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque as Escrituras foram dadas há muito tempo aos judeus em sua própria língua vulgar, para que fossem lidas pública e privadamente por todos, Deut. 31.10-12; Deut. 11.18-20.
2. Porque o Novo Testamento foi escrito na língua grega, que naquele tempo era a mais geralmente conhecida entre todas as nações.
3. Porque Cristo ordena a todos, sem distinção, que examinem as Escrituras, João 5.39.
4. Porque os profetas e os apóstolos pregavam suas doutrinas aos povos e às nações em línguas que lhes eram conhecidas, Jer. 36.15,16; Atos 2.6.
5. Porque imediatamente após os tempos dos apóstolos já existiam muitas traduções.
6. Porque todas as coisas devem ser feitas na congregação para edificação, 1 Cor. 14.26; mas uma língua desconhecida não edifica.
7. Porque todos são ordenados a provar os espíritos, 1 Tess. 5.21; 1 Cor. 10.15.
8. Porque as Escrituras ensinam o caminho da vida, Prov. 2.9; Lucas 16.29; Atos 24.14.
9. Porque as Escrituras expõem o dever de cada homem em seu lugar e condição de vida, Deut. 17.18,19,20; Jos. 1.8; Sal. 119.24; 2 Crôn. 23.11.
10. Porque elas são os fundamentos da fé, Rom. 4.20; 2 Crôn. 20.20.
11. Porque elas são a epístola de Deus enviada à sua Igreja, Os. 8.12; Apoc. 2.1,8,12.
12. Porque elas são o seu Testamento, no qual podemos encontrar os legados que ele nos deixou, 2 Cor. 3.14,16; Heb. 10.16; João 14.16.
13. Porque elas são a espada do Espírito, Ef. 6.17.

14. Porque, quando recebidas e conhecidas, tornam o homem feliz, Sal. 119.97,98; Lucas 10.42; Lucas 16.29; Sal. 1.2; Apoc. 1.3.
15. Porque, quando as Escrituras são negligenciadas ou desprezadas, mergulham os homens em toda miséria, Heb. 2.3; Mat. 22.29; Sal. 50.16.

QUESTÃO XIV.

“Quando houver uma questão acerca do verdadeiro significado e do pleno sentido de alguma Escritura, devem eles ser conhecidos e investigados por meio de outras passagens que falem mais claramente?”

Sim; 2 Ped. 1.21; Atos 15.15,16.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que a Escritura não é intérprete suficiente de si mesma e que, quando o texto é duvidoso, seu sentido não pode ser colhido infalivelmente de outras passagens que falam mais claramente, mas somente das tradições magisteriais e das opiniões não escritas da Igreja de Roma?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque os nobres bereanos comparavam Escritura com Escritura para descobrir seu verdadeiro e seguro sentido, Atos 17.11.
2. Porque o apóstolo Paulo fez o mesmo, Atos 28.23.
3. Porque o mesmo foi feito pelo concílio dos apóstolos e presbíteros, Atos 15.15-17.

QUESTÃO XV.

“O Espírito Santo, falando na Escritura, é o juiz supremo pelo qual todas as controvérsias de religião são determinadas, e pelo qual devem ser examinados todos os decretos de concílios, opiniões de escritores antigos, doutrinas de homens e espíritos particulares, e em cuja sentença devemos repousar?”

Sim; Mat. 22.29,31; Ef. 2.20; Atos 28.25.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que a Igreja de Roma e o Papa são os juízes supremos de todas as controvérsias da fé, e que os decretos e determinações dele devem ser cridos sem exame e implicitamente aceitos por todos os crentes?

Sim.

Não erram igualmente os quacres, os quais sustentam que a luz interior, que ensina os eleitos, é o único juiz de todas as controvérsias da fé?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Deus ordena a todos os homens que, em matérias duvidosas, recorram à lei e ao testemunho, Isa. 8.20.
2. Porque todas as dúvidas em religião devem ser examinadas pela regra da Palavra, Atos 17.11; Gál. 6.16.
3. Porque Cristo e seus apóstolos sempre disputaram e argumentaram a partir das Escrituras contra os inimigos da verdade, Mat. 22.31; Gál. 3.13.
4. Porque a Igreja de Deus está fundada nos escritos dos profetas e apóstolos, Ef. 2.20.
5. Porque somos ordenados a provar todas as coisas e a provar os espíritos, 1 Tess. 5.21⁵; 1 João 4.1,6.

⁵ Cap. I, questão XV, razão 5: 1684 e o PDF moderno trazem 1 Tess. 5.2. A frase “provai todas as coisas” pertence a 1 Tess. 5.21; a alteração é uma emenda editorial.

DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

QUESTÃO I.

“Há um só Deus verdadeiro e vivo?”

Sim; Deut. 6.4; 1 Cor. 8.4,6; 1 Tess. 1.7.

Pois bem, não erram os triteístas [Trithetiae], os quais sustentam haver três Deuses numericamente distintos: o Pai, o Filho e o Espírito Santo?

Sim.

Não erram igualmente os maniqueus, os quais sustentam haver dois Deuses, diversos e opostos quanto à espécie, a saber: um bom, autor e causa de todas as coisas boas e das coisas imateriais, sendo o Deus do Novo Testamento; o outro mau, a saber, o diabo, autor e causa de todas as coisas más e das coisas materiais, sendo o Deus do Antigo Testamento?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque, embora se mencione na Escritura uma pluralidade de pessoas, contudo Deus é sempre um só, como é evidente no primeiro capítulo do Apocalipse e no último. Pois, se esse único Deus possui em si mesmo todas as perfeições, não pode haver perfeição alguma fora dele e, portanto, nenhum Deus além desse único Deus verdadeiro; porque, se houvesse, ele não seria Deus, por não ser infinito em perfeição. E, se Deus é infinito em perfeição, certamente não pode haver multiplicidade de deuses, visto que aquilo que é infinito, nesse respeito, não pode ser multiplicado.
2. Isso é evidente em Deut. 32.39, onde o Senhor fala de si mesmo: Eu, eu mesmo, sou ele, e não há Deus além de mim.
3. Porque Deus é onipotente e, portanto, não pode ser impedido por nenhum outro em sua operação, Apoc. 15.3.
4. Isso é evidente pelas palavras de Cristo ao jovem do Evangelho: ninguém é bom senão um, isto é, Deus.
5. Pelas palavras de Ana em seu cântico: Pois não há ninguém além de ti, ó Senhor, nem há rocha alguma além do nosso Deus.
6. Pelo testemunho do apóstolo, 1 Cor. 8.6: Para nós, diz ele, há um só Deus.

7. Pelo que Cristo disse a um dos escribas, a saber: O Senhor nosso Deus é um só Senhor, Mar. 12.29.
8. Porque Deus é um ser absolutamente supremo e perfeitíssimo e, assim, acima de todas as outras coisas, é uno, João 10.29; Sal. 145.3; 147.5.
9. Porque esse único Deus bendito é absolutamente suficiente e dotado de poder e sabedoria infinitos para a produção, conservação e governo de todas as coisas no céu e na terra.
10. Porque ele é, de todas as coisas fora de si mesmo, a causa primeira e suprema, da qual todas as criaturas, visíveis ou invisíveis, recebem sua origem e princípio.
11. Isso é evidente, por fim, pelos testemunhos dos pagãos mais sábios, os quais foram constrangidos a reconhecer um só Deus.

QUESTÃO II.

“Deus é infinito em ser e perfeição?”

Sim; Jó 11.7-9; 26.14.

Pois bem, não erram os vorstianos, socinianos e antropomorfistas, os quais sustentam que Deus é finito em ser e perfeição?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Deus tem o ser de si mesmo, e todas as coisas dependem dele; portanto, nada pode haver pelo qual ele seja limitado, Rom. 11.36.
2. Porque Deus está presente em toda parte, no céu e além dos céus, Jer. 23.24; Isa. 66.1.
3. Porque a Escritura afirma que a perfeição de Deus é suprema, imensurável, imutável e infinitamente grande, acima de todas as criaturas, Jó 11.7-9; Sal. 145.3; Jó 26.14.⁶

QUESTÃO III.

“O único Deus vivo e verdadeiro é um Espírito puríssimo, invisível, sem corpo nem partes?”

Sim; João 4.24; 1 Tim. 1.17; Deut. 4.15,16; Lucas 24.39.

⁶ Cap. II, questão II, razão 3: M e REV6 trazem “João 11.7-9; Sal. 115.3”. A transcrição de 1684 traz “Iob 11.7, 8, 9; Psal. 145.3”, passagens sobre a profundidade e grandeza inescrutável de Deus. A emenda restaura “Jó 11.7-9; Sal. 145.3”.

Pois bem, não erram os vorstianos, antropomorfitas e socinianos, os quais sustentam que Deus possui um corpo, é dotado de partes e tem figura e forma exteriores?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Deus é o Pai dos espíritos, Heb. 12.9.
2. Porque Deus é invisível, 1 Tim. 1.17.
3. Porque Deus não é semelhante a coisa corpórea alguma, nem pode ser representado por qualquer imagem ou semelhança corporal, Isa. 40.18; Atos 17.29.

QUESTÃO IV.

“Na unidade da Divindade há três pessoas, de uma só substância, poder e eternidade?”

Sim; 1 João 5.7; Mat. 3.16,17; Mat. 28.19; 2 Cor. 13.14.

Pois bem, não erram os arianos, os socinianos e outros, os quais negam a Divindade do Filho e do Espírito Santo?

Sim.

Não erram igualmente os triteístas [Trithetiae], os quais negam a unidade da essência divina?

Sim.

Em terceiro lugar, não erram os sabelianos, os quais negam a distinção real das pessoas?

Sim.

E, por fim, não erram os quacres, os quais sustentam que não há pessoas na Divindade?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Pelas passagens da Escritura já citadas.
2. Pela bênção apostólica, na qual as três pessoas da Divindade são expressamente invocadas, 2 Cor. 13.14.
3. Por 1 Cor. 12.4-6, onde as três pessoas são nomeadas: Espírito, Senhor e Deus. E por João 15.26: Mas, quando vier o Consolador, que eu vos enviarei da parte do Pai, o Espírito da verdade.

4. Porque há três que dão testemunho no céu: o Pai, o Filho e o Espírito Santo, 1 João 5.7. Estes três devem ser ou três pessoas ou três deuses. Esta última hipótese é o cúmulo da impossibilidade; portanto, devem ser três pessoas. Aqui eles são reduzidos ao silêncio e nada têm a responder. Tal é a força e o poder da verdade, capaz de fechar a boca dos maiores rebeldes contra a religião e a razão. Há, porém, bom fundamento para a palavra Pessoa, Heb. 1.3, onde se diz que Cristo é a imagem expressa ou impressão da pessoa do Pai. Pois a pessoa do Filho representa perfeitamente a pessoa do Pai, como uma impressão representa o selo; por isso ele também é chamado imagem do Deus invisível, Col. 1.15.

A palavra grega é hipóstase [hypostasis], substância ou pessoa, pela qual se entende a pessoa do Pai como distinta do Filho, subsistindo de si mesmo e em si mesmo, e sendo como que a origem da pessoa do Filho, por uma geração eterna e inefável. Que há três pessoas na Divindade é ainda mais evidente:

1. De todas as epístolas escritas às sete igrejas da Ásia. Pois, como se pode depreender de Apoc. 1.1, é o Pai quem envia, é o Filho quem dá a João a comissão, e é o Espírito Santo que, ao final, é mencionado como falando juntamente com eles.
2. Porque naquela epístola escrita a Tiatura há três distintamente nomeados: primeiro, o Pai e o Filho, nestas palavras: Estas coisas diz o Filho de Deus. Depois, no último versículo daquele segundo capítulo, é nomeado o Espírito: Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.
3. Porque, no início daquela epístola à igreja de Sardes, os três são colocados juntos: Estas coisas diz aquele (a saber, o Filho) que tem os sete Espíritos de Deus. Aqui Deus, isto é, o Pai, é distintamente considerado como outra pessoa. Os sete Espíritos são o Espírito Santo.
4. Porque essas três pessoas são distinguidas de modo pleníssimo e claríssimo no quinto capítulo. Primeiro, o Pai assentado no trono. Segundo, o Cordeiro, ou o Filho de Deus. E, terceiro, os sete Espíritos, ou o Espírito Santo, assim chamado por derramar seus dons sobre as igrejas de maneira tão abundante, como se fosse sete Espíritos, ou um Espírito sétuplo.

É também evidente que o Pai, o Filho e o Espírito são realmente distintos uns dos outros e são três pessoas. Com efeito, quanto à sua essência, que lhes é indivisivelmente comunicável, são um e o mesmo Deus; mas, considerados pessoalmente, diferem realmente, pois o Pai não é o Filho, nem aquele que está assentado no trono é o Cordeiro. Nem o Pai nem o Espírito se encarnaram, mas o Filho, que morreu e foi sepultado, o que não pode ser dito senão de uma pessoa. Não se pode dizer que o Pai morreu, nem que o Espírito morreu. Além disso, não é o Espírito Santo o Espírito de Deus, assim como o Filho é o Filho de Deus? E, se isto supõe uma personalidade realmente distinta, aquilo também deve supô-la. Ora, se o

Pai é Deus, o Filho é Deus e o Espírito é Deus, possuindo uma e a mesma natureza e essência divinas, indivisivelmente comunicadas a eles; e se, portanto, há um só Deus, e contudo esses três são realmente distintos, então devem ser pessoas distintas quanto às suas propriedades pessoais, visto que são pessoas e são distintos. O Filho, como foi dito, é chamado a imagem expressa da pessoa do Pai, o que mostra evidentemente que o Pai, considerado como distinto do Filho, é uma pessoa e subsiste. Se assim é, não deve também o Filho, como distinto do Pai e representando tão viva e expressamente a pessoa dele, ser uma pessoa, recebendo isso do Pai? O mesmo deve ser verdadeiro igualmente acerca do Espírito Santo, que é Deus igual a ambos e, contudo, diferente de ambos; pois aquele que procede do Pai e do Filho deve diferir do Pai e do Filho, assim como aquele que é gerado deve ser distinto daquele que o gerou.

Alguns quacres, seja por ignorância, seja perversamente, querem que a palavra hipóstase [hypostasis] seja traduzida por substância, como em Heb. 11.1, e assim leem Heb. 1.3: o caráter ou imagem da substância de Deus; o que, dizem eles, deve ser entendido de Cristo não simplesmente como Deus, mas como homem. Mas poderiam igualmente ter dito que significa “confiante” ou “confiança”, porque assim é traduzida em 2 Cor. 9.4 e 2 Cor. 11.17. Contudo, eles falam aqui de modo consequente com seus próprios princípios, pois, com efeito, negam a Trindade e toda distinção entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo, não apenas em palavras, mas de fato. O apóstolo, nessa passagem, está provando que Cristo, o Filho de Deus, é o Senhor e herdeiro de todas as coisas; porque Deus criou por meio dele os mundos; ele é o resplendor de sua glória, a imagem expressa de sua pessoa, e sustenta todas as coisas pela palavra de seu poder. Esses títulos são aqui dados ao Filho de Deus como Criador e Preservador de todas as coisas, o que lhe pertence somente segundo sua natureza divina. Portanto, esses títulos devem ser entendidos de Cristo enquanto ele é o eterno Filho de Deus e luz proveniente da luz eterna, de uma só essência e glória com o Pai; contudo, distinto da pessoa do Pai, por meio de quem o Pai executa suas operações e manifesta suas propriedades, assim como o sol resplandece por sua luz.

QUESTÃO V.

“O Filho de Deus é da mesma substância, poder e eternidade que o Pai?”

Sim; 1 João 5.20; Rom. 9.5; Isa. 9.6.

Pois bem, não erram os arianos, os quais sustentam que o Filho é uma criatura, produzida antes dos fundamentos do mundo?

Sim.

Não erram igualmente os socinianos, os quais sustentam que o Filho não teve existência alguma antes de ser concebido no ventre da Virgem Maria?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Pelas Escrituras acima citadas.
2. Porque o Filho é onipotente, Criador e Preservador de todas as coisas, Apoc. 1.18; Col. 1.16,17.
3. Porque ele é onisciente e perscrutador do coração, Mat. 9.3,4; João 2.25 e 21.17.

QUESTÃO VI.

“O Espírito Santo é Deus?”

Sim; Atos 5.3; 1 Cor. 6.19,20; 1 Cor. 3.16,17.

Pois bem, não erram os macedonianos, ou pneumatômacos, os arianos, socinianos e muitos dos anabatistas, os quais sustentam que o Espírito Santo é uma criatura, como fazem os macedonianos, ou um poder, virtude ou eficácia do Pai, como fazem muitos socinianos e outros?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o Espírito Santo deve ser adorado como Deus, Mat. 28.19; 2 Cor. 13.14; Apoc. 1.4.
2. Porque ele é onisciente e conhece todas as coisas, 1 Cor. 2.10,11.
3. Porque ele é onipotente, Criador e Preservador de todas as coisas, operador de milagres, e é ele quem santifica e justifica os crentes, Gên. 1.2; Sal. 33.6; Mat. 12.28. Compare Isa. 6.9 com Atos 28.25-27.
4. Porque se diz que Ananias mentiu ao Espírito Santo, Atos 5.3, e no v. 4 se diz que ele não mentiu aos homens, mas a Deus.
5. Porque se diz que os crentes são templo de Deus, 1 Cor. 3.16,17; e se diz, em 1 Cor. 6.19, que são templo do Espírito Santo. Portanto, o Espírito Santo é Deus, visto que ser templo de Deus e templo do Espírito Santo são a mesma coisa.
6. Porque não se pode propriamente pecar contra ninguém senão contra o verdadeiro Deus; portanto, o Espírito Santo é Deus, porque se diz que muitos pecaram contra o Espírito Santo, Mat. 12.31.

QUESTÃO VII.

“O Espírito Santo não procede eternamente do Pai e do Filho?”

Sim; João 15.26; Gál. 4.6.

Pois bem, não erra a Igreja Grega, a qual sustenta que o Espírito Santo procede somente do Pai?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque ele é enviado pelo Filho, João 15.26; Atos 2.33.
2. Porque todas as coisas que são do Filho são do Pai, exceto as propriedades pessoais pelas quais eles se distinguem; e todas as coisas são comunicadas do Pai ao Filho e, conseqüentemente, também o Espírito Santo, João 16.13-15; Mat. 11.27; João 17.10.
3. Porque Cristo deu o Espírito aos seus apóstolos, soprando sobre eles, João 20.22, para mostrar que ele procedia dele mesmo.
4. Porque ele é o Espírito do Filho não menos do que o Espírito do Pai, Gál. 4.6.
5. Porque, se o Espírito Santo não procedesse do Filho tão verdadeiramente quanto do Pai, ele não seria uma pessoa realmente distinta do Filho, o que é contrário a João 14.16,17.
6. Porque se diz, João 16.14: Ele me glorificará (a saber, por seu testemunho, dons e milagres), porque receberá do que é meu (isto é, a doutrina da salvação que eu vos ensinei, ele também vo-la revelará, visto que a receberá de mim) e vo-lo anunciará. E, em Rom. 8.9, ele é chamado Espírito tanto do Pai como do Filho. Diz-se: se alguém não tem o Espírito de Cristo; isto é, o mesmo Espírito que no versículo anterior é chamado Espírito de Deus, a saber, do Pai, e aqui também é chamado Espírito de Cristo, porque também procede de Cristo e é obtido para nós por Cristo, João 14.26 e 16.7.

DOS DECRETOS ETERNOS DE DEUS

QUESTÃO I.

“Deus, desde toda a eternidade, pelo santíssimo e sábio conselho de sua vontade, ordenou, livre e imutavelmente, tudo quanto vem a acontecer?”

Sim; Ef. 1.11; Rom. 11.33; Heb. 6.17; Rom. 9.15,18.

Pois bem, não erram os socinianos, arminianos e jesuítas, os quais sustentam que as coisas que vêm a ocorrer no tempo sucedem e acontecem sem o decreto de Deus?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Pelo conhecimento de Deus, pelo qual, desde toda a eternidade, ele conheceu infalivelmente todas as coisas que acontecem ou hão de acontecer no tempo, Atos 15.18; João 21.17; Heb. 4.13. Mas todas as coisas que acontecem no tempo não poderiam ter sido infalivelmente conhecidas desde a eternidade senão no decreto de sua vontade divina.
2. Pelo modo natural de Deus operar no tempo, 1 Cor. 12.6; Rom. 11.36. Daí é evidente que Deus opera eficaz e imediatamente, no tempo, todas as coisas que são feitas; mas ele opera por sua vontade aquelas coisas que quer que existam no tempo (daquele modo e naquele tempo, como e quando vêm a acontecer), Sal. 115.3. Contudo, esse ato de querer não pode sobrevir a Deus no tempo, mas esteve nele desde toda a eternidade, porque Deus é imutável, Tiago 1.17.
3. Pela enumeração de diversos casos acerca dos quais a Escritura afirma particularmente terem sido decretados por Deus, como os sofrimentos e a morte de Cristo, Atos 2.23; a glória daqueles que hão de ser salvos, Ef. 1.4,5; 1 Tess. 5.9; e a pré-ordenação dos restantes à condenação, para serem punidos por seu pecado, Judas, vv. 4,5. O mesmo pode ser dito das outras coisas que acontecem no tempo; veja Sal. 33.11 e 115.3; Isa. 46.10; Prov. 19.21. Que a liberdade e o livre exercício da vontade, bem como a contingência dos acontecimentos, são compatíveis com o decreto, é claro em Atos 2.23; 3.17,18; 4.27,28; Gên. 45.5.

QUESTÃO II.

“O decreto da predestinação (a saber, o decreto de eleição e reprobção) é absoluto, decorrendo unicamente do beneplácito e agrado de Deus?”

Sim.

E é ele particular, concernente a certo número de pessoas?

Sim; 2 Tim. 2.19; João 13.18.

Pois bem, não erram os luteranos e arminianos, os quais sustentam que o decreto da predestinação é geral e condicional, dependendo da fé perseverante (que eles afirmam depender da vontade do homem) e da infidelidade e falta de fé previstas?

Sim.

Não erram igualmente os papistas e socinianos, os quais sustentam que o decreto da predestinação é geral e depende de boas e más obras, juntamente com a perseverança nelas?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Pelo apóstolo Paulo, que faz do beneplácito e agrado de Deus a única causa pela qual este homem é escolhido e outro, igualmente digno, é rejeitado e lançado fora, Rom. 9.11-15. Ali ele levanta uma objeção contra a justiça de Deus e a responde.
2. Porque nosso bendito Salvador atribui ao beneplácito e agrado de Deus o fato de que a alguns sejam revelados, para sua conversão, os mistérios da fé, enquanto são ocultados de muitos outros, que em nada são piores e, em alguns aspectos, são melhores, Mat. 11.25,26.
3. Porque o homem, de si mesmo, não possui coisa boa alguma pela qual possa distinguir-se de outro, senão aquilo que recebeu gratuitamente de Deus, 1 Cor. 4.7.
4. Porque a graça da regeneração, a fé justificadora, a vocação eficaz e a perseverança até o fim são dadas a todos os eleitos, e somente a eles, segundo o decreto eterno de Deus; e, portanto, são efeitos, não causas nem condições previamente requeridas da eleição, Rom. 8.39; Atos 13.48; Mat. 24.24; 2 Tim. 1.9; João 15.16; Ef. 1.3-5; Mat. 13.11; Rom. 9.6,7.

QUESTÃO III.

“Aprove a Deus, segundo o insondável conselho de sua própria vontade, pelo qual ele estende ou retém misericórdia conforme lhe apraz, para a glória de seu soberano poder sobre suas criaturas, preterir e ordenar o restante da humanidade à desonra e à ira por seu pecado, para louvor de sua gloriosa justiça?”

Sim; Rom. 9.17,18,21,22; Judas, vv. 4,5; Mat. 11.25,26; 2 Tim. 2.19,20.

Pois bem, não erram muitos dos quacres e outros, os quais sustentam que Deus jamais ordenou homem algum para perecer eternamente?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Cristo agradeceu a seu Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultara essas coisas aos sábios e prudentes e as revelara aos pequeninos, Mat. 11.25,26.
2. Porque a Escritura diz a Faraó: Para este mesmo propósito te levantei, para mostrar em ti o meu poder e para que o meu nome seja anunciado por toda a terra. Portanto, ele tem misericórdia de quem quer ter misericórdia e endurece a quem quer. Não tem o oleiro poder sobre o barro, para da mesma massa fazer um vaso para honra e outro para desonra? E que diremos se Deus, querendo mostrar sua ira e tornar conhecido o seu poder, suportou com muita longanimidade os vasos de ira preparados para a destruição? Rom. 9.17,18,21,22.
3. Porque numa grande casa há alguns vasos para honra e outros para desonra, 2 Tim. 2.19,20.
4. Porque o apóstolo Judas diz que há alguns que desde antigamente foram ordenados para esta condenação, homens ímpios. Note-se que a causa dessa reprovação não é o pecado do homem, mas a vontade absoluta e o beneplácito de Deus. O pecado do homem é, de fato, a causa pela qual Deus o punirá, mas não é ocasião pela qual ele tenha ordenado preterir ou punir o homem. Esse decreto é justo, porque Deus tem poder sobre o homem, assim como o oleiro tem poder sobre o barro. Tampouco o fim desse decreto é a condenação da criatura, mas a manifestação da justiça de Deus. Por fim, o pecado é efeito do livre-arbítrio do homem, e a condenação é efeito da justiça; mas o decreto de Deus não é causa de nenhum dos dois.

QUESTÃO IV.

“Há quaisquer outros, além dos eleitos somente, que sejam redimidos por Cristo, eficazmente chamados, justificados, adotados, santificados e salvos?”

Não; João 17.9; Rom. 8.28; João 6.64,65; João 10.26; João 8.47; 1 João 2.19.

Pois bem, não erram os papistas, quacres, socinianos e arminianos, os quais sustentam que todos os homens, até mesmo os réprobos, são redimidos por Cristo, e que muitos réprobos são eficazmente chamados, justificados e adotados?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Pela cadeia de ouro que não pode ser desatada, mencionada pelo apóstolo Paulo, Rom. 8.30: Aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou.
2. Porque aqueles, e somente aqueles, creem a quem Deus ordenou para a vida eterna, Atos 13.48; Tito 1.1.
3. Porque o próprio Cristo assim diz aos judeus: Vós não credes, porque não sois das minhas ovelhas. Minhas ovelhas ouvem a minha voz, e eu as conheço, João 10.26-28. Não sois das minhas ovelhas, isto é, dos eleitos que o Pai me deu.
4. Porque Cristo não quis orar pelo mundo, mas somente pelos eleitos, João 17.9.
5. Porque a eleição, ou os eleitos, a obtiveram, e os demais foram cegados, a saber, os que não são eleitos nem eficazmente chamados, Rom. 11.7.
6. Porque Cristo diz: Ninguém tem maior amor do que este: dar alguém a sua vida pelos seus amigos. Tal amor ele jamais teve pelos réprobos, dos quais declara nunca tê-los conhecido, João 15.13, com Mat. 7.23.
7. Porque, segundo a Escritura, Cristo morreu somente por suas próprias ovelhas, a saber, intencional e eficazmente, João 10.15.
8. Porque a Escritura frequentemente diz que Cristo morreu por muitos, Mat. 26.28; Mat. 20.28.
9. Porque há muitos que viveram sob o evangelho, assim como houve os que viveram sob a lei, que nem sequer foram exteriormente chamados, não sendo em nada piores do que outros que são chamados.
10. Porque a todos e a cada um não é oferecida a graça da regeneração, que é simplesmente necessária para a salvação; nem todos e cada um recebem remissão e perdão de seus pecados, Ef. 1.7; Col. 1.14; Deut. 29.3; Mat. 11.25,28, com Mat. 13.11.
11. Porque a graça da regeneração é invencível e, por sua própria natureza, sempre eficaz e poderosa, Ezeq. 11.19,20; Ef. 2.1,5; Ef. 1.19.
12. Porque a graça da regeneração jamais pode ser perdida, nem decair total ou finalmente, 1 Ped. 1.5; 1 João 3.9. Todos os que são chamados e justificados são também glorificados, Rom. 8.30.

CAPÍTULO 04

DA CRIAÇÃO

QUESTÃO I.

“Deus criou, ou fez do nada, o mundo e todas as coisas nele contidas?”

Sim; Gênesis, primeiro capítulo até o fim; Heb. 11.3; Col. 1.16; Atos 17.24.

Pois bem, não erram os socinianos e outros hereges, juntamente com muitos dos antigos filósofos pagãos, os quais sustentam que o mundo foi feito de alguma matéria preexistente, não suscetível de produção, e, conseqüentemente, que a criação, ou fazer algo do nada, é simplesmente impossível?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Pelo testemunho de Moisés, Gênesis, primeiro capítulo.
2. Pelo testemunho de Isaías, Isa. 40.28 e 45.18.
3. Pelo testemunho do autor de Hebreus, Heb. 11.3; Col. 1.16,17; Rom. 11.36.
4. Porque a Escritura atribui somente a Deus a eternidade e a incorruptibilidade, Sal. 102.26,27; Gên. 21.33; 1 Tim. 1.17.

Relata-se acerca de Socino, por um homem muito erudito que o soube de um de seus discípulos, que ele negava em particular que o mundo tivesse sido feito do nada, para que não fosse, por isso, obrigado a reconhecer a infinitude do poder de Deus; opinião que depois foi mais publicamente confessada e sustentada por alguns de seus seguidores.

QUESTÃO II.

“Deus criou todas as coisas, visíveis e invisíveis?”

Sim; Col. 1.16; Atos 17.24.

Pois bem, não erram alguns hereges, os quais sustentam que os anjos não foram criados por Deus?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Pelo salmista Davi, Sal. 33.6 e 148.2,5,6; Col. 1.16; Rom. 11.36; Neem. 9.6.

2. Porque eles são servos e filhos de Deus, irmãos e conservos conosco, dispostos e prontos a obedecer aos mandamentos de Deus, seu Criador, Apoc. 19.10; Apoc. 22.9; Sal. 104.4.
3. Porque muitos dos anjos abandonaram sua primeira habitação e não permaneceram na verdade, e assim apostataram da obediência a seu Criador; e estão reservados em cadeias eternas, sob trevas, para o juízo do grande dia, Judas, v. 6; 2 Ped. 2.4; Mat. 25.41; João 8.48.

QUESTÃO III.

“Deus fez o homem, macho e fêmea, com almas racionais e imortais?”

Sim; Gên. 1.27; 2.7; Ecl. 12.7; Lucas 23.43; Mat. 10.28.

Pois bem, não erram os saduceus e epicureus, os quais afirmam que as almas dos homens são extintas ou apagadas até a ressurreição, e então trazidas novamente à vida?

Sim.

Não erram igualmente os anabatistas, muitos dos arminianos e alguns chamados árabes, os quais sustentam que as almas dos homens, depois da morte e até a ressurreição, adormecem (isto é, ficam sem qualquer sensação ou movimento, pensamento ou operação vital), quer estejam em seus corpos, quer em algumas cavernas da terra?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Pelas palavras de nosso bendito Senhor e Salvador: Não temais, diz ele, os que matam o corpo, mas não podem matar a alma, Mat. 10.28.
2. Pelo testemunho de Salomão: então o pó tornará à terra, como era, e o espírito voltará a Deus, que o deu, Ecl. 12.7.
3. Porque Paulo desejava partir, confiando que sua alma, depois da morte, teria comunhão mais próxima com Cristo, Fil. 1.23.
4. Devem ser refutados por vários casos particulares da Escritura, como é claro pelas almas de Dives e Lázaro, Lucas 16.22; por estas palavras de Cristo ao ladrão: Em verdade te digo que hoje estarás comigo no Paraíso, Lucas 23.43; e pela aparição de Moisés e Elias no monte com Cristo, Mat. 17.3.

QUESTÃO IV.

“Deus criou o homem, macho e fêmea, com justiça e verdadeira santidade, segundo sua própria imagem, sendo estas conaturais a ele?”

Sim; Gên. 1.26; Col. 3.10; Ef. 4.24.

Pois bem, não erram os socinianos, que negam isso, e os arminianos, que chamam essa justiça de sobrenatural?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Por estas palavras proferidas pelo próprio Deus: Façamos o homem à nossa própria imagem, Gên. 1.26,27.
2. Pelo próprio testemunho de Deus, afirmando a mesma coisa, Gên. 9.6.
3. Porque, antes da queda, tanto Adão como Eva andavam nus e não se envergonhavam, Gên. 2.25.

CAPÍTULO 05

DA PROVIDÊNCIA

QUESTÃO I.

“Deus sustenta, dirige, dispõe e governa todas as criaturas, suas ações e todas as coisas, desde as maiores até mesmo as menores?”

Sim; Heb. 1.3; Dan. 4.34,35; Sal. 135.6; Atos 17.25,26,28; Jó, capítulos 38,39,40,41.

Pois bem, não erram os socinianos, arminianos e o grande filósofo Darandus, juntamente com outros chamados epicureus, os quais negam que Deus preserve imediatamente todas as coisas; que seja a causa imediata de todas as coisas que acontecem; que governe todas as coisas contingentes, os atos livres da vontade do homem e as ações más?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque é Deus quem opera tudo em todos, 1 Cor. 12.5,6.
2. Porque ele opera todas as coisas segundo o conselho de sua própria vontade, Ef. 1.11.
3. Porque dele, por ele e para ele são todas as coisas, Rom. 11.36.

QUESTÃO II.

“Manifestam-se o poder onipotente, a sabedoria insondável e a bondade infinita de Deus de tal modo em sua providência que esta se estende até à primeira queda e a todos os demais pecados de anjos e homens, e não por uma mera permissão, mas por uma permissão à qual se associam uma sapientíssima e poderosíssima limitação, bem como o ordenamento e governo deles, numa múltipla dispensação, para os seus próprios santos fins?”

Sim; Rom. 11.32-34; 2 Sam. 24.1; 1 Reis 21.22,23; 1 Crôn. 10.4,13,14; 2 Sam. 16.10; Atos 14.16; Sal. 76.10; 2 Reis 19.28; Gên. 50.20.

Pois bem, não erram os luteranos, papistas, arminianos e socinianos, os quais sustentam que o Senhor concorre para as ações pecaminosas somente por uma permissão mera, nua e ociosa?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a Escritura diz que Deus cega os olhos deles e endurece o coração deles, ativa e judicialmente, João 12.40; Êx. 7.3; Deut. 2.30; Rom. 9.18.
2. Porque se diz que Deus pune um pecado com outro, Rom. 1.24,26,28; 2 Tess. 2.12.
3. Pela prática de Jó e Davi, os quais, quando foram afligidos e perseguidos, olharam para Deus e suportaram isso pacientemente, Jó 1.21.

QUESTÃO III.

“A pecaminosidade da ação procede somente da criatura, e não de Deus?”

Respondo: somente da criatura, Tiago 1.13,14,17; 1 João 2.16; Sal. 50.21.

Pois bem, não erram os libertinos, os quais afirmam — seja dito sem blasfêmia — que Deus é o autor e a causa de todo pecado?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Pelo testemunho de Davi, Sal. 5.4.
2. Pelo testemunho de Moisés, Deut. 32.4.
3. Pelo testemunho de Daniel, Dan. 9.14.
4. Pelo testemunho de Tiago, Tiago 1.13.
5. Pelo testemunho de João, 1 João 2.16 e 1.5.
6. Pelo testemunho de Paulo, Rom. 3.3-5.
7. Pelo testemunho de Habacuque, Hab. 1.13.

Pela razão:

(1) Porque Deus é, no mais alto grau, essencial e infinitamente santo e bom e, portanto, puro e livre de toda mancha e mácula, Isa. 6.3; Sal. 78.41; 1 Ped. 1.15,16; Lev. 11.44.

(2) Porque Deus é absolutamente perfeito e, portanto, não pode falhar nem ser deficiente em sua operação.

(3) Porque Deus é o Juiz do mundo. Ele proíbe, odeia e vinga todo pecado e injustiça, por serem contrários à sua santa natureza e lei, Êx. 20; Rom. 3.5,9; Gên. 18.25; Rom. 1.17; Sal. 5.4.

(4) Porque, por seu próprio domínio absolutamente supremo, soberania e perfeição infinita, ele é, em si mesmo e por si mesmo, superior a toda e qualquer lei e não está sob o comando de ninguém no céu nem na terra.

DA QUEDA DO HOMEM, DO PECADO E DO SEU CASTIGO

QUESTÃO I.

“É imputada a culpa do pecado de nossos primeiros pais, e são a mesma morte no pecado e a natureza corrompida transmitidas a toda a sua posteridade, que deles descende por geração ordinária?”

Sim; Rom. 5.12,15-20; 1 Cor. 15.21,22,45,49; Sal. 51.5; Gên. 5.3; Jó 14.4 e 15.14.

Pois bem, não erram os pelagianos, os anabatistas posteriores, os quacres e os socinianos, os quais negam o pecado original inerente?

Sim.

Não erram igualmente os dominicanos, franciscanos e jesuítas, os quais sustentam que a Virgem Maria não foi concebida em pecado original?

Sim.

Por fim, não erra certo chefe dos quacres, o qual sustenta que esse pecado original não é imputado aos infantes até que, por pecado atual, eles se unam a ele?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Por aquela conhecida passagem da Escritura, Romanos 5, que é a própria sede e fundamento desta doutrina do pecado original.
2. Porque, se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus, João 3.3.
3. Porque todos os homens, por natureza e nascimento, são filhos da ira, Ef. 2.3.
4. Porque tudo o que nasce da carne é carnal, João 3.6. E quem pode tirar coisa pura de uma impura? Ninguém, Jó 14.4 e 15.14.
5. Porque todos os pensamentos e imaginações do coração do homem — isto é, do homem natural e não regenerado — são continuamente maus, Gên. 6.5.
6. Porque Davi confessa que foi formado em iniquidade e que em pecado sua mãe o concebeu, Sal. 51.5.
7. Porque os infantes, que não são culpados de transgressão atual alguma, necessitam de um remédio contra o pecado, a saber, absolvição pelo sangue de

Cristo; e, segundo a instituição de Deus sob a lei, foi dado aos infantes um selo disso, a saber, a circuncisão, à qual sucede o batismo sob o evangelho, Deut. 30.6; Rom. 2.29; Atos 22.16; Mar. 1.4; Col. 2.12; Gên. 17.12; Mat. 28.19.

8. Porque todos os eleitos, entre os quais há infantes, Mat. 18.6; Mar. 9.42, são redimidos por Cristo e libertos da escravidão, da culpa e do castigo penal, João 1.29 e 10.15; 1 Tim. 2.6.
9. Porque os infantes estão sujeitos à morte e a outras misérias e calamidades, que são o salário e os castigos do pecado, Rom. 6.23; Gên. 3.19.

QUESTÃO II.

“É essa corrupção da natureza, embora perdoada e, em certa medida, mortificada por Cristo nos regenerados, ela própria, juntamente com todos os seus impulsos, verdadeira e propriamente pecado?”

Sim; Rom. 7.5,7,8,25; Gál. 5.17.

Pois bem, não erram os papistas, socinianos e arminianos, os quais sustentam que a concupiscência ou cobiça, e seus primeiros movimentos, que não obtiveram o consentimento da vontade, não são própria e verdadeiramente pecado?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque são proibidos pela lei moral e natural, no décimo mandamento, Êx. 20.17; Deut. 5.21; Rom. 7.7.
2. Porque Paulo, falando de si mesmo enquanto não regenerado, chama repetidas vezes de pecado e mal a concupiscência e a cobiça, acerca das quais versa a controvérsia, Rom. 7.5,6.
3. Porque elas constituem grande parte do velho homem, que ele deve despir e mortificar, Col. 3.5,6,7; Ef. 4.22.

QUESTÃO III.

“Todo pecado, tanto original quanto atual, sendo transgressão da justa lei de Deus e contrário a ela, traz por sua própria natureza culpa sobre o pecador, pela qual ele fica sujeito à ira de Deus e à maldição da lei, e se torna sujeito à morte, com todas as misérias espirituais, temporais e eternas?”

Sim; 1 João 3.4; Rom. 2.15 e 4.9,19; Ef. 2.3; Gál. 3.10; Rom. 6.23; Ef. 4.18; Rom. 8.20; Lam. 3.39; Mat. 25.41; 2 Tess. 1.9.

Pois bem, não erram muitos dos papistas, os quais sustentam que nem todos os pecados são contrários à lei de Deus nem transgressões dela?

Sim.

Não erram todos os papistas, os quais negam que todo pecado seja mortal ou mereça punição eterna?

Sim.

Por fim, não erram os socinianos, os quais negam que qualquer pecado possa merecer punição eterna?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque todos os pecados merecem morte eterna, Rom. 6.23; Ezeq. 18.4; Rom. 8.6,13.
2. Porque todo pecado é transgressão da lei, 1 João 3.4.
3. Porque quem guardar toda a lei e, contudo, tropeçar em um só ponto é culpado de todos, Tiago 2.10,11; e, portanto, merece punição eterna.
4. Porque aqueles pecados de fraqueza e ignorância aos quais os santos estão sujeitos, e que os papistas chamam pecados veniais, não lhes permitirão permanecer em juízo diante de Deus, nem podem os santos ser justificados desses pecados senão pela fé; e, portanto, em estrita justiça, eles merecem e são dignos do inferno, Sal. 143.2 e 130.3,4,8.
5. Porque Deus ordenou aos crentes sob a lei que oferecessem sacrifícios típicos para fazer propiciação por tais pecados; e Cristo realmente os purificou por seu próprio sangue precioso; pois por preço menor não poderiam eles ser purificados, tendo ele sido feito maldição por eles, para que libertasse da maldição da lei aqueles que a haviam merecido por tais pecados, assim como pelos demais, Lev. 4.2,3,14,15,20,22,24,31; Lev. 5.17,18; Gál. 3.13; Heb. 10.10,12,14; Heb. 9.14,22; 1 João 1.7,9; Ef. 5.25,26,27; 1 Ped. 1.18,19.
6. Porque todo pecado é contra o supremo Legislador, contra sua santidade e bondade, contra sua majestade infinita, e procede de um desprezo formal ou virtual de Deus; e, portanto, o menor pecado não pode deixar de merecer eternamente a ira e a maldição de Deus, Tiago 2.10,11; Lev. 10.3 e 11.44,45; 1 João 3.4; Ef. 5.6.

DA ALIANÇA DE DEUS COM O HOMEM

QUESTÃO I.

“Todos esses sacrifícios e outros tipos e ordenanças, pelos quais a aliança da graça era administrada antes da encarnação de nosso Salvador, prefiguravam e prenunciavam o Cristo vindouro?”

Sim; Hebreus, capítulos 8–10; Rom. 4.11; Col. 2.11,12; 1 Cor. 5.7.

Pois bem, não erram os socinianos, os quais sustentam que os sacrifícios legais não prenunciavam o sacrifício expiatório de Cristo, nem eram tipos ou figuras dele; mas que aqueles sacrifícios que os judeus ofereciam pelo pecado realmente e, de fato, purificavam todos os pecados pelos quais eram oferecidos?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

Há aqui duas partes a considerar: primeiro, a negativa: “Que os sacrifícios legais não prenunciavam”. A segunda, a afirmativa: “Que eles verdadeiramente faziam expiação e propiciação reais”. A primeira é evidentemente refutada pelos testemunhos da Escritura; pois a lei, tendo a sombra dos bens futuros, e não a própria imagem das coisas, jamais pode, com aqueles sacrifícios que continuamente ofereciam de ano em ano, aperfeiçoar os que deles se aproximam, Heb. 10.4. O apóstolo chama aqui esses sacrifícios legais de sombra; e, em Heb. 9.9, chama-os de figura; e, no v. 24, chama-os [antitypa toon alethinoon], [exemplaria verorum], “figuras das coisas verdadeiras”; e, em Col. 2.17, chama-os sombra das coisas futuras, mas o corpo é de Cristo, o que nada mais significa senão que a coisa significada pertence a Cristo, isto é, é cumprida em Cristo. Pois todas as sombras do Antigo Testamento tinham relação com Cristo e seus benefícios; e, com sua vinda, também chegam ao fim. E em João 1.17 diz-se que a lei foi dada por Moisés, mas a graça e a verdade vieram por Jesus Cristo. Por graça, entenda-se a graça da redenção da maldição da lei, Gál. 3.13, e da adoção como filhos, João 1.12; Rom. 8.15. Por verdade, entenda-se o cumprimento tanto das promessas, 2 Cor. 1.20, como das cerimônias e tipos, Col. 2.17. Por essa razão, os apóstolos sempre insistiram na ab-rogação dos ritos e cerimônias legais; porque, tendo sido exibida a verdade pela vinda do antítipo, as sombras do tipo deviam justamente cessar e não mais existir, segundo Daniel, capítulo 9, versículo 27.

A segunda parte é igualmente refutada de modo evidente, a saber: que os sacrifícios legais verdadeiramente e realmente purificavam todos os pecados pelos quais eram oferecidos.

1. Porque o apóstolo diz que o sangue de touros e de bodes não pode tirar o pecado, Heb. 10.4.
2. Porque esses sacrifícios não eram capazes de tornar perfeito aquele que prestava o serviço, Heb. 9.9.
3. Porque esses sacrifícios legais deixavam não expiados os pecados daqueles que os ofereciam, até serem purificados pela morte e pelo sangue de Cristo, Heb. 9.15.
4. Porque os pecados dos crentes sob o Antigo Testamento eram perdoados e remidos da mesma maneira que os nossos pecados sob o Novo Testamento são perdoados, Atos 15.11.

QUESTÃO II.

“A administração da aliança sob o Antigo Testamento era suficiente para aquele tempo e eficaz, mediante a operação do Espírito, para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por meio de quem tinham plena remissão dos pecados e salvação eterna?”

Sim; 1 Cor. 10.1,3,4; Heb. 11.13; João 8.56.

Pois bem, não erram os socinianos, os quais sustentam que a vida eterna, sob o Antigo Testamento, jamais foi prometida aos crentes daquele tempo, nem tinham eles promessa alguma para esperá-la de Deus?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque existem no Antigo Testamento promessas de vida eterna, Isa. 45.17, onde se diz: Israel será salvo com salvação eterna; veja Dan. 12.2.
2. Porque os pais sob o Antigo Testamento criam e esperavam a vida eterna, como Jó, Jó 19.25,26; Davi, Sal. 17.15; Abraão, Isaque e Jacó: todos estes aguardavam a vida eterna, Heb. 11.9,10.
3. Porque alguns naquele tempo foram colocados em posse efetiva dela, como Enoque, Heb. 11.5; assim também Elias foi levado ao céu e colocado igualmente em posse efetiva, 2 Reis 2.11,5.
4. Porque as Escrituras do Antigo Testamento apontam o caminho para a vida eterna, como testemunha Cristo, João 5.39, e Paulo, 2 Tim. 3.15.
5. Porque os crentes sob o Antigo Testamento eram sumamente felizes, Sal. 144.15.

6. Porque os bens temporais eram para eles penhores dos bens espirituais e da vida eterna, Heb. 11.8,9.

QUESTÃO III.

“São as duas alianças da graça diferentes em substância, ou são apenas uma e a mesma sob diversas dispensações?”

Uma somente; Gál. 3.14,16; Atos 15.11; Rom. 3.21,22,23,30; Rom. 4.3,6,16,17,23,24; Heb. 13.8.

Pois bem, não erram os socinianos, os quais sustentam uma diferença substancial, e não accidental, entre a antiga aliança e a nova?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque em ambas as alianças há a mesma promessa da graça, concernente à remissão do pecado e à vida eterna, a serem gratuitamente concedidas aos crentes por causa de Cristo, Gên. 3.15, onde se promete que a semente da mulher esmagará a cabeça da serpente; e em Gên. 17.7 diz-se: “Eu serei o teu Deus e o Deus da tua descendência depois de ti”; e em Gên. 22.18 diz-se: Em tua descendência serão benditas todas as nações da terra; e em João 3.36 diz-se: Aquele que crê tem a vida eterna; e em Atos 15.11 diz-se: Mas cremos que, pela graça de nosso Senhor Jesus Cristo, seremos salvos, assim como eles.
2. Porque uma e a mesma fé e obediência são requeridas em ambas as dispensações: Anda diante de mim e sê perfeito, Gên. 17.1; e Mar. 1.15. Cristo diz, depois de ter vindo à Galileia, pregando o evangelho do reino: “O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo; arrependei-vos e crede no evangelho.”

DE CRISTO, O MEDIADOR

QUESTÃO I.

“O Filho de Deus, quando chegou a plenitude do tempo, tomou sobre si a natureza humana, com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, porém sem pecado, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo, no ventre da Virgem Maria, da substância dela?”

Sim; João 1.1,14; 1 João 5.20; Heb. 2.14,16,17; Lucas 1.27,31,35.

Pois bem, não erram os hereges chamados marcionitas e os anabatistas, os quais sustentam que Cristo não é verdadeiro homem, mas somente a aparência, figura ou forma de um homem?

Sim.

Não erram igualmente os maniqueus, os quais sustentam que o corpo de Cristo não é da substância da Virgem Maria, mas um corpo celestial, trazido do céu ao ventre da Virgem?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque se diz que Cristo foi feito de mulher, Gál. 4.4.
2. Porque a Palavra se fez carne, João 1.4.
3. Por uma enumeração das partes essenciais de um homem e das enfermidades sem pecado que nele se encontravam.

Era dotado de uma alma racional, João 12.27.

Tinha um corpo real e substancial, e negou ser apenas um espírito, Lucas 24.39.

Cristo teve fome, Mat. 4.2.

Ficou cansado e teve sede, João 4.6.

Por fim, entristeceu-se; gemeu em espírito e perturbou-se, João 11.33. Chorou, João 11.35. Nenhuma dessas perturbações sem pecado pode convir a uma mera aparência, figura ou forma de homem.

4. Porque foi feito da descendência de Davi segundo a carne, Rom. 1.3, e descendeu dos judeus, Rom. 9.5.

5. Porque as promessas foram feitas na descendência de Abraão, Gên. 12.3; acrescente-se Gên. 18.18.
6. Porque ele não tomou sobre si a natureza dos anjos, mas tomou sobre si a descendência de Abraão; por isso, em todas as coisas convinha que fosse feito semelhante a seus irmãos, Heb. 2.16,17.
7. Porque, de outro modo, não poderia ter satisfeito em nosso lugar a justiça de Deus, visto que teria sido injusto que outra natureza sofresse o castigo, e não aquela natureza que havia ofendido e pecado.

QUESTÃO II.

“Há em Cristo duas naturezas completas, perfeitas e distintas, a Divindade e a humanidade, inseparavelmente unidas em uma só pessoa?”

Sim; 1 Cor. 8.6; Ef. 4.5.

Pois bem, não erram os nestorianos, os quais sustentam que a união entre a natureza divina e a humana não é hipostática, mas somente por modo de assistência; e que, assim como há duas naturezas em Cristo, há também duas pessoas, uma própria da natureza divina e outra própria da natureza humana?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque, se Cristo Deus-homem não fosse uma só pessoa, o mérito de sua morte não teria valor tão grande que pudesse redimir os eleitos de um castigo infinito e eterno; pois todo o valor e dignidade de sua morte procedem disto: a mesma pessoa que era Deus sofreu e morreu por nós.
2. Porque, de outro modo, Cristo teria sido tragado e consumido pela ira de Deus contra os pecados dos eleitos, que ele próprio tomou sobre si.
3. Porque Cristo, se não tivesse sido Deus e homem em uma só pessoa, não poderia ter sido Mediador; pois o Mediador deve ser um, 1 Tim. 2.5.

QUESTÃO III.

“A Divindade e a humanidade em Cristo estão unidas sem conversão, composição ou confusão?”

Sim; Lucas 1.35; Col. 2.9; Rom. 9.5; 1 Ped. 3.18; 1 Tim. 3.16.

Pois bem, não erram aqueles antigos hereges, os eutiquianos, os quais sustentam que, assim como a pessoa de Cristo é uma, também sua natureza se torna uma, por uma composição ou confusão das duas naturezas entre si?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque semelhante composição é impossível, visto que a natureza divina é perfeitíssima e não pode perder nenhuma de suas próprias perfeições, a menos que queiramos afirmar que a natureza divina é mutável e sujeita a mudança.
2. Porque esse mesmo Cristo, que segundo a carne descendeu dos judeus, é sobre todos, Deus bendito eternamente, Rom. 9.5.
3. Porque essa doutrina remove todos os meios de mediação; pois, ao remover a distinção entre as naturezas, remove as próprias naturezas. E, assim, Cristo não poderia ter sofrido em nosso lugar, porque não seria homem; nem poderia ter conferido virtude, valor ou dignidade aos seus sofrimentos, porque não seria Deus.

QUESTÃO IV.

“Cristo suportou tormentos gravíssimos diretamente em sua alma?”

Sim; Mat. 26.37,38; Lucas 22.44; Mat. 27.46.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que a alma de Cristo, desde o primeiro momento de sua criação, jamais foi afetada por qualquer tristeza ou perturbação pecaminosa da mente?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a Escritura testifica que sua alma esteve triste até a morte, Mat. 26.37.
2. Porque o apóstolo João testifica que, quando Cristo viu Maria chorando por seu irmão Lázaro, gemeu em espírito e perturbou-se, João 11.33 e 12.27.
3. Porque sua alma esteve sobremodo triste até a morte, como foi citado acima, Mat. 26.37.
4. A mesma coisa é provada pelo desamparo de Cristo, pelo qual a fruição atual e o gozo do favor de Deus, quanto à sua percepção, foram interrompidos e suspensos por algum tempo, mas de modo algum inteiramente retirados; o que o levou a clamar na cruz: Meu Deus, meu Deus, por que me desamparaste? Mat. 27.46; Ef. 5.2.

QUESTÃO V.

“O Senhor Jesus, por sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, que, mediante o Espírito eterno, ofereceu uma vez a Deus, satisfaz plenamente a justiça de seu Pai?”

Sim; Rom. 5.9 e 3.25,26; Heb. 9.14,16 e 10.14.

Pois bem, não erram alguns, de resto ortodoxos, os quais negam que a obediência ativa de Cristo seja parte de sua satisfação, realizada em nosso lugar?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a desobediência ativa do primeiro Adão nos fez a todos pecadores; portanto, devemos ser feitos justos pela obediência ativa do segundo Adão, Rom. 5.19.
2. Porque Cristo não somente se ofereceu à morte por nós, mas, por amor deles — isto é, por amor dos eleitos —, santificou-se a si mesmo, isto é, entregou-se como sacrifício santo, João 17.19.
3. Porque convinha que Cristo cumprisse toda a justiça, Mat. 3.15.
4. Porque necessitávamos não somente da expiação do pecado, para sermos salvos da morte eterna, mas também do dom da justiça, para obtermos a vida eterna, segundo aquele preceito e exigência da lei: Faze isto, e viverás. Por isso Cristo não é chamado apenas nosso resgate, mas também o fim e a perfeição da lei para todo aquele que crê, Rom. 10.4. Isto é, o propósito de a lei ter sido dada por Moisés é que, por meio dela, os homens, sendo conduzidos ao conhecimento de seu pecado, fujam em busca de refúgio para Cristo e sua justiça, como aquele que cumpriu perfeitamente a lei por nós.
5. Porque a obediência passiva de Cristo não foi, em si mesma, mera e puramente passiva; antes, sua obediência ativa reivindicou nela a parte principal e predominante, Sal. 40.7: “Então disse eu: Eis que venho; no volume do livro está escrito a meu respeito.” Com essas palavras, nosso Salvador Cristo declara sua obediência voluntária em aceitar, assumir e executar seu ofício de Mediador, que lhe foi imposto por Deus. E Isa. 53.7: ele ofereceu a si mesmo em sacrifício pelo pecado; e, por uma só oblação, aperfeiçoou para sempre os que são santificados, Heb. 10.14.
6. Porque Cristo inteiro nos foi dado, com todos os seus benefícios; de outro modo, se somente sua obediência passiva nos fosse imputada, seguir-se-ia que somente metade de Cristo nos teria sido dada, a saber, Cristo sofrendo, mas não Cristo fazendo as coisas que agradavam ao Pai; tirando apenas o nosso pecado e salvando-nos da morte, mas não trazendo justiça. Cristo, porém, não foi dado e nascido para si mesmo, mas para nós, a fim de se conceder inteiramente a nós, fazendo por nós o que não podíamos fazer e sofrendo por nós o que não podíamos sofrer.

Não erram igualmente os socinianos, os quais sustentam que esta doutrina ortodoxa — a saber, que Cristo mereceu a salvação eterna para os eleitos e satisfaz a justiça divina por eles — é errônea, falsa e absurda?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o Messias põe fim à transgressão, dá fim aos pecados, faz reconciliação pela iniquidade e será cortado, mas não por si mesmo, conforme predisse o profeta Daniel, capítulo 9, versículos 24 e 26.
2. Porque ele próprio levou os nossos pecados em seu próprio corpo sobre o madeiro, 1 Ped. 2.24.
3. Porque ele reconciliou com Deus aqueles que outrora estavam alienados e eram inimigos em suas mentes por obras más, no corpo de sua carne, mediante a morte, Col. 1.21,22.
4. Porque agora, uma vez, no fim do mundo, ele apareceu para remover o pecado pelo sacrifício de si mesmo, Heb. 9.26.
5. Porque ele deu sua vida como um [antilytron], um [pretium redemptionis], um preço de redenção por muitos.
6. Porque o profeta Isaías diz que aprouve ao Senhor moê-lo e fazê-lo sofrer; que ele foi ferido por nossas transgressões e levou nossas iniquidades, capítulo 53.5,10,11.

QUESTÃO VI.

“Cristo, na obra de mediação, agiu segundo ambas as naturezas, fazendo cada natureza aquilo que lhe é próprio?”

Sim; Heb. 9.4; 1 Ped. 3.18.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que Cristo é Mediador somente segundo sua natureza humana?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque, para aperfeiçoar a obra do Mediador, era necessário que Cristo vencesse a morte; o que não poderia ser feito de outro modo senão por sua natureza divina, 1 Ped. 3.18, onde se diz que ele foi morto na carne, mas vivificado pelo Espírito.
2. Porque há muitíssimas propriedades do Mediador que de modo algum podem convir à natureza humana de Cristo, como assumir e prometer que ressuscitará, no último dia, aquele que o Pai lhe deu, João 6.39. Além disso, ele não poderia depor sua vida e tomá-la de novo apenas pela força de sua natureza humana; mas

todas essas obras são próprias do Mediador, como se vê claramente em João 10.18.

3. A aplicação desses bens que ele mereceu é obra própria do Mediador, a qual só pode ser realizada pela natureza divina.
4. Porque Cristo é profeta, sacerdote e rei segundo ambas as suas naturezas. Profeta, Mat. 11.27: ninguém conhece o Pai senão o Filho. Sacerdote, Rom. 5.10; Heb. 9.14. É rei, Lucas 1.32. Todos esses ofícios ele exerce segundo ambas as suas naturezas.

CAPÍTULO 09

DO LIVRE-ARBÍTRIO

QUESTÃO I.

“O homem, por sua queda em um estado de pecado, perdeu inteiramente toda capacidade da vontade para qualquer bem sobrenatural que acompanhe a salvação; de sorte que o homem natural, sendo inteiramente avesso a esse bem e morto em pecado, não é capaz, por sua própria força, de converter-se nem de preparar-se para isso?”

Sim; Rom. 5.5; João 15.5; Rom. 3.10,12; João 6.44,65.

Pois bem, não erram os pelagianos e os socinianos, os quais sustentam que o homem natural, sem graça sobrenatural e divina, é capaz de converter-se a Deus por sua própria força?

Sim.

Não erram igualmente os semipelagianos, papistas, arminianos e luteranos, os quais sustentam que o homem caído e corrompido pelo pecado original é, em parte, capaz, por sua própria força, com o auxílio da graça de Deus, de preparar-se e voltar-se para Deus?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o homem natural não recebe as coisas do Espírito de Deus, pois lhe são loucura; nem pode conhecê-las, porque são discernidas espiritualmente, 1 Cor. 2.14; Rom. 8.7,9.
2. Porque tudo quanto o homem natural faz é pecado e de modo algum pode agradar a Deus, porque suas obras não procedem da fé nem são feitas para a glória de Deus, como a lei exige, Rom. 14.23; Heb. 11.6; Tito 1.15; Rom. 3.10-12; Sal. 14.3; Rom. 8.8.
3. Porque o homem não possui em si nenhum bem pelo qual possa distinguir-se dos mais perversos, nem possui coisa boa alguma que não tenha recebido, 1 Cor. 4.7.
4. Porque a conversão, a graça e a salvação não dependem daquele que corre ou daquele que quer, mas de Deus, que usa de misericórdia; e a quem ele quer, endurece, Rom. 9.15,16,18; Rom. 11.7,8; Mat. 11.21,22,25.

5. Porque a conversão de um homem natural é a vivificação de alguém morto, Ef. 2.5; Col. 2.13. É regeneração, ou novo nascimento, João 3.5,6. É a criação de um novo coração, Sal. 51.10. É retirar o coração de pedra e dar um coração de carne, Ezeq. 11.19; Ezeq. 36.26. E, portanto, assim como Deus ressuscitou Cristo dentre os mortos, também nos ressuscitou da sepultura do pecado por seu próprio poder, 1 Cor. 6.14.
6. Porque Deus converte e chama os homens não segundo obras de justiça que eles tenham praticado, Tito 3.4-7, mas segundo seu próprio propósito e graça, que nos foi dada em Cristo Jesus, 2 Tim. 1.9.

QUESTÃO II.

“O homem regenerado, depois de sua conversão, quer perfeita e unicamente aquilo que é bom?”

Não; Gál. 5.17; Rom. 7.15,18,21,23.

Pois bem, não erram os puritanos — não me refiro aos antigos não conformistas —, os antinomianos, os anabatistas e muitos quacres, os quais sustentam que todos os santos de Deus estão livres de toda mancha e mácula de pecado?

Sim.

Não erram igualmente alguns da Igreja papista e os socinianos, os quais sustentam que alguns cristãos mais adiantados podem chegar a tal ponto que fiquem sem qualquer mancha, mácula e ato de pecado; mais ainda, que alguns realmente chegaram a esse ponto?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque em muitas coisas todos tropeçamos, Tiago 3.2.
2. Porque Cristo nos ordena buscar diariamente a remissão dos pecados, Mat. 6.12; Lucas 11.4.
3. Porque não há um só homem justo sobre a terra que não peque, 1 Reis 8.46; Ecl. 7.20.
4. Porque há uma guerra contínua entre a carne e o Espírito; de modo que eles, isto é, os regenerados, não são capazes de fazer aquilo que desejam e devem fazer, Gál. 5.17.
5. Porque os regenerados não são capazes de cumprir o primeiro mandamento, a saber, amar a Deus de todo o coração e de toda a alma, Mat. 22.37,38. Pois aqui conhecemos apenas em parte e, portanto, amamos apenas em parte, 1 Cor. 13.9. Tampouco os santos estão livres de todos aqueles movimentos desordenados da

concupiscência, proibidos no décimo mandamento, como se evidencia em Gál. 5.17 e na experiência de Paulo e de todos os demais santos.

6. Porque, se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós, 1 João 1.8,9. Mas, quando esse mesmo apóstolo diz: Todo aquele que é nascido de Deus não comete pecado, porque sua semente permanece nele, e ele não pode pecar, porque é nascido de Deus; deve ele, na primeira passagem, referir-se ao pecado que habita nos melhores dos santos enquanto estão aqui nesta vida e, por isso, expressa-o por [hamartian echein], [peccatum habere], que significa ter pecado. Na segunda passagem, ele se refere ao pecado, não somente ao pecado que habita em nós, mas ao pecado que reina em nós, do qual se faz um ofício e que é praticado com o pleno e sincero consentimento da vontade; e isso é expresso pelas palavras [hamartian poiein], praticar o pecado e fazer dele um ofício, como fazem os homens em qualquer ocupação na qual se deleitam.
7. Vemos isso nas graves quedas dos santos mais eminentes, como Noé, Ló, Abraão, Jacó, Davi, Salomão, Asa, Josafá e os discípulos de Cristo.

DA VOCAÇÃO EFICAZ

QUESTÃO I.

“Todos aqueles a quem Deus predestinou para a vida, e somente eles, são, no tempo por ele determinado e aceito, eficazmente chamados, por sua Palavra e Espírito, do estado de pecado e morte em que se encontram por natureza, para a graça e a salvação, por meio de Jesus Cristo?”

Sim; Rom. 8.30; Rom. 11.7; Ef. 1.10,11; 2 Tess. 2.13,14; Rom. 8.2; Ef. 2.1-5; 2 Cor. 3.3,6.

Pois bem, não erram os papistas, arminianos e luteranos, os quais sustentam que homens não eleitos são, às vezes, chamados eficazmente?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a fé pertence somente aos eleitos, Tito 1.1.
2. Porque somente aqueles a quem ele predestinou, e nenhum outro, ele chamou, Rom. 8.30.
3. Porque, embora muitos ouçam o evangelho, ninguém crê senão aqueles que foram ordenados para a vida eterna, Atos 13.48.
4. Porque o apóstolo testifica que os eleitos a obtiveram, e os demais foram cegados, Rom. 11.7.
5. Porque Cristo manifestou o nome de seu Pai somente àqueles que o Pai escolheu do mundo e deu a Cristo, João 17.6.

QUESTÃO II.

“Deus ilumina espiritual e salvificamente a mente daqueles a quem chama eficazmente, para que compreendam as coisas de Deus?”

Sim; Atos 26.18; 1 Cor. 2.10,12; Ef. 1.17,18.

Pois bem, não erram os arminianos, os quais sustentam que não é necessária nenhuma luz sobrenatural infundida na faculdade intelectual e que, desse modo, a eleve, para o entendimento salvífico daquelas coisas que, nas Escrituras, devem ser cridas e esperadas?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o homem natural não recebe as coisas do Espírito de Deus, pois lhe são loucura; nem pode conhecê-las, porque são discernidas espiritualmente, 1 Cor. 2.14.
2. Porque a mente carnal é inimizada contra Deus, pois não está sujeita à lei de Deus, nem de fato pode estar, Rom. 8.7.
3. Porque todos os homens não regenerados são trevas, Ef. 5.8. E as trevas não podem compreender a luz, João 1.5.
4. Porque Cristo diz: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e prudentes e as revelaste aos pequeninos, Mat. 11.25.

QUESTÃO III.

“Deus tira daqueles a quem chama eficazmente o coração de pedra e lhes dá um coração de carne, renovando suas vontades e, por seu poder onipotente, determinando-as para aquilo que é bom e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo?”

Sim; Ezeq. 36.26; Ezeq. 11.19; Fil. 2.13; Ezeq. 36.27.

Pois bem, não erram os arminianos, os quais sustentam que a vontade do homem, quando ele é regenerado, não é renovada nem dotada de quaisquer qualidades novas e espirituais?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Moisés diz: Deus circuncidará o teu coração e o coração da tua descendência, para amares ao Senhor teu Deus de todo o teu coração e de toda a tua alma, para que vivas, Deut. 30.6.
2. Porque o Senhor diz: Também vos darei um coração novo, e porei dentro de vós um espírito novo, e tirarei o coração de pedra da vossa carne; e vos darei um coração de carne; e porei dentro de vós o meu Espírito, e farei que andeis nos meus estatutos, e farei que guardéis os meus juízos e os pratiquéis, Ezeq. 36.26,27.
3. Porque é Deus quem opera em nós tanto o querer como o realizar, segundo seu próprio beneplácito, Fil. 2.13.
4. Porque todas as faculdades da alma são renovadas, 2 Cor. 5.17. Se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas velhas passaram; eis que tudo se fez novo.

Não erram igualmente os arminianos, os quais sustentam que, quando a graça de Deus começa a fazer uma investida sobre o coração, com vistas à conversão de um homem, ela é indiferente e pode ser resistida e obstada; de modo que um homem pode ser convertido por ela ou não ser convertido?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque, se essa doutrina fosse verdadeira, a conversão de um homem dependeria daquele que corre e daquele que quer, e não de Deus, que usa de misericórdia; o que é contrário ao apóstolo, Rom. 9.15,16.
2. Porque, desse modo, não seria Deus quem opera em nós tanto o querer como o realizar, Fil. 2.13.
3. Porque, desse modo, o próprio homem estabeleceria a diferença, e Deus não faria um homem diferir de outro, o que é contrário ao apóstolo, 1 Cor. 4.7.
4. Porque, se assim fosse, um homem poderia gloriar-se de ter em si aquilo que não recebeu; o que contradiz 1 Cor. 4.7.
5. Porque é Deus quem atrai um homem antes que ele venha a Cristo, João 6.44.
6. Porque a conversão é uma nova criação, 2 Cor. 5.17.
7. Porque é uma ressurreição dentre os mortos, Ef. 2.5.
8. Porque a conversão nada menos é do que nascer de novo, João 3.3.

QUESTÃO IV.

“Esta vocação eficaz provém unicamente da livre e especial graça de Deus, e não de coisa alguma prevista no homem?”

Sim; 2 Tím. 2.9; Tito 3.4,5; Ef. 2.4,5,8,9.

Pois bem, não erram os papistas e arminianos, os quais sustentam que um homem não regenerado pode, pela força da natureza e de seu livre-arbítrio, realizar algumas boas obras; mais ainda, que muitas vezes realizou de fato tais boas obras, capazes de prepará-lo e dispô-lo para receber a graça de Deus?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque uma árvore má não pode produzir bom fruto, Mat. 7.17.
2. Porque a mente carnal é inimizada contra Deus; pois não está sujeita à lei de Deus, nem de fato pode estar, Rom. 8.7.

3. Porque nada temos em nós mesmos que não tenhamos recebido e pelo qual possamos diferir dos outros, 1 Cor. 4.7.
4. Porque tudo o que não procede da fé é pecado, Rom. 14.23; Heb. 11.6.
5. Porque não somos capazes, por nós mesmos, de conceber sequer um bom pensamento; antes, toda a nossa suficiência vem de Deus, 2 Cor. 3.5.
6. Porque, antes da conversão, estávamos mortos em delitos e pecados, Ef. 2.2,5.
7. Porque não foi por obras de justiça que houvéssemos praticado, mas, segundo sua misericórdia, ele nos salvou, mediante a lavagem da regeneração e a renovação do Espírito Santo, Tito 3.5.
8. Porque outrora, isto é, antes da conversão, éramos trevas, Ef. 5.8.
9. Porque Cristo diz: sem mim nada podeis fazer, João 15.5.

QUESTÃO V.

“O homem, na vocação eficaz, é somente passivo até que, sendo vivificado e renovado pelo Espírito Santo, seja assim capacitado a responder a essa vocação e a abraçar a graça nela oferecida e comunicada?”

Sim; 1 Cor. 2.14; Rom. 8.7; Ef. 2.5; João 6.37; João 5.25; Ezeq. 36.27.

Pois bem, não erram os papistas e arminianos, os quais sustentam que o homem, em sua conversão, não é passivo, mas ativo?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

Antes de fazê-lo, deve-se observar que, quando digo que um homem é passivo em sua conversão, não entendo que seja fisicamente passivo, como um tronco ou uma pedra quando um artífice está para fazer deles uma estátua; mas moralmente, ou antes espiritualmente; pois o homem está espiritualmente morto, o que é uma morte verdadeira e real, embora esteja naturalmente vivo. A primeira razão pela qual são eles refutados é esta: porque estamos mortos em delitos e pecados, Ef. 2.1.

2. Porque somos servos do pecado até sermos feitos livres pelo Filho de Deus, João 8.34,36.
3. Porque, por natureza, estamos sob o poder de Satanás e das trevas, Atos 26.18; Col. 1.13; 2 Tim. 2.26.
4. Porque é Deus quem opera em nós tanto o querer como o realizar, segundo seu próprio beneplácito, Fil. 2.13.
5. Porque a carne cobiça contra o Espírito, Gál. 5.17.

6. Porque as Escrituras atribuem toda essa obra a Deus, e nenhuma parte dela ao homem, Ef. 2.8,9.

QUESTÃO VI.

“Os infantes eleitos, que morrem na infância, são regenerados e salvos por Cristo, mediante o Espírito, que opera quando e onde lhe apraz?”

Sim; Lucas 18.15,16; Atos 2.38,39; João 3.5; 1 João 5.12.

Pois bem, não erram os anabatistas, os quais sustentam que nenhum infante é regenerado?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque João Batista foi cheio do Espírito Santo ainda desde o ventre de sua mãe, Lucas 1.15.
2. Porque o profeta Jeremias foi santificado desde o ventre de sua mãe, Jer. 1.5.
3. Porque a promessa é feita conjuntamente aos pais crentes e a seus filhos, Gên. 17.7; Atos 2.39.
4. Porque dos tais, diz Cristo, é o reino dos céus, Mat. 19.14.
5. Porque o apóstolo chama santos os filhos que têm apenas um dos pais em aliança com Deus, 1 Cor. 7.14.
6. Porque Deus prometeu, no segundo mandamento, que mostrará misericórdia a milhares que descendem de pais crentes, Êx. 20.6.

QUESTÃO VII.

“Pode algum não eleito, embora chamado pelo ministério da Palavra e tendo algumas operações comuns do Espírito, vir verdadeiramente a Cristo e assim ser salvo?”

Não; Mat. 22.14; Mat. 7.22; Mat. 18.20,21; Heb. 6.4,5; João 6.64,65,66; João 8.24.

Pois bem, não erram os arminianos, os quais sustentam que a todos os homens a quem o evangelho é pregado é dada graça suficiente para sua conversão?

Sim.

Não erram igualmente os quacres, os quais sustentam que a todo homem é dada por Deus tanta graça que, se ele quisesse aproveitá-la, ela o levaria ao céu?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Cristo diz a seus discípulos: A vós é dado conhecer os mistérios do reino dos céus, mas a eles não é dado, Mat. 13.11.
2. Porque se diz dos judeus que não podiam crer, porque Deus lhes cegara os olhos e endurecera o coração, João 12.39,40.
3. Porque Cristo disse a seus discípulos: Há alguns de vós que não creem; por isso vos disse que ninguém pode vir a mim, se isso não lhe for concedido por meu Pai, João 6.64,65.
4. Porque o profeta Isaías se queixa: Quem creu em nossa pregação, e a quem foi revelado o braço do Senhor? Isa. 53.1.
5. Porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos, Mat. 22.14.
6. Porque os homens em seu estado natural não discernem nem podem conhecer as coisas do Espírito de Deus, 1 Cor. 2.14.
7. Porque a maior parte do mundo está sepultada em densas trevas, tem o entendimento obscurecido e está alienada da vida de Deus, por causa da ignorância que há neles, em razão da cegueira de seus corações, Ef. 4.18.

DA JUSTIFICAÇÃO

QUESTÃO I.

“Deus justifica gratuitamente aqueles a quem chama eficazmente, não infundindo justiça neles, mas perdoando seus pecados e reputando e aceitando suas pessoas como justas, não por coisa alguma operada neles ou feita por eles, mas somente por causa de Cristo?”

Sim; Rom. 9.30; Rom. 3.24.

Pois bem, não erram os papistas, socinianos e quacres, os quais sustentam que a justiça pela qual somos justificados diante de Deus não está fora de nós, mas dentro de nós, e é inerente?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque, se a justiça inerente nos justificasse, então as boas obras nos justificariam; mas a Escritura o nega, Rom. 3.20. Portanto, diz o texto: pelas obras da lei nenhuma carne será justificada à sua vista; e, no v. 28: portanto, concluímos que o homem é justificado pela fé, sem as obras da lei. Veja Rom. 4.6; Gál. 2.16; Ef. 2.8,9; Tito 3.5. Em todas essas passagens, as obras são expressamente excluídas de nossa justificação.
2. Porque a justiça pela qual somos justificados não é propriamente nossa, 2 Cor. 5.21. Pois ele, isto é, Deus, fez aquele que não conheceu pecado ser pecado por nós, para que nele fôssemos feitos justiça de Deus; Fil. 3.8,9: E ser achado nele, não tendo a minha própria justiça, que é da lei, mas aquela que é mediante a fé em Cristo, a justiça que procede de Deus pela fé.
3. Porque não somos justificados pela lei, Atos 13.38,39.
4. Porque nossa justificação nos é concedida gratuitamente, Rom. 4.4,5; Rom. 11.6.
5. Porque nossa justiça inerente é imperfeita, 1 Reis 8.46. Pois esta Escritura diz: não há homem que não peque. Veja a passagem paralela, 1 João 1.8, onde se diz: Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós.
6. Porque, se fôssemos justificados pela justiça inerente, teríamos motivo para nos gloriar, o que é contrário à doutrina de Paulo, Ef. 2.9: Não vem das obras, para que ninguém se glorie.

7. Porque a justiça de um homem cristão é a justificação do ímpio, Rom. 4.5.

QUESTÃO II.

“Deus justifica os homens imputando-lhes a própria fé, o ato de crer ou qualquer outra obediência evangélica como sua justiça?”

Não; Rom. 4.5-8; 2 Cor. 5.19,21; Rom. 3.22,24,25,27,28; Tito 3.5,7; Ef. 1.7; Jer. 23.6; 1 Cor. 1.30,31; Rom. 5.17,18,19.

Pois bem, não erram os arminianos, os quais sustentam que a própria fé e o ato de crer nos são imputados como justiça?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a fé é aquilo pelo qual recebemos a justiça, Atos 26.18. Portanto, se ela é aquilo pelo qual recebemos a justiça, não pode ser a própria justiça; porque aquilo que é recebido é muito diferente e é coisa diversa daquilo por meio do qual o recebemos.
2. Porque não somos justificados pela justiça inerente, como foi demonstrado de modo evidente contra os papistas na questão imediatamente precedente; todas essas razões demonstram claramente que não somos justificados pela imputação da própria fé, nem pelo ato de crer, como nossa justiça.

QUESTÃO III.

“A fé, que é o único instrumento da justificação, está sozinha na pessoa justificada?”

Não.

“Ela é sempre acompanhada de todas as demais graças salvíficas e não é uma fé morta, mas opera pelo amor?”

Sim; Tiago 2.17,22,26; Gál. 5.6⁷.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que a fé justificadora pode ser verdadeira e realmente separada do amor, da esperança salvífica e de todas as demais virtudes cristãs?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

⁷ XI, III, resposta. A fonte inglesa e a REV10 anterior trazem Gál. 5.5. Adota-se Gál. 5.6: A fé que opera pelo amor é mencionada em Gálatas 5.6. Emenda editorial contextual; conserva-se a leitura recebida no aparato.

1. Porque, assim como o corpo sem o espírito está morto, assim também a fé sem obras está morta, Tiago 2.26.
2. Porque a fé opera pelo amor, Gál. 5.6; isto é, manifestando em nós as obras do amor para com Deus e nosso próximo.
3. Porque a fé purifica o coração, Atos 15.9.
4. Porque aquele que tem fé está em Cristo; mas aquele que está em Cristo produz muito fruto, João 15.5.
5. Porque os que têm fé são sepultados com Cristo e andam em novidade de vida, Rom. 6.4; isto é, em santidade e pureza, que acompanham a fé.
6. Porque aquele que diz: Eu conheço a Deus, e não guarda seus mandamentos, é mentiroso, e a verdade não está nele, 1 João 2.4.

QUESTÃO IV.

“Cristo, por sua obediência e morte, quitou plenamente a dívida de todos aqueles que assim são justificados, e fez ele uma satisfação propriamente dita, real e plena à justiça do Pai em favor deles?”

Sim; Rom. 5.8,9; 1 Tim. 2.5,6; Dan. 9.24,26; Heb. 10.10,14; Isa. 53.4,5,6,10,11,12.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que Cristo não fez uma satisfação plena à justiça divina pelos pecados daqueles que são justificados; e que satisfações humanas satisfazem, em parte, a justiça de Deus pelo pecado?

Sim.

Não erram igualmente os socinianos, os quais negam que os sofrimentos de Cristo constituam satisfação verdadeira e propriamente dita?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o profeta diz: Ele levou nossas enfermidades e carregou nossas dores; foi ferido por nossas transgressões e moído por nossas iniquidades, Isa. 53.4,5.
2. Porque, por uma só oferta, ele aperfeiçoou para sempre os que são santificados, Heb. 10.14.
3. Porque as satisfações humanas, sendo finitas, jamais podem satisfazer, em parte ou no todo, a infinita justiça de Deus quanto à punição do pecado, Jó 35.6.
4. Porque ele cancelou o escrito de ordenanças que era contra nós, que nos era contrário, e o tirou do meio, cravando-o em sua cruz, Col. 2.14.

5. Porque nada é mais frequente na Escritura do que afirmar que Cristo foi propiciação pelos nossos pecados, Rom. 3.25.
6. Porque Cristo diz: Eu dou minha vida pelas minhas ovelhas, e ninguém a toma de mim; antes, eu a dou de mim mesmo, João 10.15,18.
7. Porque o Filho do Homem veio dar sua vida em resgate por muitos, Mat. 20.28; 1 Tim. 2.6; Ef. 5.2; Gál. 3.13; Apoc. 5.9; 1 João 2.2.

QUESTÃO V.

“São os eleitos justificados antes de o Espírito Santo, no devido tempo, efetivamente lhes aplicar Cristo?”

Não; Col. 1.21,22; Tito 3.4-7.

Pois bem, não erram os antinomianos, os quais sustentam que os eleitos são justificados desde a eternidade, ou quando o preço da redenção foi pago?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque todos os que são justificados foram estranhos e inimigos de Deus e filhos da ira, Ef. 2.3; Col. 1.21; Tito 3.3; 1 Cor. 6.10,11.
2. Porque ninguém é justificado até que creia em Cristo, Gál. 2.16. Sabendo que o homem não é justificado pelas obras da lei, mas pela fé em Jesus Cristo, também nós cremos em Jesus Cristo, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo.

QUESTÃO VI.

“Podem aqueles que são justificados cair, em razão de seus pecados, sob o desagrado paterno de Deus e não ter restaurada a luz de seu rosto até que se humilhem, confessem seus pecados, peçam perdão e renovem sua fé e arrependimento?”

Sim; Sal. 89.31,32,33; Sal. 32.5; Sal. 51.7-12; Mat. 26.75; 1 Cor. 11.30,32.

Pois bem, não erram os antinomianos, os quais sustentam que o amor e o favor de Deus para com aqueles que são justificados não podem coexistir com sua ira e seu castigo para com eles?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Cristo diz: A todos quantos amo, repreendo e castigo, Apoc. 3.19.
2. Porque Davi foi castigado por seu adultério e homicídio, 2 Sam. 12.10.

3. Porque o Senhor diz: Se meus filhos abandonarem minha lei e não andarem nos meus juízos, então castigarei suas transgressões com a vara, e sua iniquidade com açoites, Sal. 89.30,31.
4. Porque Deus foi provocado pelos pecados dos coríntios, pelos quais os castigou, 1 Cor. 10.22 e 11.30.

QUESTÃO VII.

“A justificação dos crentes sob o Antigo Testamento é, em todos os aspectos, uma e a mesma que a justificação dos crentes sob o Novo Testamento?”

Sim; Gál. 3.9,13,14; Rom. 4.22,23; Heb. 13.8.

Pois bem, não erram os socinianos, os quais sustentam que a maneira da justificação não é uma e a mesma sob ambos os Testamentos?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Abraão foi justificado pela fé em Cristo, Gên. 15.6. E ele creu no Senhor, e isso lhe foi imputado para justiça. Isto é, Deus, por sua mera graça, considerou-o justo e justificado, embora ele não tivesse em si mesmo justiça alguma pela qual pudesse subsistir e permanecer diante do tribunal de sua justiça; e isso mediante a fé em suas promessas e no Mediador prometido.
2. Porque Isaías ensina que tanto ele próprio como os demais crentes foram justificados pelo conhecimento de Cristo, cap. 53.11.
3. Porque o Espírito Santo testifica expressamente que Cristo morreu pelos crentes sob o Antigo Testamento, Heb. 9.15.
4. Porque a justificação dos judeus crentes sob o Antigo Testamento e a dos crentes sob o Novo são comparadas entre si como iguais, Atos 15.11.

CAPÍTULO 12

DA ADOÇÃO

QUESTÃO I.

“Aqueles que são recebidos no número e desfrutam das liberdades e privilégios dos filhos de Deus, têm sobre si o nome de Deus e recebem o Espírito de adoção — são eles, digo, alguma vez rejeitados?”

Não.

“São eles selados para o dia da redenção e herdaram as promessas, como herdeiros da salvação eterna?”

Sim; Lam. 3.3; Ef. 4.30; 1 Ped. 1.5.

Pois bem, não erram os luteranos, os quais sustentam que alguns dos filhos de Deus podem ser totalmente rejeitados por algum tempo, embora não finalmente?

Sim.

Não erram igualmente os arminianos, quacres e socinianos, os quais sustentam que aqueles que receberam a graça da adoção podem ser rejeitados total e finalmente?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque todos os filhos de Deus são guardados, mediante a fé, para a salvação, 1 Ped. 1.5.
2. Porque Cristo orou pela perseverança de todos os crentes, João 17.20; João 11.26. E todos os que são adotados são filhos de Deus pela fé, Gál. 3.26.
3. Porque nenhum homem que é nascido de novo, como o são todos os filhos de Deus, peca; isto é, não permite que o pecado reine sobre ele, pois sua semente permanece nele; isto é, a semente de Deus, pela qual ele nasce de novo, a saber, a Palavra de Deus, 1 Ped. 1.23; João 3.5,6, permanece nele; isto é, não perece totalmente, mas permanece dali em diante, produzindo os frutos da regeneração uma vez iniciada neles, Fil. 1.6. Veja 1 João 3.9.
4. Porque todos os filhos de Deus rogam ao Pai, por meio do Filho, que lhes conceda perseverança para a salvação, Mat. 6.13; perseverança essa sumamente necessária para esse fim, Mat. 24.13. Mas os crentes, quando pedem coisas necessárias à salvação, em nome de Cristo, segundo sua promessa, são sempre ouvidos, João 14.13,14; João 16.23.

5. Porque os dons e os chamados de Deus são sem arrependimento, Rom. 11.29.
6. Porque todos os que são justificados são glorificados, Rom. 8.30. Mas os que são adotados são dotados de fé e são justificados, Gál. 3.26.
7. Porque Cristo guarda todos os seus adotados, de modo que ninguém pode arrebatá-los de sua mão nem da mão de seu Pai, João 10.27,28,29.
8. Porque a perseverança é um dom prometido por Deus a todos os eleitos na aliança da graça, Ezeq. 36.26,27,28; Ezeq. 11.19,20; Jer. 31.32,33.
9. Porque a graça justificadora é, em todo homem a quem é dada, uma fonte de água que salta para a vida eterna, João 4.14. E os santos são semelhantes a árvores plantadas junto a correntes de águas, que produzem seus frutos na devida estação, Sal. 1.3.

CAPÍTULO 13

DA SANTIFICAÇÃO

QUESTÃO I.

“Aqueles que são eficazmente chamados e regenerados, tendo um novo espírito criado neles, são ainda santificados, real e pessoalmente, em virtude da morte e ressurreição de Cristo, por sua Palavra e por seu Espírito, que neles habita?”

Sim; 1 Cor. 6.11; Atos 20.32; Fil. 3.10; Rom. 6.5,6; João 17.17.

Pois bem, não erram os antinomianos, os quais sustentam que aqueles que são justificados são santificados somente pela santidade imputada de Cristo, e não mediante a infusão neles de santidade inerente ou de quaisquer qualidades espirituais, por cujo auxílio são capacitados a viver santamente?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o apóstolo diz: Segui a paz com todos e a santidade, sem a qual ninguém verá a Deus, Heb. 12.14.
2. Porque o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade e fé, Gál. 5.22.
3. Porque os que estão em Cristo produzem bons frutos, João 15.5.
4. Porque os que pertencem a Cristo crucificaram a carne com suas afeições e concupiscências, Gál. 5.24,25.
5. Porque o apóstolo nos ordena desenvolver nossa salvação com temor e tremor, Fil. 2.12.
6. Porque devemos purificar-nos de toda imundícia da carne e do espírito, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus, 2 Cor. 7.1.
7. Porque devemos crescer na graça e no conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, 2 Ped. 3.18.
8. Porque o Senhor circuncida o coração dos eleitos, para que amem ao Senhor seu Deus, e tira o coração de pedra, Deut. 30.6; Ezeq. 36.26,27.

QUESTÃO II.

“É a santificação imperfeita nesta vida, permanecendo alguns remanescentes de corrupção em cada parte?”

Sim; 1 João 1.10; Rom. 7.18,23; Fil. 3.12.

Pois bem, não erram os antinomianos e muitos dos quacres, os quais sustentam que aqueles que são justificados são perfeitamente santificados?

Sim.

Não erram igualmente os papistas, socinianos e anabatistas, os quais sustentam o mesmo, embora difiram quanto à maneira?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

Mas considere-se primeiro que os antinomianos defendem que a perfeitíssima santidade de Cristo nos é imputada e se torna nossa, não havendo em nós santidade inerente alguma, nem sendo ela requerida de nós.

Os papistas, socinianos, quacres e anabatistas, porém, afirmam e sustentam uma santidade inerente perfeita nesta vida. São refutados:

1. Porque não há homem que não peque, 1 Reis 8.46.
2. Porque, se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós, 1 João 1.8.
3. Porque em muitas coisas todos tropeçamos, Tiago 3.2.
4. Porque não há homem justo sobre a terra que faça o bem e não peque, Ecl. 7.20.
5. Porque todos nós somos como coisa imunda, e todas as nossas justiças são como trapos imundos, Isa. 64.6.
6. Porque o salmista ora para que Deus não entre em juízo com ele, pois, à tua vista, diz ele, nenhum homem será justificado, Sal. 143.2.
7. Porque nenhum homem pode dizer: Purifiquei o meu coração; estou puro do meu pecado, Prov. 20.9.
8. Porque o apóstolo lamenta-se profundamente acerca do pecado que nele habita, Rom. 7.18,23.
9. Porque os santos são obrigados a buscar diariamente o perdão do pecado, Mat. 6.12.
10. Porque o Senhor diz: Quem é santo, santifique-se ainda, Apoc. 22.11.

CAPÍTULO 14

DA FÉ SALVÍFICA

QUESTÃO I.

“É a graça da fé, pela qual os eleitos são capacitados a crer para a salvação de suas almas, obra do Espírito de Cristo em seus corações?”

Sim; Heb. 10.39; 1 Cor. 4.13; Ef. 1.17,18,19.

Pois bem, não erram os pelagianos, os quais sustentam ser a fé uma coisa natural, atribuindo sua existência a nós mesmos e à força de nossa natureza corrompida?

Sim.

Não erram igualmente os arminianos, os quais, embora concedam que a fé seja dom de Deus, negam que a fé seja dada segundo a vontade determinada de Deus, para a salvação de alguns homens?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Refuto os pelagianos, pois Cristo diz: Ninguém pode vir a mim, isto é, crer, se o Pai que me enviou não o atrair, João 6.44.
2. Porque o apóstolo diz: Pois a vós foi concedido, por amor de Cristo, não somente crer nele, mas também padecer por ele, Fil. 1.29.
3. Porque aquilo que é natural é comum a todos; mas nem todos os homens têm fé, 2 Tess. 3.2.
4. Porque a fé é enumerada entre os frutos do Espírito, Gál. 5.22.
5. Porque o próprio desejo de crer procede de Deus, e não de nós mesmos, Fil. 2.13.
6. Porque Cristo é o autor e consumidor de nossa fé, Heb. 12.2.

Por quais razões refutais os arminianos?

1. Porque a fé é dada somente aos eleitos e àqueles que estão ordenados para a vida eterna, Tito 1.1; Atos 13.48.
2. Porque aquele que crê será salvo, Mar. 16.16; João 3.15,16,18,36.
3. Porque Deus quer de modo determinado a glorificação de todos aqueles a quem justifica, Rom. 8.30. Mas aqueles que têm fé são justificados, Rom. 5.1.

4. Porque Deus quer de modo determinado a glorificação de todos aqueles a quem chama interior e eficazmente, Rom. 8.30. Mas todos os que creem nele são poderosamente chamados, 2 Tess. 2.13,14.
5. Porque todos os filhos de Deus são herdeiros de Deus e coerdeiros com Cristo, Rom. 8.17. Mas a todos quantos creem em seu nome, ele deu o poder de se tornarem filhos de Deus, João 1.12.

QUESTÃO II.

“É a fé fruto da aquisição efetuada por Cristo?”

Sim; Tito 3.5,6; Tito 2.14; Ezeq. 36.25,26.

Pois bem, não erram os arminianos, os quais negam que a fé e as demais graças salvíficas tenham sido adquiridas por Cristo, ou sejam frutos de sua morte?

Sim.

Não erram igualmente outros da mesma espécie, os quais, embora concedam que o dom de crer não procede do livre-arbítrio do homem nem de alguma graça suficiente concedida a todos, sustentam que ele procede da soberana boa vontade de Deus, que julgou conveniente conceder esse dom a alguns a quem elegeu, e não a outros, sem consideração aos méritos da morte de Cristo?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque, se tudo quanto Cristo adquiriu por sua morte foi que Deus pudesse salvar o homem caído sob a condição de que ele cresse, então Cristo poderia alcançar o fim de sua morte e, ainda assim, nenhuma alma ser salva por ela.
2. Porque isso faz de Cristo um Salvador meramente titular, adquirindo salvação para todos sem qualquer intenção plena e certa de aplicá-la a alguém.
3. Porque foi prometido a Cristo, o Mediador, como satisfação por seus sofrimentos, que não somente muitos seriam justificados pela fé nele, mas que certamente ele veria sua descendência e o fruto de sua alma, Isa. 53.10.
4. Porque a lavagem da regeneração e a renovação do Espírito Santo, sob as quais podem ser compreendidas todas as graças particulares, são ditas ser derramadas abundantemente sobre nós por meio de Jesus Cristo, Tito 3.5,6.
5. Porque o Senhor prometeu tirar de nós o coração de pedra e dar-nos um coração novo; purificar-nos de todos os nossos ídolos e lavar-nos com água limpa. Mas essas promessas estão reunidas no mesmo conjunto com as promessas de perdoar nossa iniquidade e de não mais se lembrar de nossos pecados, Ezeq. 36.25,26; Jer. 31.33,34.

6. Porque Cristo se tornou para nós sabedoria, santificação e redenção, não menos que justiça; sob as quais se compreendem a fé e todas as graças salvíficas necessárias para desenvolvermos nossa salvação, 1 Cor. 1.30,31.
7. Porque se diz que fomos abençoados com toda bênção espiritual em Cristo Jesus, Ef. 1.3; essas bênçãos, por seu mérito, nos são comunicadas. E não devem a fé e a graça salvífica ser contadas entre as bênçãos espirituais?
8. Porque não é uma mera possibilidade de redenção, mas uma redenção efetiva, aquilo pelo qual os santos no céu louvam e exaltam a Cristo, Apoc. 5.9,12. Um arminiano não pode, com propriedade, cantar uma parte desse cântico enquanto pensa em seu coração: “Ele [não] é mais devedor ao Cordeiro por sua redenção do que Caim e Judas.”

QUESTÃO III.

“Crê o cristão, pela fé, em tudo quanto é revelado na Palavra, por causa da autoridade de Deus que nela fala?”

Sim; João 4.42; 1 João 5.10; Atos 24.14; 1 Tess. 2.13.

Pois bem, não erram os papistas, os quais recomendam e exaltam a fé implícita e definem a fé mais pela ignorância do que pelo conhecimento?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a fé vem pelo ouvir, e o ouvir pela Palavra de Deus; portanto, não pode haver fé sem conhecimento, Rom. 10.17.
2. Porque todos os crentes são ensinados por Deus, Isa. 54.13; João 6.45.
3. Porque Cristo diz: E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste, João 17.3.
4. Porque o profeta Isaías diz: Pelo seu conhecimento o meu servo justo justificará a muitos, cap. 53.11.

QUESTÃO IV.

“São os principais atos da fé salvífica aceitar, receber e repousar somente em Cristo, para justificação, santificação e vida eterna, em virtude da aliança da graça?”

Sim; João 1.12; Atos 16.31; Gál. 2.20; Atos 15.11.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que a fé nada mais é do que um mero assentimento à verdade revelada na Palavra, situando-a somente no entendimento?

Sim.

Não erram igualmente os socinianos, os quais não fazem distinção alguma entre a fé e a obediência das obras?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque crer é receber a Cristo, o que é um ato da vontade, João 1.12.
2. Porque a fé é a substância das coisas esperadas, a prova das coisas que não se veem. Ou: a fé é um fundamento firme, ou uma confiança firme; isto é, aquilo que faz subsistir ou permanecer firmes as coisas prometidas por Deus em Cristo e que, por isso, são esperadas pela esperança; o que não se realiza somente por um assentimento às promessas de Deus em nosso entendimento, mas também por confiarmos nelas em nossa vontade. Digo que a fé é um fundamento firme das coisas esperadas e um argumento das coisas não vistas. Ou uma convicção, em grego *elengchos*; pois a fé, representando a revelação e a promessa de Deus, convence e assegura o coração do homem acerca da verdade de uma coisa com mais força do que qualquer outro argumento extraído da razão natural, Heb. 11.1.
3. Porque somos justificados diante de Deus pela fé, Rom. 5.1. Mas não somos justificados por um mero e simples assentimento à verdade; de outro modo, os demônios seriam justificados, Tiago 2.19. Tampouco somos justificados pela fé dos socinianos, a qual é por toda parte condenada na Escritura, Rom. 3.20,28; Gál. 2.16; Ef. 2.8,9; Fil. 3.9; Tito 3.4,5.

DO ARREPENDIMENTO

QUESTÃO I.

“É o arrependimento para a vida uma graça evangélica, cuja doutrina deve ser pregada por todo ministro do evangelho, assim como a da fé em Cristo?”

Sim; Zac. 12.10; Atos 11.18; Lucas 24.47; Mar. 1.15; Atos 20.21.

Pois bem, não erram os antinomianos, os quais sustentam que o arrependimento não é uma graça evangélica e que não deve ser pregado por nenhum ministro do evangelho, visto que nos afasta de Cristo e, de muitas maneiras, nos é prejudicial e perigoso?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Deus prometeu, na aliança da graça, que derramaria sobre a casa de Davi e sobre os habitantes de Jerusalém o Espírito de graça e de súplicas, o qual fará com que os cristãos, sob o evangelho, se arrependam e lamentem seus pecados, Zac. 12.10.
2. Porque o arrependimento é contado entre as graças salvíficas que serão concedidas e conferidas aos convertidos sob o evangelho, e algumas vezes é posto pela conversão inteira de um homem a Deus, Atos 11.15-18.
3. Porque os ministros do evangelho devem instruir com mansidão os que se opõem, para ver se porventura Deus lhes concederá arrependimento para o reconhecimento da verdade, 2 Tim. 2.25.
4. Porque o arrependimento de obras mortas está entre os princípios da doutrina de Cristo e é um fundamento que deve ser lançado antes que os ouvintes do evangelho possam prosseguir até a perfeição; digo, lançado pelos ministros do evangelho, Heb. 6.1.
5. Porque o próprio Cristo ordenou que o arrependimento fosse pregado por todo o mundo não menos do que a remissão dos pecados, Lucas 24.47.
6. Porque Cristo e seus apóstolos pregaram o arrependimento não menos do que a fé, Mar. 1.15; Mat. 3.2. Sim, toda a suma do evangelho é posta na pregação da fé e do arrependimento, Atos 20.20,21.

QUESTÃO II.

“Por meio do arrependimento, o pecador, pela visão e percepção não somente do perigo, mas também da imundícia e odiosidade de seus pecados, como contrários à santa natureza e à justa lei de Deus, e pela apreensão de sua misericórdia em Cristo para com os penitentes, entristece-se de tal modo por seus pecados e os odeia, que se volta de todos eles para Deus?”

Sim; Ezeq. 18.30; Ezeq. 36.31; Isa. 30.22; Jer. 31.18,19; Joel 2.12,13; Amós 5.15; Sal. 119.6,59,106.

Pois bem, não erram os antinomianos, os quais sustentam que não devemos, pelo arrependimento, odiar nossos pecados, lamentá-los e voltar-nos deles para Deus, mas apenas crer que Cristo, em nosso lugar e por nós, arrependeu-se?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o arrependimento é um voltar-se de nossos pecados e maus caminhos e um voltar-se para Deus; e Cristo, sendo sem pecado, não poderia ser capaz de arrepender-se em nosso lugar, 1 Reis 8.35; Heb. 7.26,27; Joel 2.12,13.
2. Porque os que se arrependem confessam seus pecados e se entristecem por eles, Esd. 10.1; Mar. 14.72. Odeiam seus pecados, 2 Cor. 7.11. Envergonham-se e ficam confundidos por causa deles, Jer. 31.19.
3. Porque o arrependimento é uma tristeza segundo Deus, nas próprias pessoas que se arrependem, operada por Deus mediante a pregação da Palavra, 2 Cor. 7.9; Atos 11.18.
4. Porque o arrependimento é chamado um rasgar do coração, Joel 2.12. E os que se arrependem odeiam e abominam a si mesmos por causa de suas abominações, Ezeq. 36.31. Envergonham-se e ficam confundidos, Jer. 31.19. Entristecem-se e são pungidos em seus rins, Sal. 73.21.
5. Porque Deus, prometendo arrependimento ao povo dos judeus, convertido a Cristo depois de sua apostasia, diz: Derramarei sobre a casa de Davi e sobre os habitantes de Jerusalém o Espírito de graça e de súplicas; e olharão para mim, a quem traspassaram, e lamentarão por ele como quem lamenta por seu filho único, Zac. 12.10. E estará em amargura por ele, como aquele que está em amargura por seu primogênito. Mas há alguém tão insensato a ponto de afirmar que, quando um homem lamenta por seu primogênito, crê somente que outro homem lamentou em seu lugar?
6. Porque a fé é uma coisa, e o arrependimento, propriamente assim chamado, é outra, Mar. 1.15; Atos 20.21; Heb. 11.6. Nesses lugares, fé e arrependimento são

enumerados como duas coisas distintas. E é igualmente evidente que a fé é a causa do arrependimento; mas nada pode ser causa de si mesmo.

Não erram igualmente os papistas, os quais sustentam que não somos, pelo arrependimento, convertidos de nossos pecados para Deus; antes, fazem dele apenas um incentivo, ou uma qualidade, que nos torna aptos e nos dispõe para a conversão, e que a merece; e esse arrependimento, dizem eles, consiste em contrição do coração, confissão da boca, absolvição e satisfação? Pela primeira, têm tristeza de coração pelo pecado. Pela segunda, confessam seus pecados ao sacerdote. Pela terceira, que não pode ser parte do arrependimento, visto não ser algo feito pelo pecador, são absolvidos pelo sacerdote de seus pecados.

Pela quarta, fazem satisfação pelos pecados anteriores, realizando alguma boa obra voluntariamente assumida, ou imposta pelo sacerdote após a absolvição; como jejuns, castigo de seus próprios corpos, peregrinações e assistência a muitas missas?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a Palavra de Deus não afirma nenhuma obra meritória em nós que preceda nossa conversão. Não por obras de justiça que houvéssemos feito, mas segundo sua misericórdia ele nos salvou, Tito 3.4-6.
2. Porque somente o mérito de Cristo é a causa meritória de nossa conversão, Heb. 9.14; 1 Cor. 6.11.
3. Porque o verdadeiro arrependimento é o antecedente infalível e precursor da vida, 2 Cor. 7.10; Atos 11.18; e os que verdadeiramente se arrependem têm todos os seus pecados perdoados, Atos 2.38; 3.19. Mais ainda, o arrependimento é uma parte do exercício da vida da graça aqui e opera para a vida e a salvação no porvir. Mas essas passagens da Escritura acima citadas não podem ser entendidas de nenhuma disposição precedente, ou qualificação anterior ao arrependimento.
4. Porque arrependimento e voltar-se para Deus são algumas vezes postos pela mesma coisa; e os profetas, quando procuram excitar e estimular o povo ao arrependimento, significam-no pelas palavras conversão e voltar-se para Deus, Atos 11.15,16,18,21; Joel 2.12,13; Ezeq. 18.31,32.
5. Porque tudo quanto precede nossa conversão a Deus não pode ser de fé e, portanto, deve desagradar a Deus, Rom. 8.8; 14.23. Mas o verdadeiro arrependimento é de fé, e Deus se agrada dele, Jer. 31.18,19,20.
6. Porque, em muitíssimos lugares da Escritura, o arrependimento é descrito como um afastar-se do mal e voltar-se para Deus, Isa. 1.16,17; Isa. 55.7; Sal. 34.14; Os. 6.1.

7. Porque a contrição do coração, a confissão da boca e a satisfação pelos pecados anteriores, que eles chamam penitência, conforme são explicadas pelos papistas, podem ser encontradas em arrependimento hipócrita, como é evidente pelos exemplos de Judas e Acabe, Mat. 27.4,5,6; 1 Reis 21.27. Pode haver verdadeiro arrependimento evangélico sem confissão da boca feita a um sacerdote e sem penitência. Se a boca e o coração confessarem somente a Deus, isso é suficiente, a menos que se tenha cometido escândalo público contra a Igreja de Deus. Quanto à absolvição, ela não pode ser parte do arrependimento, pois não é algo feito pelo pecador, mas, como eu disse, conferido pelo sacerdote.

QUESTÃO III.

“Deve-se confiar no arrependimento como alguma satisfação pelo pecado, ou causa de seu perdão?”

Não; Ezeq. 36.31,32; Ezeq. 16.61,62,63.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que o arrependimento é uma satisfação pelos pecados (a saber, uma satisfação imperfeita) e que merece a misericórdia de Deus e o perdão do pecado?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Cristo satisfaz plenamente a justiça de Deus; e é somente o sangue que nos purifica de todo pecado, Isa. 53.4,5,6,8,11; 1 João 1.7.
2. Porque satisfazer pelo pecado é parte do ofício sacerdotal de Cristo, o qual não pode ser comunicado a ninguém, Heb. 2.17, comparado com Heb. 7.23,24.
3. Porque o Senhor perdoa nossos pecados não por nossa causa, mas por causa de si mesmo, Isa. 43.25; Ezeq. 36.25,31,32.
4. Porque o perdão do pecado é um ato do favor gratuito de Deus, Os. 14.2; Ef. 1.7. Mas, se é do favor gratuito de Deus, então já não é por obras nem pelo arrependimento como satisfação pelo pecado, Rom. 11.6.

QUESTÃO IV.

“Há algum pecado tão grande que traga condenação sobre aqueles que verdadeiramente se arrependem?”

Não; Isa. 59.7; Rom. 8.1; Isa. 1.16,18.

Pois bem, não erram os novacianos, os anabatistas e os puritanos, chamados Kathari, os quais sustentam que, se alguém, depois do batismo e da graça recebida, cair em pecados graves e pecar voluntariamente, não lhe resta perdão algum, ainda que venha a arrepender-se?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Deus, sob a lei, instituiu sacrifícios diários até mesmo por pecados cometidos voluntariamente, Núm. 28.3; Lev. 6.1-8.
2. Porque Deus, na aliança da graça, prometeu que não retirará totalmente sua benignidade daqueles com quem está em aliança, ainda que tenham violado seus estatutos e não tenham guardado seus mandamentos, Sal. 89.30,31,32.
3. Porque Deus convida os gálatas e os coríntios, que eram culpados de apostasia e de muitos escândalos graves, ao arrependimento, na esperança de perdão, Gál. 3.1; 1.6; 4.19; 1 Cor. 1.11,12; 5.1,2,7,8; 2 Cor. 12.21.
4. Porque o apóstolo João diz, mesmo àqueles que pecaram voluntariamente depois do batismo e da graça recebida: Se verdadeiramente nos arrependermos e confessarmos nossos pecados, Deus é fiel e justo para nos perdoar os pecados, 1 João 1.9. Veja também cap. 2.12.
5. Porque Davi, depois de homicídio e adultério, e Pedro, depois de negar seu Mestre, obtiveram perdão quando se arrependeram, 2 Sam. 12.13; João 21.19. Portanto, resta perdão para aqueles que, depois do batismo e da graça recebida, caíram e se arrependeram.

QUESTÃO V.

“Está todo homem obrigado a fazer confissão privada de seus pecados a Deus, orando pelo perdão deles?”

Sim; Sal. 51.4,5,7,9; Sal. 32.5,6.

Pois bem, não erram os antinomianos, libertinos e anabatistas, os quais sustentam que aqueles que uma vez foram justificados já não estão obrigados a confessar seus pecados, entristecer-se por eles ou arrepender-se deles?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque todos quantos invocam a Deus Pai em suas orações devem buscar diariamente a remissão do pecado, Lucas 11.2,3,4.
2. Porque Deus recomenda a séria confissão dos pecados e a tristeza por eles na justificação, e nisso se agrada, Jer. 31.18,19,20; Lucas 7.44; Isa. 66.2.

3. Porque é prometido o perdão daqueles pecados que as pessoas justificadas confessarem, Prov. 28.13; Sal. 32.5; 1 João 1.9.
4. Porque são declarados bem-aventurados os que choram, Mat. 5.4.
5. Porque naqueles em quem o Espírito habita, ele produz, quando estão grandemente oprimidos pelo peso de seus pecados, contínuo gemido e tristeza por eles, Rom. 7.23,24; Rom. 8.26.
6. Porque o verdadeiro arrependimento é uma renovação da imagem de Deus, perdida — ou, pelo menos, grandemente desfigurada — pela prática do pecado; essa renovação, na santificação, não é aperfeiçoada, mas apenas iniciada, e cresce diariamente pela virtude da morte e ressurreição de Cristo, Ef. 4.19-24.
7. Pelo exemplo de pessoas justificadas, como Davi, Josias, Pedro e outros, os quais, depois da justificação, confessaram seus pecados, entristeceram-se por eles e suplicaram perdão, 2 Sam. 12.13; Sal. 51; 2 Reis 22.19; Neem. 9, desde o princípio; Mar. 14.72.

QUESTÃO VI.

“Aqueles que confessam privadamente seus pecados a Deus, oram pelo perdão deles e os abandonam, alcançam misericórdia?”

Sim; Prov. 28.13; 1 João 1.9.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que, além da confissão dos pecados feita a Deus e do abandono deles, deve-se fazer ao próprio sacerdote uma confissão auricular, uma enumeração de todos os pecados particulares cometidos depois do batismo, como meio necessário para obter a remissão deles?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o salmista diz: Quem pode entender seus erros?, Sal. 19.12; e, sendo eles mais numerosos que os cabelos de nossa cabeça, como podem ser recitados em murmúrio a um sacerdote? Sal. 40.12.
2. Porque Cristo concedeu absolvição sem uma enumeração de cada pecado, Mat. 9.2. Tampouco exige ele uma enumeração de todos os nossos diversos pecados, embora sejamos obrigados a contar e relatar todos aqueles de que somos capazes de nos lembrar, Lucas 7.48; Lucas 18.13,14.
3. Porque não há mandamento nem exemplo na Escritura para que qualquer homem sussurre e segrede seus pecados ao ouvido de um sacerdote; e, portanto, não sendo isso de fé, é pecado, Rom. 14.23.

4. Porque todo aquele que se volta de seus pecados para Deus e os confessa encontra imediatamente misericórdia, Ezeq. 18.21,28; Prov. 28.13.

QUESTÃO VII.

“Deve aquele que escandaliza seu irmão ou a Igreja de Cristo estar disposto, mediante confissão privada ou pública e tristeza por seu pecado, a declarar seu arrependimento àqueles que foram ofendidos?”

Sim; Tiago 5.16; Lucas 17.3,4; Jos. 7.19; Sal. 51; 2 Cor. 2.8.

Pois bem, não erram os novacianos, e outros também, os quais sustentam que aqueles que ofenderam seu irmão ou a Igreja de Cristo não estão obrigados a declarar seu arrependimento às partes ofendidas; e que os que foram ofendidos não devem exigir coisa alguma semelhante, como confissão e reconhecimento, privados ou públicos, mas que os ofensores devem ser recebidos imediatamente, sem fazer coisa alguma desse gênero?

Sim.

Não erram igualmente alguns eclesiásticos, que toleram e fazem vista grossa aos escândalos públicos, especialmente aos dos mais ricos e de posição mais elevada?

Sim.

E, por fim, não erram muitos nestes tempos, os quais escarnecem e zombam de todas as confissões públicas de pecado?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque aquele que ofende seu irmão deve voltar a ele, dizendo: Arrependo-me, Lucas 17.3,4.
2. Porque Cristo considerou de tal importância até mesmo a ofensa de um homem particular, que ele não devia ser admitido ao altar com sua oferta até que se reconciliasse com seu irmão, Mat. 5.24.
3. Porque a pessoa incestuosa não devia ser recebida na comunhão da Igreja de Corinto antes de haver evidenciado seu arrependimento, dando satisfação à Igreja, 2 Cor. 2.6.
4. Porque a confissão pública do pecado glorifica a Deus, Jos. 7.19.
5. Porque os que pecam devem ser repreendidos diante de todos, para que também os outros temam, 1 Tim. 5.20.

QUESTÃO VIII.

“Estão aqueles que foram ofendidos obrigados a reconciliar-se com a parte ofensora, mediante a declaração de seu arrependimento, e devem recebê-la em amor?”

Sim; 2 Cor. 2.8.

Pois bem, não erram os novacianos e os anabatistas, os quais sustentam que aqueles que professam a religião, ao caírem em escândalo público, especialmente ao negarem a verdade em tempo de perseguição, já não devem ser recebidos na Igreja, ainda que se arrependam?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Cristo diz: Se teu irmão pecar contra ti, repreende-o; e, se ele se arrepender, perdoa-lhe; e, se pecar contra ti sete vezes no dia, e sete vezes no dia voltar a ti, dizendo: Arrendo-me, perdoar-lhe-ás, Lucas 17.3,4.
2. Porque somente deve ser considerado gentio e publicano (isto é, alguém expulso da comunhão da Igreja) aquele que se recusa a ouvir a Igreja, Mat. 18.17.
3. Porque aqueles que ofenderam a Igreja, depois de se submeterem à censura da Igreja, devem ser consolados; a Igreja deve tornar-lhes conhecido seu amor e recebê-los novamente à comunhão, para que, porventura, aumentando sua dor e tristeza, não sejam por elas consumidos, 2 Cor. 2.7,8.
4. Porque, se um homem for surpreendido em alguma falta, os que são espirituais devem restaurá-lo com espírito de mansidão, considerando a si mesmos, para que também não sejam tentados, Gál. 6.1.
5. Porque, se os homens que se arrependem das faltas cometidas contra seus irmãos e companheiros cristãos não forem recebidos na comunhão da Igreja, tanto eles como a Igreja correm o risco de que Satanás, por seus ardis, alcance vantagem sobre eles, 2 Cor. 2.10,11.
6. Porque Miriã, que por sua sedição contra Moisés foi excluída do arraial por sete dias, foi novamente recebida, Núm. 12.15. Assim também a pessoa incestuosa foi recebida na comunhão da Igreja, 2 Cor. 2.8.

DAS BOAS OBRAS

QUESTÃO I.

“São boas obras somente aquelas que Deus ordenou em sua santa Palavra, e não aquelas que, sem autorização dela, são inventadas pelos homens por zelo cego, sob qualquer pretexto de boa intenção?”

Sim; Miqueias 6.8; Rom. 12.2; Heb. 13.21; Mat. 15.9, com 1 Sam. 15.21-23; Isa. 29.13; 1 Ped. 1.18; Rom. 10.2.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que não somente são boas as obras realizadas segundo a vontade e a lei de Deus, mas também outras, ordenadas pela autoridade pública da Igreja, ainda que excedam aquilo que a lei de Deus requer; e que também são boas obras aquelas realizadas por boa intenção, para promover a glória de Deus ou prestar-lhe culto, ainda que não tenham sido ordenadas por Deus?

Sim.

Não erram igualmente os antigos e os recentes libertinos, os quais sustentam que a diferença entre obras boas e más depende somente da opinião privada e particular de cada homem? Pois eles pensam que nenhuma obra deve ser chamada má senão na medida em que aquele que a pratica a considera má.

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque as boas obras são descritas pelo apóstolo como aquelas que Deus de antemão ordenou para que andássemos nelas, Ef. 2.10.
2. Porque Deus ordena expressamente que nenhum homem faça aquilo que parece bom aos seus próprios olhos, mas somente as obras que ele ordenou; e não deve acrescentar-lhes coisa alguma nem delas diminuir, Deut. 12.8,32; Jos. 1.7; Prov. 30.6; Apoc. 22.18.
3. Porque o Senhor testifica abertamente que em vão o adoram, ensinando como doutrinas os mandamentos dos homens, não requerendo aquele culto voluntário que homens fantasiosos lhe ofereceriam, Isa. 1.13; Mat. 15.9; Miqueias 6.6-8; Col. 2.23.
4. Porque os escribas e fariseus são censurados por Cristo por tornarem sem efeito os mandamentos de Deus mediante suas tradições, Mat. 15.6. E frequentemente se menciona nos livros dos Reis e das Crônicas, como falta dos reis de Judá, que os

altos não foram removidos. E quão severamente os israelitas foram castigados por adorarem o bezerro de ouro, Êx. 32, e por adorarem os bezerros que Jeroboão estabeleceu em Dã e Betel, todos o sabem, 1 Reis 12.28.

5. Porque a lei de Deus é a perfeita regra e esquadro das boas obras: À lei e ao testemunho; se eles não falarem segundo esta palavra, é porque não há luz neles, Isa. 8.20.
6. Porque sem fé é impossível agradar a Deus, Heb. 11.6. Mas a fé tem sempre por referência a Palavra de Deus.

QUESTÃO II.

“São as boas obras realizadas em obediência aos mandamentos de Deus os frutos e evidências de uma fé verdadeira e viva?”

Sim; Tiago 2.18,22.

Pois bem, não erram os antinomianos e libertinos, os quais negam que os crentes devam tornar evidente, a si mesmos e aos outros, a verdade de sua justificação por meio das boas obras, como frutos de uma fé verdadeira e viva?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Cristo diz: Pelos seus frutos os conhecereis; pois a árvore boa produz bons frutos, Mat. 7.16-18.
2. Porque somos ordenados a confirmar nossa vocação e eleição por meio das boas obras, como pelos frutos da fé, 2 Ped. 1.5,6,10,11.
3. Porque nas Escrituras são apresentados muitos sinais indubitáveis e seguros da regeneração, tomados dos frutos da fé e das boas obras, 1 João 1.6,7 e 2.3; e 1 João 3.9,10,14.

QUESTÃO III.

“É nossa capacidade de fazer boas obras inteiramente proveniente do Espírito de Cristo, e de modo algum de nós mesmos?”

Sim.

“E, para que sejamos capacitados para isso, além das graças já recebidas, não se requer um influxo atual do mesmo Espírito Santo, para operar em nós tanto o querer como o realizar, segundo seu beneplácito?”

Sim; João 15.4,6; Ezeq. 36.26,27; Fil. 2.13; 2 Cor. 3.5.

Pois bem, não erram os pelagianos, os quais sustentam: “Que as boas obras realizadas pela força de nosso livre-arbítrio estão em conformidade com a lei de Deus, e são dignas do reino dos céus?”

Sim.

Não erram igualmente os papistas, os quais sustentam que as boas obras podem ser realizadas por uma mera influência geral e comum de Deus?

Sim.

Não erram, por fim, os arminianos, os quais sustentam que as boas obras procedem de Deus somente como de uma causa moral?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Cristo diz: Sem mim nada podeis fazer, João 15.5.
2. Porque, por nós mesmos, não somos capazes de conceber um bom pensamento, 2 Cor. 3.5.
3. Porque é Deus quem opera em nós tanto o querer como o realizar, segundo seu beneplácito, Fil. 2.13.

QUESTÃO IV.

“Aqueles que são regenerados devem tornar-se negligentes, como se não estivessem obrigados a cumprir dever algum, a menos que por um impulso especial do Espírito?”

Não.

“Não devem eles avivar diligentemente a graça de Deus que está neles?”

Sim; Fil. 2.12; Heb. 6.11,12; 2 Ped. 1.3,5,10; Isa. 64.7; 2 Tim. 1.6; Atos 26.6,7; Judas 20-22.

Pois bem, não erram os quacres, os familistas e outras pessoas de cabeça leviana, os quais sustentam que os crentes não devem cumprir dever religioso algum, a menos que o Espírito interior os mova e excite a esses deveres; e que devemos abster-nos quando isso estiver ausente?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o Espírito Santo nos proíbe de sermos tardios no cumprimento de tais deveres; antes, ordena-nos que avivemos o dom que há em nós e empreguemos

toda diligência em cumprir os deveres por ele mesmo ordenados, Fil. 2.12; Judas 20.

2. Porque o profeta reconhece como grande pecado do povo do Senhor que não haja ninguém que invoque seu nome, que desperte a si mesmo para se apegar a ele, Isa. 64.7.
3. Porque negligenciar o culto a Deus é sinal e indício evidente de um ateu, Sal. 14.4; Sal. 53.4.
4. Porque o Senhor ameaçou derramar seu furor sobre as nações que não o conhecem e sobre as famílias que não invocam seu nome, Jer. 10.25.
5. Porque as doze tribos, que esperavam alcançar a promessa feita aos pais, serviam assiduamente a Deus dia e noite, Atos 26.6,7. E os apóstolos se dedicavam continuamente à oração e ao ministério da Palavra, Atos 6.4.
6. Porque o próprio Cristo, que sempre teve o Espírito, era muito assíduo em todos esses exercícios e deveres, como testificam todas as histórias dos quatro evangelistas. Esses recusantes fanáticos ou têm o Espírito de Deus neles, ou carecem dele. Isto último eles não concederão. Se, pois, o têm, por que se recusam a cumprir os deveres da religião, quando nosso bendito Salvador os cumpria sempre que a oportunidade e a ocasião o chamavam? Eles têm o Espírito, mas lhes falta o impulso. Ao contrário, porém, esse impulso nunca falta quando há um chamado; e o chamado do Espírito nunca falta quando se oferece a oportunidade.
7. Porque Cristo quer que o evangelho seja pregado a toda criatura, Mar. 16.15. E ordenou a administração da Ceia do Senhor até sua segunda vinda, 1 Cor. 11.26. E quer que a obra do ministério continue em sua Igreja, para o aperfeiçoamento dos santos, para a edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé etc., Ef. 4.11-13.
8. Porque somos ordenados a orar sem cessar, 1 Tess. 5.17; isto é, em todas as oportunidades e em todas as nossas necessidades.
9. Porque somos ordenados a confiar nele em todo tempo, Sal. 62.8.
10. Se devemos abster-nos dos deveres externos, como a oração e semelhantes, então também deveríamos abster-nos dos exercícios interiores, como os atos de fé, amor e temor, até sermos movidos a eles; o que é sumamente absurdo, pois somos ordenados, como foi citado, a confiar nele sempre.
11. Que segurança podem os homens ter de que, na próxima hora ou amanhã, estarão em condição melhor do que no tempo presente quanto ao movimento do Espírito sobre suas almas; ou de que estarão em maior vantagem por adiar o dever até terem algum movimento e impulso interior para ele, do que por atender ao chamado ordinário da Palavra ou da providência?

QUESTÃO V.

“Aqueles que, em sua obediência, atingem o mais alto grau possível nesta vida estão tão longe de serem capazes de realizar obras de supererrogação e fazer mais do que Deus requer, que ainda ficam aquém de muito daquilo que, por dever, estão obrigados a fazer?”

Sim; Lucas 17.10; Neem. 13.22; Gál. 5.17; Jó 9.2,3.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que um homem regenerado pode não somente cumprir perfeitamente a lei de Deus, mas também fazer mais bem do que a lei de Deus requer dele? Esta é a fantasia que inventaram acerca das obras de supererrogação.

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque nenhum homem vivo é capaz de cumprir toda a lei de Deus, Sal. 143.2; Isa. 64.6; 1 João 1.8. Muito menos é algum homem capaz de fazer mais do que a lei requer.
2. Porque somos obrigados a buscar diariamente a remissão dos pecados, Mat. 6.12. Mas buscar diariamente o perdão do pecado e realizar obras de supererrogação são coisas incompatíveis entre si.
3. Porque Cristo diz: Quando tiverdes feito todas as coisas que vos foram ordenadas, dizei: Somos servos inúteis; fizemos o que era nosso dever fazer, Lucas 17.10.
4. Porque, segundo essa doutrina das obras de supererrogação, teríamos de acusar a Escritura ou a lei de Deus de imperfeição, como se não fossem uma regra perfeita de vida e costumes; o que é contrário ao salmista, Sal. 19.8, e contrário a 2 Tim. 3.15-17; Deut. 4.2.
5. Porque tudo quanto é verdadeiro, honesto, justo, puro, amável e de boa fama é ordenado como coisa necessária a todos os homens. Portanto, ou as obras que os papistas chamam obras de supererrogação são verdadeiras, honestas, justas e puras; e, se são tais, são ordenadas por Deus na Escritura e não são obras de supererrogação; ou são desonestas, impuras e injustas; e, se são tais, então nenhum homem seria tão insensato a ponto de chamá-las boas obras, muito menos obras de supererrogação, Fil. 4.8.

QUESTÃO VI.

“Podem nossas melhores obras merecer, da parte de Deus, o perdão do pecado ou a vida eterna?”

Não; Rom. 3.20; Rom. 4.2,4,6; Ef. 2.8,9; Tito 3.5-7; Rom. 8.18; Sal. 16.2; Jó 22.2,3.

Pois bem, não erram os papistas e alguns dos quacres, os quais sustentam que as boas obras dos homens regenerados merecem verdadeira e propriamente a vida eterna e são dignas dela?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque não há proporção entre nossa obra imperfeita e a vida eterna, entre a obra e a recompensa, 2 Cor. 4.17. Pois nossa leve aflição produz para nós — isto é, produz não por mérito algum, mas por mera graça, por causa de Cristo —;⁸ veja Rom. 8.18 e 3.28.
2. Se por nossas boas obras merecêssemos o perdão do pecado, teríamos de que nos gloriar; pois, se Abraão foi justificado pelas obras, tem de que se gloriar, mas não diante de Deus, Rom. 4.2. Mas a Escritura diz: Aquele que se gloria, glorie-se no Senhor, 1 Cor. 1.31.
3. Porque nenhuma criatura, ainda que realize as obras mais excelentes, pode merecer favor algum de Deus ou obrigá-lo a dar coisa alguma como devida. E, segundo a ordem da justiça de Deus, ele não pode receber de nós favor algum, nem criatura alguma pode conferir-lhe benefício algum, Sal. 16.2; Jó 22.2,3. Na verdade, onde nenhum favor é prestado, não pode haver mérito; pois o mérito pressupõe um benefício aceito.
4. Porque nossas obras são imperfeitas tanto quanto às partes como quanto aos graus, Gál. 5.17; Isa. 64.7; Deut. 27.26. A perfeição quanto às partes consiste em possuírmos uma parte de cada graça e sermos renovados, em alguma medida, em cada potência e faculdade do homem inteiro, embora não tenhamos chegado à justa e devida medida em nenhuma delas. A perfeição quanto aos graus consiste na medida completa de nossa conformidade e em nossa correspondência exata à lei de Deus, em relação a tudo quanto ela requer.
5. Porque Cristo diz: Assim também vós, quando tiverdes feito todas as coisas que vos foram ordenadas, dizei: Somos servos inúteis; fizemos o que era nosso dever fazer, Lucas 17.10.
6. Porque as boas obras que fazemos não são nossas; antes, é Deus quem opera em nós tanto o querer como o realizar, 1 Cor. 4.7; Gál. 5.22; Fil. 2.13.
7. Porque aquela bem-aventurança celestial que será concedida aos santos é expressamente atribuída à misericórdia e compaixão de Deus, Sal. 103.4; Mat. 5.7; Tito 3.5; Ef. 4.6,7,8.

⁸ A frase permanece incompleta na fonte: falta o complemento da citação de 2 Coríntios 4.17. A lacuna não é omissão desta tradução. Ver aparato P12.

8. Porque, quando o apóstolo proclama que a morte é o salário do pecado, não afirma que a vida eterna seja a recompensa das boas obras, mas o dom gratuito e gracioso de Deus, que obtemos por Cristo, mesmo em nossa santificação, da qual o apóstolo trata aqui, Rom. 6.23. Esse dom gratuito tem por fim a vida eterna, não porque a mereça — pois então não seria um dom gracioso —, mas porque Cristo a mereceu por nós e, por livre graça, no-la dará, como mostram as palavras seguintes: Por Jesus Cristo nosso Senhor.
9. Porque Deus quer que compremos, sem dinheiro nem preço, vinho, leite e mel; isto é, que recebamos gratuitamente todas as coisas requeridas e necessárias para nossa vida espiritual, e a própria vida eterna, Isa. 55.1-3.
10. Porque Cristo não seria um Salvador perfeito se alguma coisa proveniente de nós tivesse de ser acrescentada à justiça de seu mérito; mas Cristo é um Salvador perfeito, Ef. 1.7 e 2.7-9; 1 João 1.7; Atos 4.12.
11. Porque nossas melhores obras têm tal mistura de corrupção e pecado que merecem sua maldição e ira; tão longe estão de merecer qualquer coisa, Isa. 64.6. Mas todos nós, diz o profeta, somos como coisa imunda, e todas as nossas justiças são como trapos imundos.
12. Se as obras dos homens regenerados merecessem a vida eterna, então toda a disposição do evangelho seria subvertida, e seria estabelecido precisamente o mesmo caminho de vida que havia na aliança das obras, como se vê claramente em 2 Cor. 5.21. O evangelho é disposto pela infinita sabedoria e bondade de Deus de tal maneira que há uma transferência judicial de nossos pecados, como dívida, para Cristo, o fiador, e uma transferência de sua justiça e mérito para nos serem imputados em nossa justificação, sem a menor consideração de nossas obras.

QUESTÃO VII.

“São pecaminosas e incapazes de agradar a Deus as obras realizadas por homens não regenerados, ainda que, quanto à sua matéria, possam ser coisas que Deus ordena e de boa utilidade tanto para eles próprios como para outros?”

Sim; Ageu 2.14; Tito 1.15; Amós 5.21,22; Os. 1.4; Rom. 9.16; Tito 3.5.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que não somente nem todas as obras dos homens não regenerados são pecaminosas, mas também que algumas de suas obras de fato merecem e são dignas de algo da parte de Deus, a saber, como dizem, por mérito de congruidade, isto é, por serem conformes à lei de Deus?

Sim.

[Não erram ainda os papistas, por sustentarem que] há também, como dizem, um mérito de condignidade, pelo qual as obras dos regenerados, que se seguem à justificação, merecem a vida eterna, não pela imputação da justiça de Cristo, mas por seu próprio valor intrínseco e proporcionalidade com a recompensa?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque, assim como uma árvore boa não pode produzir fruto mau, também uma árvore corrupta e apodrecida não pode produzir bom fruto, Mat. 7.18.
2. Porque todos os homens não regenerados estão mortos em delitos e pecado, Ef. 2.1.
3. Porque todas as obras dos homens não regenerados são realizadas sem fé e, por isso, não podem agradar a Deus, Heb. 11.6; Rom. 14.23.
4. Porque, se os homens não regenerados fossem capazes de fazer boas obras ou cumprir algum dever que merecesse algo da parte de Deus, seguir-se-ia que um homem seria capaz de fazer algum bem por si mesmo, o que é contrário a João 15.5; Fil. 2.13.
5. Porque é claro pelas Escrituras que, antes da graça renovadora, todos são filhos da ira; os quais, por si mesmos, não podem ter um bom pensamento, nem qualquer concurso ativo, nem empenhar-se ao máximo para sua própria conversão, 2 Cor. 3.5. Portanto, não há fundamento para alegar mérito mediante qualquer emprego das capacidades naturais dos homens; veja Rom. 9.15,16.

DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

QUESTÃO I.

“Podem aqueles a quem Deus aceitou em seu Amado, chamou eficazmente e santificou por seu Espírito cair total ou finalmente do estado de graça?”

Não.

“Perseverarão eles certamente nesse estado até o fim e serão eternamente salvos?”

Sim; Fil. 1.6; 2 Ped. 1.10; João 10.28,29; 1 João 3.9; 1 Ped. 1.5,9.

Pois bem, não erram os papistas, socinianos, arminianos e alguns líderes entre os quacres, os quais sustentam que os santos podem cair total e finalmente?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque os santos são edificados sobre a rocha, e não sobre a areia; portanto, quando tentações de qualquer espécie os assaltam, jamais podem sucumbir, nem as portas do inferno podem prevalecer contra eles, Mat. 7.24; 16.16,18.
2. Porque aquele que começou uma boa obra nos santos a completará até o dia de Jesus Cristo, Fil. 1.6.
3. Porque Paulo diz: Nada pode separar-nos do amor de Deus, Rom. 8.35,38,39.
4. Porque aqueles que apostatam jamais tiveram verdadeira fé justificadora, Lucas 8.4-15; 1 João 2.19.
5. Porque é impossível que os eleitos sejam seduzidos, Mat. 24.24. Digo impossível, não em relação à vontade e ao poder dos próprios eleitos, mas em relação à imutabilidade do decreto de Deus a respeito deles e ao seu propósito de guardá-los poderosamente contra a sedução, segundo suas promessas, das quais ele não pode arrepender-se; veja João 10.28; Rom. 8.38,39; 1 Ped. 1.5.
6. Porque aqueles que creem no Filho de Deus têm vida eterna, 1 João 5.13; João 6.47,54,58. E passaram da morte para a vida e jamais terão sede nem fome novamente, João 6.35.
7. Porque Deus prometeu em sua aliança que, embora castigue seus próprios filhos por suas faltas, jamais retirará deles sua misericórdia e benignidade, Sal. 89.30-34; Jer. 32.38-40.

8. Porque aquela cadeia de ouro de que Paulo fala não pode ser quebrada, Rom. 8.30. Aos que predestinou, a esses também chamou, etc.
9. Porque Cristo diz: esta é a vontade do Pai que me enviou: que, de tudo o que ele me deu, eu nada perca, João 6.39.
10. Porque somos guardados pelo poder de Deus, mediante a fé, para a salvação preparada para ser revelada no último tempo, 1 Ped. 1.5.
11. Porque ele orou por nós, para que nossa fé não desfaleça, Lucas 22.32; João 17.20.

QUESTÃO II.

“Podem os crentes, em razão de seus pecados e faltas, incorrer no desagrado de Deus e entristecer seu Santo Espírito; vir a ser privados de alguma medida de suas graças e consolações; ter o coração endurecido e a consciência ferida; prejudicar e escandalizar outros; e trazer juízos temporais sobre si mesmos?”

Sim; Isa. 64.5,7,9; Ef. 4.30; Sal. 51.8,10,14; Apoc. 2.4; Cânt. 5.2,3,4,6; Isa. 63.17; Sal. 37.3,4; 2 Sam. 12.14; Sal. 89.31,32; Mar. 16.14; 1 Cor. 11.32.

Pois bem, não erram os antinomianos, os quais sustentam que os pecados dos regenerados não desagradam a Deus, nem podem entristecer seu Santo Espírito; e que os crentes não são de modo algum castigados por seus pecados?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o profeta diz: Tu estás irado, porque pecamos, Isa. 64.5.
2. Porque se diz que aquilo que Davi havia feito (a saber, seu homicídio e adultério) desagradou ao Senhor, 2 Sam. 11.27.
3. Porque as Escrituras testificam que os pecados dos crentes entristecem o Espírito Santo, Ef. 4.30.
4. Porque os santos, em razão de seus pecados, são privados de alguma medida de graça e consolação, Sal. 51.8,9; Apoc. 2.4,5.
5. Porque o Senhor infligiu punições temporais aos crentes por suas faltas, Sal. 89.31,32; 2 Sam. 12.11; 24.15; 1 Cor. 11.30.

DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

QUESTÃO I.

“Podem aqueles que verdadeiramente creem no Senhor Jesus, o amam com sinceridade e se esforçam por andar diante dele com boa consciência em todas as coisas — podem eles, digo, estar certamente seguros, nesta vida, de que se encontram em estado de graça e, sendo capacitados pelo Espírito a conhecer as coisas que Deus lhes concedeu gratuitamente, alcançar tal certeza sem revelação extraordinária?”

Sim; 1 João 2.3; 1 João 3.14,18,19,21,24; 1 João 5.13; 1 Cor. 2.12; Heb. 6.11,12; Ef. 3.17,18.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que nenhum homem pode estar seguro (isto é, seguro por fé divina) do favor particular de Deus para consigo mesmo, sem revelação extraordinária?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o apóstolo nos ordena, dizendo: Irmãos, empregai toda diligência para tornar firmes a vossa vocação e eleição, pois, se fizerdes estas coisas, jamais caireis; porque vos será concedida abundantemente entrada no reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, 2 Ped. 1.10,11; Heb. 6.11.
2. Porque o apóstolo ordena aos coríntios que examinem a si mesmos, para ver se estão na fé, 2 Cor. 13.5.
3. Porque as Escrituras propõem e apresentam marcas e sinais seguros, pelos quais um crente pode estar infalivelmente certo de que pertence ao número das ovelhas de Cristo, João 10.4,5,27,28; e de que é um dos discípulos de Cristo, João 13.35. Mais ainda, é o propósito de toda a primeira epístola de João apresentar aos crentes tais marcas seguras, pelas quais possam saber que têm a vida eterna, 1 João 5.13.
4. Porque o verdadeiro crente pode estar persuadido de que nem a morte, nem a vida, nem qualquer outra coisa pode separá-lo do amor de Cristo, Rom. 8.38,39. Ali o apóstolo não fala somente de si mesmo, mas também daqueles a quem escreve.
5. Porque os crentes receberam o Espírito de adoção, pelo qual clamam: Aba, Pai; e ele mesmo testifica com o espírito deles que são filhos de Deus, Rom. 8.15,16.

6. Porque os crentes não receberam o espírito do mundo, mas o Espírito que é de Deus, para que conheçam as coisas que lhes são gratuitamente dadas por Deus, 1 Cor. 2.12.

QUESTÃO II.

“É esta certeza uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa esperança falível?”

Não.

Mas é ela uma certeza infalível de fé?

Sim; Heb. 6.11,17,18,19.

Pois bem, não erram os papistas e os arminianos, os quais sustentam que a certeza da salvação é apenas conjectural, ou, no máximo, somente provável, tendo por fundamento uma fé que falha e se desvanece?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a certeza procede do testemunho do Espírito Santo, que testifica com os nossos espíritos que somos filhos de Deus, Rom. 8.16.
2. Porque esta certeza está fundada nas promessas de Deus, que não pode mentir, Isa. 54.10; João 3.36.
3. Porque os crentes são selados com o Espírito Santo da promessa, que é o penhor de sua herança; mas aquele que recebe o penhor não somente tem direito à posse, como também sabe com certeza que tem esse direito e que será posto na posse efetiva dela, Ef. 1.13,14.
4. Porque Deus, querendo mostrar mais abundantemente aos herdeiros da promessa a imutabilidade de seu conselho, confirmou-o com juramento, para que, por duas coisas imutáveis, nas quais era impossível que Deus mentisse, tivéssemos forte consolação, Heb. 6.17,18.

QUESTÃO III.

“Está a certeza infalível de fé fundada sobre a verdade divina das promessas de salvação e sobre a evidência interior daquelas graças às quais essas promessas são feitas?”

Sim; Heb. 6.17,18; 2 Ped. 1.4,5; 1 João 2.3; 1 João 3.14; 2 Cor. 1.12.

Pois bem, não erram os antinomianos, os quais sustentam que ninguém deve ou pode extrair qualquer consolação ou certeza da salvação de suas próprias obras de santidade; mas que o crente deve apoiar-se e repousar somente no testemunho do Espírito, sem quaisquer marcas ou sinais; de cujo testemunho, dizem eles, pode estar plenamente seguro da remissão de seus pecados e de sua própria salvação?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Pelo exemplo dos santos, que extraíram suas consolações dos frutos da fé e das obras de santidade, como fez Davi, Sal. 119.6; e como fez Paulo, 2 Cor. 1.12.
2. Pela enumeração das marcas que são apresentadas na Escritura, pelas quais os crentes podem ser distinguidos dos incrédulos, como o amor mútuo, João 13.35; observar e guardar seus mandamentos, 1 João 2.3; praticar a justiça, 1 João 3.14; e amar os irmãos.
3. Porque, a menos que a fé seja comprovada por marcas, a verdadeira fé não pode ser discernida da presunção, nem uma certeza corretamente fundamentada pode ser discernida de um engano de Satanás, 1 João 4.2.
4. Porque a razão requer que, do conhecimento do efeito, cheguemos ao conhecimento da causa, segundo Mat. 7.16.
5. Porque as marcas da graça têm em si mesmas tal clareza que chegam a gerar, mesmo em outros, um juízo de caridade acerca da eleição de outras pessoas; portanto, muito mais nas próprias pessoas em questão, que são capazes de discernir e conhecer melhor seus próprios corações, 1 Tess. 1.3,4.

QUESTÃO IV.

“Pertence esta certeza infalível à essência da fé?”

Não.

“Pode um verdadeiro crente esperar muito tempo e lutar com muitas dificuldades antes de participar dela?”

Sim; 1 João 5.13; Isa. 50.10; Mar. 9.24; Sal. 88; Sal. 77, até o versículo 12.

Pois bem, não erram os antinomianos, os quais sustentam que a certeza da salvação é a própria fé? E que a fé nada mais é senão o eco da alma respondendo ao Espírito: meus pecados me são perdoados?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o selamento do Espírito Santo, que é o penhor de nossa herança, é dado aos crentes depois que creram, Ef. 1.13,14.
2. Porque os crentes podem, às vezes, não saber que têm a vida eterna, 1 João 5.13. E aquele que teme o Senhor, obedecendo à voz de seu servo, pode andar em trevas, Isa. 50.10.
3. Porque, se esta certeza, que remove toda dúvida, como afirmam os antinomianos, fosse da essência da fé, não haveria quaisquer graus de fé, o que é contrário a Mar. 9.24; Mat. 8.10; Mat. 15.28.
4. Porque há exemplos evidentes na Escritura, tirados da experiência dos santos, como o do fiel Hemã, que assim se queixou, Sal. 88: Por que rejeitas a minha alma? Por que escondes de mim o teu rosto? E o do fiel Asafe, sob uma provação muito dolorosa, Sal. 77, até o versículo 10.

QUESTÃO V.

“Esta certeza da salvação inclina os homens à licenciosidade?”

Não; 1 João 2.1; Rom. 8.1,12; 1 João 3.2,3; 1 João 1.6,7; Rom. 6.1,2; Tito 2.11,12,14; 2 Cor. 7.1.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que a doutrina da certeza da salvação é, por sua própria natureza, prejudicial à verdadeira piedade e inclina os homens ao pecado e à perversidade?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o apóstolo Pedro argumenta no sentido contrário e infere uma conclusão bem diversa, a saber: porque os crentes sabem que foram redimidos pelo precioso sangue de Cristo, devem passar em temor o tempo de sua peregrinação aqui, 1 Ped. 1.17,18,19.
2. Porque o apóstolo Paulo, que estava certamente persuadido de sua participação em Cristo, rejeita e abomina essa conclusão com indignação e ira, Rom. 6.1,2.
3. Porque, a partir da promessa de que Deus é o Pai dos crentes, o apóstolo, por consequência, exorta os coríntios a purificarem-se de toda imundícia da carne e do espírito e a aperfeiçoarem a santidade no temor de Deus, 2 Cor. 7.1.
4. Porque aqueles que estão em Cristo, para os quais não há condenação, e que estão certos disso, não andam segundo a carne, mas segundo o Espírito, Rom. 8.1,12,38,39.
5. Porque o crente, sabendo que Deus é misericordioso, conclui que Deus deve ser temido, Sal. 130.4.

6. Porque todo aquele que tem essa esperança (a saber, de que verá Cristo e será feito semelhante a ele) purifica-se a si mesmo, assim como ele é puro, 1 João 3.3.
7. Porque isso é evidente pelo exemplo daqueles que estavam persuadidos de sua salvação e, contudo, viviam piedosa e santamente, como Paulo, Rom. 8.38,39, comparado com 2 Cor. 1.12; Atos 24.16. Em seguida, temos o exemplo de Abraão, Gên. 17.1, comparado com Rom. 4.18-20.

QUESTÃO VI.

“Ficam os verdadeiros crentes, quando caem em algum pecado particular que fere a consciência e entristece o Espírito, destituídos da semente de Deus e da vida da fé?”

Não; 1 João 3.9; Lucas 22.32.

Pois bem, não erram os quacres e outros, os quais sustentam que os verdadeiros crentes, ao caírem em algum pecado particular, podem ficar sem nada da vida da fé e da semente de Deus neles?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque todo aquele que é nascido de Deus não pratica pecado, pois sua semente permanece nele, e ele não pode pecar, porque é nascido de Deus, 1 João 3.9. Pois sua semente permanece nele; isto é, não perece totalmente, mas permanece dali em diante, produzindo os frutos da regeneração uma vez iniciada neles, Fil. 1.6.
2. Porque, embora Pedro tenha caído naquele grave pecado de negar três vezes seu Mestre, ainda reteve aquela semente de Deus, a vida da fé e o amor a Cristo; pois Cristo lhe havia dito: Eu roguei por ti, para que a tua fé não desfaleça, Lucas 22.32. O mesmo se pode dizer de Davi e de outros santos de Deus que, ao caírem em alguns pecados particulares, feriram a consciência e entristeceram o Espírito Santo.

DA LEI DE DEUS

QUESTÃO I.

“Deu Deus a Adão uma lei como aliança de obras, pela qual o obrigou, e a toda a sua posteridade, a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua?”

Sim.

“Prometeu ele vida mediante o cumprimento dela; e ameaçou de morte pela violação dela?”

Sim.

“Foi Adão dotado de poder e capacidade para guardá-la?”

Sim; Gên. 1.26,27; Gên. 2.7; Rom. 2.14,15; Rom. 5.12,19; Gál. 3.10,12; Ecl. 7.29; Jó 28.28.

Pois bem, não erram os socinianos, os quais sustentam que Deus não fez aliança alguma com Adão em seu estado de integridade, na qual lhe promettesse, e à sua posteridade, a vida eterna?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Das passagens da Escritura nas quais é descrita a justiça da lei, Lev. 18.5; Rom. 10.5; Gál. 3.12; Ezeq. 20.11,13. Portanto, todo aquele que guardar meus estatutos e juízos, diz o Senhor, viverá neles. E àqueles a quem a vida é prometida para sempre, mediante sua perfeita obediência e permanência em todas as coisas escritas no livro da lei. E daquelas passagens nas quais se ameaça de morte os que transgridem, ainda que minimamente, a lei de Deus, Deut. 27.26; Gál. 3.10; Ezeq. 18.4.
2. Das palavras de nosso Salvador, que falou ao jovem segundo a aliança de obras, na qual o Senhor prometeu vida eterna aos que cumprirem a lei, Mat. 19.17; Lucas 10.28. Observe que Cristo responde aqui segundo a pergunta e a opinião desse jovem, que pensava ser capaz de obter a salvação por suas próprias boas obras; e, por isso, Cristo o dirige à lei, a fim de levá-lo por meio dela ao reconhecimento de sua própria imperfeição e, depois, à fé no próprio Cristo.
3. Porque o homem foi criado por Deus em justiça, santidade e imortalidade, segundo a semelhança e imagem de Deus, Gên. 1.26; Gên. 9.6; Ecl. 7.29; Ef. 4.24;

Col. 3.9,10. E recebeu dele a lei da natureza, naturalmente gravada em seu coração, Rom. 2.14,15. E, além dessa lei, foi-lhe acrescentada uma lei positiva: que Adão não comesse da árvore do conhecimento do bem e do mal; para que, obedecendo-lhe, pudesse dar uma amostra ou prova de sua obediência à lei da natureza, em cuja perfeita obediência, enquanto nela continuasse, viveria para sempre. Pois o Senhor lhe ameaçou de morte somente se pecasse; e a morte é o salário do pecado, a qual entrou no mundo pelo pecado, Gên. 2.17; Rom. 6.23; Rom. 5.12,13.

4. Dasquelas passagens da Escritura nas quais se nega que os crentes, sob a aliança da graça, sejam justificados pela lei, mas pela fé e pela justiça de Cristo, manifestada no evangelho. Pois a lei é fraca, sem poder ou impotente, por causa da corrupção de nossa natureza, para justificar-nos e dar-nos vida, Rom. 3.20,21,28; Gál. 2.16; Gál. 3.10-13; Fil. 3.9; Rom. 8.2,3.

QUESTÃO II.

“Contêm os quatro primeiros mandamentos nosso dever para com Deus, e os outros seis, nosso dever para com o homem?”

Sim; Mat. 22.37-40.

Pois bem, não erram os papistas e os luteranos, os quais sustentam que somente três pertencem à primeira tábua, e sete à segunda; e que: Não farás para ti imagem de escultura, juntamente com o precedente: Não terás outros deuses diante de mim, constituem apenas um mandamento; e que: Não cobiçarás a casa do teu próximo; não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem seu servo, etc., são dois mandamentos distintos?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque os dois primeiros preceitos ordenam coisas diferentes: o primeiro nos ensina quem deve ser adorado, a saber, o Deus verdadeiro e vivo, e nenhum outro. O segundo nos instrui como ele deve ser adorado, a saber, segundo sua própria determinação, e não segundo a determinação e o agrado dos homens, como por imagens e coisas semelhantes.
2. Porque é uma e a mesma concupiscência que é proibida no décimo mandamento, cuja suma — Não cobiçarás — é citada pelo apóstolo Paulo, Rom. 7.7, e que é resumidamente expressa no final do décimo mandamento: Nem coisa alguma que pertença ao teu próximo.
3. Se o décimo mandamento devesse ser dois porque estas palavras, Não cobiçarás, são repetidas duas vezes, seguir-se-ia que haveria tantos mandamentos quantas

são as coisas desejadas ou proibidas; pois é evidente que estas palavras, Não cobiçarás, devem ser repetidas em relação a cada parte.

QUESTÃO III.

“Foram todas as leis cerimoniais ab-rogadas sob o Novo Testamento?”

Sim; Col. 2.14,16; Dan. 9.27; Ef. 2.15,16.

Pois bem, não erram os judaizantes, os quais sustentam que todas as leis cerimoniais permanecem em sua antiga força e vigor, obrigam os crentes sob o evangelho e não foram ab-rogadas ou anuladas por Cristo?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Cristo aboliu a lei dos mandamentos contida em ordenanças, para que reunisse tanto judeus como gentios em um só novo homem, Ef. 2.14,15; Col. 2.14. Note que o apóstolo fala aqui de todos os crentes, tanto judeus como gentios, como de um só homem; porque, estando todos sob Cristo, a Cabeça, como membros de um só corpo espiritual, são constituídos como um só homem renovado.
2. Porque o apóstolo diz: Ninguém vos julgue pelo comer ou pelo beber, ou por causa de dia santo, ou de lua nova, ou de dias de sábado; todas essas coisas são sombras das coisas vindouras, mas o corpo é de Cristo, Col. 2.16,17. Esse versículo é uma conclusão do discurso precedente do apóstolo contra as cerimônias e as coisas ordenadas pela lei cerimonial, as quais, pela vinda de Cristo, são abolidas. Ele as chama, no v. 17, de sombra das coisas vindouras; mas o corpo, diz ele, é de Cristo; isto é, a coisa significada é de Cristo. Pois todas as sombras do Antigo Testamento diziam respeito a Cristo e aos seus benefícios, e com a sua vinda também chegaram ao fim, João 1.17; Gál. 4.3-5.
3. Porque o apóstolo diz: Os crentes estão mortos com Cristo para os rudimentos do mundo; isto é, para os mandamentos cerimoniais, como é evidente pelo contexto. Por que, diz ele, como se vivêsseis no mundo, vos sujeitais a ordenanças? Isto é, como se vossa vida e felicidade consistissem nesses princípios exteriores mundanos, deixando-vos, porém, sobrecarregar por tais mestres com instituições e ordenanças humanas. De fato, nessas últimas palavras, o apóstolo argumenta contra as instituições e ordenanças dos homens a partir desta premissa, que é um argumento do maior para o menor: se estais mortos com Cristo para as cerimônias da lei, instituídas no Antigo Testamento pelo próprio Deus, muito mais estais livres das instituições e ordenanças dos homens, que se fundam somente em seu próprio agrado, Col. 2.20,21; Gál. 4.10,11.

4. Porque o apóstolo afirma que a observância e o uso da circuncisão não podem subsistir com a verdadeira fé em Cristo, agora que o evangelho está plenamente publicado. E exorta os gálatas a permanecerem na liberdade adquirida por Cristo, e a não se submeterem ao jugo das cerimônias mosaicas, Gál. 5.1,2.
5. Porque aqueles mestres que instavam com os gentios crentes para que fossem circuncidados e observassem a lei de Moisés — quero dizer, a lei cerimonial — foram condenados pelo concílio dos apóstolos, Atos 15.24.
6. Porque os mandamentos cerimoniais não pertencem à lei da natureza, nem são impostos aos crentes sob o evangelho como coisas morais.
7. Porque essas cerimônias instituídas eram apenas figuras das coisas vindouras, impostas aos judeus até o tempo da reforma; mas foram removidas por Cristo, Heb. 9.9-12; 10.9, onde se diz: Ele tira o primeiro, a saber, todas as espécies de ofertas propiciatórias que eram usadas no Antigo Testamento, para estabelecer o segundo, a saber, sua obediência à vontade do Pai.
8. Porque foram dadas aos israelitas para prenunciar e representar Cristo e sua morte, e para serem sinais de distinção entre eles e as nações incrédulas, Col. 2.17; Ef. 2.14, onde se diz: Aquele que de ambos, a saber, judeus e gentios, fez um; e derrubou a parede intermediária de separação, pela qual se entende a lei cerimonial, que fazia distinção entre judeus e gentios. Ora, visto que Cristo sofreu a morte e os gentios são chamados, todas essas cerimônias que prenunciavam sua morte e estabeleciam aquela distinção necessariamente cessam.
9. Porque o templo de Jerusalém, ao qual as cerimônias estavam restritas, foi destruído e, desde então, jamais pôde ser reconstruído.

QUESTÃO IV.

“Deu o Senhor aos judeus, por meio de Moisés, como corpo político, diversas leis judiciais, que expiraram juntamente com seu Estado?”

Sim.

“Obrigam elas agora a quaisquer outros, além do que possa exigir sua equidade geral?”

Não; Êx. 21, do primeiro ao último versículo; Êx. 22.1 até o versículo 29; Gên. 49.10; 1 Cor. 9.8-10; 2 Ped. 2.13,14; Mat. 5.17,38,39.

Pois bem, não erram alguns, embora em outros aspectos ortodoxos, os quais sustentam que toda a lei judicial dos judeus ainda está em vigor e obriga a todos nós, que somos gentios cristãos?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a lei judicial foi entregue por Moisés aos israelitas para ser observada por eles como corpo político, Êx. 21.
2. Porque essa lei, em muitas coisas que são de direito particular, foi acomodada à comunidade política dos judeus, e não também às demais nações, Êx. 22.3; Êx. 21.2; Lev. 25.2,3; Deut. 24.1-3; Deut. 25.5-7.
3. Porque, em outras coisas que não são de direito particular, ela tampouco procede da lei da natureza, obrigando pela razão; nem é imposta aos crentes sob o evangelho para ser observada.
4. Porque aos crentes sob o evangelho é ordenado obedecer à lei civil e aos mandamentos daqueles sob cujo governo vivem, contanto que sejam justos, e isso por causa da consciência, Rom. 13.1,5; 1 Ped. 2.13,14; Tito 3.1.

QUESTÃO V.

“Obriga a lei moral para sempre, tanto as pessoas justificadas como as outras, à obediência a ela, e isso não somente quanto à matéria nela contida, mas também em razão da autoridade de Deus que a deu?”

Sim; Rom. 13.8-10; Ef. 6.2; 1 João 2.3,4,7,8; Tiago 2.10,11.

Pois bem, não erram os antinomianos, os quais sustentam que os crentes, sob o evangelho, não estão obrigados à obediência da lei moral?

Sim.

Por quais meios são eles refutados?

1. Porque Cristo diz que não veio destruir a lei e os profetas; isto é, alterar ou anular a doutrina da lei ou dos profetas, Mat. 5.17.
2. Porque ele diz no versículo seguinte: Em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, nem um jota nem um til jamais passará da lei, até que tudo se cumpra, Mat. 5.18.
3. Porque qualquer que violar um destes menores mandamentos e assim ensinar aos homens será chamado o menor no reino dos céus; isto é, não será de modo algum estimado ali, ou não entrará nele, v. 19.
4. Porque, depois de o apóstolo Paulo concluir que a justificação dos crentes é pela graça gratuita, acrescenta: Anulamos, pois, a lei pela fé? De modo nenhum! Antes, estabelecemos a lei, Rom. 3.31.
5. Porque todos os preceitos da lei moral pertencem à lei da natureza, naturalmente gravada no coração dos homens, a qual não pode ser ab-rogada, mas obriga todos

os homens perpetuamente e necessariamente pela própria razão natural, Rom. 2.15.

6. Porque todos os preceitos da lei moral são repetidos no evangelho e impostos a todos os crentes por Cristo, Mat. 19.17-20; Rom. 2.13.
7. Porque Paulo acrescenta e propõe aos crentes sob o Novo Testamento tanto um mandamento como uma promessa do Decálogo, como pertencentes propriamente a eles, Ef. 6.2,3.
8. Porque o apóstolo Tiago apresenta aos crentes a lei moral como regra de vida, a qual estão obrigados a observar, e pela violação da qual são convencidos de pecado, Tiago 2.8,9,11.
9. Porque todo aquele que comete qualquer pecado contra a lei moral jamais entrará no reino de Deus, 1 Cor. 6.9,10; Gál. 5.21.
10. Porque este princípio dos antinomianos converte a graça de Deus em licenciosidade; subverte o fim da liberdade cristã e da vinda e morte de Cristo; e abre caminho para toda impiedade, para a indulgência das concupiscências da carne e para o fomento do domínio do pecado, contrariamente a estas Escrituras, Judas 4; 1 João 2.16; 2 Ped. 2.18-20; Rom. 6.14-16; Lucas 1.74,75; Tito 2.11,12; 1 Tim. 6.9; Rom. 9.21,23,24.
11. Porque os crentes devem aplicar-se às boas obras, Tito 3.8, para as quais são criados em Cristo, a fim de que andem nelas, Ef. 2.10.
12. Porque Cristo retribuirá a cada homem, em sua última vinda, tanto ao bom como ao mau, segundo suas obras, Apoc. 22.12; Mat. 25.34,35,41,42.

QUESTÃO VI.

“Estão os verdadeiros crentes sob a lei como aliança de obras, para serem por ela justificados ou condenados?”

Não; Rom. 6.14; Gál. 2.16; 3.13; 4.4,5; Atos 13.39; Rom. 8.1.

Pois bem, não erram os papistas e os socinianos, os quais sustentam que os crentes sob o evangelho são justificados por sua obediência à lei de Deus (a lei, digo, seja moral ou evangélica) e condenados pela transgressão dela?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque pela lei vem o conhecimento do pecado, Rom. 3.20.
2. Porque todos quantos são das obras da lei estão debaixo da maldição, Gál. 3.10.
3. Porque não foi dada lei alguma que pudesse dar vida ao homem caído, Gál. 3.21.

4. Porque Cristo não morreu em vão. Pois, se a justiça vem pela lei, então Cristo morreu em vão, isto é, sem causa, razão, necessidade ou fruto, Gál. 2.21. Veja João 15.25.
5. Porque Deus prometeu, cerca de quatrocentos e trinta anos antes da promulgação da lei, que todas as nações da terra seriam benditas na semente de Abraão, Gên. 22.18; Gên. 12.3, com Gál. 3.16-18.
6. Porque Cristo se tornou sem efeito para aqueles que são justificados pela lei; caíram da graça, Gál. 5.4.
7. Porque os crentes devem aguardar, pelo Espírito, a esperança da justiça pela fé, Gál. 5.5.
8. Porque o apóstolo, embora rigoroso observador da lei, considerou todas as suas obras como perda e esterco, para que fosse achado em Cristo, não tendo sua própria justiça, que procede da lei, mas a que vem pela fé de Cristo, a justiça que procede de Deus pela fé, Fil. 3.8,9.
9. Porque Cristo é feito por Deus justiça para os crentes, 1 Cor. 1.30; 2 Cor. 5.21.
10. Porque aqueles que não buscam a justiça pela fé, mas por suas obras, não a alcançam. E, inversamente, aqueles que buscam sua justiça pela fé, e não por suas obras, alcançam-na, Rom. 9.30-32.
11. Porque Cristo é o fim da lei para justiça de todo aquele que crê, Rom. 10.4.
12. Porque a justificação dos homens sob a lei, ou aliança de obras, é pela lei e pelas obras da lei; mas a justificação dos homens sob a graça, ou aliança da graça, é pela fé, Rom. 10.5,6,8,9,10; Gál. 3.11,12; Lev. 18.5. Mas os crentes agora não estão sob a lei, ou aliança de obras, mas sob a graça, ou aliança da graça, Rom. 6.14,15; Gál. 5.18.
13. Porque os crentes sob o Novo e o Antigo Testamento são salvos pela graça de Jesus Cristo, e não pela lei, cujo jugo ninguém foi capaz de suportar. Isto é, ninguém foi capaz de guardá-la perfeitamente, nem de ser justificado por ela, Atos 15.10,11.
14. Porque todo aquele que transgredir a lei no mínimo está debaixo de sua maldição, Gál. 3.10; Deut. 27.26, e merece morte e maldição, Rom. 6.23; Ezeq. 18.4,20. Mas todos os homens, até mesmo os regenerados, pecam diariamente e transgridem a lei de Deus, e assim são culpados de todos, Tiago 1.13, comparado com Tiago 2.10 e com 1 João 1.8.
15. Porque as boas obras não precedem a justificação, mas a seguem, Tito 1.15; Heb. 11.6; Rom. 14.23; Rom. 3.9,10,23.
16. Porque a justiça de Deus, que é pela fé em Jesus Cristo, é manifestada a todos e sobre todos [os que creem, sendo testemunhada] por Moisés e pelos profetas. Pois

todos os apóstolos testificam que todo aquele que crê em Jesus Cristo terá remissão dos pecados, Rom. 3.21,24,25; Atos 10.43.

17. Porque a justificação procede da graça gratuita de Deus, Rom. 3.24. Não pelas obras da lei; caso contrário, a graça já não seria graça, nem a obra seria mais obra, Rom. 11.6.
18. Porque as boas obras dos crentes são impuras e contaminadas, Isa. 64.6; Gál. 5.17.
19. Porque é dito pelo Espírito de Deus: o justo viverá pela fé, Hab. 2.4; Gál. 3.11.
20. Porque está escrito que Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça, Gên. 15.6; Rom. 4.3. Mas, ao que não trabalha, porém crê naquele que justifica o ímpio, sua fé lhe é imputada para justiça, Rom. 4.5.
21. Porque os crentes não devem gloriar-se em si mesmos, mas somente em Deus, Rom. 4.2; Rom. 3.27.
22. Porque pela obediência de um muitos serão feitos justos, como foi predito pelo profeta, Isa. 53.11, e afirmado por Paulo, Rom. 5.17-19.
23. Porque a justificação pela fé, e não pelas obras, é expressamente ensinada em larga medida pelo apóstolo no terceiro capítulo aos Romanos e no terceiro aos Gálatas.

DA LIBERDADE CRISTÃ E DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

QUESTÃO I.

“É somente Deus Senhor da consciência, e deixou-a livre das doutrinas e mandamentos dos homens que, em qualquer coisa, sejam contrários à sua Palavra, ou estejam além dela, em matérias de fé ou culto?”

Sim.

Tiago 4.12; Atos 4.19; Atos 5.29; Mat. 23.8-10; 2 Cor. 1.24; Mat. 15.6.

Pois bem, não erram os papistas, os quais contradizem isso tanto na doutrina (porque ensinam que o papa de Roma e os bispos em suas próprias dioceses podem, por sua própria autoridade, *præter Scripturam*, além da Palavra, fazer leis que obriguem e vinculem a consciência, sob pena de morte eterna); como na prática (porque impuseram e continuam a impor muitos ritos e cerimônias eclesiásticos como necessários no culto, sem qualquer fundamento na Escritura)?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque há um só Legislador, que é capaz de salvar e destruir, Tiago 4.12. Portanto, nenhum papa, nenhum prelado, nem qualquer mero homem pode ser legislador.
2. Porque Cristo rejeita os mandamentos dos homens para o culto de Deus, Mat. 15.9.
3. Porque os apóstolos recusaram obedecer às ordens de seu concílio, visto serem contrárias aos mandamentos de Deus, Atos 4.19; 5.29.
4. Porque o Senhor ameaça realizar uma obra maravilhosa entre seu povo, porque se aproximavam dele com a boca (assim como a maior parte do serviço cerimonial não passa de aproximar-se de Deus com a boca), mas tinham o coração afastado para longe dele, Isa. 29.13,14.
5. Porque Cristo proíbe expressamente tal sujeição e obediência aos mandamentos dos homens, Mat. 23.9,10; 1 Cor. 7.23.
6. Porque os próprios apóstolos proíbem todo culto voluntário, como são as cerimônias dos papistas, Col. 2.18,21-23.

7. Porque o apóstolo Paulo resistiu àqueles falsos irmãos, introduzidos dissimuladamente, que entraram secretamente para espiar sua liberdade, que ele tinha em Cristo Jesus, a fim de reduzi-lo à servidão; aos quais não cedeu em sujeição, nem sequer por uma hora, para que a verdade do evangelho permanecesse; onde ele atribui tamanho peso à liberdade cristã que, se esta fosse retirada, a verdade do evangelho também pereceria, Gál. 2.4,5.
8. Porque o apóstolo ordena aos crentes que permaneçam firmes em sua liberdade, com a qual Cristo os libertou, e que não se deixem novamente enredar no jugo da servidão, Gál. 5.1.
9. Porque as cerimônias são supersticiosas, sendo isso um vício oposto à religião por excesso, ao ordenar no culto de Deus mais do que ele requer.

QUESTÃO II.

“Não constitui a exigência de uma fé implícita e de uma obediência absoluta e cega à Igreja, ou a qualquer homem, uma destruição da liberdade de consciência e também da razão?”

Sim; Rom. 10.17; 14.23; Isa. 8.20; Atos 17.11; João 4.22; Os. 5.11; Apoc. 13.12,16,17; Jer. 8.9.

Pois bem, não erram os papistas, os quais exigem fé implícita em todos os decretos e ordenanças de sua Igreja e de seu papa; e obediência cega aos seus mandamentos, sem um juízo prévio de discernimento?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque nenhum homem que cumpra qualquer dever por obediência cega pode estar persuadido em sua mente da vontade de Deus nisso; e, assim, aquele que duvida é condenado, porque isso não procede da fé, Rom. 14.23.
2. Porque todas as coisas devem ser examinadas e provadas pela regra da Palavra, Isa. 8.20; 1 João 4.1,2.
3. Porque o apóstolo diz: Examinai todas as coisas e retende o que é bom, 1 Tess. 5.21.
4. Porque a obediência cega nos torna servos dos homens, o que é contrário a 1 Cor. 7.23; e contra o mandamento de Cristo, que nos proíbe chamar qualquer homem de Pai sobre a terra, Mat. 23.9.
5. Porque obediência absoluta é devida somente a Deus, cujos mandamentos são todos sumamente justos, sendo ele o único Legislador, Tiago 4.12.

6. Porque todo homem deve estar pronto para apresentar a razão da esperança que nele há, 1 Ped. 3.15. Isso nenhum homem pode fazer se recebe os mandamentos de seus superiores com fé implícita.

QUESTÃO III.

“Aqueles que, sob pretexto de liberdade cristã, praticam algum pecado ou alimentam alguma concupiscência destroem, desse modo, o fim da liberdade cristã?”

Sim; Gál. 5.13; 1 Ped. 2.16; 2 Ped. 2.19; João 8.34; Lucas 1.74,75.

Pois bem, não erram os libertinos, os quais sustentam que a verdadeira liberdade cristã, que deveríamos seguir e usar, consiste em eliminar toda diferença entre o bem e o mal; não fazer caso algum do pecado, nem ser tocado por qualquer consciência ou percepção dele; e que todo homem deve seguir o impulso de suas próprias concupiscências?

Sim.

Não erram igualmente os antinomianos, os quais sustentam quase o mesmo princípio e opinião?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque, sendo chamados à liberdade, não devemos usar nossa liberdade como ocasião para a carne, Gál. 5.13. E, fazendo o bem, devemos fazer calar a ignorância dos homens insensatos, 1 Ped. 2.15.
2. Porque aqueles que seguem a liberdade de pecar e prometem liberdade aos outros são verdadeiramente servos da corrupção; pois de quem alguém é vencido, do mesmo é feito escravo, 2 Ped. 2.19.
3. Porque o fim daquela liberdade adquirida por Cristo é que, libertos das mãos de nossos inimigos, o sirvamos sem temor, em santidade e justiça, todos os dias de nossa vida, Lucas 1.74,75.
4. Porque todo aquele que comete pecado é servo do pecado, João 8.34.
5. Porque a lei moral obriga os crentes a prestar obediência por gratidão e agradecimento; pois Cristo não veio destruir a lei, mas cumpri-la, Mat. 5.17.
6. Porque qualquer que violar um destes menores mandamentos e assim ensinar aos homens será chamado o menor no reino dos céus, Mat. 5.19.

QUESTÃO IV.

“Podem legitimamente ser chamados a prestar contas e contra eles se proceder, mediante as censuras da Igreja e pelo poder do magistrado civil, aqueles que publicam tais opiniões ou mantêm tais práticas que sejam contrárias à luz da natureza, ou aos princípios conhecidos do cristianismo, quer concernentes à fé, ao culto ou à conduta, ou ao poder da piedade; ou tais opiniões e práticas errôneas que, seja por sua própria natureza, seja pela maneira de publicá-las ou mantê-las, sejam destrutivas da paz e ordem externas que Cristo estabeleceu em sua Igreja?”

Sim; 1 Cor. 5.1,5,11,13; 2 João 10,11; 1 Tim. 6.3,4; Tito 1.10,11,13; Tito 3.10; 1 Tim. 1.19,20.; Mat. 18.15-17; Apoc. 2.2,14,15,20; Apoc. 3.9.

Pois bem, não erram os anabatistas, os quais sustentam que não deveria haver censuras eclesiásticas?

Sim.

Não erram também outros, os quais sustentam que a censura da Igreja não deve ser infligida aos hereges?

Sim.

E, por fim, não erram os luteranos, anabatistas, arminianos, quacres e toda espécie de hereges e sectários, os quais sustentam, sob pretexto de liberdade cristã, que o magistrado civil não tem o dever de punir qualquer homem com a espada por erros de doutrina, mas que tais pessoas devem ser toleradas e suportadas, desde que aqueles que professam esses erros não perturbem nem molestem a comunidade política?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque as chaves do reino dos céus foram entregues aos ministros da Igreja para este fim: que, mediante censuras, procedam contra pessoas escandalosas e ofensivas que não obedecem à admoestação, Mat. 18.15,17,18.
2. Porque um herege, depois da primeira e segunda admoestação, deve ser rejeitado, evitado ou afastado. Isto é, não se permita que permaneça na comunhão externa da Igreja, Tito 3.10.
3. Porque Paulo excomungou Himeneu e Alexandre, os quais haviam naufragado na fé, 1 Tim. 1.19,20.

4. Porque, se algum homem não obedecer à nossa palavra por esta epístola, notai esse homem e não tenhais convivência com ele, para que se envergonhe, 2 Tess. 3.14; 1 Tim. 6.4,5; Tito 1.11.
5. Porque Cristo aprova e recomenda os pastores da Igreja de Éfeso, porque não podiam tolerar os maus; antes, haviam provado os que diziam ser apóstolos e não eram, e os haviam achado mentirosos, Apoc. 2.2. E Cristo, naquele mesmo capítulo, acusa os pastores das igrejas de Pérgamo e Tiatira e os ameaça, porque haviam tolerado que hereges estivessem na Igreja.

Os luteranos, anabatistas, arminianos e outros sectários são refutados.

1. Porque isso é evidente por muitos exemplos de magistrados piedosos que extirpam a idolatria e infligiram punição aos idólatras; como fez o patriarca Jacó, que purificou sua família dos deuses estranhos, Gên. 35.2-4. Moisés, igualmente, puniu com a espada aqueles que adoraram o bezerro de ouro, Êx. 32.26-28.
2. Temos o exemplo de Ezequias, 2 Reis 18.4; de Josias, 2 Reis 23; de Asa, que decretou que todo aquele que não buscasse o Senhor Deus de Israel (segundo a lei de Deus, Deut. 13.9) fosse morto, fosse pequeno ou grande, homem ou mulher, 2 Crôn. 15.13; de Josafá, 2 Crôn. 17.6; de Neemias, cap. 13.15,17.
3. Não foram bons reis repreendidos, e não lhes foi imputado como falta o não terem removido os lugares altos? 2 Reis 12.3; 14.4; 15.4; 2 Crôn. 15.17. Muito mais é falta tolerar hereges.
4. Isso é evidente pelo ofício do magistrado, que é ministro de Deus contra os que praticam o mal e não traz a espada em vão, Rom. 13.4.
5. Porque é expressamente ordenado na Escritura que se inflija punição aos idólatras, até mesmo pelos parentes mais próximos. Se, pois, o pai pode matar o filho, pode matar a filha; o marido, a mulher de seu seio; e se um irmão pode apedrejar outro irmão até que morra, por serem idólatras, muito mais pode o magistrado civil fazer isso, Deut. 13.6-13; Deut. 17.2-7; Lev. 24.10.
6. Porque foi predito que, sob o Novo Testamento, os reis seriam pais nutrícios da Igreja, e as rainhas, mães nutrícias; e que os hereges que haveriam de ser nocivos à Igreja seriam removidos e tirados do meio, Isa. 49.23; Zac. 13.2,3. E acontecerá naquele dia, diz o Senhor dos Exércitos, que exterminarei da terra os nomes dos ídolos (isto é, toda e qualquer idolatria, de modo que ela nem sequer mais seja nomeada entre vós), e eles não serão mais lembrados. Farei também passar da terra os profetas (os falsos profetas) e o espírito imundo (isto é, os falsos mestres, que ensinam doutrinas impuras mediante a inspiração do espírito imundo, o diabo). Compare-se isto com 1 João 4.1-3. Para confirmação, considere-se o que foi predito por João, Apoc. 17.12,16,17: que os reis da terra comerão a carne da

prostituta e a queimarão com fogo. Todas essas coisas são preditas como bênçãos a serem conferidas à Igreja.

7. Isso é evidente pelos epítetos com que a natureza perniciosa e destrutiva dos hereges é apresentada na Escritura. Eles são chamados lobos que não poupam o rebanho, ladrões, salteadores, perturbadores da Igreja e sedutores ou enganadores de pobres almas. São semelhantes à gangrena, ou a um câncer no corpo. São como fermento, ou massa azeda, que leveda toda a massa, Atos 20.29; João 10.8; Atos 15.24; Gál. 5.12; 2 Tim. 2.17; Gál. 5.9.
8. Porque Esdras considerou grande favor e bênção de Deus conferidos à Igreja — pelos quais agradeceu a Deus — o fato de ele haver inclinado o coração de Artaxerxes a publicar um decreto para a punição daqueles que não observassem a lei, fosse, diz o texto, com a morte, ou com o banimento, ou com a confiscação dos bens, ou com o aprisionamento, cap. 7.23,25,28.
9. Porque devemos orar pelos reis e por todos os que exercem autoridade, para que, sob eles, levemos uma vida tranquila e pacífica em toda piedade e honestidade; fim este que não pode ser alcançado a menos que o magistrado civil refreie e contenha os hereges, 1 Tim. 2.2. Estas palavras, em toda piedade, dizem respeito à religião, ou à primeira tábua da lei moral; assim como a palavra seguinte, honestidade, ou civilidade, diz respeito aos mandamentos da segunda tábua e aos deveres que devemos ao nosso próximo e uns aos outros. Pois os verdadeiros magistrados são guardiões e defensores de ambas as tábuas dos Dez Mandamentos.
10. Porque a tolerância dos hereges, como podemos ler a respeito dos anabatistas na Alemanha, Thomas Muntzer, John of Leyden e seus seguidores, primeiro injuriando o ministério, como fazem os quacres, e enfurecendo-se contra a magistratura, lançou tanto a Igreja como o Estado em confusão e pôs o país em chamas ardentes, nas quais eles próprios, por fim, foram consumidos até às cinzas.

DO CULTO RELIGIOSO E DO DIA DO SÁBADO

QUESTÃO I.

“Mostra a luz da natureza que há um Deus, que tem senhorio e soberania sobre todas as coisas?”

Sim. Rom. 1.20; Atos 17.24; Sal. 119.68; Jer. 10.7; Sal. 31.13.

Pois bem, não erram os socinianos, os quais sustentam que não há conhecimento de Deus naturalmente implantado na mente dos homens?

Sim.

Não erram, em segundo lugar, os vaninianos e muitos dos cartesianos, os quais, sob o pretexto de sustentar uma Divindade, ensinaram, com efeito, os homens a negar que haja um Deus?

Sim.

Não erram, em terceiro lugar, certos homens de cabeça aturdida, os quais disputam contra a existência de uma Divindade porque não conseguem encontrar para ela uma demonstração chamada Dihoti?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque as coisas invisíveis dele, desde a criação do mundo, são claramente vistas, sendo compreendidas por meio das coisas que foram feitas, até mesmo seu eterno poder e Divindade; de modo que eles são indesculpáveis, Rom. 1.20.
2. Porque o salmista diz: Os céus declaram a glória de Deus, e o firmamento anuncia a obra de suas mãos. Isto é, dão-nos matéria e ocasião para falar e discorrer acerca de sua onipotência, sabedoria e bondade, Sal. 19.1-3.
3. Porque o conhecimento da lei da natureza está naturalmente implantado na mente de todos os homens, Rom. 2.14. Portanto, algum conhecimento do Legislador deve estar implantado na mente de todos os homens.
4. Porque, nos mais perversos e ímpios, há terrores e tormentos de consciência pelos quais, quer queiram, quer não, são perseguidos e possuídos; donde é evidente que, na mente de todos os homens, há algum conhecimento vivo de Deus.
5. Porque os homens prefeririam adorar um tronco ou uma pedra a pensar que não há Deus algum, Atos 17.23.

6. Que admirável ordem e formosura resplandecem, com tamanha sabedoria e poder, no governo e preservação das coisas acima e abaixo, de modo que homem algum pode duvidar de que deve haver um Deus que governa e preserva todas essas coisas.
7. Porque nada pode ser causa de si mesmo; pois, nesse caso, seria ao mesmo tempo causa e efeito, anterior e posterior a si mesmo. Portanto, todas as coisas têm seu princípio em uma primeira e suprema causa, que é Deus.
8. Porque a existência de uma Divindade pode ser demonstrada pela predição das coisas futuras, Isa. 41.23; e, como diz Cícero: Si est divinatio, sunt Dii — se há predição, deve também haver um Deus que prediz.
9. Pelos assaltos e sugestões de Satanás, sabemos que há um diabo. Não podemos, então, concluir com certeza que há um Deus? O diabo labora por todos os meios para extinguir a luz do evangelho, conduzir os homens à ignorância, ao erro e à profanidade, e desviá-los do caminho da santidade. Ora, por que Satanás guerrearía assim contra Deus, sua Palavra e seus santos? Por que buscaria a desonra de Deus e a destruição do homem, se não houvesse Deus, lei e vida eterna?
10. Porque a mente do homem não se satisfaz com o conhecimento de todas as coisas, nem a vontade do homem com o gozo de todas as coisas deste mundo; antes, continuam buscando e tendo ardente sede de algum bem mais elevado. Há, portanto, uma verdade suprema e um sumo bem que, sendo perfeitamente conhecidos e desfrutados, darão contentamento e satisfação à alma. Em vão as potências e faculdades da alma seriam capazes de felicidade, ou do sumo bem, se não houvesse um sumo bem a ser possuído e desfrutado.
11. Pelas maravilhas e milagres que têm sido operados — obras visíveis e manifestas, extraordinariamente realizadas, não apenas acima do curso ordinário da natureza, mas simplesmente acima do poder da natureza. Esses efeitos convencem de que há um poder infinito, que está acima de todas as coisas e as governa soberanamente. Pois toda causa principal e primária é mais excelente do que seus efeitos.
12. Pela existência do homem e pela curiosa feitura de seu corpo no ventre, que é elaborada com suma arte; a saber, com tendões, veias, artérias, músculos e outras partes do corpo, assim como um bordador ajusta e une muitos pedaços, tecidos e trabalhos tingidos de várias cores, com grande arte e primor, até que surja alguma bela figura ou outra obra delicada, Sal. 139.15; Jó 10.10. Mas especialmente pela existência da alma do homem, que é imaterial, invisível, racional, imortal, e que não pode provir da potência da matéria por propagação (e traduzce), como as almas sensitivas dos animais irracionais; nem depende do corpo em muitas de suas operações. Estas coisas, e todas as obras que nossos olhos veem ou que a

mente apreende, provam que há um Deus, que lhes deu existência e as conserva nela.

13. Porque, sendo Deus a primeira causa, não pode haver coisa alguma anterior a ele pela qual, como causa, sua existência possa ser demonstrada.

QUESTÃO II.

“É o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus instituído por ele mesmo e tão limitado à sua própria vontade revelada, que ele não pode ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens, ou as sugestões de Satanás, sob qualquer representação visível, ou de qualquer outro modo não prescrito na Sagrada Escritura?”

Sim. Deut. 12.32; Mat. 15.9; Atos 17.25; Col. 2.23; Êx. 20.4-6.

Pois bem, não erram os papistas, os quais ensinam que as imagens de Cristo e da Trindade devem ser adoradas, e isso não impropriamente, mas até propriamente, e per se, com a mesma espécie de culto com que Cristo e a bendita Trindade são adorados?

Sim.

Não erram igualmente os gregos, os quais sustentam que as imagens pintadas de Deus podem ser adoradas, mas não as imagens gravadas ou esculpidas de Deus?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque isso é expressamente contrário ao segundo mandamento, Êx. 20.4,5.
2. Porque Deus é infinito, incomensurável, incompreensível e espiritual; portanto, nada pode representá-lo, como bem infere o profeta, Isa. 40.18,25.
3. Porque toda representação de Deus por imagens esculpidas ou pinturas é uma mudança sumamente desonrosa da glória do Deus incorruptível, Rom. 1.23.
4. Porque imagens e pinturas dessa espécie são mentiras e vaidades, que o Senhor abomina e das quais zomba com santo escárnio, Isa. 44.9-18.
5. Porque o Senhor proíbe expressamente os israelitas de representá-lo sob qualquer forma ou figura; pois, diz o texto, não vistes espécie alguma de semelhança no dia em que o Senhor vos falou em Horebe, do meio do fogo, Deut. 4.15-20.
6. Porque, embora os israelitas adorassem o verdadeiro Deus por meio de uma imagem (pois Arão edificou um altar, fez proclamação e disse: amanhã é festa ao Senhor), são acusados do pecado de idolatria e, por essa causa, severamente punidos, Êx. 32.21,27,35.

7. Porque Jeroboão e as dez tribos, que adoravam o verdadeiro Deus por meio dos bezerros de ouro levantados em Dã e Betel (pois o culto a falsos deuses por meio de imagens foi posteriormente introduzido por Acabe, acerca do qual se diz, por isso, que provocou o Senhor mais do que todos os reis de Israel antes dele, 1 Reis 16.31,32), são acusados do pecado de idolatria e severamente ameaçados, 1 Reis 12.29,30; 1 Reis 13.2. Essa ameaça foi executada por Josias, 2 Reis 23.15,16,20.
8. Porque o apóstolo diz que não devemos pensar que a Divindade seja semelhante a ouro, prata ou pedra, gravados pela arte e invenção do homem, Atos 17.29.

QUESTÃO III.

“Deve-se prestar culto religioso a Deus Pai, Filho e Espírito Santo, e somente a ele?”

Sim.

“Deve-se prestar culto religioso aos anjos, aos santos ou a qualquer outra criatura?”

Não; Mat. 4.10; João 8.49; 2 Crôn. 13.14; João 5.23; Col. 2.18; Apoc. 19.10; Rom. 1.25.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que não somente Deus, mas também os bons anjos e os santos falecidos, canonizados pelo Papa, devem ser adorados e invocados, até mesmo de modo religioso; mas principalmente a virgem Maria, e que há um poder divino nas relíquias dos santos, as quais, portanto, devem ser adoradas?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o Senhor nosso Deus, e somente ele, deve ser adorado, Mat. 4.10; Deut. 6.13.
2. Porque o objeto da invocação e da adoração religiosa é somente aquele que é onipotente, onisciente e sonda o coração. Pois ninguém conhece nossas necessidades e carências senão aquele que é onisciente; e ninguém pode socorrer-nos e ajudar-nos senão aquele que é onipotente. Mas os anjos não são oniscientes, Ef. 3.10; 1 Ped. 1.12. Nem os santos falecidos são oniscientes, como se vê claramente em Isa. 63.16: Abraão nos desconhece.
3. Porque os que estão mortos nada sabem de nossa condição, Ecl. 9.5.
4. Porque ninguém deve invocar aquele em quem não crê, Rom. 10.14. Mas ninguém deve crer nos santos ou nos anjos, mas somente em Deus, Isa. 26.4; Jer. 17.5.
5. Porque nem os santos vivos nem os anjos consentiriam que lhes fossem prestados adoração e culto, Atos 10.25; Apoc. 22.8,9.

6. Porque o culto aos anjos diminui a honra de Cristo, em quem temos ousadia e acesso, com confiança, pela fé nele, Ef. 3.12.
7. Porque o culto aos santos e aos anjos é como um politeísmo [Polytheismus], isto é, ter muitos deuses. Pois os papistas atribuem a cada um dos santos e anjos um poder próprio, como os pagãos antigamente faziam com seus ídolos e falsos deuses.

QUESTÃO IV.

“É algum culto religioso prestado a Deus, desde a queda, sem um Mediador?”

Não.

“Nem pela mediação de qualquer outro, senão somente de Cristo?”

Não; João 14.6; 1 Tim. 2.5; Ef. 2.18; Col. 3.17.

Pois bem, não erra a Igreja papista, a qual sustenta que os santos falecidos, mas principalmente a virgem Maria, são mediadores e intercessores entre Deus e o homem?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a Escritura afirma expressamente que há somente um mediador entre Deus e o homem, a saber, o homem Cristo Jesus, 1 Tim. 2.5.
2. Porque ninguém vem ao Pai senão por Cristo, João 14.6; e por ele temos acesso ao Pai, Ef. 2.18.
3. Porque a Escritura promete que serão ouvidos os que, em nome de Cristo, pedem tais coisas como são segundo a vontade de Deus; mas não há promessa em toda a Palavra de que serão ouvidos os que oram aos santos ou aos anjos, João 14.13,14; 1 João 5.14.
4. Porque o apóstolo diz: Tudo quanto fizerdes por palavra ou por obra, fazei tudo em nome do Senhor Jesus, não em nome dos santos, Col. 3.17.
5. Porque Cristo, que é chamado a propiciação por nossos pecados, também é chamado nosso Advogado junto ao Pai, 1 João 2.1,2.
6. Porque a mediação é parte do ofício sacerdotal de Cristo, que é própria exclusivamente a ele e não pode ser dividida entre ele e os santos.
7. Porque os santos não devem ser invocados, como foi provado na questão precedente.

QUESTÃO V.

“É a oração com ações de graças uma parte especial do culto de Deus, requerida por Deus de todos os homens?”

Sim; Fil. 4.6; Sal. 65.2.

Pois bem, não erraram os adamicos e outros, há muito tempo, os quais negavam que Deus devesse ser invocado? Pois, dizem eles, Deus é onisciente e nos concede gratuitamente todas as coisas sem nossa oração?

Sim.

Não erram igualmente alguns hereges mais recentes, os quais sustentam que os homens não regenerados não devem invocar a Deus?

Sim.

Não erram também os quacres, os quais não se dispõem aos deveres ordenados da oração e das ações de graças, a menos que haja algum chamado interior e movimento em seu espírito?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque há muitos preceitos universais existentes na Palavra, pelos quais o dever da oração é ordenado, Fil. 4.6; 1 Tess. 5.17; João 16.24; Mat. 7.7.
2. Porque Deus é aquele que ouve a oração, e a ele virá toda carne, Sal. 65.2.
3. Temos o exemplo de Davi, Sal. 55.17; o de Daniel, cap. 6.10; o exemplo de muitos que se reuniram, orando em favor do apóstolo Pedro, Atos 12.12; e o exemplo do próprio Cristo, João 17.
4. Porque o apóstolo Paulo⁹ ordena a Simão Mago, que estava em fel de amargura e em laço de iniquidade, que se arrependa e invoque a Deus, Atos 8.22. Quanto aos quacres, que certeza podem ter, na próxima hora ou no dia seguinte, mais do que agora, do mover do Espírito sobre suas almas? E não nos é ordenado orar sem cessar, 1 Tess. 5.17, isto é, em todas as ocasiões e em todas as nossas necessidades?

QUESTÃO VI.

“Se a oração for vocal, deve ela ser feita em língua conhecida?”

Sim; 1 Cor. 14.14.

⁹ A fonte traz Paulo; o interlocutor de Simão no episódio citado é Pedro. Preserva-se a leitura histórica, já discutida no aparato P10.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que não é necessário que as orações públicas sejam feitas em língua conhecida, mas que muitas vezes é conveniente que as orações sejam feitas em língua desconhecida do povo comum?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o apóstolo ensina expressamente o contrário, 1 Cor. 14.9,12.
2. Porque as orações celebradas em língua desconhecida não servem para edificação, 1 Cor. 14.14.
3. Porque aquele que ocupa o lugar do indouto (isto é, aquele que não entende línguas estranhas) não pode dizer: Amém, 1 Cor. 14.16.
4. Porque a oração do Senhor, que é a regra especial de todas as nossas orações, foi prescrita numa língua que, naquele tempo, era a mais conhecida.

QUESTÃO VII.

“Podemos orar pelos mortos, ou por aqueles de quem se pode saber que cometeram o pecado para morte?”

Não; 2 Sam. 12.21-23; Lucas 16.25,26; Apoc. 14.13; 1 João 5.16¹⁰.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que orações, esmolas e missas devem ser estabelecidas e realizadas pelas almas dos falecidos, como coisas que realmente lhes trarão proveito?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque os mortos ou são felizes e, assim, não necessitam de nossas orações, Apoc. 14.13; ou estão condenados e, assim, nossas orações não lhes podem aproveitar; pois do inferno não há redenção, Lucas 16.26.
2. Porque lemos que Davi lamentou e jejuou pela criança enquanto ela estava viva; mas, uma vez que a criança foi levada pela morte: Por que, diz ele, deveria eu jejuar? Posso fazê-la voltar novamente? 2 Sam. 12.22,23.
3. Porque todos os nossos pedidos e orações se fundam ou em um preceito, ou em uma promessa de Deus de ouvir nossas orações. Mas não há promessa de que Deus nos ouvirá com respeito aos mortos, nem mandamento para orar por eles.

¹⁰ XXI, VII, resposta. A fonte inglesa e a REV10 anterior trazem João 5.16. Adota-se 1 João 5.16: A oração e o pecado para morte são tratados em 1 João 5.16. Emenda editorial contextual; conserva-se a leitura recebida no aparato.

4. Porque somos inteiramente ignorantes quanto ao estado e condição dos mortos e, portanto, não podemos orar por eles com fé, Rom. 14.23.

QUESTÃO VIII.

“A leitura das Escrituras com temor piedoso, a pregação sã e o ouvir consolador da Palavra, em obediência a Deus, com entendimento, fé e reverência — são eles, digo eu, parte do culto religioso ordinário?”

Sim.

“Devem estas coisas, juntamente com a devida administração dos sacramentos, a saber, o batismo e a Ceia do Senhor, continuar na Igreja de Deus até o fim do mundo e o dia de Cristo?”

Sim; Atos 15.21; Apoc. 1.3; 2 Tim. 4.2; Mat. 13.19; Tiago 1.22; Heb. 4.2,3; Isa. 64.2; Atos 10.33.

Pois bem, não erram os entusiastas, libertinos, anabatistas e outros sectários, os quais (sob o pretexto de serem inspirados pelo Espírito Santo, que lhes ensina todas as coisas) desdenham e desprezam toda leitura da Escritura e a audição pública da Palavra pregada?

Sim.

Não erram igualmente os quacres, os quais são inimigos declarados de todas as ordenanças públicas que Cristo estabeleceu para continuarem em sua Igreja até o fim do mundo?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Cristo ordenou a seus apóstolos e, neles, a todos os ministros do evangelho, aos quais prometeu sua presença até o fim do mundo, que ensinassem todas as nações e pregassem o evangelho a toda criatura, Mat. 28.19; Mar. 16.15.
2. Porque a pregação pública da Palavra, por um ministro enviado e chamado, e a sua audição, são um meio ordenado e estabelecido por Deus e, segundo o modo ordinário, necessário para gerar a fé e, portanto, necessário à salvação, Rom. 10.14,15; 1 Cor. 1.21.
3. Porque Deus prometeu aos que estão em aliança com ele levá-los ao seu santo monte e fazê-los alegres em sua casa de oração, isto é, nas reuniões públicas dos santos e do povo, Isa. 56.7.
4. Pelo exemplo daqueles crentes, Atos 2.42, que perseveravam firmemente na doutrina dos apóstolos.

5. Porque a Palavra de Deus é a regra perfeita de vida e costumes, e todos os espíritos devem ser provados por ela, 1 Tim. 3.15; 1 João 4.1; Isa. 8.20. Tampouco devemos seguir ou ouvir homem algum, nem mesmo um anjo, se ensinar qualquer coisa contrária à Palavra ou heterodoxa em relação a ela, 2 Tess. 2.2; Gál. 1.8.
6. Porque a Palavra de Deus é aquela semente incorruptível pela qual nascemos de novo, 1 Ped. 1.23.
7. Porque Deus proíbe expressamente as separações das assembleias públicas (quero dizer, enquanto a Palavra for verdadeira e puramente ensinada por aqueles que entram pela porta certa, isto é, Cristo, e pelo caminho por ele estabelecido em sua Palavra, João 10.7,8), Heb. 10.25.
8. Porque o Senhor uniu estas duas coisas: seus servos fiéis para ensinarem publicamente seu povo, e a promessa do Espírito para guiá-los e assisti-los em seu trabalho, Mat. 28.20; João 14.16,17,26.

Para refutar os quacres, duas coisas devem ser demonstradas; a primeira, que o ofício do ministério é de instituição divina.

1. Porque Deus designou particularmente algumas pessoas para a obra do ministério. Pois, se Deus designou algumas pessoas para serem juízes sobre Israel, então o ofício de julgar Israel deve ser de instituição divina. Cristo designou não somente apóstolos, os setenta discípulos, evangelistas e profetas, cujo chamado e dons eram extraordinários, mas também outros pastores e mestres ordinários, cujos espíritos não eram infalíveis, os quais a Escritura afirma serem tão verdadeiramente de instituição divina quanto os primeiros, 1 Cor. 12.28; Ef. 4.11.
2. Porque Deus deu nomes e títulos peculiares às pessoas designadas para esse ofício, os quais não deu aos outros santos. O único Deus sábio não fará distinção onde ele mesmo não estabeleceu distinção ou diferença. Estes são chamados pastores, mestres, os que governam bem, despenseiros dos mistérios de Deus, pregadores, bispos ou supervisores do rebanho, estrelas na mão direita de Cristo e anjos das igrejas. Cristo evidentemente faz distinção entre as igrejas e os anjos postos sobre elas, Apoc. 2.1,8,12,17; Apoc. 3.7,14.
3. Porque o Senhor teve especial cuidado em conceder dons e qualificações peculiares a essas pessoas assim designadas para o ministério; e isso para o bem das almas de seu povo, além do que se requer dos demais santos. Teria o Senhor concedido tais qualificações, se não houvesse designado alguns para semelhante ofício? Embora os dons, enquanto dons, não invistam por si sós alguém em tal ofício, contudo, quando são estritamente requeridos, evidenciam que há um ofício. Eles devem ser aptos para ensinar a outros, 1 Tim. 3.2; e não somente isso, mas capazes de ensinar a outros, capazes de convencer os que se opõem, Tito 1.9. Devem ser pessoas que se esforcem por apresentar-se aprovadas diante de Deus, obreiros que não têm de que se envergonhar, 2 Tim. 2.15. E o apóstolo, admirado

da dificuldade desse encargo, exclama: Quem é suficiente para estas coisas? 2 Cor. 2.16.

4. Porque o Senhor requer de seus ministros deveres peculiares, os quais não requer dos crentes; portanto, deve haver tal ofício distinto por instituição divina. Eles devem ter especial cuidado da Igreja de Deus, 1 Tim. 3.5; 1 Ped. 5.2,3. Não devem negligenciar o dom que há neles, 1 Tim. 4.14. Devem meditar nessas coisas e entregar-se inteiramente a elas, 1 Tim. 4.15; Atos 6.2,4. Devem pregar a Palavra, repreender e instruir os contradizentes, 2 Tim. 4.2¹¹; 2 Tim. 2.25; administrar os sacramentos, Mat. 28.19; 1 Cor. 11.13; ordenar outros para o ministério mediante imposição de mãos, 1 Tim. 4.14; e velar pelo rebanho como aqueles que hão de prestar contas, Heb. 13.17.
5. Porque Cristo requer do povo deveres peculiares e distintos em relação a seus ministros; portanto, o ofício do ministério deve ser de instituição divina. Eles devem conhecer e reconhecer os que estão sobre eles no Senhor, 1 Tess. 5.12; estimá-los grandemente em amor por causa de sua obra, 1 Tess. 5.13; obedecer-lhes e encorajá-los, Heb. 13.7; sustentá-los, Gál. 6.6; e orar por eles, 2 Tess. 3.1.
6. Porque Deus fez promessas peculiares a seus ministros, como: Eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo, Mat. 28.20. A promessa de assistência especial, 2 Cor. 3.5,6; de proteção e defesa em todos os assaltos, Apoc. 1.20; a promessa do poder das chaves, promessa esta que não foi limitada aos apóstolos enquanto apóstolos, mas foi dada aos apóstolos enquanto ministros do evangelho, como é evidente em Mat. 18.17,18; a promessa de especial solidariedade com eles, Mat. 10.40; Lucas 10.16; João 13.10; 1 Tess. 4.8. Ora, teria o Senhor prometido sustentar e manter na sua Igreja um ofício que ele não tivesse estabelecido e instituído?

A outra coisa que deve ser demonstrada é que o ofício do ministério é perpetuamente necessário.

1. Porque as ordenanças são perpetuamente necessárias por instituição divina; portanto, o ofício do ministério, para ministrar essas ordenanças, é perpetuamente necessário por instituição divina. Pois, se Deus houvesse designado apenas que as ordenanças continuassem em sua Igreja, então a pregação e a administração dos sacramentos falhariam; porque aquilo que é trabalho de todos geralmente e, de fato, não é trabalho de ninguém. O Senhor não as administra imediatamente por si mesmo, nem os anjos são empregados nessa obra; mas confiou esse serviço a homens, que são dispenseiros e dispensadores dos mistérios de Deus. É evidente, por Mat. 28.20 e Ef. 4.12,13, que a pregação da

11 XXI, VIII, segunda refutação, razão 4. A fonte inglesa e a REV10 anterior trazem 1 Tim. 4.2. Adota-se 2 Tim. 4.2: A ordem de pregar a Palavra e repreender encontra-se em 2 Timóteo 4.2. Emenda editorial contextual; conserva-se a leitura recebida no aparato.

Palavra continuará até o fim do mundo. Isso também é evidente quanto ao batismo e à Ceia do Senhor, que são unidos, na instituição de Cristo, ao ministério da Palavra. Pois àqueles a quem deu comissão para pregar, deu também comissão para administrar os sacramentos. O batismo é uma ordenança do Novo Testamento, designada pelo próprio Deus. Pois João foi enviado para batizar. Deus foi o autor; João foi somente o ministro. Isto deveria continuar perpetuamente, como é evidente pela promessa e pelo preceito de Cristo, Mat. 28.18-20. Os fins para os quais o batismo foi ordenado não eram temporários, mas morais e, portanto, perpétuos. Não necessitam todos os cristãos agora desses meios, assim como os cristãos no tempo dos apóstolos? Não são os cristãos agora batizados em sua morte, sepultados com ele no batismo, para que, assim como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também nós andemos em novidade de vida? Ele é chamado pelo Espírito Santo de ordenança salvífica e é, para os crentes e sua descendência no Novo Testamento, como a arca foi para Noé e sua família no mundo antigo, os quais, estando na arca, foram salvos de perecer nas águas quando os demais se afogaram; assim também o batismo agora nos salva, não somente ou principalmente sua parte exterior, o despojar da imundícia da carne (que, contudo, é uma ordenança para promover nossa salvação), mas quando o Espírito de regeneração concorre eficazmente, de modo que constatamos haver renovação do Espírito Santo e, por meio dela, a resposta de uma boa consciência para com Deus, 1 Ped. 3.21. É evidente que o sacramento da Ceia do Senhor deve continuar até o fim do mundo. Não foi designado somente para os apóstolos, aos quais foi primeiramente administrado, mas para todos os crentes, tanto judeus como gentios; e não somente para aquela era, mas para todas as gerações seguintes; pois aos crentes é ordenado anunciar a morte do Senhor até que ele venha, comendo deste pão e bebendo deste cálice. Portanto, se essas ordenanças foram designadas por Deus para continuarem até o fim, segue-se evidentemente que ele designou o ofício do ministério para sustentar e apresentar suas ordenanças até o fim do mundo.

2. Porque as promessas que Cristo fez para sustentar o ministério são perpétuas, Mat. 28.20. Ide, ensinai e batizai todas as nações; e eis que estou convosco até o fim do mundo. Essa promessa não pode ser limitada à era particular durante a vida dos apóstolos, porque o Espírito Santo emprega três expressões para declarar a perpetuidade dessa promessa. Aion, para indicar que essa promessa deve continuar enquanto o mundo continuar. Em segundo lugar, Synteleia, Heos tes synteleis tu aionos, indicando que essa promessa não terá fim até que o mundo seja consumado ou levado a termo. Em terceiro lugar, Pasas tas Hemeras, todos os dias e sucessões dos tempos. Não somente, Meth hymon hemeras hymon, não somente convosco durante os vossos próprios dias, mas por todos os dias do evangelho, até que o tempo não exista mais. E essa promessa não foi feita aos

apóstolos enquanto apóstolos, nem aos apóstolos enquanto crentes, mas aos apóstolos enquanto ministros e despenseiros dos mistérios de Deus.

3. Porque os eleitos requerem perpetuamente o ofício do ministério. Nossa natureza é tão má quanto a dos judeus e pagãos, Ef. 2.3. Nosso juízo está cheio de trevas e ignorância, 1 Cor. 2.14. Nossas vontades são obstinadas e rebeldes, e tão alienadas que nos rebelamos contra a luz. Os enganos de Satanás são fortes. A multidão de falsos mestres é numerosíssima, de modo que estão prontos a seduzir os próprios eleitos, se isso fosse possível.
4. Porque os fins para os quais Cristo designou um ministério são perpetuamente necessários. Os eleitos devem ser chamados e reunidos, pois ainda haverá, em cada era, alguns dentre os que hão de ser salvos a serem acrescentados à Igreja. Há muitas ovelhas que ainda não foram trazidas ao seu aprisco; muitos que pertencem à eleição e que ainda não foram eficazmente chamados. Também estes Cristo trará, tanto judeus como gentios, para que haja um só rebanho, assim como há um só pastor. Ora, Deus não revelou nenhum outro meio ordinário para converter e trazer esses ao seu aprisco senão o ministério de sua Palavra; pois como crerão sem pregador? Portanto, se há continuamente alguns eleitos a serem trazidos à comunhão com Cristo, e esse fim não é plenamente alcançado até o fim do mundo, então o ministério designado para esse fim deve ser perpetuamente necessário.

QUESTÃO IX.

“É o canto de salmos com graça no coração parte do culto ordinário de Deus?”

Sim; Col. 3.16; Ef. 5.19; Tiago 5.13.

Pois bem, não erram os quacres e outros sectários, os quais se opõem ao canto de salmos, ou pelo menos o restringem somente a certas pessoas, excluindo as demais?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Pela prática de Cristo e de seus apóstolos, Mat. 26.30; pelo exemplo de Paulo e Silas, Atos 16.25; e pelo de Moisés e dos israelitas, Êx. 15.
2. Porque o canto de salmos foi ordenado sob o Antigo Testamento, e isso não como tipo de alguma substância vindoura, nem por qualquer causa cerimonial. Tampouco foi ab-rogado sob o Novo Testamento, mas confirmado, Sal. 30.4; Sal. 149.1.
3. Pelos mandamentos gerais e universais do Novo Testamento, Ef. 5.19; Col. 3.16; 1 Cor. 14.15.

4. Porque o apóstolo Tiago diz: Está alguém aflito? Ore. Está alguém alegre? Cante salmos, cap. 5.13. O sentido não é que ninguém deva cantar senão os que estão alegres; pois, então, ninguém deveria orar senão os que estão aflitos.
5. Porque, pelo canto de salmos, glorificamos a Deus e tornamos glorioso o seu louvor; edificamos os outros com quem cantamos, assim como edificamos a nós mesmos. Assim, o fim que se deve ter em vista no canto é ensinar e admoestar uns aos outros, em salmos, hinos e espirituais cânticos, Col. 3.16. Por fim, animamos e refrigeramos a nós mesmos, entoando melodia em nossos corações ao Senhor, Ef. 5.19. Isso procede, primeiro, de nos aplicarmos conscienciosamente a isso como parte do culto a Deus; e, fazendo-o assim, somos nisso aceitos. Em segundo lugar, de ser isso parte da Escritura, designada para seu louvor, quer se ajuste ou não ao nosso caso. Sendo esse o fim para o qual foi destinado a ser cantado, isso constitui fundamento suficiente para nos unirmos em seu canto.

QUESTÃO X.

“A oração, ou qualquer outra parte do culto religioso sob o evangelho, está agora vinculada a algum lugar em que seja realizada, ou para o qual seja dirigida, ou é por algum lugar tornada mais aceitável?”

Não; João 4.21; Mal. 1.11; 1 Tim. 2.8.

Pois bem, não erram os papistas, os quais consagram igrejas e lhes atribuem santidade, bem como a outros lugares distantes, onde balbuciam suas pregações e murmuram suas orações?

Sim.

Não erram igualmente muitas pessoas ignorantes, as quais pensam que suas orações particulares serão mais aceitáveis a Deus se forem feitas na igreja do que em seus próprios aposentos privados?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o Senhor diz, pela boca de seu profeta, que, no tempo do evangelho, orações lhe serão oferecidas em todos os lugares, Mal. 1.11.
2. Porque Cristo nos ordena que, quando orarmos, entremos em nosso aposento e, fechada a porta, oremos a nosso Pai que está em secreto, para que não pareçamos desejar louvor e aprovação dos homens; rito e cerimônia de orar publicamente quando deveríamos orar em particular, que Cristo claramente condena, Mat. 6.5,6.
3. Porque Paulo quer que os homens orem em todo lugar, levantando mãos santas, sem ira nem dúvida, 1 Tim. 2.8.

4. Porque Cristo diz: Vem a hora em que nem neste monte nem em Jerusalém adoraremos o Pai, João 4.21.

QUESTÃO XI.

“Designou Deus particularmente, em sua Palavra, por meio de um mandamento positivo, moral e perpétuo, que obriga todos os homens em todas as eras, um dia em sete como sábado, para que lhe seja guardado santo?”

Sim; Êx. 20.8,10,11; Isa. 56.2,4,6,7.

Pois bem, não erram alguns homens, os quais sustentam que Deus, sob o evangelho, não determinou nenhum dia certo para seu próprio culto, mas somente ordenou que algum tempo indeterminado fosse destinado ao culto público, tempo esse, dizem eles, cuja determinação é deixada à Igreja?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a determinação de um tempo ordinário e suficiente para o culto divino, na qualidade de sábado, pertence somente a Deus, e não ao homem. Pois não lemos que semelhante poder ou autoridade tenha sido concedido ao homem, seja pela lei da natureza, seja pela Escritura. Não é isso coisa de grandíssima importância? É provável que a sabedoria de Deus a deixasse incerta? Isso poderia acusar a Escritura de imperfeição. Não é compatível com o amor de Deus e seu cuidado para com sua Igreja. Segundo a doutrina de tais homens, a Igreja universal e todos os concílios ecumênicos seriam culpados de um pecado terrível, por terem sido deficientes em seu dever durante tantas eras. Portanto, cumpre que haja um dia em sete, em virtude do quarto mandamento, visto que em nenhuma outra parte outro dia necessário é designado ou prescrito na Palavra.
2. Porque é justo e equitativo, como os adversários reconhecem, que um dia seja separado para Deus, que gratuitamente nos deu seis.
3. Porque em seis dias Deus fez os céus e a terra e descansou no sétimo; não por necessidade, mas para nos dar exemplo de fazermos o mesmo.
4. Porque não se pode considerar conveniente um dia em dez, vinte ou trinta. Tampouco semelhante coisa é ordenada em qualquer lugar da Escritura. E não indicaria negligência do culto divino e do cuidado das almas se fosse designado um dia em dez, trinta ou quarenta? Tampouco se pode designar cada quarto, quinto ou sexto dia, visto que Deus nos ordenou trabalhar seis dias. Isso tornaria nosso jugo mais pesado do que o jugo judaico, o que os adversários não admitirão.

5. Porque é o princípio e principal propósito do quarto mandamento que um dia em sete, no que diz respeito a nós, seja separado e consagrado ao culto divino; não, na verdade, que algum tempo indeterminado seja separado. Se isso fosse verdadeiro, o quarto mandamento diferiria substancialmente dos demais preceitos do Decálogo; e assim teria de haver um preceito inútil, ou pelo menos teria de ser cometida uma tautologia.

Não erram igualmente os anabatistas, socinianos e libertinos, aos quais podemos acrescentar os quacres (e outros antissabatários, que rejeitam o sábado como carnal e como mandamento da letra), os quais ensinam que tudo quanto está contido no quarto mandamento é cerimonial e, portanto, propriamente, quanto à matéria e substância que ele apresenta, foi inteiramente ab-rogado? E que, por isso, dizem eles, em virtude deste quarto mandamento, nenhum dia deve ser separado para o culto divino público?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o quarto mandamento, que designa um dia em sete para ser separado para Deus, é um mandamento positivo e moral quanto à substância; visto que foi dado a Adão em seu estado de integridade, antes de haver necessidade de quaisquer tipos e cerimônias que prefigurassem Cristo, Gên. 2.2,3.
2. Porque foi repetido antes da promulgação da lei cerimonial, Êx. 16.23.
3. Porque foi escrito pela própria mão de Deus e inserido no meio dos demais preceitos morais, e foi posto na arca do testemunho juntamente com os outros nove; honra esta que jamais foi conferida a qualquer preceito meramente cerimonial.
4. Porque todas as razões deste mandamento são inteiramente morais. Ele descansou depois de seis dias e nos concedeu seis dias para trabalhar; portanto, com toda equidade, devemos descansar depois de tantos dias de trabalho e dar a Deus um sétimo dia.
5. Porque Cristo confirma este mandamento ao dizer: Orai para que a vossa fuga não aconteça no inverno nem no dia de sábado; com isso o Senhor insinua que, assim como viajar é penoso ao corpo no inverno, também o seria à mente dos piedosos viajar naquele dia, especial e solenemente separado para o culto de Deus. Ora, se não houvesse sábado que continuasse depois da ascensão de Cristo, ou se ele não devesse ser santificado, não haveria ocasião para essa tristeza e aflição: serem obrigados a viajar no sábado e não ousarem esperar até que aquele dia houvesse passado; e, assim, não haveria razão para fazer esta oração, a qual, contudo, pela exortação de nosso Senhor, parece implicar que o sábado seria tão certo quanto ao seu tempo como o inverno. E, sem dúvida, isso não pode ser entendido do sábado

judaico, pois este seria abolido em breve. Além disso, viajar no sábado judaico não seria causa de tristeza para eles se, de fato, todos os dias fossem iguais; tampouco, em tal caso, isso causaria escrúpulo aos apóstolos, a quem ele agora está falando.

QUESTÃO XII.

“Foi este um dia em sete, desde o princípio do mundo até a ressurreição de Cristo, o último dia da semana?”

Sim.

“E foi ele, desde a ressurreição de Cristo, mudado para o primeiro dia da semana?”

Sim.

“E deve ele continuar, até o fim do mundo, como o sábado cristão?”

Sim; Gên. 2.2,3; 1 Cor. 16.1,2; Atos 20.7; Apoc. 1.10; Mat. 5.17,18.

Pois bem, não erram os sabatários, os quais sustentam que o sábado judaico, ou o sétimo dia desde a criação, deve ser observado?

Sim.

Não erram igualmente outros, os quais sustentam que a observância do Dia do Senhor é somente de instituição eclesiástica e apostólica?

Sim.

Esses autores, vede, confundem e fazem com que duas coisas realmente distintas sejam apenas uma, a saber, instituição eclesiástica e apostólica?

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque, permanecendo em vigor o quarto mandamento, no qual um dia em sete é designado, a numeração é deixada livre ao próprio Deus, para que o direito e o poder sejam reservados a Cristo, o Legislador, e a seu Espírito, para a mudança do dia e para a continuação do culto prescrito no quarto mandamento.
2. Pelo próprio nome; pois nosso sábado é chamado Dia do Senhor, Apoc. 1.10: Eu estava no Espírito no Dia do Senhor; ou naquele dia do Senhor, ou dia dominical, ou dia que é do Senhor; indicando singularmente um dia, e um dia que, de modo peculiar e especial, é chamado seu dia; assim como a oração do Senhor e a Ceia do Senhor são assim chamadas porque foram instituídas por Cristo, o Senhor.
3. Porque somente Deus pode ab-rogar o Dia do Senhor, como os adversários reconhecem; portanto, aquele que tem poder para revogar tem igualmente poder para estabelecer.
4. Porque há um mandamento implícito acerca da observância do Dia do Senhor, 1 Cor. 16.2: Como ordenei, diz Paulo, às igrejas da Galácia, assim fazei também vós;

no primeiro dia da semana, cada um de vós ponha de parte consigo. Dessa passagem podemos raciocinar assim: não o sétimo, mas o primeiro dia é o principal dia solene de culto depois da ressurreição de Cristo, porque os apóstolos escolheram particular e eminentemente aquele dia, e isso em diversas igrejas, como o tempo mais apropriado para manifestarem sua caridade. Ele não considera indiferente em que dia isso seja feito, nem que todos os dias sejam iguais, mas escolheu o primeiro dia, não apenas em uma igreja, mas em muitas. Além disso, esse mandamento pressupõe que eles já conheciam alguns privilégios especiais do primeiro dia acima dos demais, e deve haver algo peculiar nesse dia que o torne apropriado para tal propósito, mais do que qualquer outro dia.

5. Porque, assim como o sétimo dia foi instituído em memória das obras da criação, assim o primeiro dia, depois de concluída a obra da redenção, sucedeu-lhe como o mais conveniente para reunir e comparar entre si ambas as misericórdias.
6. Porque Cristo, no primeiro dia da semana, apareceu com maior frequência a seus discípulos e o abençoou com sua presença, Mat. 28.9; Atos 1.3; João 20.19,26.
7. Porque naquele dia o Espírito Santo desceu sobre os apóstolos. E, no mesmo dia, Pedro batizou três mil, Atos 2.1-4,41.
8. Porque a Igreja, no tempo dos apóstolos, observava como santo esse primeiro dia da semana, Atos 20.7. Ora, a prática dos apóstolos, aprovada na Escritura, equivale a uma instituição divina.
9. Porque Cristo foi visto por seus apóstolos durante quarenta dias depois de sua ressurreição e lhes falou das coisas concernentes ao reino de Deus; durante esse tempo, ensinou-lhes todas as coisas necessárias de serem conhecidas e, entre as demais, é provável, a mudança do sábado e a instituição do primeiro dia da semana, e isso imediatamente após sua ressurreição: ou ele mesmo instituiu imediatamente esse dia, ou inspirou seus apóstolos a observá-lo desde esse mesmo tempo.
10. Porque o Senhor reconheceu de modo notável este sábado cristão, vingando-se de modo notável dos que o violaram e profanaram, como é claro por diversas histórias.

QUESTÃO XIII.

“É o sábado, então, guardado santo ao Senhor quando os homens, depois da devida preparação de seus corações e de ordenarem de antemão seus negócios comuns, não somente observam um santo descanso durante todo o dia de suas próprias obras, palavras e pensamentos acerca de seus empregos e recreações mundanos, mas também ocupam todo o tempo nos exercícios públicos e particulares do culto a Deus, exceto o que é gasto nos deveres de necessidade e misericórdia?”

Sim; Êx. 16.23,25,26,29,30; Êx. 31.15,16,17; Isa. 58.13; Neem. 13.15,16,18,19,21,22.

Pois bem, não erram alguns, os quais pensam que, depois de terminado o culto público, o restante do Dia do Senhor pode ser gasto em ocupações ordinárias, recreações e outros divertimentos semelhantes que não são ilícitos nos outros dias, a menos que sejam proibidos pela Igreja ou pela comunidade política em que os homens vivem?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o Senhor diz no quarto mandamento: Nele não farás obra alguma. Mas recreações, jogos e divertimentos ordinários são nossas próprias obras.
2. Porque a própria natureza requer que dediquemos ao Senhor, que é o Senhor do tempo e de todas as coisas que possuímos, tanto do dia de sábado quanto podemos e costumamos dedicar a nossos próprios negócios nos outros dias.
3. Porque o Senhor diz: Se desviares o teu pé do sábado, de fazer o teu prazer no meu santo dia, e chamares ao sábado deleitoso, e ao santo do Senhor, honroso, e o honrares, não fazendo as tuas próprias obras, nem buscando o teu próprio prazer, nem falando as tuas próprias palavras, então te deleitarás no Senhor, e eu te farei cavalgar sobre os altos lugares da terra e te sustentarei com a herança de Jacó, teu pai, porque a boca do Senhor o disse, Isa. 58.13,14. Veja Jer. 17.22; Deut. 5.12,13,15; Núm. 15.32,33,36; e Neem. 13.15-23: Naqueles dias vi em Judá alguns pisando os lagares no sábado, trazendo feixes e carregando jumentos, bem como uvas para vinho e toda espécie de cargas que traziam a Jerusalém no dia de sábado; e testemunhei contra eles no dia em que vendiam mantimentos.

DOS JURAMENTOS E VOTOS LÍCITOS

QUESTÃO I.

“É o nome de Deus o único pelo qual os homens devem jurar?”

Sim. Deut. 6.13.

Pois bem, não erram os papistas, os quais, em seus juramentos, juntam à invocação do nome de Deus a invocação dos santos falecidos e de suas relíquias?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque jurar é parte do culto divino, que é devido somente a Deus, Deut. 6.13; Deut. 10.20; Isa. 65.16.
2. Porque somente Deus é o juiz da verdade oculta e secreta, e o vingador que toma vingança dos que não juram com verdade. Portanto, somente ele deve ser invocado como testemunha das coisas que são afirmadas e prometidas; e esta foi a prática do apóstolo Paulo, Rom. 9.1 e 1.9; Fil. 1.8.
3. Porque Deus condena o jurar por aqueles que não são deuses, Jer. 5.7.

QUESTÃO II.

“É o juramento autorizado pela Palavra de Deus, sob o Novo Testamento, assim como sob o Antigo, em assuntos de peso e importância?”

Sim; Heb. 6.16; Isa. 65.16; Gál. 1.20; Rom. 1.9 e 9.1; 2 Cor. 1.18,23; 11.13; 12.19; 1 Tess. 5.27; Apoc. 10.6.

Pois bem, não erram os quacres e anabatistas, os quais sustentam que não há uso lícito de juramento sob o Novo Testamento?

Sim.

Não erram igualmente os papistas, os quais fazem da abstinência de todos os juramentos um grau de perfeição?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Por Isa. 65.16, onde se promete, no tempo do evangelho, que as nações, ao serem convertidas a Cristo, jurarão pelo nome de Deus, como também fica claro por Jer. 4.2.
2. Porque a invocação do nome de Deus com o devido temor e reverência no juramento é ordenada no terceiro mandamento, assim como a profanação de seu nome é proibida; mas Cristo não veio abolir a lei moral.
3. Pelos exemplos aprovados dos santos que ocorrem no Novo Testamento, Gál. 1.20; Rom. 1.9; 2 Cor. 1.13,18; Apoc. 10.6.
4. Porque o fim de um juramento é aprovado por Deus e é, em todas as eras, necessário a todos os homens, sendo o fim de toda controvérsia, Heb. 6.16.
5. Porque um juramento corretamente prestado é um ato de religião, pelo qual glorificamos a Deus e adoramos seus atributos. Por ele, primeiro, reconhecemos solenemente seu ser e existência. Em segundo lugar, sua ubiquidade: que ele está presente em todos os lugares e em todos os tempos, e ao alcance de nossa voz, Sal. 139.7. [Em terceiro lugar,] sua onisciência: que ele é o sondador do coração. O apóstolo o chama Kardignostes, Atos 15.8. Reconhecemos, em quarto lugar, sua verdade e veracidade: ele é uma testemunha trazida ao tribunal que não pode mentir nem ser enganada, como diz o apóstolo: Não vos enganeis, de Deus não se zomba, Gál. 6.7. Em quinto lugar, sua supremacia sobre todas as criaturas, pois, na verdade, os homens juram por aquele que é maior, Heb. 6.16. Reconhecemos, em sexto lugar, sua justiça vindicativa, como vingador do perjúrio. Em sétimo lugar, reconhecemos sua providência e cuidado paternal pelos interesses da humanidade, tomando para si a causa dos justos.
6. Porque, havendo uma lei expressa acerca do jurar (a saber, de jurar retamente, Deut. 10.20), ela deve pertencer ou à lei moral, ou à lei judicial, ou à lei cerimonial. Os adversários não a chamarão parte da lei judicial, que foi dada aos judeus como corpo político e expirou juntamente com o estado daquele povo. Não é parte da lei cerimonial, pois aquilo que era puramente cerimonial era puramente típico; mas a lei acerca do juramento não era tipo de coisa alguma vindoura. E, se era um tipo, onde encontrareis seu antítipo em todo o evangelho, ou a coisa por ele representada? Portanto, deve ser parte da lei moral, Deut. 6.13; Jer. 4.2, e, conseqüentemente, perpétua, a qual Cristo não veio destruir. [Mat. 5.17.] Confirma-se ainda por isto: seu uso era autorizado e tido por sagrado entre os patriarcas antes da promulgação da lei levítica, como é claro por Abraão, pai dos fiéis, e Abimeleque, Gên. 21.23,24,31. Considere-se também aquele outro caso de Abraão, Gên. 24.2,3,9, o qual não impôs precipitadamente um juramento a seu servo, nem exerceu sua autoridade para constranger-lhe a consciência. Isso é evidente também pelo exemplo de Isaque, que fez aliança e jurou a Abimeleque, Gên. 26.28,31; e pelo exemplo de Jacó, que fez aliança com seu tio Labão e lhe jurou pelo Temor de seu pai Isaque, Gên. 31.53; isto é, por Deus, que é chamado

nosso temor, por causa da reverência e do temor filiais com que devemos estar diante dele, Isa. 8.13.

7. Porque as razões e a utilidade dos juramentos são perpétuas e as mesmas para nós sob o evangelho que foram para eles sob a lei. Há tanta necessidade de juramentos para pôr fim às contendas nesta era litigiosa quanto poderia haver em tempos anteriores.
8. Porque os juramentos foram outrora lícitos; portanto, ainda são lícitos, a menos que os adversários provem que foram revogados; e isso devem fazer, não arrancando furtivamente da Escritura palavras isoladas, fazendo uma parte contradizer outra.
9. Porque não precisamos temer imitar coisa alguma que seja feita no céu. Nosso Senhor nos ensinou a orar: Seja feita a tua vontade na terra como no céu. Mas o anjo (diz João, Apoc. 10.5,6) que vi em pé sobre o mar e sobre a terra levantou a mão ao céu e jurou por aquele que vive para todo o sempre. Esse anjo chama a si mesmo nosso conservo e conservo de nossos irmãos, os profetas, e daqueles que guardam as palavras deste livro, Apoc. 22.9; e, portanto, sendo os anjos da mesma fraternidade conosco, não agem sob dispensações diferentes das nossas.

QUESTÃO III.

“Deve um juramento ser prestado no sentido claro e comum das palavras, sem equivocação nem reserva mental?”

Sim; Sal. 24.4; Êx. 20.7; Lev. 19.12; Jer. 4.2.

Pois bem, não erram os anabatistas, os quais sustentam que é lícito, ao jurar, usar palavras equívocas?

Sim.

Não erram igualmente os papistas, os quais sustentam que a reserva mental é lícita no juramento?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a Escritura requer de todos os homens, em seus tratos comuns uns com os outros, em seus discursos e conversações, verdade e simplicidade, Mat. 5.37; Ef. 4.25. Muito mais essas coisas são requeridas no juramento, no qual Deus é chamado como testemunha da verdade das coisas que são afirmadas.
2. Porque o Senhor ameaça os que usam dolo e engano em suas palavras, Sal. 15.4; 24.4; Gál. 2.11-13.
3. Porque o Senhor requer em todo juramento verdade, justiça e juízo, Jer. 4.2.

4. Porque as equivocções e reservas mentais são contrárias ao próprio fim de um juramento aprovado, que é pôr fim a todo debate e controvérsia.
5. Porque, se as equivocções e reservas mentais fossem lícitas, em vão teria o Senhor feito leis contra a mentira; pois uma mentira poderia ser escusada por meio de reserva mental.
6. Se a equivocção e as reservas mentais fossem permitidas, destruiriam todo comércio entre os homens e tornariam sem efeito obrigações, contratos e cartas-partidas.

QUESTÃO IV.

“Deve um voto religioso ser feito somente a Deus, e não a qualquer criatura?”

Sim; somente a Deus, Jer. 44.25,26; Sal. 77.11.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que votos devem ser feitos aos santos falecidos e aos cenobiarcas, isto é, aos priores de mosteiros ou abadias?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque os votos são parte de nossa gratidão e ação de graças devidas somente a Deus por seus favores e misericórdias concedidos a nós, Sal. 50.14; Sal. 66.13,14.
2. Porque somos ordenados na Palavra a fazer nossos votos a Deus e cumpri-los. Mas em parte alguma somos designados a fazer nossos votos aos santos falecidos, Sal. 50.14.
3. Porque somente Deus é aquele que prova e sonda o coração; e somente ele conhece a sinceridade da mente do homem que faz o voto e é capaz de punir os que violam e quebram seus votos, Deut. 23.21.
4. Porque o Senhor ameaça severamente aqueles que haviam feito votos a quaisquer outros deuses além dele somente, e os acusa de gravíssimo pecado, Jer. 44.25,26.

QUESTÃO V.

“Estão os votos monásticos papistas de vida celibatária perpétua, pobreza professada e obediência regular tão longe de serem graus de perfeição superior que são laços supersticiosos e pecaminosos, nos quais nenhum cristão pode enredar-se?”

Sim; Mat. 19.11,12; 1 Cor. 7.2,9; Ef. 4.28; 1 Ped. 4.2.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que votos monásticos de vida celibatária perpétua, pobreza professada e obediência regular são graus de perfeição superior?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque um voto de vida celibatária perpétua é ilícito; pois nenhum homem deve votar o cumprimento daquilo para o qual não possui promessa de força para cumprir. Mas nenhum homem possui promessa de continência perpétua, a qual é necessariamente requerida para uma vida celibatária perpétua; antes, Cristo diz expressamente que o dom da continência não é dado a todos os homens, Mat. 19.11.
2. Porque o matrimônio é honroso entre todos, e o leito sem mácula, Heb. 13.4.
3. Porque o apóstolo ordena que cada homem tome sua própria esposa, para evitar a fornicção, 1 Cor. 7.1,2,9.
4. Porque a proibição do casamento é doutrina de demônios, 1 Tim. 4.1,3.

Em seguida, o voto de pobreza professada é ilícito:

1. Porque o Senhor não permitiu que houvesse mendigos entre seu povo antigamente, Deut. 15.7.
2. Porque Agur desejou que o Senhor não lhe desse pobreza, para que não viesse a furtar e tomar o nome de Deus em vão, Prov. 30.8,9.
3. Porque o Senhor quer que todo homem coma seu pão no suor de seu rosto, Gên. 3.19.
4. Porque o apóstolo ordena aos tessalonicenses que trabalhem com as próprias mãos, 1 Tess. 4.11.
5. Porque a pobreza professada impede um bem maior, a saber, nossa caridade e beneficência para com os membros pobres e necessitados de Cristo, o que é contrário à regra do apóstolo, Ef. 4.28.

O voto de obediência regular é igualmente ilícito:

1. Porque nos torna servos dos homens, o que é contrário ao apóstolo: Fostes comprados por preço; não vos façais servos dos homens; isto é, não façais coisa alguma em serviço ou obediência aos homens (superiores) que seja contrária aos mandamentos do serviço de Deus. Ou: não permitais que, nas coisas espirituais, homem algum vos reduza à servidão, de modo que não possais usar livremente aquilo que o Senhor tornou livre para nós, 1 Cor. 7.23.

DO MAGISTRADO CIVIL

QUESTÃO I.

“Armou Deus o magistrado civil com o poder da espada, para defesa e encorajamento dos bons e para punição dos malfeitores?”

Sim. Rom. 13.1-4; 1 Ped. 2.13,14.

Pois bem, não erram os socinianos, os quais sustentam que não é dever do magistrado civil punir os culpados com a morte?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Deus ordenou expressamente que idólatras transgressores fossem mortos, Deut. 17.7; Deut. 19.21.
2. Porque pertence ao ofício e dever do magistrado punir os culpados com a morte, Rom. 13.4; 1 Ped. 2.14.
3. Porque a pena capital dos malfeitores faz que os outros se encham de temor e receiem ofender, Deut. 13.11; Deut. 19.20.
4. Porque, se o magistrado negligenciar infligir a devida punição, o próprio Senhor se vingará desse magistrado, 1 Reis 20.42; Núm. 25.4.
5. Porque aquele que ferir um homem de modo que este morra certamente será morto, Êx. 21.12.
6. Porque todos os que tomarem a espada perecerão pela espada, Mat. 26.52; a saber, aqueles que o fazem sem vocação ou ordem legítima. Perecerão por ordem e mandado do magistrado, a quem o Senhor deu a espada precisamente para este fim: punir os malfeitores com a morte, Gên. 9.6; Rom. 13.4.

QUESTÃO II.

“É dever do magistrado civil tomar providências para que todas as blasfêmias e heresias sejam suprimidas; todas as ordenanças de Deus devidamente estabelecidas, administradas e observadas; todos os abusos no culto e na disciplina reformados; e todos os idólatras, contradizentes e outros dissidentes obstinados sejam obrigados e constrangidos a abandonar seus princípios e opiniões e a conformar-se ao verdadeiro culto e serviço de Deus, segundo sua Lei?”

Sim. Isa. 49.23; 2 Crôn. 15.12,13; 2 Crôn. 34.33; 2 Reis 18.4; 2 Reis 23.1-26; Esd. 7.23,25,26,27,28; Lev. 24.16.

Pois bem, não erram os quacres e outros sectários, os quais julgam ser anticristão e prática da Igreja de Roma que o magistrado civil e supremo, com a assistência da Igreja e de suas censuras, por seu poder coercitivo, force e obrigue todos os seus súditos a uma reforma da religião e à conformidade com o verdadeiro culto, a sã doutrina e a disciplina da Igreja?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque foi predito pelo profeta Isaías que, nos dias do evangelho, os reis seriam pais nutrícios e as rainhas, mães nutrícias da Igreja de Deus, cap. 49, v. 23.
2. Porque Artaxerxes, que era apenas um rei pagão, teve grande cuidado em fazer um decreto para que tudo quanto fosse ordenado pelo Deus do céu fosse diligentemente feito para a casa do Deus do céu; e para que, se alguém não obedecesse à Lei de Deus e do rei, juízo fosse prontamente executado contra ele, fosse com morte, banimento, confiscação de bens ou prisão. Por essa misericórdia singular, Esdras bendisse o Senhor Deus de seus pais, que havia posto tal coisa no coração do rei, cap. 7.23,25-28. Assim também Nabucodonosor fez um decreto para que, se qualquer povo, nação ou língua falasse coisa alguma errada contra o Deus do céu, fossem despedaçados e suas casas transformadas em monturo, Dan. 3.29. Algo semelhante lemos acerca de Dario, que fez um decreto para que todos os homens tremessem e temessem diante do Deus de Daniel, cap. 6, v. 23.
3. Pelo exemplo de Ezequias, que removeu os altos, quebrou as imagens, cortou os bosques e despedaçou a serpente de bronze à qual os israelitas queimavam incenso, 2 Reis 18.4.
4. Pelo exemplo de Josias, que efetuou uma reforma completa e fez todo Israel servir ao Senhor seu Deus. A palavra no original significa que, de certo modo, ele os forçou e constrangeu ao puro culto e serviço de Deus, assim como um servo é forçado e constrangido ao seu trabalho. Por seu poder e autoridade reais, manteve-os em ordem, proibindo a idolatria e ordenando-lhes que servissem a Deus de nenhuma outra maneira senão segundo sua Palavra, 2 Crôn. 34.33; e [o exemplo de Asa em] 2 Crôn. 15.12,13. Eles entraram em aliança para buscar o Senhor Deus de seus pais de todo o coração e de toda a alma; e todo aquele que não buscasse o Senhor Deus de Israel seria morto, fosse grande ou pequeno, homem ou mulher.
5. Porque todo aquele que blasfemasse o nome do Senhor certamente seria morto, Lev. 24.16. Esse blasfemar era traspassar ou apunhalar o nome do Senhor, como

propriamente significa a palavra original; o que pode ser feito não somente dessa maneira, mas também sustentando erros e heresias blasfemos.

6. Porque o magistrado supremo é Custos utriusque Tabulæ, guardião de ambas as Tábuas da Lei de Deus: tanto da primeira Tábua, que diz respeito à religião, como nosso dever para com Deus, quanto da segunda, que diz respeito à justiça e ao nosso dever para com o próximo. Se, pois, ele pode punir os malfeitores que ofendem contra a segunda Tábua e forçá-los e constrangê-los à obediência pela espada da justiça que Deus pôs em sua mão, muito mais pode punir os idólatras e blasfemadores, que ofendem contra a primeira Tábua, e forçá-los e constrangê-los à obediência, visto haver muitos pecados contra a primeira Tábua que são mais graves e odiosos do que os pecados contra a segunda Tábua. E, embora seja prática pecaminosa da Igreja de Roma forçar homens e mulheres a pertencerem à sua religião, que é supersticiosa e idólatra, não é assim para outros que possuem entre si a verdadeira religião. E, embora nosso bendito Salvador e seus apóstolos não tenham usado tais meios para propagar o evangelho, reservando para si mesmo e para o poder de seu Espírito a glória de conquistar almas, ele nada ensinou em contrário; antes, reis e magistrados, a quem fez pais nutrícios de sua Igreja, podem, segundo os louváveis exemplos dos bons reis de Judá, empregar seu poder para a reforma e manutenção da religião de Cristo. E, embora a religião tenha sido muito promovida pelo sofrimento, disso não se segue que um príncipe cristão não tenha poder para reformar seus próprios súditos ou extirpar blasfemadores e hereges.

QUESTÃO III.

“É lícito a um cristão aceitar e exercer o ofício de magistrado, quando chamado para isso?”

Sim. Prov. 8.15,16; Rom. 13.1,2,4.

Pois bem, não erram os anabatistas, os quais sustentam que não é lícito aos cristãos exercer o ofício de magistrado?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque não há autoridade senão de Deus, e as autoridades que existem são ordenadas por Deus, Rom. 13.1.
2. Porque Salomão diz: Por mim (isto é, pelo Senhor) reinam os reis, e os príncipes decretam justiça, Prov. 8.15.
3. Porque o magistrado exerce e executa os juízos de Deus, Deut. 1.17.
4. Porque o magistrado recebe de Deus todas as coisas necessárias para o desempenho de seu ofício, Núm. 11.17.

5. Porque o Senhor prometeu que os magistrados, sob o evangelho, seriam pais nutrícios de sua Igreja, Isa. 49.23; e tornariam a Prostituta desolada e nua, comeriam sua carne e a queimariam com fogo, Apoc. 17.16.

QUESTÃO IV.

“Pode o magistrado civil, agora sob o Novo Testamento, travar guerra em ocasião justa e necessária?”

Sim. Lucas 3.14; Mat. 8.9,10; Apoc. 17.14,16; Atos 10.1,2.

Pois bem, não erram os quacres, anabatistas e socinianos, os quais sustentam que é inteiramente ilícito, agora sob o Novo Testamento, travar guerra?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Deus designou e ordenou a guerra lícita, Núm. 31.2. Pois se diz que o Espírito do Senhor veio sobre Gideão quando ele estava para combater as batalhas do Senhor contra os midianitas e amalequitas, Juí. 6.34. Além disso, o próprio Senhor prescreve a maneira e o modo de fazer guerra, Núm. 10.9; Núm. 31.27; Deut. 20.2; e dá conhecimento e habilidade a seus generais e heróis para combater suas próprias batalhas, Sal. 18.34; Sal. 144.1. Nada disso foi de modo algum ab-rogado e abolido sob o Novo Testamento.
2. Porque o centurião que foi convertido à fé não abandonou seu ofício de capitão de cem, o que certamente teria feito se guerrear sob o Novo Testamento fosse ilícito, Atos 10.1,2,47. O mesmo pode ser dito do centurião crente, Mat. 8.8-10.
3. Porque o ofício de soldado não é censurado nem reprovado por João Batista, mas antes aprovado, Lucas 3.14.
4. Porque a oposição e a defesa contra a violência injusta, que muitas vezes não podem ser realizadas sem guerra, constituem a própria lei da natureza.
5. Porque foi predito que os reis da terra fariam guerra contra a Besta, Apoc. 17.14,16.

QUESTÃO V.

“Pode o magistrado civil tomar para si a administração da Palavra e dos Sacramentos, ou o poder das chaves do Reino dos Céus?”

Não. 2 Crôn. 26.18; Mat. 18.17; Mat. 16.19; 1 Cor. 12.28,29; Rom. 10.15; Heb. 5.4.

Pois bem, não erram os erastianos, os quais sustentam que o magistrado civil possui em si mesmo todo o poder eclesiástico e, assim, pode administrar os Sacramentos e pregar a Palavra, e pode exercer o poder das chaves do Reino dos Céus?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Cristo não deu semelhante poder aos magistrados, como evidentemente aparece em todas aquelas passagens da Escritura em que se faz menção das chaves. Nelas não há uma só sílaba acerca do magistrado civil, Mat. 18.17; Mat. 16.19.
2. Se o poder das chaves do Reino dos Céus pertence ao magistrado enquanto magistrado, então deveria pertencer a todo magistrado, ainda que o magistrado fosse incrédulo ou mulher, o que é absurdo.
3. O magistrado, enquanto magistrado, não é ministro da Igreja, como é evidente por todos os catálogos dos ministros da Igreja. Pois neles não se encontrará menção alguma do magistrado, Ef. 4.11; Rom. 12.7,8; 1 Cor. 12.8-10.
4. Porque, antes que houvesse qualquer magistrado cristão no mundo, a Igreja exercia todos os atos de jurisdição e governo eclesiásticos. A Igreja ordenava ministros e pastores, 1 Tim. 4.14; aplicava a censura da excomunhão, 1 Cor. 5.5; libertava o penitente dessa censura; convocava um sínodo e estigmatizava os hereges, Atos 15.
5. Porque Deus estabeleceu uma diferença entre o governo eclesiástico e o civil, e designou governantes distintos para ambos, 2 Crôn. 19.8-11.
6. Porque Deus puniu severamente Saul e Uzias por presumirem oferecer sacrifício, o que era próprio somente dos sacerdotes, 1 Sam. 13.9,10,13; 2 Crôn. 26.16,19.

QUESTÃO VI.

“Tem o magistrado civil poder para convocar sínodos, estar presente neles e providenciar para que tudo quanto neles seja tratado esteja de acordo com a mente de Deus?”

Sim. 2 Crôn. 19.8-11; 2 Crôn., caps. 29 e 30; Mat. 2.4,5.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que o juízo e o cuidado da religião não pertencem ao magistrado civil?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque a guarda e conservação da lei divina são confiadas por Deus ao magistrado civil, Deut. 17.18.
2. Porque foi predito que os reis seriam pais nutrícios da Igreja, Isa. 49.23.
3. Porque é dever do magistrado cuidar para que os súditos possam levar vida tranquila e pacífica em toda piedade e honestidade, 1 Tim. 2.2.
4. Pelos louváveis exemplos dos bons reis de Judá, 2 Crôn., caps. 29 e 30.

QUESTÃO VII.

“A incredulidade, ou a diferença de religião, torna nula a justa e legítima autoridade do magistrado?”

Não.

“Liberta ela o povo da devida obediência a ele?”

Não. 1 Ped. 2.13; Rom. 13.1-4; Tito 3.1.

Pois bem, não erram os papistas, anabatistas e outros, os quais sustentam que os súditos não devem tolerar um rei que seja incrédulo, nem obedecer, em seus justos mandamentos, a um rei que deles difira em religião?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque somos ordenados a sujeitar-nos a toda ordenança humana, 1 Ped. 2.13; a saber, em tudo quanto nos ordenarem, se não for contrário a Deus e a seu mandamento; de outro modo (segundo Atos 4.19), é melhor obedecer a Deus do que ao homem. E se diz: por amor do Senhor; isto é, porque é vontade de Deus governar-nos por meio deles.
2. Porque os cristãos que estavam em Roma foram ordenados pelo apóstolo a sujeitar-se às autoridades superiores, e isso sem exceção de religião e piedade, até mesmo àquele pagão, o imperador romano, Rom. 13.1.[1]
3. Porque o mesmo apóstolo, escrevendo a Tito, ordena-lhe que exorte os cretenses, seus ouvintes, a obedecer aos magistrados, quaisquer que sejam eles, não somente os crentes, mas também os incrédulos, como então ainda eram a maioria deles, Tito 3.1.
4. Porque, quando o apóstolo Paulo era perseguido para ser morto e acusado de matérias criminosas, apelou para César, Atos 25.10,11.
5. Porque o profeta Jeremias reconheceu o poder de Zedequias, que se havia desviado para um falso culto e desprezado o juramento que fizera ao rei da Babilônia, Ezeq. 17.16,18. Agora, ouve, peço-te (diz o profeta), ó meu senhor, o rei; seja aceita diante de ti, peço-te, a minha súplica, Jer. 37.20¹².
6. Porque o próprio Cristo pagou tributo a César, embora fosse livre, sendo tanto o Filho de Deus por natureza como o Filho de Davi por nascimento, Mat. 17.26. E ordenou e permitiu que outros pagassem, Mat. 22.21; Rom. 13.7.
7. Porque Paulo reconheceu e admitiu o poder do rei Agripa, Atos 26.2.[2]

¹² Cap. XXIII, questão VII, razão 5: a citação impressa é Jer. 27.20. A súplica dirigida por Jeremias ao rei está em Jer. 37.20; a alteração é uma emenda editorial.

QUESTÃO VIII.

“É dever do povo orar pelos magistrados e honrar suas pessoas?”

Sim. 1 Tim. 2.1,2; 1 Ped. 2.17.

Pois bem, não erram alguns, os quais negam isso?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Samuel, a pedido de Saul, a quem sabia que o Senhor havia rejeitado, voltou novamente após ele e o honrou diante do povo, 1 Sam. 15.31.
2. Porque o Senhor, tendo designado magistrados para administrar justiça e juízo em seu nome, digna-se honrá-los a ponto de chamá-los deuses e filhos do Altíssimo, Sal. 82.1,6.
3. Porque o apóstolo Pedro diz: Temei a Deus e honrai o rei, em paralelo com o que Paulo diz: Dai a todos o que lhes é devido; honra a quem é devida honra, 1 Ped. 2.17; Rom. 13.7.
4. Porque até mesmo magistrados pagãos são chamados ungidos do Senhor, Isa. 45.1; e o Senhor chama Nabucodonosor de seu servo, Jer. 27.6. Se, pois, tais magistrados devem ser honrados por essa razão, muito mais os magistrados cristãos.
5. Porque, se somos obrigados a não falar mal das dignidades, 2 Ped. 2.10,11, nem injuriar os deuses, Êx. 22.28, somos obrigados a honrar as dignidades; pois, onde um pecado é proibido, o dever contrário é ordenado.
6. Porque Deus ordenou a seu povo, os judeus, que buscassem a paz da cidade (isto é, o bem-estar e a prosperidade da Babilônia) para onde ele os havia feito levar cativos, Jer. 29.7.
7. Porque o profeta, o homem de Deus, suplicou ao Senhor em favor de Jeroboão e orou por ele, homem que havia apostatado do verdadeiro culto de Deus e feito Israel pecar, 1 Reis 13.3-6.
8. Porque nosso bendito Salvador diz: Dai a César o que é de César, Mat. 22.21. Mas orações e súplicas são tão devidas a César quanto os impostos e tributos, 1 Tim. 2.1,2.
9. Porque o apóstolo nos ordena orar por todos os que estão em autoridade, para que possamos levar vida tranquila e pacífica; esta é a razão pela qual devemos orar pelos magistrados. Pois, nos tempos do apóstolo e por muito tempo depois, os magistrados eram perseguidores da Igreja de Deus e impediam os membros de Cristo de viver em paz e piedade, 1 Tim. 2.1,2.

10. Porque Moisés clamou ao Senhor em favor de Faraó, Êx. 8.12; Abraão orou a Deus por Abimeleque, Gên. 20.17; Jacó abençoou Faraó, Gên. 47.7,10.
11. Porque muitos mártires benditos, ao irem para a morte, oraram por seus magistrados perseguidores, seguindo o exemplo e o mandamento de nosso bendito Salvador, Lucas 23.34; Mat. 5.44.

QUESTÃO IX.

“Deve algum homem, por sua própria iniciativa, ou por instigação de outros homens, assassinar ou matar um magistrado, ou qualquer pessoa particular ou pública, sob o pretexto de serem hereges e perseguidores da verdade?”

Não. Êx. 20.13; Prov. 1.10,11.

Pois bem, não erram aqueles homens da Igreja Romana, e outros também, que sustentam esse perigoso princípio?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque toda espécie de homicídio é expressamente proibida no sexto mandamento: Não matarás, Êx. 20.13. Ali se faz clara distinção, pela palavra “tu”, entre um homem particular e um magistrado público, que o faz por autoridade divina.
2. Porque, embora Saul fosse homem rejeitado por Deus, 1 Sam. 15.26, Davi diz ao amalequita: Como não temeste estender a mão para destruir o ungido do Senhor? 2 Sam. 1.14; veja 1 Sam. 24.5; 1 Sam. 26.9.
3. Porque tudo quanto se possa alegar do ato de Fineias, Núm. 25.8; do ato de Eúde ao apunhalar Eglom, Juí. 3.21; do ato de Samuel ao matar Agague, 1 Sam. 15.33; e do ato de Elias ao matar os sacerdotes de Baal, 1 Reis 18.40, de modo algum favorecerá os assassinatos praticados por homens particulares. Pois certamente Fineias teve um impulso divino, assim como Eúde, que o moveu a agir, o que ficou evidente pela aprovação do ato por parte do Senhor e pela recompensa que lhe deu. Samuel, sem dúvida, foi movido a isso por um impulso e instinto interiores de Deus e pela direção de seu Espírito, assim como Elias; de modo que seus atos e outros semelhantes foram inteiramente particulares e não podem ser abusados por imitação, nem seguidos por todos como regras, visto que não é propriamente vocação de todos usar a espada da justiça.
4. Porque isso traria uma massa de confusão, para completa ruína de todas as sociedades, se cada homem, por sua própria iniciativa, pudesse executar justiça vindicativa sobre ofensores que a merecem, ou sob o pretexto de que a merecem;

o que é lutar contra Deus, que é Deus da ordem política, bem como da eclesiástica, e não de confusão.[3]

5. Porque a ira do homem não opera a justiça de Deus, Tiago 1.20.
6. Porque isso é desprezo das leis públicas e da ordem pública. É uma usurpação da espada do magistrado, que Deus pôs em sua mão para punir e proteger. É uma invasão do direito e da prerrogativa de Deus de executar vingança, que ele tão expressamente reservou para si mesmo, Sal. 94.1; Rom. 12.19; Deut. 32.35; Prov. 25.21,22.
7. Porque Salomão diz: Meu filho, se os pecadores te quiserem seduzir, não consintas; se disserem: Vem conosco, armemos ciladas para derramar sangue, espreitemos secretamente o inocente; não andes no caminho com eles, Prov. 1.10,11.
8. Porque o justo atenta para a vida de seu animal; muito mais deve o justo atentar para a vida de seu próximo, Prov. 12.10. O pecado de homicídio pode ser agravado de muitas maneiras. Primeiro, pela qualidade da pessoa assassinada: se é superior, como magistrado, ministro ou pai; ou se é de relação próxima, como irmão ou parente chegado. Em segundo lugar, pela maneira: quando se usa crueldade extrema, ou morte súbita e inesperada, lançando um homem na eternidade num abrir e fechar de olhos. A isso podemos acrescentar a deliberação e o homicídio premeditado, de que Salomão fala na passagem acima citada.

QUESTÃO X.

“Estão as pessoas eclesiásticas isentas da devida obediência ao magistrado?”

Não. Rom. 13.1; 1 Reis 2.26; Atos 25.9-11; 2 Ped. 2.1,10,11; Judas 8-11.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que o clero (como o chamam) e seus bens são inteiramente livres, pela Lei de Deus, dos poderes seculares?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o mandamento da obediência é geral e universal: toda alma esteja sujeita, Rom. 13.1.
2. Porque Cristo ordenou aos fariseus, que pertenciam ao clero, que dessem a César o que é de César, Mat. 22.21. Antes, o próprio Cristo pagou o dinheiro do tributo, a saber, um estáter, no valor de dois xelins e três pence, que Pedro encontrou na boca do peixe quando a abriu, Mat. 17.27.
3. Porque Paulo reconheceu estar sujeito ao magistrado quando apelou para César, Atos 25.11.

4. Pelo exemplo dos sacerdotes que estavam sujeitos a seus reis. Não foi Abiatar, por ordem de Salomão, para Anatote? 1 Reis 2.26.

QUESTÃO XI.

“Tem o Papa algum poder ou jurisdição sobre os magistrados em seus domínios, ou sobre algum de seus povos?”

Não. Apoc. 13.15-17; 2 Tess. 2.4.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que o Papa de Roma, enquanto Papa, possui pleno poder por direito divino sobre o mundo inteiro, tanto em matérias civis como eclesiásticas?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque Cristo expressamente proíbe seus discípulos de tomarem para si semelhante poder ou domínio, Mat. 20.25; Mar. 10.42.
2. Porque o Reino de Cristo não é deste mundo, João 18.36. Tampouco deve ser deste mundo o reino do Papa, que chama a si mesmo Vigário de Cristo; isto é, alguém que ocupa o lugar de Cristo e labora por ele, seu delegado aqui na terra.
3. Porque, quando o povo quis fazer de Cristo um rei, ele retirou-se novamente, sozinho, para um monte, João 6.15.
4. Porque o apóstolo Pedro proibiu esse domínio, 1 Ped. 5.1-3.
5. Porque jamais se ouviu que qualquer dos apóstolos houvesse exercido algum poder ou comando civil, ou se assentado como juiz em matérias civis; antes, sempre compareceram para ser julgados pelos poderes civis, como é evidente pela história dos Atos.
6. Porque Deus estabeleceu diferença entre o governo da Igreja e o governo civil,[4] e deu a cada um seus próprios e distintos oficiais. Nenhum deles pode invadir o outro sem gravíssimo pecado, 2 Crôn. 19.8-11.
7. Porque é marca do Anticristo exaltar-se acima de tudo o que se chama Deus, 2 Tess. 2.4.

DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO

QUESTÃO I.

“É o matrimônio entre um homem e uma mulher?”

Sim.

“É lícito a um homem ter mais de uma esposa, ou a uma mulher ter mais de um marido ao mesmo tempo?”

Não. Gên. 2.24; Mat. 19.5,6; Prov. 2.17.

Pois bem, não erram os anabatistas, os quais sustentam que é lícito a um cristão não somente ter várias esposas ao mesmo tempo, mas tantas quantas desejar?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque ter duas esposas ou muitas esposas é contrário à primeira instituição do matrimônio, pois o Senhor deu a Adão somente uma esposa, Gên. 2.24.
2. Porque a Lei de Deus proíbe expressamente a bigamia, ou duas esposas, Lev. 18.18.
3. Porque o Senhor repreende severamente a poligamia, ou muitas esposas, Mal. 2.14,15.
4. Porque Cristo diz: aquele que repudia sua esposa (exceto no caso de adultério) e se casa com outra comete adultério, Mat. 19.9. Mas, se fosse lícito ter ao mesmo tempo mais de uma esposa, ele não seria culpado de adultério ao casar-se com outra, quer repudiasse ou não a esposa anterior.
5. Porque a bigamia e a poligamia tiram a verdadeira paz da vida conjugal, como é evidente pelos exemplos de Jacó, Gên. 30, e de Elcana, 1 Sam. 1.6.
6. Porque a invenção da bigamia foi o artifício de um homem ímpio, Lameque, Gên. 4.19.

QUESTÃO II.

“É lícito a toda sorte de pessoas casar-se, desde que sejam capazes, com discernimento, de dar seu consentimento?”

Sim. Heb. 13.4; 1 Tim. 4.3; 1 Cor. 7.36,37,38; Gên. 24.57,58.

Pois bem, não erra a Igreja papista, a qual proíbe e veda o matrimônio a seus eclesiásticos?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

1. Porque o matrimônio é honroso entre todos os homens, e o leito sem mácula, Heb. 13.4.
2. Porque o apóstolo ordena, para evitar a fornicação, que cada homem tenha sua própria esposa e cada mulher seu próprio marido, 1 Cor. 7.2.
3. Porque o apóstolo inclui a proibição do matrimônio entre as doutrinas de demônios, 1 Tim. 4.3.
4. Porque um bispo deve ser marido de uma só mulher, 1 Tim. 3.2,4; Tito 1.6.
5. Porque o apóstolo enumera as qualificações requeridas das esposas dos bispos, 1 Tim. 3.11.
6. Porque se pode depreender da Escritura que alguns dos apóstolos e outros ministros do evangelho eram casados. Quanto a Pedro, isso é evidente, Mat. 8.14; Mar. 1.30. E lemos que Filipe, o evangelista, tinha quatro filhas, todas profetisas, Atos 21.9. E não diz o apóstolo: Não temos nós o direito de levar conosco uma irmã, esposa, assim como os outros apóstolos, e todos os irmãos do Senhor, e Cefas? 1 Cor. 9.5.

QUESTÃO III.

“Deve o matrimônio ser contraído dentro dos graus de consanguinidade ou afinidade proibidos na Palavra?”

Não.

“Podem os matrimônios incestuosos jamais tornar-se lícitos por qualquer lei humana ou consentimento das partes, de modo que essas pessoas possam viver juntas como marido e mulher?”

Não. 1 Cor. 5.1; Amós 2.7; Mar. 6.18; Lev. 18.24,25,26,27,28.

Pois bem, não erra a Igreja papista, que fala nos decretos do Concílio de Trento desta maneira: Se algum homem afirmar que somente aqueles graus de consanguinidade ou afinidade estabelecidos em Levítico podem impedir que se faça um contrato de matrimônio, ou podem dissolver um contrato matrimonial já feito; e que a Igreja não tem poder para dispensar alguns desses graus (isto é, permitir o incesto), ou não pode fazer novas leis e constituir muitos mais graus proibidos do que os expressos em Levítico, seja ele anátema e maldito?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

Antes de fazê-lo, note-se que há aqui dois pontos a considerar.

Primeiro, se devemos ou não ater-nos aos graus proibidos de consanguinidade e afinidade expressos em Levítico.

Segundo, se a esses graus estabelecidos como proibidos em Levítico podem ser acrescentados pela Igreja de Roma novos graus que tornarão um matrimônio incestuoso.

Ao que respondemos que não está no poder de criatura alguma conceder dispensa (isto é, permitir que seja praticado aquilo que é proibido pela Lei de Deus) quanto a qualquer dessas leis de Levítico que proíbem matrimônios incestuosos.

E, em seguida, afirmamos que tampouco está no poder de criatura alguma acrescentar aos graus proibidos em Levítico quaisquer outros que ali não sejam proibidos.

1. Porque semelhante poder de dispensar não se encontra em toda a Escritura.
2. Porque o Senhor diz expressamente: Tudo quanto eu vos ordeno, observai para fazê-lo; nada lhe acrescentarás, nem dele diminuirás, Deut. 12.32. Mas o próprio Senhor fez essas leis e estabeleceu esses limites de modo tão firme que nenhum concílio, nenhum Papa, nenhuma criatura pode dispensar qualquer deles ou acrescentar-lhes novos. Veja Levítico 18.
3. Porque essas leis são de direito comum e perpétuo e, portanto, não podem ser dispensadas. Pois a violação delas é enumerada entre as abominações com que as nações ao redor contaminaram e profanaram a terra, Lev. 18.24,25,27.

QUESTÃO IV.

“É lícito casar-se com uma segunda esposa depois que a primeira morreu?”

Sim.

“É lícito, depois do divórcio, casar-se com outra pessoa, como se a parte culpada estivesse morta?”

Sim. Mat. 5. 31, 32. Rom. 7. 2. 3. Mat. 19. 9.

Pois bem, não erram os novacianos, os puritanos de outrora, assim verdadeiramente chamados, e os tertulianistas, os quais condenavam absolutamente os segundos matrimônios?

Sim.

Esse absurdo princípio é refutado por Rom. 7. 2, 3. e por 1 Cor. 7. 39.

Não erram igualmente os papistas, os quais negam que, depois do divórcio, sejam permitidos aos cristãos segundos matrimônios?

Sim.

Mas aqui, por meio de duas distinções, eles explicam o que pensam.

Primeiro, distinguem entre a Coabitação, o Leito e o Vínculo.

A primeira é a habitação conjunta de homem e mulher em uma só família.

O segundo é o direito de dar e exigir a devida benevolência.

O terceiro é aquilo pelo qual ambos são feitos um; por ele, um não pode deixar de pertencer ao outro enquanto ambos viverem.

Em seguida, distinguem entre pessoas crentes e descrentes. Se, então, ambas as partes, ou uma delas, forem descrentes, concedem que o matrimônio é válido tanto quanto à Coabitação, ao leito matrimonial e ao Vínculo, ou Laço.

Mas, se ambas as partes forem cristãs, pensam que o matrimônio pode ser dissolvido quanto ao leito comum e à Coabitação, porém o Vínculo permanece firme e continua indissolúvel; especialmente se o matrimônio tiver sido contraído depois do Batismo; e, portanto, um segundo matrimônio depois do divórcio é ilícito a qualquer deles.

Mas isto é facilmente refutado?

(1) Porque Cristo permitiu o matrimônio depois do divórcio; Mat. 5. 31, 32. Mat. 19. 9. Aqui Cristo, proibindo o homem de repudiar sua esposa e casar-se com outra, excetua em palavras expressas o caso de Fornicação. Portanto, permite que o homem repudie sua esposa em caso de Fornicação e se case com outra. (2) Porque o apóstolo diz: mas, se o descrente se apartar, aparte-se; pois um irmão ou irmã não está sujeito à servidão em tais casos; 1 Cor. 7. 15. Portanto, se um irmão ou irmã, havendo semelhante abandono voluntário e obstinado, não está sujeito à servidão, então certamente o Vínculo está dissolvido; e, depois de tentados em vão todos os remédios para trazer de volta a parte obstinada, não duvido de que a parte inocente possa casar-se com outra sem culpa. Se assim é, muito mais poderá a parte inocente casar-se com outra quando se obtém um Divórcio.

QUESTÃO V.

“Nada, salvo o Adultério, ou tal abandono voluntário que de modo algum possa ser remediado pela Igreja ou pelo Magistrado Civil, é causa suficiente para dissolver o vínculo do Matrimônio?”

Nada. Mat. 19. 8, 9. 1 Cor. 7. 15. Mat. 19. 6.

Pois bem, não erram os entusiastas e os familistas, os quais sustentam que é livre ao homem repudiar sua esposa quando lhe apraz?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque o Deus de Israel odeia o repúdio; Mal. 2. 16. (2) Porque todo aquele que repudia sua esposa, exceto em caso de Fornicação, faz com que ela cometa Adultério; Mat. 5, 32. (3) Porque o apóstolo diz: estás ligado a uma esposa? Não procures desligar-te; 1 Cor. 7. 27.

Não erram igualmente os papistas, os quais sustentam que há outras causas de divórcio além do adultério e do abandono voluntário?

Sim.

Primeiro, eles nos dizem que o matrimônio contraído, mas não consumado, pode ser dissolvido; a saber, por um Voto Monástico de vida celibatária perpétua.

Em segundo lugar, dizem-nos que a incredulidade e a heresia são causas justas de divórcio. Assim também dizem os anabatistas.

E, em terceiro lugar, dizem-nos que o homicídio cometido na esperança de conseguir tal casamento é causa suficiente de divórcio.

Que a frieza, a impotência perpétua e fantasias semelhantes são causas?

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque Cristo diz: o que Deus ajuntou, não o separe o homem, Mat. 19. 6. Mas o matrimônio contraído e ratificado, embora não consumado, é feito por Deus; portanto, não pode ser dissolvido pelo homem. Tampouco deve homem algum, uma vez casado, tornar-se monge; pois a vida celibatária convém somente aos que têm o dom da Continência; porque Deus ordena aos que não o têm que se casem; 1 Cor. 7. 9. (2) Tampouco podem a incredulidade ou a heresia ser fundamento de divórcio, como se vê claramente de 1 Cor. 7. 12, 13. Se algum irmão tem esposa que não crê, e ela consente em habitar com ele, não a repudie. E a mulher que tem marido que não crê, se ele consente em habitar com ela, não o deixe.

DA IGREJA

QUESTÃO I.

“A Igreja Católica, ou Universal, que é invisível, consiste no número total dos eleitos que foram, são ou serão reunidos em um só corpo sob Cristo, sua cabeça?”

Sim. Ef. 1. 10, 22, 23. Ef. 5. 23, 27. Col. 1. 18.

Pois bem, não erra a Igreja papista, que nega qualquer Igreja católica invisível, composta somente dos eleitos eficazmente chamados; que sustenta ser a Igreja Católica absolutamente visível e uma Sociedade tão visível quanto a República de Veneza ou o reino da França; e que ela consiste não menos de réprobos, incrédulos, grandes e manifestos pecadores, destituídos de toda graça interior e verdadeira, do que dos eleitos eficazmente chamados?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque professamos crer, segundo o Credo, que há uma Igreja Universal, a saber, uma tal como a que acabamos de descrever; mas aquilo em que cremos deve ser invisível; Heb. 11. 1. (2) Porque a forma interna da Igreja (a saber, sua vocação eficaz pela Palavra e pelo Espírito; 1 Ped. 2. 9.) é invisível; 2 Tim. 2. 19. 1 Cor. 2. 11. (3) Porque a glória da filha do Rei (isto é, da Igreja Universal, como os próprios adversários confessam) é interna e, portanto, oculta e invisível; Sal. 45. 13. (4) Porque a Palavra nos diz que há uma Igreja, isto é, o número daqueles a quem Cristo amou; pelos quais se entregou à morte; a quem santificou, lavou, purificou e redimiu com o seu próprio sangue, e a quem, por fim, ele glorificará; Ef. 5. 25, 26, 27. (5) Porque a Escritura nos diz que há uma Igreja, que é o corpo místico de Cristo (e, portanto, invisível aos olhos), a qual, por uma união sumamente mística e sumamente maravilhosa, está conjunta e estreitamente unida a ele; Ef. 1. 10, 22, 23. (6) Porque a Igreja Universal, quanto à sua forma interna, é uma casa espiritual, edificada de pedras vivas em Cristo; 1 Ped. 2. 5. (7) Porque os membros da Igreja Universal, considerados quanto ao seu estado e condição internos, são unidos e ajuntados em um só corpo por um só Espírito e por uma só Fé; 1 Cor. 12. 13. Ef. 4. 4, 5. (8) Porque os membros da Igreja Universal, considerados da maneira anterior, são os membros vivos de Cristo, aos quais ele próprio nutre com alimento vivo e vivificante; Ef. 5. 29, 30.

QUESTÃO II.

“É a Igreja Visível, sob o Novo Testamento, Católica e Universal?”

Sim. 1 Cor. 1. 2. e 1 Cor. 12. 12, 13. Sal. 2. 8. Apoc. 7. 9. Rom. 15. 9, 10, 11, 12.

Pois bem, não erram os independentes, os quais sustentam que não há Igreja Visível, sob o Novo Testamento, exceto aquela que possa reunir-se em um só lugar e realizar todos os seus santos serviços em uma Igreja particular?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque, em muitíssimos lugares do Novo Testamento, a palavra Igreja (a saber, Visível) é tomada em sentido tão amplo que não pode ser restringida a qualquer Igreja Congregacional particular; Atos 8. 3. Gál. 1. 13. Atos 2. 47. 1 Cor. 10. 32. Ef. 3. 10. 1 Cor. 12. 28. 1 Tim. 3. 15. (2) Porque foi predito, em muitos lugares do Antigo Testamento, que a Igreja Católica seria Visível; Sal. 22. 22, 23, 25, 27, 28. Sal. 72. 8, 9, 10, 11. Sal. 86. 9. Isa. 2. 2, 3, 4. Zac. 14. 9. (3) Porque a Doação, ou dom, do reino (isto é, da Igreja Universal), feita pelo Pai ao Filho, é Universal e abrange todo o mundo; Sal. 2. 8. Sal. 72. 8. Isa. 49. 6. Dan. 7. 14. (4) Porque o Evangelho do Reino é Universal e, segundo o estilo da Escritura, opera a conversão visível de todo o mundo; e, portanto, a Igreja visivelmente convertida e reunida é Católica e Universal; Mat. 26. 13. Mar. 14. 9. Col. 1. 16. (5) Porque a Carta constitutiva Visível, que constitui a Igreja, é Universal; e, portanto, visto que uma só Carta constitui uma só ordem política, ou Governo, todas as Igrejas Visíveis particulares, constituídas por aquela única Carta Católica, são uma só Igreja Universal; Mat. 28. 19. Ef. 3. 6. (6) Porque, se há oficiais de uma Igreja Visível Universal, deve haver a própria Igreja Visível Universal; mas a primeira coisa é verdadeira, visto que a Doação do Ministério e sua concessão como dom são feitas à Igreja Católica; 1 Cor. 12, 28. Mat. 28. 19. (7) Porque há uma vocação externa geral e um pacto externo geral, no qual todos os cristãos entram exteriormente, em virtude do qual todos são unidos e ligados entre si; Atos 2. 39. (8) Porque aquele mesmo sistema individual e corpo de leis externas, procedentes daquela mesma Autoridade, com os quais todas as Igrejas particulares estão igualmente envolvidas e pelos quais são governadas, é Universal; 1 Tim. cap. 3. e Tito cap. 3. (9) Porque aquela união externa de fraternidade que há entre todos os Cristãos Visíveis no mundo é Católica e Universal; Atos 15. 23. Atos 24. 14. Gál. 5. 14. (10) Porque o selo Visível inicial, a admissão e a inscrição são coisas Católicas e ecumênicas. Pois aquele que obtém sua liberdade em toda uma Corporação ou Reino goza dela no todo e em cada uma de suas partes e tem direito a todos os seus privilégios e imunidades gerais. Há uma carta-patente para o Batismo: Ide e batizai todas as Nações. E, em virtude de seus Privilégios, aqueles que são batizados em qualquer Igreja são considerados súditos visíveis do Reino de Cristo em todos os lugares do mundo cristão. Mat. 28. 19. (11) Porque todas as Igrejas são um

só Corpo; Rom. 12. 5. (12) Porque Pedro, escrevendo aos estrangeiros dispersos pelo Ponto, Galácia, Capadócia, Ásia e Bitínia, chama a todos eles um só Rebanho; 1 Ped. 5. 2. (13) Porque todas as Igrejas do Mundo são um só aprisco; João 10. 16. (14) Porque a Igreja Visível é uma grande casa; 2 Tim. 2. 20.

QUESTÃO III.

“A Igreja Visível consiste de todos aqueles, por todo o mundo, que professam a Religião Cristã, juntamente com seus Filhos?”

Sim. 1 Cor. 1. 2. Sal. 2. 8. 1 Cor. 7. 14.

Pois bem, não erram os donatistas, anabatistas e puritanos de outrora, assim verdadeiramente chamados, os quais afirmam que a Igreja Visível consiste somente daqueles que são piedosos e santos?

Sim.

Não erram igualmente os independentes, os quais pensam que ninguém deve ser membro da Igreja Visível, salvo aqueles que, no juízo de homens muito espirituais e discernidores, são tidos por verdadeiros crentes e santos; que deram prova suficiente de seu conhecimento dos fundamentos da Religião; que relataram em ordem e deram boa conta da obra experimental de sua conversão e vocação eficaz; que demonstraram que sua conduta no mundo foi sem a omissão de qualquer dever conhecido nem o cometimento de qualquer falta conhecida, e isso durante considerável espaço de tempo?

Sim.

Não erram, por fim, os quacres, os quais pensam que eles próprios são a única Igreja visível de DEUS sobre a terra, e que todos os outros que não são de sua profissão e prática são não regenerados e destituídos do Espírito?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque a Igreja visível é comparada a um Celeiro, no qual não há somente Trigo, mas Palha misturada com ele; a um Campo, no qual cizânia e joio estão misturados ao bom Trigo; a uma Rede, na qual são apanhados tanto Peixes bons como maus; Mat. cap. 13. A uma grande Casa, na qual não há somente vasos de Ouro e Prata, mas de Madeira e de Barro; 2 Tim. 2. 20. (2) Porque Cristo responderá a alguns no último dia, os quais lhe dirão: Senhor, não profetizamos nós em teu nome, e em teu nome expulsamos Demônios, e não comemos e bebemos à tua mesa? Não vos conheço. Isto mostra evidentemente que muitos foram membros da Igreja Visível, aos quais Cristo não reconhecerá no último dia; Mat. 7. 22, 23. (3) Pela Parábola das dez Virgens, cinco das quais eram insensatas e cinco sábias; Mat. 25. 1. (4) Pela Parábola do

Banquete, em que um foi encontrado à Mesa sem veste nupcial; Mat. 22. 11. (5) Porque muitos são da Igreja Visível que não são da Igreja invisível; 1 João 2. 19. (6) Porque o Apóstolo chama a Igreja de Corinto de Igreja de Cristo, não obstante suas graves enormidades; 1 Cor. 1. 11. 1 Cor. 3. 3. 1 Cor. 5. 1. 1 Cor. 6. 7. (7) Porque Moisés reconheceu como membros da Igreja Visível até mesmo aqueles a quem, contudo, sabia que o Senhor não dera ouvidos para ouvir, nem olhos para ver, nem coração para compreender os grandes e maravilhosos milagres que operara à vista deles; Deut. 29. 10, 11, 12, 13. comparado com os versículos 2, 3, 4. (8) Porque João Batista admitiu muitos milhares à comunhão da Igreja Visível sem fazer uma investigação rigorosa de sua verdadeira graça e conversão; Mat. 3. (9) Porque os Apóstolos imediatamente, e sem a demora de um dia, batizaram todos os que professaram a Religião Cristã; Atos 2. 38, 41. Atos 8. 12. João 3. 26. (10) Porque a pregação do Evangelho é designada por Deus como meio ordinário, não menos para a Conversão de homens e mulheres do que para o progresso na graça dos que foram convertidos; Prov. 9. 3, 4. 2 Cor. 5. 18, 19. 20, 2 Tim. 2. 24, 25 (11) Porque somos proibidos pelo Apóstolo de julgar o estado e a condição espiritual de nosso próximo; Rom. 14. 4. (12) Porque Cristo reconheceu Judas, o ladrão e Traidor, como membro de sua Igreja Visível, embora previsse que ele seria o filho da perdição; Mat. 26. 23. (13) Porque Cristo teve uma Igreja visível sobre a terra muitas centenas de anos antes de jamais haver no Mundo tal gado como os quacres. A menos que aleguem que os cristãos primitivos e todos os Santos, desde os dias dos Apóstolos, foram seus Predecessores e reivindiquem parentesco com eles, como os samaritanos fizeram com Jacó, sendo na verdade descendentes dos gentios, que foram trazidos para lá da Assíria; assim como os quacres descendem dos entusiastas da Alemanha, cerca de 160 anos atrás, como Nicolas Stokins, John Matthias e John of Leyden, notórios Hereges, blasfemadores e assassinos sanguinários.

Mas quão inteiramente diferentes são os quacres dos cristãos primitivos e dos santos homens de Deus de então e de tempos posteriores aparecerá evidentemente disto: eles não desprezavam estas duas grandes ordenanças do Evangelho instituídas por Cristo, a saber, o Batismo e a Ceia do Senhor. Tinham Bispos e Diáconos para governá-los e instruí-los, os quais eram ordenados para suas funções mediante oração e imposição de mãos, aos quais não injuriavam com os odiosos nomes de cães mudos e mercenários. Esses cristãos primitivos não tinham em suas assembleias mulheres pregadoras, como os quacres têm, o que é diretamente contrário às injunções de Paulo; 1 Cor. 14. 35. Tampouco jamais se ouviu falar de reuniões silenciosas entre os cristãos primitivos. Nem jamais, por desprezo, chamaram as igrejas, lugares destinados ao culto público de Deus, de casas de campanário [Steeple-houses]; antes, recorriam a elas para realizar suas devoções e seu serviço a Deus, como fizeram nosso bendito Salvador e seus Apóstolos; João 18. 20. Lucas 4. 16. Atos 3. 1. Atos 13. 5.

Não erram igualmente os papistas e luteranos, os quais não admitem como membros da Igreja visível os que não são batizados?

Sim.

Não erram, por fim, os anabatistas, os quais não admitem infantes como membros da Igreja visível?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque Deus ordenou que infantes e pequeninos estivessem diante dele e entrassem em aliança com ele; Deut. 29. 10, 11. (2) Porque os infantes são chamados povo de Deus, não menos que homens e mulheres chegados à idade adulta; Deut. 29. 11, 12, 13. (3) Porque a promessa da Graça pertence aos filhos tanto quanto aos pais; Atos 2. 39. (4) Se os filhos não são membros da Igreja visível, devem ser membros do reino visível do diabo, pois não pode haver meio-termo; Ef. 2. 12, 13. E assim não haverá diferença entre os filhos dos Crentes e os filhos dos Turcos e Pagãos. (5) Porque os infantes, sob o Antigo Testamento, tinham direito à aliança da graça; Gên. 17. 7, 12. E os filhos dos Crentes sob o Novo Testamento não perderam nenhum direito àquela aliança da graça que os filhos sob o Antigo Testamento tinham; visto que a aliança da graça, agora sob o Evangelho, não é administrada de modo mais estrito e parcimonioso do que outrora sob a lei; Heb. 8. 6. Rom. 11. 12. (6) Porque os infantes são ordenados a se ajuntar às ordenanças de Deus; Joel 2. 16. (7) Porque, se Cristo, enquanto infante, era cabeça da Igreja visível, então os infantes podem ser seus membros. Mas a primeira coisa é verdadeira, conforme Isa. 9. 6. Portanto, a segunda também deve ser verdadeira. (8) Porque aqueles que os falsos Apóstolos queriam que fossem circuncidados segundo o costume de Moisés (e, portanto, infantes) eram chamados Discípulos; Atos 15. 10.

QUESTÃO IV.

“Há alguma possibilidade ordinária de Salvação fora da Igreja Visível?”

Não. Atos 2. 47.

Pois bem, não erram os entusiastas, quacres e libertinos, os quais afirmam que qualquer homem pode ser verdadeiro cristão e ser salvo, ainda que não viva em nenhuma Igreja Visível?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque o Senhor JEOVÁ, em sua Igreja visível (ordinariamente), ordena a bênção, a saber, vida para sempre; Sal. 133. 3. (2) Porque a Igreja visível é a mãe de todos os Crentes; Gál. 4. 26. Por Jerusalém que é de cima, entendo a verdadeira

Igreja Cristã, que busca sua salvação não pela primeira aliança da lei, a saber, pelas obras da lei, mas pela segunda, a do Evangelho; a saber, pelos méritos de Cristo, abraçados por uma verdadeira Fé, a qual tem sua origem do céu mediante a poderosa vocação do Espírito Santo. (3) Porque os que estão fora da Igreja visível estão sem Cristo; Ef. 2. 12. (4) Por que homens e mulheres são unidos à Igreja visível, senão para que sejam salvos? Atos 2. 47. (5) Porque os que estão fora da Igreja visível estão destituídos dos meios ordinários de vida e salvação; Sal. 147. 19. 20.

QUESTÃO V.

“Deu Cristo a esta Igreja Católica Visível o Ministério, os Oráculos e as Ordenanças de Deus, para a reunião e o aperfeiçoamento dos Santos nesta vida, até o fim do Mundo?”

Sim.

Haverá sempre uma Igreja sobre a terra para adorar a Deus segundo sua vontade?

Sim. 1 Cor. 12. 28. Ef. 4. 11, 12, 13. Mat. 28. 19, 20. Mat. 16. 18. Sal. 72. 17. Sal. 102. 28. Isa. 59. 21.

Pois bem, não erram os socinianos, anabatistas e libertinos, os quais afirmam que a Igreja visível pode falhar e desaparecer do mundo?

Sim.

Não erram igualmente os céticos, comumente chamados Buscadores [Seekers], os quais afirmam que toda a Igreja Universal que tem existido sobre a terra, e todo culto religioso, toda pregação externa e exterior da Palavra, toda administração dos Sacramentos e o uso de todas as demais coisas religiosas pereceram pouco depois dos tempos dos Apóstolos e até hoje não foram restaurados, até que Cristo, do Céu, envie novos Apóstolos com uma comissão extraordinária para restaurar e reerguer novamente a Igreja visível?

E que, nesse ínterim, nenhum homem tem direito ou poder para dispensar a Palavra, administrar os Sacramentos ou desempenhar qualquer dever Eclesiástico; e que os que agora são chamados pregadores do Evangelho não o são?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque o Senhor prometeu que sua Igreja perdurará enquanto continuarem as ordenanças do céu; Isa. 66. 22. (2) Porque Cristo prometeu que as Portas do Inferno não prevalecerão contra sua Igreja; Mat. 16. 18. (3) Porque não se porá fim ao reino de Cristo; Lucas 1. 33. E, portanto, não haverá fim para sua Igreja; Isa. 9. 7. (4) Porque a ele será glória, na Igreja por Cristo Jesus, por todas as Eras, mundo sem fim. Amém; Ef. 3. 21. (5) Porque Cristo, que deu poder a seus Ministros para ensinar

sua Igreja e administrar os Sacramentos, prometeu estar com eles até o fim do Mundo; Mat. 28. 19, 20. (6) Porque o Senhor prometeu preservar para si um povo até o fim do mundo, o qual regerá e governará por sua Palavra e Espírito; Isa. 59. 20, 21. Isa. 9. 6, 7. (7) Porque o Senhor escolheu Sião; desejou-a para sua habitação, onde repousará e habitará para sempre; Sal. 132. 13. 14. (8) Porque Cristo deu uns para serem Pastores e Mestres, para o aperfeiçoamento dos Santos, até que todos cheguemos à unidade da Fé e do conhecimento do Filho de Deus; Ef. 4. 11. E instituiu um Ministério para continuar mesmo depois dos dias dos Apóstolos, como é evidente de 1 Tim. capítulo 3. De Tito, primeiro capítulo, onde o Apóstolo estabelece as qualificações ordinárias dos Ministros e as Regras para chamá-los ao Ministério. (9) Porque há uma Regra geral estabelecida para o governo e a disciplina da Igreja de Cristo; disciplina e ordem que devem continuar nela até o fim do mundo; Mat. 18. (10) Porque o Senhor ordena que não deixemos de nos congregar; e prometeu abençoar de modo especial quaisquer que estejam reunidos em seu nome, em qualquer lugar; mas nosso ajuntamento para ouvir a Palavra de Deus é feito em nome de Cristo; Heb. 10. 25. Mat. 18. 20. Mat. 28. 20. (11) Porque a morte de Cristo, na última ceia, deve ser anunciada até que ele venha; 1 Cor. 11. 26. (12) Porque pela Palavra (sim, pregada, Rom. 10. 17.) nascemos de novo; 1 Ped. 1. 23. Tiago 1. 18. Pelo Batismo somos enxertados em Cristo; Rom. 6. 3, 4. Gál. 3. 27. Na Ceia do Senhor temos comunhão com Cristo; 1 Cor. 10. 16. Veja-se mais a este propósito; cap. 21. Questão oito.

QUESTÃO VI.

“Tem a Igreja Católica sido algumas vezes mais visível e outras vezes menos visível?”

Sim. Rom. 11. 3, 4. Apoc. 12. 6, 14.

Pois bem, não erram os papistas, os quais afirmam que a Igreja tem sido, é e será, da maneira mais gloriosa, Visível a todo o mundo, de longe e de perto?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque a Igreja de DEUS, no tempo do profeta Elias, foi reduzida a tal estado que ele pensava não haver permanecido ninguém senão ele próprio; 1 Reis 19. 10. Rom. 11. 2, 3, 4. (2) Porque, por longo tempo, Israel esteve sem o verdadeiro DEUS, sem sacerdote que ensinasse e sem a Lei; 2 Crôn. 15. 3. (3) Porque o Senhor se queixa muitas vezes de que sua Igreja e seu povo o abandonaram e não o conheceram; de que a cidade fiel se tornou prostituta; de que mal se podia encontrar um homem que praticasse a justiça e seguisse a verdade; tudo isso é incompatível com aquela condição gloriosa da Igreja visível com que sonham os papistas; Isa. 1. 3, 4. Jer. 2. 29. Jer. 5. 1. (4) Porque, no tempo das dez Perseguições, a Igreja visível ficou muito

obscrecida e entenebrecida. E, depois de passadas essas tempestades, levantaram-se os arianos, que muito perturbaram a Igreja de Cristo, como é claro pela História. (5) Porque foram dadas à Mulher, isto é, à Igreja de DEUS, duas asas — duas asas, digo eu, de uma grande Águia — para que voasse ao deserto, a fim de esconder-se; Apoc. 12. 14. (6) Porque o apóstolo Paulo predisse aquela defecção geral e apostasia da Igreja visível mencionada; 2 Tess.2, 3. (7) Porque Cristo predisse que, antes de sua segunda vinda, mal encontrará Fé sobre a Terra; Luc. 18. 8.

(8) Porque a Igreja de DEUS está sempre sujeita a tribulação e perseguição enquanto peregrina neste mundo. Mas tribulações e perseguições obscurecem grandemente o brilho e o esplendor de uma Igreja visível; Luc. 21. 17. João 16. 2. Sal. 129. 1, 2, 3.

QUESTÃO VII.

“Estão as igrejas mais puras debaixo do céu sujeitas tanto à mistura como ao erro?”

Sim. 1 Cor. 13. 12. Apoc. 2. e 3. capítulo Apoc. 18. 2. Rom. 11. 18, 19, 20, 21, 22.

Pois bem, não erram os papistas, os quais afirmam que a Igreja não pode errar, nem em matérias absolutamente necessárias, nem em outras coisas que ela propõe que façamos e creiamos?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque a Igreja visível, sob o Antigo Testamento, muitas vezes fez defecção para a Idolatria; Êx. 32. 8. Juí. 3. 7. (2) Porque, enquanto estamos aqui, conhecemos apenas em parte; e, portanto, estamos sujeitos e expostos a erros; 1 Cor. 13. 9, 12. (3) Porque as sete igrejas da Ásia às quais João escreveu são acusadas de mistura e erros; Apoc. 2. 4, 5. (4) Porque, enquanto Cristo esteve sobre a terra, os Discípulos sonhavam com um reino mundano; e, por algum tempo, mesmo depois de sua ressurreição, creram nisso; Atos 1. 6. (5) Porque, antes que esteja próximo o dia de Cristo, haverá uma apostasia da Igreja visível, da verdadeira Fé Ortodoxa para o Anticristianismo, a qual em grande parte já se consumou, tendo já ocorrido mais do que ainda ocorrerá entre este tempo e sua segunda vinda; 2 Tess. 2. 3. Apoc. 13. 3. (6) Porque uma das principais diferenças entre a Igreja Militante e a Igreja Triunfante é esta: uma pode errar, mas a outra não; 1 Cor. 13. 9, 10, 12. (7) Porque Cristo predisse que surgirão falsos Cristos e falsos Profetas, e mostrarão grandes sinais e prodígios, de modo que, se possível, enganarão até os próprios Eleitos; Mat. 24. 24. (8) Porque, quando vier o Filho do homem, mal encontrará Fé sobre a terra; Luc. 18. 8. (9) Porque os judeus convertidos erraram ao serem zelosos pela Lei, pensando que a Lei Cerimonial ainda devia ser observada, sem compreender que ela fora abolida por Cristo; Atos 21. 20. Assim também erraram os gálatas, admitindo a circuncisão; Gál.1, 6. E os coríntios, em seu abuso da Ceia do Senhor; 1 Cor. 11. 18.

QUESTÃO VIII.

“Não há outra cabeça da Igreja Visível senão o Senhor Jesus Cristo?”

Não.¹³

Pode o Papa de Roma, em algum sentido, ser a cabeça dela?

Não. Col. 1. 18. Ef. 1. 22.

Pois bem, não erra a Igreja papista, a qual sustenta que não somente Cristo é a cabeça universal da Igreja, mas que há outra cabeça visível sob ele, a qual — dizem eles — é o Papa de Roma, Vigário de Cristo, ou seu Representante sob ele?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque, assim como não muitos maridos, mas um somente, é cabeça da esposa, assim somente Cristo é cabeça da Igreja; Ef. 5. 23. (2) Porque a Igreja está desposada com um somente, a saber, Cristo; 1 Cor. 11. 3. (3) Porque a Igreja é o corpo somente de Cristo; Ef. 1. 22, 23. (4) Porque, entre todas as ordens Eclesiásticas instituídas e designadas por Cristo, não lemos acerca de tal criatura como um Vigário Universal de Cristo; Ef. 4. 11. (5) Porque a Igreja é um só corpo (a menos que seja um monstro); mas um só corpo não pode ter duas cabeças; Rom. 12. 4, 5. (6) Porque somente Cristo pode inspirar ou insuflar vigor, sentido, movimento e vida espiritual em seus membros; Ef. 5. 29, 30. João 6. 48, 50, 51. João 15. 1, 2. (7) Porque não deve haver Senhorio e soberania entre os que estão sob Cristo, sua cabeça e Senhor; Luc. 22. 25. 1 Ped. 5. 2, 3.

(8) Se o Papa não é sequer Bispo de uma Igreja particular, não pode ser Bispo universal. A primeira proposição é verdadeira, porque ele não desempenha o ofício de Bispo, o qual é estabelecido; 1 Tim. 3, 2, Tito 1, 7. 8, 9.

Não erram igualmente os erastianos e outros, como os arminianos, os quais fazem do Magistrado Supremo cabeça da Igreja?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque a Religião Protestante, conforme está contida na Harmonia das Confissões, especialmente na Confissão de Fé registrada no primeiro Parlamento do rei Jaime VI, recentemente ratificada e confirmada, não reconhece nenhuma Cabeça Suprema ou Governador na Igreja — nem Anjo, Homem, Papa, Príncipe ou Potentado — salvo o Senhor Cristo, de quem somente todo poder e autoridade

¹³ Leitura conservada da fonte inglesa. Diante da pergunta negativa, esta resposta isolada é ambígua. O argumento que segue afirma que somente Cristo é cabeça da Igreja. O aparato anterior registra que o contexto exige resposta afirmativa; não se atribui a contradição ao tradutor.

subordinados são derivados aos oficiais de sua própria Igreja. (2) Porque, se o Magistrado Supremo é um oficial da Igreja, deve derivar seu poder de Cristo e deve ser uma cabeça e Governador espiritual e Eclesiástico, e não apenas civil. E, se assim é, então Cristo transferiu para ele seu próprio lugar e ofício, o que carece de prova escriturística. (3) Porque, se o Magistrado Supremo é cabeça da Igreja, deve ter direito a esse Título ou por Lei humana ou por mandato divino. As Leis de uma Nação não podem fazê-lo cabeça da Igreja, porque tais leis não podem fazê-lo um oficial Eclesiástico e Espiritual. Não há mandato ou comissão divina da parte de Cristo, como é claro por Mat. 18. 17. Pelas Epístolas a Timóteo e Tito. Por Ef. 4. 11. Rom. 12. 7, 8. E por 1 Cor. 11. 28.

QUESTÃO IX.

“É o Papa aquele Anticristo, aquele Homem do pecado e Filho da perdição, que se exalta na Igreja de Deus contra Cristo e contra tudo o que se chama Deus?”

Sim. 2 Tess. 2. 3, 4, 8, 9 Apoc. 13. 6. Mat. 23. 8, 9, 10.

Embora isto seja negado pela Igreja de Roma, a verdadeira descrição do Anticristo se ajusta a ele.

(1) Porque ele não é um único homem, mas uma ordem e linhagem de homens, sucedendo-se uns aos outros no mesmo estado e ofício, como se verá comparando; 1 João 4. 3. 2 Tess. 2. 7, 8. entre si. (2) Sua vinda é segundo a maneira de Satanás; 2 Tess. 2. 9. (3) Quanto ao seu nome, chama-se cristão, mas, na verdade, é um Adversário de Cristo; e, por consequência, alguém que nega que Jesus seja o Cristo; Apoc. 17. 14. Apoc. 19. 19. 2 Tess. 2. 8. 1 João 2. 23. (4) Ele se assenta no Templo de DEUS como DEUS; 2 Tess. 2. 4. (5) Ele governa na grande cidade e exerce domínio sobre os Reis da terra. 6) Ele engana os que habitam sobre a terra com prodígios e milagres mentirosos; 2 Tess. 2. 9. Apoc. 13: 14, 15: (7) Ele faz com que toda sorte de Pessoas receba sua marca na mão direita ou na testa; Apoc: 13: 16, 17: (8) A ele se aplica o que Paulo diz: e agora sabeis o que o detém (a saber, o Imperador Romano), para que seja revelado em seu tempo; 2 Tess: 2: 6, 7:

DA COMUNHÃO DOS SANTOS

QUESTÃO I.

“Estão os santos obrigados, por sua profissão, a manter santa fraternidade e comunhão no culto de DEUS, no desempenho de outros deveres espirituais que tendem à sua edificação mútua?”

Sim. Heb. 10. 24, 25. Atos 2. 42. 46. Isa. 2. 3. 1 Cor. 11. 20.

Pois bem, não erram os donatistas de outrora e os separatistas de agora, os quais sustentam que hipócritas e homens ímpios poluem e contaminam o culto de Deus, não somente para si mesmos, mas também para outros que com eles adoram; e que, portanto, devemos separar-nos da Comunhão no culto de Deus por causa deles?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque a Igreja dos judeus, no tempo de Cristo, era muito corrupta; Mat. 15. 7. Mar. 6, 7, 8. E, contudo, tanto por sua prática como por seu mandamento, ele não quis que seus ouvintes se separassem dela. Pois ele tanto observava as festas como pregava em suas Sinagogas; João 8. 1. Luc. 4. 15. João 10. 22. E ordena a seus ouvintes que observem aquilo que os Escribas e Fariseus lhes mandavam fazer; Mat. 23. 2, 3. (2) Porque o Apóstolo está tão longe de ordenar separação da Igreja de Corinto que louva suas reuniões; (1 Cor. 5. 4. 1 Cor. 11. 20. 1 Cor. 14. 23.) apesar dos muitos escândalos grosseiros que havia entre eles; 1 Cor. 1. 11, 12, 13. 1 Cor. 5. 1, 2. E 1 Cor. 15. 12, 13.

(3) Porque o Apóstolo chama os gálatas de Igreja de Cristo, irmãos e filhos de Deus, os quais, contudo, em alguma medida se haviam afastado de DEUS para outro Evangelho. Mais ainda, diz Paulo: Ó gálatas insensatos (ou sem entendimento), quem vos fascinou (isto é, cegou de tal modo os olhos de vosso entendimento que não podeis ver a verdade correta; assim como os prestidigitadores fascinam os olhos exteriores, de modo que os homens pensam ver aquilo que não veem), para que não obedeçais à verdade; Gál. 3. 1. E, contudo, visto que era uma verdadeira Igreja constituída, seu juízo era que não deveria haver separação dela, apesar de todas as faltas acima referidas. (4) Porque a Igreja de Éfeso era uma verdadeira Igreja, embora houvesse feito defecção de seu primeiro amor. Assim também era a Igreja de Pérgamo, embora nela houvesse quem sustentasse a doutrina de Balaão. Assim também era a Igreja de Tiatira, apesar de tolerarem Jezabel, que se chamava profetisa, e ensinava os servos de Cristo a cometer Fornicação e a comer coisas

sacrificadas aos Ídolos. (5) Se devemos separar-nos da Comunhão da Igreja em coisas lícitas por causa das faltas de outros, ou por causa das faltas dos Ministros, e se os pecados deles poluem o culto de Deus para os outros, então não devemos manter comunhão com Igreja alguma; visto que dificilmente pode haver uma Igreja em que não existam alguns Hipócritas ocultos. Antes, dificilmente haverá uma em que não existam alguns que o Ministro saiba serem tais. Contudo, tais pessoas não devem ser excluídas, como o próprio Cristo ensina; Mat. 13. 24. a 31. Veja os versículos 47. e 48. desse mesmo capítulo. (6) Se o culto é poluído para alguns por causa das faltas de outros com quem adoram, então a Palavra e os Sacramentos devem ter sua eficácia e valor provenientes das Pessoas que adoram e daqueles que os administram, o que é absurdo. (7) Porque homens ímpios e maus não poluem o culto para os outros, mas somente para si mesmos, como aparece pelo homem a quem faltava a veste nupcial; Mat. 22. 11. E por aqueles que comiam e bebiam indignamente à Mesa do Senhor. Tais pessoas não comem e bebem condenação para os outros, mas para si mesmas; 1 Cor. 11. 27, 29.

QUESTÃO II.

“Esta Comunhão que os Santos têm com Cristo os torna, de algum modo, participantes da Substância de sua Divindade, ou iguais a ele em qualquer aspecto?”

Não.

Há uma mistura da Essência Divina com a Substância de todas as Criaturas, por ser a Essência Divina infinita e estar presente em toda parte?

Não.

Todo homem regenerado, unido a Deus, em virtude dessa união, torna-se Deus, o criador do Céu e da Terra?

Não.

São todos os Atos da vontade de um homem e todas as suas ações, até mesmo suas ações mais malditas e ímpias, inteiramente Divinos, de modo que resistir-lhes e contradizê-los é rebelião contra Deus?

Não. João 1. 14. Col. 1. 18, 19.

Pois bem, não erram os familistas, os quais ensinam que os Santos são feitos Deus e Cristo por uma União Essencial e Corporal com eles?

Sim.

Não erram igualmente os maniqueus, os quais blasfemamente ensinaram que a Essência Divina se misturava com a alma e o corpo de cada homem, e que, portanto, todas as suas Ações eram inteiramente Divinas?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque a união pessoal não é concedida a ninguém senão somente a Cristo; João 1. 14. A Palavra se fez Carne, isto é, verdadeiro homem semelhante a nós em todas as coisas, contudo sem pecado. (2) Porque nele habita corporalmente toda a plenitude da Divindade. A saber, por uma habitação essencial do Filho de Deus na natureza humana, mediante a união de sua Natureza Divina com a Humana, na unidade de sua Pessoa. Corporalmente, isto é, Pessoal, Essencial e Verdadeiramente. (3) Porque a união dos Santos com Cristo é pela Fé, e não por uma união pessoal; Ef. 3. 17. (4). Porque não há homem que não peque; 1 João 1. 8, 10. (5) Porque a Essência de Deus é sumamente simples e una, e infinitamente acima e além de todas as criaturas; Êx. 3. 14. (6) Porque santo, santo, santo é o Senhor Deus dos Exércitos; Isa. 6. 3. (7) Porque Salomão, em sua oração, diz: eis que o céu dos céus não te pode conter; quanto menos esta casa que edifiquei ao teu Nome; 1 Reis 8. 27. (8) Porque o profeta Isaías diz: eis que as Nações são como uma gota de um balde e são estimadas como o menor pó da balança; cap. 40. 15. (9) Porque o erro maniqueu é o extremo máximo da invenção de Satanás, além do qual ele não é capaz de ir. Eles não merecem refutação, mas devem ser considerados Demônios encarnados.

QUESTÃO III.

“A Comunhão dos Santos, que eles têm uns com os outros, elimina ou infringe o Direito ou a propriedade que cada homem possui em seus próprios bens e posses?”

Não. Atos 5. 4. Êx. 25. 14. Ef. 5. 28.

Pois bem, não erram os anabatistas, os quais afirmam que os bens e posses dos Santos devem ser comuns?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque, no tempo da Igreja primitiva, nenhum homem era obrigado por necessidade a entregar seus bens. Tampouco os crentes perderam o direito e a propriedade que tinham sobre eles; Atos 5. 4. (2) Porque o oitavo mandamento, que é de uso perpétuo para todos os homens, pressupõe distinção e propriedade de Bens. Pois, se todos os Bens fossem comuns, seria impossível furtar. (3) Porque não haveria concessão de esmolas; não haveria Hospitalidade, o que é contrário ao Apóstolo; Ef. 4. 28. Heb. 13. 2.

DOS SACRAMENTOS

QUESTÃO I.

“São os Sacramentos santos sinais e selos da Aliança da Graça, instituídos diretamente por DEUS, para representar Cristo e seus benefícios e confirmar nossa participação nele?”

Sim.

Os Sacramentos estabelecem uma diferença visível entre aqueles que pertencem à Igreja e o restante do Mundo?

Sim.

Os Sacramentos comprometem solenemente homens e mulheres com o serviço de Deus em Cristo, segundo sua palavra?

Sim. Rom. 4. 11. Gên. 17. 7, 10. Mat. 28. 19. 1 Cor. 11. 23. 1 Cor. 10. 16. 1 Cor. 11. 25, 26. Gál. 3. 7. Rom. 15. 8. Êx. 12. 48. Gên. 34. 14. Rom. 6. 3, 4. E 1 Cor. 10. 16, 21.

Pois bem, não erram os socinianos, juntamente com os anabatistas, os quais sustentam que os Sacramentos não são selos da Aliança da Graça, instituídos por Deus para representar Cristo e seus benefícios, mas apenas meros símbolos e provas de nossa profissão cristã?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque a Circuncisão é expressamente chamada sinal e selo da justiça da Fé; Rom. 4. 11. Ora, se a Circuncisão era selo e sinal, por que o Batismo e a Ceia do Senhor não deveriam ser também sinais e selos? (2) Porque os nomes e as propriedades das coisas significadas são atribuídos aos sinais Sacramentais. Assim, a Circuncisão é chamada Aliança; Gên. 17. 10. O pão é chamado Corpo de Cristo; Mat. 26. 26. E o Batismo é chamado lavagem da regeneração; Tito 3. 5. Por nenhuma outra razão, senão porque representam e confirmam aos Crentes as coisas espirituais. (3) Porque o cálice da bênção no Sacramento é a comunhão do sangue de Cristo; e o pão é a comunhão do corpo de Cristo; 1 Cor. 10. 16. (4) Porque os Sacramentos trazem à nossa memória Cristo e seus benefícios; e, portanto, por assim dizer, colocam-no diante de nossos olhos, e assim aumentam e confirmam nossa fé; 1 Cor. 11. 24, 25.

QUESTÃO II.

“A Graça que é exibida nos Sacramentos, ou por meio deles, quando corretamente usados, é conferida por algum poder que haja neles?”

Não. Rom. 2. 28, 29. 1 Ped. 3. 21.

Pois bem, não erram os papistas e os luteranos, os quais sustentam que os Sacramentos, por si mesmos, são causas verdadeiras, imediatas e eficazes de nossa Justificação, e dão vida?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque a Sagrada Escritura atribui nossa Justificação somente à Fé, como causa instrumental, e a nenhuma outra coisa; Rom. 1. 17. Rom. 3. 28. Gál. 2. 16. E, portanto, os Sacramentos não podem ser as causas eficientes de nossa Justificação e vida. (2) Porque a Escritura estabelece uma diferença expressa entre a obra de um homem que dispensa os Sacramentos e a obra do Espírito Santo; Mat. 3. 11. (3) Porque sinais e selos da graça não podem conferir nem produzir a graça. Mas os Sacramentos são apenas sinais e selos da Graça; pois significar e possuir virtude e poder para operar são coisas que diferem em natureza e espécie. (4) Porque muitos são participantes dos Sacramentos e, contudo, não são participantes da Graça de DEUS, como Simão Mago; Atos 8. 13. Ananias e Safira; Atos 5. 4, 9. E quantos milhares comem e bebem indignamente, bebendo e comendo condenação para si mesmos; 1 Cor. 11. 29. (5) Porque muitos foram justificados antes mesmo de participarem de um Sacramento, como Abraão; Rom. 4. 11. E Cornélio com seus companheiros; Atos 10. 46.

QUESTÃO III.

“A eficácia de um Sacramento depende da piedade ou intenção daquele que o administra?”

Não. Mat. 3. 11. 1 Cor. 12. 13.

Pois bem, não erram os donatistas e os anabatistas, os quais sustentam que os Sacramentos dispensados por um Ministro ímpio e destituído de graça não possuem virtude ou eficácia alguma?

Sim.

Não erram também alguns outros, em nossos dias, os quais não estão muito distantes da mesma opinião?

Sim.

Não erram, por fim, os papistas, os quais sustentam que, para a perfeição de um Sacramento, é necessária a intenção atual do Ministro, ou ao menos sua intenção virtual de fazer aquilo que a Igreja faz?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque Judas, que era ladrão e traidor, batizou segundo o mandamento de Cristo, assim como os demais; contudo, Cristo jamais pôs em dúvida seu Batismo. (2) Porque a eficácia da Palavra não depende da piedade, bondade, dignidade ou boa intenção do Instrumento; Fil. 1. 16. Portanto, tampouco a eficácia de um Sacramento depende da intenção daquele que o administra. (3) Se a eficácia do Batismo dependesse da boa intenção do Ministro, então nenhum Cristão poderia estar certo de que foi batizado, visto que ninguém pode estar certo da intenção do Ministro nem conhecê-la. (4) Porque a operação e a eficácia dos Sacramentos dependem da operação do Espírito Santo e da Palavra de instituição; Mat. 3. 11. 1 Cor. 12, 13. (5) Porque os próprios papistas — o que constitui um [argumentum ad hominem] — não podem ter certeza de que o pão na Eucaristia é transubstanciado no Corpo de Cristo. E, portanto, em sua Adoração e prostração diante da Hóstia, cometem a mais condenável Idolatria, adorando aquilo que não é DEUS nem coisa alguma divina. Digo que não podem ter certeza, porque a intenção do Sacerdote pode ser deficiente enquanto ele consagra o Pão.

QUESTÃO IV.

“Há somente dois Sacramentos ordenados por Cristo no Evangelho?

Respondo: somente dois, a saber, o Batismo e a Ceia do Senhor.”

Mat. 28. 19. 1 Cor. 11. 20, 23.

Pois bem, não erram os romanistas, os quais estabelecem sete Sacramentos, acrescentando ao Batismo e à Ceia do Senhor a Confirmação, a Penitência, a Extrema-Unção, a Ordenação e o Matrimônio?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque, em toda a Sagrada Escritura, nenhum outro Sacramento, além do Batismo e da Ceia do Senhor, foi instituído por Cristo. (2) Porque a descrição e definição de um Sacramento, como se encontra na primeira Questão, convém somente ao Batismo e à Ceia do Senhor. (3) Porque Cristo foi coparticipante e partícipe do Batismo e da Ceia do Senhor, os quais, em sua própria pessoa, santificou; e por meio deles testemunhou e professou sua comunhão com seu povo do Novo Testamento; mas jamais participou de nenhum desses cinco Sacramentos bastardos.

QUESTÃO V.

“Podem o Batismo e a Ceia do Senhor ser dispensados por alguém que não seja um Ministro da Palavra, legitimamente ordenado?”

Não. Mat. 28. 19. 1 Cor. 11. 20, 23. 1 Cor. 4. 1. Heb. 5. 4.

Pois bem, não erram os anabatistas, os quais sustentam que os Sacramentos podem ser dispensados e administrados por qualquer Crente?

Sim.

Não erram igualmente os papistas e os luteranos, os quais sustentam que é lícito a Leigos ou Mulheres administrar o Sacramento do Batismo em caso de necessidade?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque Cristo deu o poder de dispensar os Sacramentos somente àqueles a quem deu o poder de Pregar; Mat. 28. 19. Mas o poder de pregar não é dado a todos os homens; Heb. 5. 4. (2) Porque todos quantos dispensaram o Sacramento do Batismo no Novo Testamento foram chamados ordinária ou Extraordinariamente, como é evidente pelos exemplos de João Batista e dos discípulos de Cristo; pelo exemplo de Pedro; Atos 2. 41. Pelo exemplo de Filipe; Atos 8. 38. Pelo exemplo de Ananias; Atos 9. 18. Pelo exemplo de Paulo e Silas; Atos 16. 15. 33. (3) Porque é ilícito a qualquer homem afixar o selo do Rei a uma Carta ou Cartas-patentes, a menos que seja uma pessoa autorizada e delegada pelo Rei para esse fim. Mas os Sacramentos são selos da Aliança entre Deus e seu povo; Rom. 4. 11. (4) Porque às mulheres não é permitido falar publicamente na Igreja; portanto, elas não têm poder para dispensar o Sacramento do Batismo; 1 Cor. 14. 34. 1 Tim. 2. 12. (5) Porque os Adversários admitem que é ilícito às mulheres ou aos Leigos administrar a Ceia do Senhor; portanto, é igualmente ilícito que administrem o Batismo. Nenhuma justa razão ou causa de disparidade pode ser apresentada. (6) Porque o benefício da regeneração não está ligado (como podem sonhar os Adversários) ao Batismo exterior, como é claro e evidente pela conversão do Ladrão na cruz. E por 1 Ped. 3. 21. Portanto, não há tal necessidade do Batismo como imaginam os papistas e os luteranos.

QUESTÃO VI.

“São os Sacramentos do Antigo Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significadas e exibidas, os mesmos em substância que os do Novo?”

Sim. 1 Cor. 10. 1, 2, 3, 4.

Pois bem, não erram os papistas e os luteranos, os quais sustentam que a diferença entre os Sacramentos do Antigo Testamento e os do Novo consiste nisto: aqueles delineavam e prefiguravam a Graça; estes contêm, oferecem e conferem a Graça?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1) Porque o Apóstolo (1 Cor. 10. 1, 2, 3.) diz expressamente que a Nuvem e a passagem através do Mar Vermelho significavam aos judeus as mesmas coisas que o Batismo significa para nós. E que o Maná e a Água da Rocha significavam para eles a mesma coisa que a Ceia do Senhor significa para nós.

(2) Porque os Sacramentos do Antigo e do Novo Testamento selavam a mesma justiça da Fé; Rom. 4. 11. (3) Porque a Escritura aplicou aos Crentes sob o Antigo Testamento os Sacramentos do Novo; 1 Cor. 10. 1, 2, 3. E, por outro lado, a Escritura aplicou os Sacramentos do Novo Testamento aos Crentes sob o Antigo;¹⁴ o que não se faz em razão do sinal, pois os sinais são diversos e diferentes; portanto, deve ser feito em razão da coisa significada; e, por consequência, os Sacramentos do Antigo Testamento devem concordar, quanto à coisa significada, com os Sacramentos do Novo. (4) Porque os Sacramentos de ambos os Testamentos concordam na Palavra da Promessa; Gên. 17. 7. Atos 2. 38, 39. Rom. 4. 11, 12, 13. Gál. 3. 29.

¹⁴ A fonte repete aqui a mesma direção do paralelo sacramental. Preservou-se a repetição; o contraste inverso não foi reconstruído conjecturalmente. Ver aparato P11.

DO BATISMO

QUESTÃO I.

“Deve o Sacramento do Batismo com Água, por instituição de Cristo, continuar em sua Igreja até o fim do Mundo?”

Sim. Mat. 28. 19, 20.

Pois bem, não erram os quacres, os quais sustentam que o Batismo com Água não é uma Ordenança de instituição Divina e que não há preceito evangélico para ele?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque Cristo, ao despedir-se de seus Discípulos, deu-lhes esta Comissão: Ide, pois, e ensinai todas as Nações, Batizando-as em Nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ou, segundo a Palavra no original: fazei de todas as Nações Discípulos, por meio de vossa Doutrina, batizando-as em nome de, etc. Todas essas palavras são proferidas de um só fôlego. Donde fica claro que as mesmíssimas pessoas que receberam a ordem de fazer de todas as Nações Discípulos por meio de sua Doutrina receberam também a ordem de batizá-las. Mas não estava em seu poder administrar o Batismo Interior; isto é, batizar com o Espírito Santo e com fogo. Os homens podem muito bem administrar a Água, ou o sinal exterior; mas é Cristo quem concede a Graça interior e a coisa significada; como é claro em Mat. 3. 11., onde João Batista diz: Eu, na verdade, vos batizo com Água para Arrependimento, mas aquele que vem depois de mim vos batizará com o Espírito Santo e com fogo. Se algum homem tivesse recebido este poder de Batizar com o Espírito Santo, certamente João o teria recebido, a quem Jesus louva tão altamente, dizendo que não houve maior do que ele entre os nascidos de mulher; Mat. 11. 11. E, embora nosso Salvador acrescente que aquele que é o menor no reino dos Céus é maior do que ele, ainda assim não inferirão que algum dentre os Mestres do Evangelho tivesse o poder de batizar com o Espírito Santo, poder que ele não tinha; mas somente que mostravam Cristo mais claramente, como tendo cumprido de modo perfeitíssimo tudo quanto era requerido para nossa salvação, e publicavam isso não somente aos judeus, mas também aos gentios. E assim Cristo, como Mestre, empregou os Discípulos somente como seus servos, para dispensar e agir ministerialmente em seu serviço, reservando para si a bênção de seus labores. Ora, batizar com o Espírito Santo é a maior bênção do Evangelho e, portanto, não pode proceder senão do próprio Cristo. (2.) Porque os Discípulos de Cristo agiam somente ministerialmente sob ele na operação de milagres; portanto, não podiam administrar o batismo com o Espírito Santo, visto

que este é um poder maior do que o outro. A cura da alma é obra muito maior do que curar milagrosamente o corpo. A obra da Conversão e regeneração é obra que excede a criação do céu e da terra. Ali houve somente a introdução de uma nova Forma, mas nenhuma Forma contrária, ou qualidade, a ser expulsa. Mas nesta obra, o coração de pedra não deve apenas ser retirado, mas um coração de carne deve ser dado.

Que eles agiam somente Ministerialmente sob Cristo é evidente pelo que Pedro diz: Homens de Israel, por que olhais tão atentamente para nós, como se por nosso próprio poder e piedade tivéssemos feito este homem andar? Atos 3. 12. E o mesmo Pedro diz: Eneias, Jesus Cristo te cura; Atos 9. 34 Veja Mar. 16. 17. 1 Cor. 12. 10. (3.) Porque, se esta comissão desse poder aos Apóstolos para batizar somente com o Espírito Santo, e não com água, então, no exercício desta Comissão, eles teriam batizado homens e mulheres somente com o Espírito Santo, e não com água; mas o contrário é manifesto. (Atos 2. 38.) onde Pedro estabelece uma distinção entre ser batizado em nome de Jesus Cristo e receber o dom do Espírito Santo: a saber, os dons e graças do Espírito Santo, que são comuns a todos os crentes e necessários à salvação. (4.) Porque, se aqui se entende o batismo com o Espírito Santo, então todos aqueles a quem os Apóstolos batizaram foram batizados com o Espírito Santo, o que é falso; pois Ananias e Safira não poderiam ter sido Hipócritas se tivessem sido batizados com o Espírito Santo. E Simão foi batizado e, contudo, não com o Espírito Santo, como aparece pela resposta de Pedro a ele em Atos 8.21,22.

(5.) Porque, se a comissão de Cristo não contém autorização para batizar com água, de onde então os Apóstolos obtiveram autorização para batizar com Água? Ou devem apresentar e mostrar-nos outra comissão para isso, ou devem reconhecer que os Apóstolos batizaram com Água com legítima autorização. Mas os quacres não podem mostrar-nos outra comissão na Escritura.

QUESTÃO II.

“É necessária a imersão da pessoa (a ser batizada) na Água?”

Não.

O Batismo é corretamente administrado derramando ou aspergindo água sobre a pessoa?

Sim. Atos 2. 41. Atos 16. 33.

Pois bem, não erram os anabatistas, os quais sustentam que a Imersão é uma cerimônia absoluta e necessária no Batismo?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque a palavra grega no original significa tanto derramar e aspergir água quanto mergulhar; Mar. 7. 4. Onde se diz: e, quando vêm do mercado, se não se

lavarem, ou forem Batizados, não comem. (2.) Porque lemos que três mil foram batizados em um só dia, nas ruas de Jerusalém, por no máximo doze Apóstolos, onde não havia rio em que mergulhá-los; Atos 2. 41. E não foram Jerusalém, toda a Judeia e toda a região ao redor do Jordão batizadas por João Batista sozinho, o que não poderia ter sido feito a todos e a cada um por Imersão? Mat. 3. 5, 6. (3.) Não foram muitos batizados em casas particulares, como lemos na História dos Atos, capítulo 10. 47. e 18. 8. com 9. 17. e 16. 33. (4.) Porque a Imersão de Crianças na água, nestes Países frios, seria prejudicial e perigosa para elas. Mas DEUS quer antes misericórdia do que sacrifício; Mat. 9. 13.

QUESTÃO III.

“Devem as crianças de um ou de ambos os Pais crentes ser batizadas?”

Sim. Gên. 17. 7, 9. Gál. 3. 9. 14. Col. 2. 11. 12. Atos 2. 38. 39. Rom. 4. 11, 12.

Pois bem, não erram os anabatistas, os quais sustentam que nenhuma Criança, embora nascida de Pais crentes, deve ser batizada?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque aos que estão em aliança (entre os quais as Crianças dos Crentes não estão menos incluídas do que seus Pais; Atos 2. 38, 39. Atos 3. 25. Rom. 11. 16. Gên. 17. 7, 22.) não se deve negar aquele selo da aliança do qual são capazes; Gên. 17. 7, 10, 11.

(2.) Porque o Sacramento exterior da Água não pode ser negado àqueles que receberam o Espírito de Cristo e aos quais pertencem as promessas da Nova Aliança, seladas no Batismo; Atos 10. 47. Atos 11. 15, 16, 17. Mas o Espírito de Cristo foi dado a algumas Crianças de Crentes, bem como a outros que chegaram à idade adulta; Jer. 1. 5. Luc. 1. 15. Mat. 19. 14. Mar. 10. 13, 14. E a elas pertencem as promessas; Atos 2. 39. (3.) Porque as Crianças dos Crentes são membros da Igreja, a qual é santificada e purificada com a lavagem da água pela Palavra; Ef. 5. 25, 26. Joel 2. 16. Ezeq. 16. 20, 21. 1 Cor. 7. 14. (4.) Porque as Crianças, não menos do que outros que chegaram à idade adulta, foram Batizadas na Nuvem e no Mar; 1 Cor. 10. 2. (5.) Porque Cristo ordenou que todas as Nações fossem batizadas, grande parte das quais era composta de Crianças; Gên. 22. 18. Mat. 28. 19. (6.) Porque Cristo ordenou que o Batismo fosse administrado aos Discípulos (as Crianças também devem aqui ser compreendidas; Atos 15. 10.) Mat. 28. 19. A palavra no original é Matheteusate: Ensinai, Instruí ou fazei Discípulos de todas as Nações, ou fazei Discípulos entre todas as Nações, batizando-os. O significado desta palavra grega pode ser colhido de João 4. 1., onde se diz que os fariseus ouviram que Jesus fazia Discípulos. De modo que Matheteuein e Mathetas poiein são uma e a mesma coisa. (7.) Porque os filhos dos Crentes eram, por direito Divino, circuncidados sob o Antigo Testamento; portanto, os filhos dos

Crentes sob o Novo Testamento devem ser batizados, porque um sucedeu ao outro. Que o Batismo sucede à Circuncisão é evidente, primeiro, porque ambos selam a mesmíssima coisa. Em seguida, assim como a Circuncisão era o Selo iniciatório sob o Antigo Testamento, assim é o Batismo sob o Novo; porque os Apóstolos o administravam tão cedo aos Discípulos, ao primeiro aparecimento de seu novo nascimento e de sua participação na Aliança. Além disso, porque pelo Batismo se diz que nos revestimos de Cristo; Gál. 3. 27. Que ambos selam a mesma coisa é evidente comparando Rom. 4. 11. com Mar: 1. 4. Atos 2. 28. Onde a Circuncisão é declarada selo da justiça da Fé, e o Batismo é apresentado como penhor da remissão dos pecados, como também se pode ver; Rom. 4. 6, 7, 8. veja Col. 2. 11. 12. Onde o Apóstolo ensina que nosso ser sepultados com Cristo no Batismo é nossa circuncisão em Cristo; o que mostra que o Batismo ocupou para nós o lugar da Circuncisão. (8.) Porque o Apóstolo diz que as Crianças de apenas um dos Pais crentes são santas; 1 Cor. 7. 14. isto é, estão compreendidas na Aliança externa de DEUS e têm acesso aos Sinais e Selos da Graça de DEUS, assim como as que nascem de ambos os Pais crentes.

QUESTÃO IV.

“Estão a Graça e a Salvação tão inseparavelmente anexadas ao Batismo, que nenhuma pessoa pode ser regenerada ou salva sem ele?”

Não.

Todos os que são batizados são indubitavelmente regenerados?

Não. Atos 8. 13, 23.

Pois bem, não erram os papistas e os luteranos, os quais sustentam que o Batismo é simplesmente necessário à Salvação; e que todos, e somente aqueles, que são batizados, são certissimamente regenerados naquele mesmo instante em que o Batismo é administrado?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque o Ladrão na Cruz e outros foram salvos sem jamais terem sido batizados; Luc. 23. 43. (2.) Porque pessoas não batizadas tiveram Fé salvífica; Atos 10. 22, 44. (3.) Porque as Crianças predestinadas à vida, embora morram no ventre de suas mães, não podem perecer; Mat. 18. 14. (4.) Porque algumas crianças, antes de seu Batismo, foram amadas por DEUS, cujo amor é imutável; Rom. 9. 11, 13. Outras foram Regeneradas pelo Espírito Santo; Luc. cap: 1. ver: 15. e algumas também foram compreendidas na Aliança da Graça; Atos 2. 39. (5.) Porque o Batismo, sem fé e sem a operação interior do Espírito Santo, não tem eficácia para a Salvação; Mar. 16. 16. 1 Ped. 3. 21. (6.) Porque o Batismo do Espírito ora precede, ora segue o

Batismo com água; Atos 10. 37. Mat. 3. 11. (7.) Porque muitíssimos que são batizados dentro da Igreja visível são condenados; Mat. 7. 13, 14. (8.) Porque, naqueles que chegaram à idade adulta, a Fé e o Arrependimento são requeridos previamente ao Batismo; e, portanto, antes de serem batizados, já possuem o princípio da regeneração; Atos 2. 38. (9.) Porque nem todos os que são batizados são eleitos; Mat. 20. 16. Mas todos os que são eleitos por DEUS são, no devido tempo, regenerados; 1 Ped. 1. 2. (10.) Porque o Espírito Santo é Agente e Operador sumamente livre; e, portanto, sua operação (da qual depende a eficácia do Batismo), pela qual somos regenerados, não está vinculada a nenhum único momento de tempo; João 3. 8. (11.)

Porque o Batismo não é uma Ordenança de conversão, mas de confirmação, assim como a Ceia do Senhor.

Os papistas contradizem ainda, de outro modo, a segunda parte, ao afirmarem que a virtude e eficácia do Batismo (quanto à abolição e ao selamento da remissão dos pecados e faltas mais graves, que chamam Mortais) não se estende ao tempo futuro, mas ao tempo passado; de modo que, se a pessoa batizada cair em algum pecado mortal e perigoso, que fira a consciência, há necessidade de outro Sacramento, a saber, a Penitência, pelo qual a remissão daquele pecado Mortal, como o chamam, lhe é selada?

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque o Sacramento do Batismo, depois de sua administração, não deixa de ser um Sacramento do sangue de Cristo, que nos purifica de todos os nossos pecados; Mar. 1. 4. 1 João 1. 7. (2.) Porque a justificação pela fé (que nos é selada pelo Batismo; Rom. 4. 11. Col. 2. 11, 12.) abrange todos os pecados cometidos antes e depois do batismo; Atos 13. 36. (3.) Porque nosso Salvador diz: aquele que crer e for batizado será salvo; Mar. 16. 16. (4.) Porque não somente o princípio de nossa Salvação é referido ao batismo, mas também a própria salvação e a vida eterna; 1 Ped. 3. 21. (5.)

Porque a Escritura extrai Argumentos do uso e da lembrança do batismo, pelos quais nós, que fomos batizados, somos incitados à santidade e à novidade de vida, e a despir o velho homem, e, por conseguinte, todos aqueles pecados que os Adversários chamam Mortais; Rom. 3. 2, 3. Gál. 3. 27. Col. 2. 11. 12.

QUESTÃO V.

“Deve o Sacramento do Batismo ser administrado apenas uma vez a qualquer pessoa?”

Uma só vez; Gál. 3. 27. Tito. 3. 5.

Pois bem, não erram os marcionitas, os quais sustentam que os homens, depois de faltas mais graves, devem ser rebatizados?

Sim.

Não erram igualmente os hemerobatistas, os quais sustentam que os homens, segundo suas faltas de cada dia, devem ser batizados todos os dias?

Sim.

Não erram, por fim, os anabatistas, os quais sustentam que as crianças batizadas devem ser rebatizadas quando chegam à idade adulta?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque o Batismo é Sacramento de Admissão à Igreja visível e de Regeneração (a qual é uma só, 1 João 3. 9.) 1 Cor. 12, 13. Tit. 3. 5. Ef. 5. 26. (2.) Porque há mandamento para repetir e usar frequentemente a Ceia do Senhor; 1 Cor. 11. 25, 26. Mas não há Preceito ou mandamento para repetir o Batismo. (3.) Porque a Circuncisão (à qual sucedeu o Batismo) jamais foi repetida, como o foi a Páscoa. (4.) Porque o Batismo é selo de Adoção; Gál. 3. 26, 27. Mas aqueles a quem DEUS ama e uma vez adotou, jamais os rejeita depois; Rom. 11. 29. (5.) Porque o Apóstolo diz que há apenas um Batismo; Ef. 4. 5., a saber, não somente em número, mas também em sua administração sobre todos nós; Rom. 6. 3, 4.

DA CEIA DO SENHOR.

QUESTÃO I.

“É o Sacramento do Corpo e Sangue de Cristo, chamado Ceia do Senhor, uma Ordenança de DEUS, a ser observada na Igreja até o fim do Mundo?”

Sim. 1 Cor. 11. 23, 24, 25, 26. 1 Cor. 10. 16, 17, 21. Mat. 26. Luc. 22.

Pois bem, não erram os quacres, os quais sustentam que o Sacramento da Ceia do Senhor não é Ordenança do Evangelho e que não há preceito do Evangelho para sua administração até sua segunda vinda?

Sim.

Eles consideram esta Ordenança apenas como Tipo e Figura, ou sombra do Corpo e Sangue de Cristo, ordenada para aquele tempo e por algum tempo depois, mas não até sua segunda vinda. Assim abandonam aquela preciosíssima Ordenança de tomar e comer o Pão e beber o Vinho, como fazem com o batismo com Água e com todas as demais Ordenanças, introduzindo no Mundo um negro Ateísmo. Pervertem o verdadeiro sentido da Escritura em defesa de suas doutrinas condenáveis, como neste único exemplo: “Até que ele venha”, o qual, dizem eles, não significa sua segunda vinda no último dia, mas sua vinda para habitar em seus discípulos e Apóstolos, como se Cristo não houvesse estado neles tanto antes como depois de sua ascensão; assim como negam que o batismo, na comissão de Cristo (Mat. 28. 19.) aos seus Discípulos, signifique Batismo com Água, porque a água não é expressamente mencionada; negam, quer voluntariamente, como fazem seus líderes, quer ignorantemente, quer por engano do Diabo, como faz a maior parte deles, as mais certas e evidentes Verdades da Escritura, tagarelando e grasnando em seu discurso, com sentido e sem sentido, estando mais vezes fora do propósito do que nele, saltando de um assunto para outro, para esquivar-se da força da razão, como raposas astutas que, quando expulsas de uma toca, fogem para outra. Mas, enquanto forem obstinados e pertinazes em sustentar Mentiras e Falsidades, devem ser refutados como o homem que negava ser branca a Neve. Pois não se trata tanto de uma cegueira da mente ou fraqueza de juízo, pelas quais muitas pessoas bem-intencionadas são desencaminhadas, quanto de uma resistência voluntária e obstinada à Verdade, como fizeram os judeus perversos, ou como Janes e Jambres resistiram a Moisés. Aqueles que se opõem às Ordenanças do Evangelho ordenadas e aos Ministros de Cristo, a quem consideram Sacerdotes de Baal, rejeitariam (se ousassem) a própria Escritura e Palavra de DEUS. E é mais do que provável que, se

pudessem evitar o opróbrio da blasfêmia aberta e o perigo das leis vigentes contra os blasfemadores, a maior parte deles repudiaria as Escrituras, como muitos deles já fizeram. Pois que apreço ou respeito podem ter pelas Escrituras, senão aquele que os homens dispensam a Tópicos ou lugares-comuns, dos quais tiram Argumentos para impugnar outros ou para se defender? Pois não consideram a Palavra como sua Regra, visto que (como sonham) possuem dentro de si uma Luz superior àquela Palavra mais segura de Profecia, que o Apóstolo Pedro prefere a uma voz do Céu. Antes, têm tão pouca veneração pelas Escrituras que não admitem que sejam chamadas Palavra de DEUS, contrariamente a muitos lugares expressos da Escritura; como João 10. 35. 2 Crôn. 36. 22. Sal. 119. 172. Mar. 7. 9, 10, 13. 1 Reis 16. 12. 2 Reis 9. 36. Esd. 1. 1. 2 Reis 23. 16. Isa. 28. 13. Ef. 6. 17. Isa. 37. 22.

QUESTÃO II.

“É Cristo oferecido a seu Pai neste Sacramento?”

Não.

“Há algum Sacrifício real feito, de qualquer modo, para remissão de pecado, dos Vivos ou dos Mortos?”

Não. Heb. 9. 22, 25, 26, 28.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que neste Sacramento se realiza um verdadeiro e real Sacrifício (comumente chamado Missa), no qual Cristo, sob as formas de Pão e Vinho, sem derramamento de sangue, é oferecido a DEUS por um Sacerdote e sacrificado pelos vivos e pelos Mortos, para obter remissão dos pecados?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque sacrificar e oferecer Cristo é parte de seu próprio Sacerdócio; Heb. 9. 14. Mas o Sacerdócio de Cristo não pode ser transferido dele mesmo para qualquer outro; Heb. 7. 24. Portanto, nenhum Sacerdote pode oferecê-lo a DEUS sob as formas de Pão e Vinho. (2.) Porque a oferta do Corpo de Cristo é de uma vez por todas. É um único oferecimento e não pode ser repetido. Heb. 10. 10, 12, 14. (3.) Porque o sacrifício e oferecimento de Cristo é único e de Mérito e Eficácia perfeitíssimos; Heb. 9. 14. Heb. 10. 14. Mas a repetição do mesmo Sacrifício e a multidão de Sacerdotes são sinal de um Sacrifício imperfeito; Heb. 9. 25, 26. Heb. 10. 10, 11. (4.) Se Cristo é oferecido muitas vezes, deve muitas vezes morrer e padecer; Heb. 9. 25, 26. Mas Cristo, tendo agora ressuscitado dentre os Mortos, não pode mais padecer e morrer; Rom. 6. 9. (5.) Porque aquele único e perfeitíssimo Sacrifício de Cristo ab-rogou e removeu todos aqueles Sacrifícios externos, fazendo-os cessar; Dan. 9. 27. (6.) Porque não pode haver Sacrifício propiciatório pelo pecado sem derramamento de sangue; Heb. 9. 22. Nem ele morre mais, mas agora está no

Céu para comparecer na presença de DEUS por nós e interceder em nosso favor; Heb. 1. 3. Heb. 9. 24. Heb. 10. 12. (7.) Porque em todo Sacrificio se requer (e realmente há) uma morte e destruição da coisa sacrificada. Mas Cristo ainda vive; Rom. 6. 9. (8.) Porque ninguém pode oferecer Jesus a DEUS, senão o próprio Cristo; Heb. 7. 27. (9.) Porque em todos os sacrificios externos, propriamente assim chamados, requer-se necessariamente uma Hóstia externa e visível, ou coisa sacrificada, como os Adversários admitem. Mas aquilo que se diz ser oferecido pelo Sacerdote da Missa, a saber, o Corpo de Cristo, não é aqui nem externo nem visível, pois está no Céu e não na Terra com o homem; Atos 3. 21.

QUESTÃO III.

“São as Missas privadas, ou o recebimento deste Sacramento por um Sacerdote, ou qualquer outra pessoa sozinha; como também a negação do cálice ao Povo; a adoração dos Elementos, sua elevação ou o carregá-los de um lugar a outro para adoração, e sua reserva para qualquer pretensão uso Religioso; são todas estas coisas (digo eu) contrárias à natureza deste Sacramento e à instituição de Cristo?”

Sim. Mar. 14. 23. 1 Cor: 11. 25, 26, 27, 28, 29. Mat. 15. 9.

Pois bem, não erra a Igreja Romana, cujos Sacerdotes da Missa, de pé junto ao Altar, celebram Missas privadas (estando o Povo ausente ou permanecendo ocioso), os quais tomam o Cálice somente para si e dele bebem; que administram a Ceia do Senhor privadamente a pessoas enfermas e acamadas; que ensinam que administrar a Comunhão aos Leigos sob ambas as formas de Pão e Vinho não só não é necessário, mas é ilícito; que ensinam que, para fins de Adoração, os Elementos devem ser elevados, carregados de um lugar a outro e reservados para usos Religiosos?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque Cristo instituiu a última Ceia não para uma pessoa separadamente, mas para muitos juntos; Mat. 26. 27, 28. (2.) Porque Cristo, ao celebrar a última Ceia, não comeu e bebeu sozinho, mas os Discípulos também comeram e beberam com ele; Mat. 26. 27, 28. (3.) Porque o Apóstolo ordena aos Coríntios que, quando se reúnem para comer, esperem uns pelos outros; 1 Cor. 11. 33. (4.) Porque a Ceia do Senhor é Sacramento de Fraternidade e comunhão dos Santos; 1 Cor. 10. 16, 17. 1 Cor. 11. 33. (5.) Porque, nos dias dos Apóstolos, os Discípulos e Irmãos se reuniam para partir o pão; Atos 20. 7. (6.) Porque, tendo Cristo tomado o pão e o distribuído, diz-se que igualmente tomou o Cálice; 1 Cor: 11. 23, 24, 25, 26, 27. (7.) Porque é expressamente dito e ordenado (prevendo Cristo este negro erro, que agora está na Igreja deles): “Bebei dele todos”; Mat: 26. 27. (8.) Porque o Povo comum, que são Comungantes, colhe mais Fruto de ambas as Formas do que de uma somente; 1 Cor: 10. 16. e 1 Cor.

11. 26. (9.) Porque o Sangue de Cristo, cujo sinal é o Vinho no Cálice, não foi derramado somente pelos Apóstolos, Pregadores e Pastores, mas também pelos Leigos e por aqueles que não pertencem ao Clero, como fala a Igreja papista; João 3. 16. (10.) Porque os Apóstolos e os Cristãos da Igreja Primitiva comungavam sob ambas as Formas; Mar. 14. 22. 23. 1 Cor. 10, 11. capítulos. (11.) Porque é uma vileza subtrair e retirar qualquer coisa do testamento de Cristo; e, portanto, o Cálice (que nos foi deixado por Legado; Mat: 26. 27, 28.) não deve ser negado a nenhum Comungante; Gál: 3. 15. (12.) Porque Cristo não instituiu qualquer Adoração dos Elementos; portanto, esta Adoração deve ser condenada como culto voluntário; Mat. 15. 9. (13.) Porque a Adoração se funda na presença Corporal do Corpo de Cristo no Sacramento, o que é blasfemo, visto que Cristo está agora à Destra de DEUS; Heb: 1. 3. (14.) Porque esta Adoração papista dos Elementos é o culto da criatura juntamente com o Criador, uma Idolatria sumamente abominável; Dan. 11. 38. Mat: 23. 16. até o versículo 23. (15.) Porque, se os Elementos devem ser adorados por Cristo estar Sacramentalmente presente neles, então os crentes (nos quais Cristo habita; João 14. 20.) deveriam ser adorados, o que é absurdo. Antes, a água do Batismo deveria ser adorada, visto que toda a Trindade não está menos presente ali do que na Ceia. (16.) A adoração do pão, visto que ninguém (como os Adversários confessam) é capaz de saber com certeza que a Hóstia está consagrada, é uma obra feita sem Fé e, portanto, pecado; Rom. 14. 23. (17.) Porque Cristo ordenou que o Elemento do pão fosse partido, comido e distribuído. Mas em nenhum lugar Cristo ordena que o pão seja Reservado; 1 Cor. 11. 23, 24. (18.) Porque o pão que é a comunhão do corpo de Cristo é o pão que partimos; 1 Cor. 10. 16. (19.) Porque o pão e o vinho não são Símbolos Sacramentais senão na própria ação; 1 Cor. 11. 26. Aqui se diz: todas as vezes que comerdes deste pão e beberdes deste cálice; mas não: todas as vezes que reservardes este pão. (20.) Porque DEUS ordenou que nada fosse Reservado do Cordeiro Pascal (ao qual o pão e o vinho na Ceia do Senhor sucederam) até a manhã; Êx. 12. 10. Para que não fosse destinado a qualquer outro uso, seja para Idolatria, seja para alimento comum.

QUESTÃO IV.

“Os Elementos exteriores neste Sacramento, em substância e natureza, permanecem ainda verdadeiramente e somente pão e vinho, como eram antes?”

Sim. Mat. 26. 29. 1 Cor. 11. 26, 27, 28.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que o Pão e o Vinho, pelo poder das palavras de consagração “Isto é o meu Corpo”, são verdadeiramente Transsubstanciados no próprio corpo e sangue de Cristo; nada restando senão as formas exteriores e os Acidentes do Pão e do vinho?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque a Doutrina da Transubstanciação torna o corpo de Cristo presente em toda parte, invisível, intangível, sem forma e figura, sem quantidade humana, o que é contrário a Mat. 26. 6. Aqui Cristo está presente somente em Betânia. E João 20. 27. Tomé toca Cristo. E, segundo Atos 3. 21., os Céus devem recebê-lo; portanto, ele não pode estar em toda parte. Veja Heb. 2. 14, 17. (2.) Porque, antes e depois da consagração, o pão é chamado a comunhão do corpo de Cristo; mas nada é, nem pode ser, a comunhão de si mesmo; 1 Cor. 10. 16. (3.) Porque, depois da consagração, o Apóstolo não chama o pão de Espécie ou forma de Pão; 1 Cor. 11. 26, 27, 28. E, depois da consagração, Cristo chama o vinho de fruto da videira; Mat. 26. 29. (4.) Porque Cristo instituiu a Ceia para ser um memorial de si mesmo até que venha novamente. Mas um memorial não é de coisas corporalmente presentes, e sim de coisas ausentes; 1. Cor. 11. 25. (5.) Porque aquilo que é propriamente partido não é o corpo de Cristo; mas o pão é propriamente partido; portanto, o pão não é o corpo de Cristo; 1 Cor. 10. 16. (6.) Porque Cristo subiu corporalmente ao Céu e há de permanecer ali até o fim do mundo; Atos 3. 21. (7.) A Transubstanciação destrói a própria Essência e o ser da Ceia do Senhor. Primeiro, destrói o sinal, porque remove a substância do pão e do vinho, permanecendo somente os Acidentes e as formas exteriores. Segundo, destrói a coisa significada, pois rouba e despoja o corpo de Cristo de sua verdadeira quantidade e dimensões (pois, segundo aquela infalível Máxima Filosófica, *sublati dimensionibus corporis, tollitur ipsum corpus*. Isto é, ao remover o comprimento, a largura e a espessura de qualquer corpo Físico ou Natural, destrói-se conseqüentemente a própria essência e o ser desse corpo) e introduz, em lugar de um corpo, muitos corpos. (8.) Porque a Transubstanciação remove a Analogia Sacramental; e assim, quando o sinal é transformado na coisa significada, toda semelhança entre eles desaparece e cessa. (9.) Desta doutrina seguem muitos grandes Absurdos incompatíveis com Religião, Sentido e Razão. Como, primeiro, que Cristo, na Ceia, comeu e bebeu a si mesmo; que esteve inteiro em sua própria boca; que teve um corpo duplo e duplicado, um Visível, outro Invisível; que um Camundongo ou Rato pode comer o Corpo de Cristo; que seu corpo, sendo reservado e guardado num Armário, em pouco tempo pode converter-se em Vermes. Não deve o corpo de Cristo estar em muitos lugares ao mesmo tempo? Não devem seu corpo e todas as partes dele, sua cabeça, mãos e pés, estar na menor e mais pequena migalha da Hóstia? Não deve o corpo de Cristo, tendo agora no Céu o mesmo tamanho que teve na Terra, ser maior do que si mesmo; mais comprido e mais espesso?

Se o Corpo de Cristo pode estar em diversos lugares ao mesmo tempo, por que o corpo de um homem não pode estar em diversos lugares ao mesmo tempo? (isso é admitido pelos Adversários), mas um homem não pode estar em diversos lugares ao mesmo tempo.

Pode Pedro, por exemplo, estar ao mesmo tempo em Edimburgo e Londres, no mesmo momento? Então pode ser, ao mesmo tempo, homem e não homem: pode ser homem, porque vive em Edimburgo; e não homem, porque está morto em Londres. Não pode Pedro, em Edimburgo, ir a York e encontrar ali Pedro vindo de Londres? E que alegre encontro deve ser, quando Pedro aperta a mão de Pedro e recebe dele uma taça de Vinho? Não pode Pedro vindo de Londres ser morto ali em York, e Pedro vindo de Edimburgo permanecer vivo? Não pode Pedro vivo ser reproduzido em mil Cidades ao mesmo tempo, casar-se ali com mil esposas e gerar, numa só noite, mil Filhos e Filhas? Não pode Pedro ser tantas vezes reproduzido até perfazer cem mil homens de combate? Não pode uma única vela, mediante reprodução, tornar-se tantas quantas bastem para iluminar todo o Universo? Não pode uma única garrafa de água tornar-se tantas quantas bastem para servir a um Exército de cem mil? Não pode um único Guinéu ser reproduzido tantas vezes que alcance vinte e cinco centenas de milhares de libras esterlinas? Uma bela invenção para pagar quinhentos ou seiscentos mil marcos de dívida. Em seguida, assim como os Adversários estão comprometidos a sustentar que um corpo pode estar em muitos lugares ao mesmo tempo, assim também se acham sob necessidade de afirmar que muitos corpos podem estar juntos num só lugar, por via de Penetração, pois em cada migalha da Hóstia está o Corpo de Cristo. Dessa posição segue-se que o corpo de um homem pode estar contido dentro de uma Casca de Noz. Que uma Caixa de Rapé pode conter Arthur's Seat; a cavidade do olho de um Boi, todo o Globo da Terra. Que um Pardal pode engolir, um por um, os sete Planetas, visto que cada um deles pode ocupar limites ou espaço não maiores do que um grão de cevada; e, contudo, o Sol que é engolido será tão grande quanto agora; pois o corpo de Cristo na Hóstia é tão grande e alto quanto quando esteve na Cruz, como confessam os Adversários. (10.) Nunca lemos de um milagre operado por DEUS que não fosse evidente e manifesto a todos, e evidentemente visto como tal. Como quando a vara de Moisés foi transformada em Serpente e tornou-se novamente vara; Êx. 4. 2, 3. Tais foram as maravilhas do Egito. Tal foi a divisão do Mar Vermelho; o ferir da Rocha; e o jorrar das águas; Núm. 20. 11. A destruição de Corá, Datã e Abirão foi evidente a todos os israelitas; Núm. 16. 31, 32. Assim também foram os milagres operados pelos santos Profetas; assim foram os milagres que Cristo e seus Apóstolos operaram. Não foi a água muito evidentemente transformada em vinho; João 2. 7, 8, 9? Mas, depois das Palavras de consagração pronunciadas pelo Sacerdote da Missa, o pão, quanto aos sentidos, é a mesma coisa que era. O pão tem o mesmo sabor, o mesmo cheiro, o mesmo tato, a mesma forma exterior e figura, a mesma cor, o mesmo peso. Ocupa o mesmo espaço e limites, e tem a mesma quantidade em todas as suas dimensões. Mas a vara foi vista como serpente, e a serpente foi vista como vara. A água foi vista como vinho; soube-se que era vinho pelo sabor, pelo cheiro, pela cor. Cristo jamais operou milagre semelhante ao milagre da Transubstanciação. Em todos os seus milagres, apelou aos nossos Sentidos exteriores. E alguma vez se ouviu que Cristo operasse milagres sem necessidade?

QUESTÃO V.

“Estão o Corpo e o Sangue de Cristo neste Sacramento corporal ou carnalmente em, com ou sob o pão e o vinho?”

Não. 1 Cor. 10. 16.

Pois bem, não erram os luteranos, os quais sustentam que o corpo e o sangue de Cristo estão corporalmente em, com e sob o pão e o vinho; e que (como os papistas também ensinam) seu corpo e sangue são recebidos corporalmente pela boca por todos os Comungantes, crentes e incrédulos?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque Cristo estava sentado corporalmente à Mesa. (2.) Porque ele próprio comeu do pão e bebeu do vinho. (3.) Porque tomou pão da Mesa; não tomou seu próprio corpo; partiu o pão e o distribuiu; não partiu seu próprio corpo; assim tomou o Cálice, e não seu próprio sangue. (4.) Porque Cristo disse que o Cálice era o Novo Testamento em seu sangue; mas o Cálice não está em, com e sob o Vinho. (5.) Porque Cristo disse que o pão era seu corpo, que foi partido; o Vinho era seu sangue, que foi derramado. Mas nem seu corpo foi partido sob o pão, nem seu sangue derramado sob o Vinho, visto que Cristo ainda não havia sido traído, crucificado e morto.

Em seguida, o fim da Ceia do Senhor é que nos lembremos de Cristo e anunciemos sua morte até que ele venha; Luc. 22. 19. 1 Cor. 11. 24, 25, 26. Portanto, se Cristo está agora presente com seu corpo, em, com e sob o pão, a lembrança Sacramental de Cristo e o anúncio de sua morte deveriam cessar.

Esta Doutrina da Consubstanciação é contrária aos Artigos de nossa Fé. É contrária à verdade e realidade de sua Natureza Humana, que é visível, palpável e circunscrita a um lugar determinado. É contrária ao Artigo de sua ascensão; pois faz com que seu corpo, que agora está no Céu até o último dia, esteja em, com e sob um pedaço de pão. É contrária à comunhão espiritual dos Santos com Cristo, a Cabeça, a qual os luteranos, por esta doutrina, transformam numa comunhão corporal e carnal, contrariamente a 1 Cor. 10. 3, 4. Ef. 1. 22. Ef. 4. 4. Rom. 8. 9. 1 Cor. 6. 17. 1 João 4. 13. João 15. 5.

Traz consigo muitos e grandes absurdos; como este: que o corpo de Cristo, Non habeat partem extra partem; não tenha uma de suas partes fora de outra, mas seja como se todas as partes de seu Corpo estivessem em uma única parte, o que é contrário à Natureza de um verdadeiro e real Quantum, que consiste essencialmente em três dimensões: comprimento, largura e espessura. Faz, com efeito, que seu Corpo não seja corpo. Faz descer do Céu o glorioso Corpo de Cristo e o põe sob os vis Elementos desta Terra. Faz tantos corpos de Cristo quantos são os pedaços de pão Eucarístico. Faz seu corpo ser partido em, com e sob o pão, e triturado pelos dentes.

Envia seu Corpo ao estômago, onde é convertido na substância de um homem e, depois, expelido.

Além disso, todo comer verdadeiro traz vida e Salvação; João 6. 50, 51. Mas o comer pela boca nada aproveita; João 6. 63. Novamente, nossa união com Cristo (e, portanto, nosso comer de seu Corpo, de onde procede essa união) não é corporal, mas espiritual; Ef. 3. 17. E o Corpo e Sangue de Cristo são comida e bebida; não carnis, mas espirituais; assim como a fome pela qual ansiamos por esse alimento é espiritual; e a vida para a qual somos nutridos é espiritual, e o nutrimento é espiritual. Por fim, segundo esta Doutrina da Consubstanciação, tenazmente sustentada pelos luteranos, segue-se que Cristo comeu seu próprio corpo quando comeu o pão da primeira ceia; que seus Discípulos comeram o Corpo de seu Senhor e Mestre; que Cristo, antes de ser crucificado, estava morto; que seus Discípulos foram mais cruéis e desumanos para com ele do que os judeus que o crucificaram; e que ele é muitas vezes sepultado nas entranhas de homens perversos.

QUESTÃO VI.

“Estão o Corpo e o Sangue de Cristo tão realmente, embora espiritualmente, presentes à fé dos Crentes, nessa Ordenança, quanto os próprios Elementos estão aos Sentidos exteriores?”

Sim. 1 Cor. 10. 16.

Pois bem, não erram os socinianos, os quais sustentam que o Corpo e Sangue de Cristo, no Sacramento da Ceia, não estão realmente presentes?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque o corpo de Cristo, neste Sacramento, é espiritualmente comido pelos Crentes; e seu sangue é espiritualmente bebido. Mas uma presença espiritual é uma presença verdadeira e real, porque procede e flui de causas verdadeiras e reais, a saber, da Fé e do Espírito Santo. (2.) Porque, no uso correto deste Sacramento, Cristo é unido a um homem pela fé e pelo Espírito Santo; 1 Cor. 10. 16. (3.) Porque o corpo de Cristo, na medida em que foi entregue à morte e partido por nós na cruz, e seu sangue, na medida em que foi derramado para remissão de nossos pecados; tudo isso, digo eu, constitui a matéria interna deste Sacramento; Luc. 22. 19. Mat. 26. 28. 1 Cor. 11. 24. (4.) Porque se diz que aqueles que comem e bebem indignamente não discernem o Corpo do Senhor; portanto, para aqueles que comem e bebem dignamente, o corpo e sangue de Cristo devem estar verdadeiramente presentes segundo seu sentido espiritual, a saber, a Fé; 1 Cor. 11. 24. (5.) Porque o lapso de tempo não impede que a Fé torne espiritualmente presentes coisas passadas e coisas futuras; portanto, a distância de lugar não impede que coisas sumamente distantes

quanto ao lugar sejam tornadas espiritual e verdadeiramente presentes; Heb. 11. 1. João 6. 56. Fil. 3. 10. Heb. 11. 9.

QUESTÃO VII.

“São todas as pessoas ignorantes e ímpias, por serem inaptas para desfrutar Comunhão com Cristo, indignas de sua Mesa?”

Sim.

Podem elas, sem grande pecado contra Cristo, enquanto permanecerem assim, participar destes santos Mistérios?

Não.

E não devem, portanto, os oficiais da Igreja impedir de participar aqueles que se mostram crassamente ignorantes e escandalosos?

Sim. 1 Cor. 11. 27, 28, 29. e 2 Cor. 6. 14, 15. e 1 Cor. 5. 6, 7, 13. Mat. 7. 6.

Pois bem, não erram alguns homens em sua Prática, se não em sua Opinião, os quais permitem que muitas pessoas ignorantes, escandalosas e ímpias venham à Mesa do Senhor?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque homens ignorantes e perversos, comendo e bebendo indignamente, são culpados do corpo e sangue de Cristo e, assim, trazem juízo sobre si mesmos; Cor. 11. 29. (2.) Porque nem todos eram admitidos a comer da Páscoa, nem era permitido que todos dela participassem indiscriminadamente; Núm. 9. 6, 7. e 2 Crôn. 23. 19. Ezeq. 22. 26. (3.) Porque não era lícito a qualquer homem vir à festa de casamento sem a veste nupcial; Mat. 22. 11. (4.) Porque Pérolas não devem ser lançadas diante de Cães e Porcos: homens manifestamente ímpios e perversos; Mat. 7. 6. (5.) Porque aqueles que merecem ser excluídos da Comunhão e Sociedade dos Crentes não devem ser admitidos ao Sacramento da íntima Comunhão e Familiaridade com DEUS; mas tais são todos aqueles que andam desordenadamente; 2 Cor. 6. 16. (6.) Porque, se a Igreja voluntária e conscientemente admitir tais pessoas, provoca contra si a ira de Deus por permitir que a Aliança de Deus e seus santos Símbolos sejam abertamente profanados; 1 Cor. 11. 30. (7.) Porque o Senhor não permitirá que aqueles que são manifestamente e contumazmente perversos tomem sua Aliança em sua boca; portanto, a tais pessoas não devem ser oferecidos os selos e símbolos de sua Aliança; Sal. 50. 17. (8.) Porque pessoas ignorantes, profanas e sem Deus devem ser consideradas como gentios e publicanos; Mat. 18. 17.

DAS CENSURAS ECLESIÁSTICAS.

QUESTÃO I.

“Designou o Senhor Jesus, como Rei e Cabeça de sua Igreja, nela um Governo, nas mãos dos oficiais da Igreja, distinto do Magistrado Civil?”

Sim. Isa. 9. 6, 7. 1 Tim. 5. 17. 1 Tess. 5. 12. Atos 20. 17, 18. Heb. 13. 7, 17, 24. 1 Cor. 12. 28. Mat. 28. 18, 19, 20.

Pois bem, não erram os erastianos e outros, os quais sustentam que, nas Sagradas Escrituras, não há forma particular alguma de Governo eclesiástico estabelecida e designada por Cristo?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque o Senhor Jesus Cristo entregou aos Ministros de sua Igreja, como a seus próprios Delegados e Embaixadores (e, portanto, segundo suas próprias leis), todo o poder de Governar a Igreja, o qual ele próprio recebeu do Pai, para ser administrado e posto em execução em seu próprio nome e autoridade; João 20. 21. Mat. 28. 19. Atos 1. 2. Ef. 4. 7, 8, 11. (2.) Porque todos os elementos substanciais do Governo eclesiástico, sob o Novo Testamento, quer digam respeito a Ministros, Ordenanças, Censuras, Sínodos, Concílios e seu poder, são propostos e estabelecidos na Escritura, a saber, no terceiro Capítulo da primeira Epístola a Timóteo; Atos 15. capítulo. E 1 Cor. 14. 26, 40. (3.) Porque o Senhor Jesus Cristo cuidou do bem de sua Igreja, não menos sob o Novo Testamento do que sob o Antigo. Portanto, visto que a Igreja sob o Antigo Testamento tinha prescrita uma forma perfeitíssima de Governo; e visto que há tão grande necessidade da ordem e Disciplina da Igreja sob o Novo Testamento quanto havia sob o Antigo, segue-se que há um Modelo e Forma de Governo eclesiástico não menos estabelecidos e prescritos sob o Novo Testamento do que havia sob o Antigo; Heb. 3. 1, 2, 4, 5. Heb. 13. 8. 1 Cor. cap. 5. 1 Tim. 5. 20. E 1 Tim. 1. 20. (4.) O fim do Governo eclesiástico é espiritual, a saber, ganhar as almas dos homens para Cristo. Mas nada que seja meramente de autoridade humana pode alcançar esse fim; Mat. 18. 15, 16, 17. (5.) Porque todas as partes do Governo eclesiástico são particularmente estabelecidas na Escritura. Primeiro, as coisas que dizem respeito à chave da Doutrina, como a oração pública e ações de graças; 1 Tim. 2. 12. 1 Cor. 14. 14, 15, 16. Canto de Salmos; Ef. 5. 18, 19. Col. 3. 16. Leitura pública da Palavra, Pregação e exposição dela; Atos 6. 4. Atos 13. 15, 17. Atos 5. 21. 2 Cor. 3. 14. Mat. 18. 19, 20. 2 Tim. 4. 11. Heb. 6. 1. Gál. 6. 6.

Segundo, as partes que dizem respeito à chave da Disciplina; a saber, a ordenação de Presbíteros, com a imposição das mãos do Presbitério; 1 Tim. 4. 14. e 1 Tim. 5. 22. Tito 1. 5. Atos 14. 21, 23. Terceiro, a prolação autoritativa de Juízo e sentença acerca da doutrina; e isso segundo a Palavra; Atos 15. 15, 24, 28. Quarto, a Admoestação e repreensão pública daqueles que ofenderam; Mat. 18. 15, 16, 17. 1 Tess. 5. 14. 1 Tim. 5. 20. Quinto, a excomunhão daqueles que são contumazes e ímpios e que são declarados culpados de crimes e escândalos manifestos; Mat. 18. 17. Tito 3. 10. 1 Tim. 1. 20. 1 Cor. 5. 2, 3, 4, 5. Por fim, receber novamente à comunhão da Igreja as pessoas lançadas fora por excomunhão, tendo testemunhado seu Arrependimento; 2 Cor. 2. 6, 7, 8, 9.

Não erram os mesmos erastianos, os quais não fazem distinção entre o poder eclesiástico e o poder Secular?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque Cristo confiou as chaves do reino dos Céus aos oficiais de sua Igreja, os quais são Governadores distintos do magistrado civil; Mat. 16. 18, 19. Mat. 18. 19. João 20. 21, 22, 23. (2.) Porque o poder eclesiástico e o poder civil diferem em espécie. A Igreja e a comunidade política são corpos políticos formal e essencialmente diferentes. Enquanto tais, não são poderes subordinados, ao menos em linha direta, mas coordenados; Atos 4. 19, 20. 2 Crôn. 26. 18. Em seguida, Deus, Criador e Governador do Mundo, é a causa eficiente do poder do magistrado civil; Rom. 13. 1, 2, 4. Mas Deus-Cristo, nosso bendito Mediador e Senhor de sua Igreja, é a causa eficiente da Igreja em particular e de seu Governo. A matéria (materia ex qua) do Governo civil é a espada secular; mas a matéria do Governo eclesiástico são as chaves do reino dos Céus. A matéria do Governo civil (materia in qua) pode ser um Senado, muitas pessoas, a Pessoa de um só rei, de uma criança, de uma mulher. Mas a matéria do Governo eclesiástico não é desta espécie; Heb. 13. 22. 1 Tim. 3. 15. 1 Cor. 14. 34, 35. A matéria do Governo civil (materia circa quam) são homens e mulheres, enquanto membros da comunidade política, tanto fora como dentro da Igreja; mas, enquanto Cristãos e membros da Igreja, não o são; 1 Cor. 5. 13. As causas formais de ambos são distintas; um inflige punições meramente espirituais; o outro inflige punições meramente civis. Por fim, o fim de um é o bem corporal e externo de uma sociedade; mas o fim do outro é o bem espiritual da Igreja e sua edificação; Mat. 14. 15. 1 Cor. 5. 5. 2 Cor. 10. 8.

Não erram igualmente os socinianos, anabatistas, quacres, muitos independentes e outros, os quais sustentam que a chave da Doutrina, ou a pregação pública da Palavra, pertence a qualquer homem dotado de dons apropriados, ainda que não tenha sido chamado e enviado para esse encargo?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque ninguém pode crer em Cristo de quem não ouviu; e como ouvirá sem Pregador? e como pregará, se não for enviado? Rom. 10. 14, 15. (2.) Porque Mulheres podem possuir dons adequados e competentes para a Pregação e, contudo, são proibidas de falar na Igreja; 1 Tim. 2. 12. (3.) Porque a Escritura censura aqueles que correram e, contudo, não foram enviados; Jer. 23. 21, 32. (4.) Porque ninguém toma para si esta honra (isto é, não deve tomá-la), senão aquele que é chamado por DEUS, como o foi Arão; Heb. 5. 4. (5.) Porque a Escritura menciona que DEUS separou certos Ministros específicos para a pregação da Palavra; Rom. 1. 1. Ef. 4. 11. Tito 1. 3. (6.) Porque ninguém pode assumir para si o ofício de magistrado civil ou de Diácono da Igreja, a menos que seja chamado para isso; Luc. 12. 14. Atos 6. 5. 1 Tim. 3. 10. E, portanto, ninguém deve assumir para si a pregação pública da Palavra, a menos que seja igualmente chamado para isso. (7.) Porque aquele que assume este ofício sem chamado usurpa Autoridade na Igreja, visto que a Pregação é um Ato de Autoridade; 1 Tess. 5. 12. (8.) Porque os Títulos dados aos Pregadores do Evangelho são nomes de Ofício; são chamados Embaixadores de Cristo; 2 Cor. 5. 20. Despenseiros da Palavra; Tito 1. 7. Homens de DEUS; 1 Tim. 6. 11. e Anjos; Apoc. 2. 1. (9.) Porque não há um único exemplo aprovado, em toda a Palavra de DEUS, de um irmão dotado pregar sem chamado; e, portanto, visto que isso não é feito em Fé, deve ser Pecado. Deve todo sujeito que sofre de uma soltura na língua subir ao Púlpito e aliviar-se? (10.) Porque há Preceitos e Regras estabelecidos na Escritura, para todas as Eras da Igreja, até o fim do mundo, acerca do chamado de homens para serem Ministros do Evangelho; 1 Tim. 3. 2, 3, 6, 7. e 1 Tim. 5. 21, 22.

Não erram igualmente os independentes, brunistas e anabatistas, os quais sustentam que o Direito e Poder de Governar a Igreja pertencem não menos à multidão e à comunidade dos Crentes do que aos oficiais da Igreja?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque a Escritura ensina expressamente que DEUS confiou o Governo de sua Igreja e o cuidado de seu povo a certas Pessoas escolhidas, e não a todos e a cada um; Ef. 4. 11, 12, 13. 1 Cor. 12. 28. (2.) Porque, se o poder das chaves fosse dado aos Crentes em comum, ou lhes seria dado enquanto Crentes, ou enquanto são dotados por DEUS de dons e qualificações acima dos outros para Governar a Igreja e escolhidos dentre os demais para exercer esse ofício. Se se afirma a última alternativa, segue-se que o poder e o direito das chaves são confiados, não a uma comunidade de Crentes, mas a algumas pessoas escolhidas, o que reconhecemos e sustentamos; mas os independentes negam. Se se afirma a primeira, então segue-se, primeiro, que o cuidado de Governar a Igreja é confiado a Mulheres e crianças, por serem Crentes; e, assim, elas necessariamente devem possuir o poder de ver, como

sendo olhos e vigias da Igreja; o poder de ouvir, como sendo os ouvidos da Igreja; e o corpo da Igreja deve ser deformado, porque o corpo inteiro é olho e o corpo inteiro é ouvido, e seus muitos membros são feitos um só membro; 1 Cor. 12. 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19. (2.) Em segundo lugar, seguir-se-ia que o poder das chaves seria dado não somente a todos os Crentes, mas exclusivamente a eles; mas é evidente, pelo exemplo de Judas e de outros Réprobos, que muitos pregaram em nome de Cristo sem serem Crentes; Mat. 7. 22, 23. Fil. 1. 16, 17, 18. (3.) Porque, àqueles a quem Cristo deu o poder de Governar a Igreja, também prometeu dar abundantemente dons e capacitações para exercer esse ofício; João 20. 21, 22, 23. 1 Cor. 4. 6, 7. Mat. 28. 19, 20. Mas a uma comunidade de Crentes Deus jamais prometeu um Espírito para o Ministério, nem dons para esse encargo. Tampouco jamais concedeu ou conferiu tais capacitações. (4.) Porque Cristo, nosso Mediador, designou oficiais Eclesiásticos e Governadores da Igreja antes que jamais houvesse, sob o Novo Testamento, uma Igreja formalmente reunida e estabelecida; Luc. 9. 1. Luc. 10. 1, 2, 3. João 20. 21, 22, 23. Mat. 28. 19, 20. Tudo isso foi feito antes de sua morte. E antes de sua ascensão ele fez o mesmo; Ef. 4. 8. 11, 12. Atos 2. 1 Cor. 12. 28. Ora, é evidente que não houve reunião formal de uma Igreja antes da Festa de Pentecostes; Atos 2. Os Ministros e Oficiais Eclesiásticos foram designados para chamar e reunir o Corpo Místico de Cristo, a saber, seus Membros; portanto, era necessário que os Ministros que batizam existissem antes das Pessoas batizadas; que os que congregam a Igreja existissem antes das Pessoas congregadas; que os que chamam e convidam a Cristo existissem antes das Pessoas chamadas e convidadas.

(5.) Esta Democracia, ou Governo popular, não pode deixar de introduzir grande confusão, da qual se seguirão muitos absurdos. Como: que a Igreja de DEUS não seria um corpo orgânico. Que as Mulheres, às quais é proibido falar na Igreja, devem ter as chaves do reino dos Céus penduradas ao cinto, por certo. Todos devem governar, e ninguém deve ser governado. Todos devem ocupar-se do governo da Igreja. Todos devem ser tornados incapazes de se dedicar às suas vocações particulares, às quais Deus os chama todos os dias. Portanto, visto que essa espécie de Governo traz consigo tanta confusão, é sumamente provável que não seja de Deus, que é Deus de Ordem, e não de confusão; 1 Cor. 14. 33.

QUESTÃO II.

“São as Censuras Eclesiásticas necessárias para recuperar e ganhar os irmãos ofensores; para dissuadir outros de semelhantes ofensas; para expurgar aquele fermento que poderia contaminar toda a massa; para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do Evangelho; e para prevenir a ira de DEUS, que poderia justamente cair sobre a Igreja, caso permitissem que sua aliança e os selos dela fossem profanados por pecadores notórios e obstinados?”

Sim. 1 Tim. 5. 20. 1 Tim. 1. 20. 1 Cor. 11. 27. até o fim; Jud. 23. versículo.

“Devem os Oficiais da Igreja, para melhor alcançar esses fins, proceder por Admoestação, por Suspensão da Mesa do Senhor por algum tempo e por Excomunhão da Igreja, segundo a natureza do crime ou da ofensa escandalosa e o demérito da Pessoa?”

Sim. 1 Tess. 5. 12, 1 Cor. 5. 4, 5, 13. Mat. 18. 17 Tito 3. 10.

Pois bem, não erram os socinianos, anabatistas, quacres e outros sectários, os quais negam que quaisquer censuras eclesiásticas devam ser aplicadas aos ofensores?

Sim.

Não erram igualmente os erastianos, os quais sustentam que não deveria haver suspensão da Mesa do Senhor nem excomunhão da Igreja?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque o poder das chaves é dado aos Ministros da Igreja, com o qual, não somente pela pregação da Palavra, mas também pelas censuras eclesiásticas, eles abrem e fecham o reino dos Céus; como se verá comparando entre si estas passagens da Escritura; Mat. 16. 19. Mat. 18. 17. (2.) Porque aquele que ofende publicamente e, após Admoestação, persiste pertinazmente em seu pecado deve ser considerado como Publicano e Gentio; Mat. 18. 17. (3.) Porque o Apóstolo diz: se algum homem não obedecer à nossa Palavra por esta Epístola, assinalai esse homem e não tenhais companhia com ele. Assinalá-lo, isto é, seja por excomunhão, seja por alguma outra marca de censura eclesiástica; 2 Tess. 3. 14.

(4.) Porque a Igreja Apostólica, movida pelas mesmas razões (que agora existem), usou o poder das chaves e excluiu do Sacramento homens que eram manifestamente contumazes e perversos; 1 Cor. 5. 2, 3. E 1 Tim. 1. 20. 2 Tess. 3. 6. 14. (5.) Porque o Apóstolo diz: aos que pecam (isto é, publicamente), repreende-os diante de todos, para que também os outros temam; 1 Tim. 5. 20. (6.) Considerem-se os diversos fins das Censuras Eclesiásticas, como a recuperação dos irmãos ofensores e os demais, que estão estabelecidos na Questão.

DOS SÍNODOS E CONCÍLIOS.

QUESTÃO I.

“Deve haver tais Assembleias para o Governo e maior edificação da Igreja, as quais são chamadas Sínodos e Concílios?”

Sim. Atos 15. 2, 4, 6.

“Devem os decretos e determinações dos Concílios e Sínodos, se consonantes com a Palavra de DEUS, ser recebidos com reverência e submissão, não somente por sua conformidade com a Palavra, mas também por causa do poder pelo qual são feitos, como sendo uma ordenança de DEUS designada para esse fim em sua Palavra?”

Sim. Atos 15. 15, 19, 24, 27, 28, 29, 30, 31. Atos 16, 4. Mat. 18. 17, 18, 19, 20.

Pois bem, não erram os brunistas e independentes, os quais sustentam que cada Congregação particular, ou Igreja, possui em si mesma o pleno poder do Governo eclesiástico para exercer todo o poder das chaves, sem subordinação ou sujeição a qualquer Reunião Presbiteral ou Sinodal; e que os Presbitérios e Sínodos possuem somente o poder de aconselhar, orientar e exortar, mas nenhum poder de Jurisdição para ordenar ou impor coisa alguma no Senhor às Igrejas particulares ou congregações?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque a Igreja Apostólica remetia todos os assuntos de maior peso, que diziam respeito igualmente a muitas Congregações, aos livres sufrágios e votos dos Apóstolos, Pastores e Irmãos escolhidos, e não à determinação de uma única Igreja particular ou congregação; Atos 15. 23, 24, 25. Atos 6. 2, 3. (2.) Porque é evidente pela Escritura que houve muitas Igrejas particulares e congregações subordinadas a um só Presbitério. Pois, na Igreja de Jerusalém, é manifesto que havia mais de uma congregação. Primeiro, pela multidão de Crentes, cujo número era maior do que uma única Congregação poderia comportar para ouvir a Palavra e comungar; Atos 2. 41, 42. Atos 5. 14. Atos 6. 1, 2 3, 4, 5, 6, 7. Atos 21. 20. (2.) Pela multidão de Pastores e Ministros, cujos esforços e labores eram requeridos por muitas Igrejas; Atos 1. 12. 13, 14, 26. Atos 2. 1, 14, 37, 42. Atos 4. 31, 34, 35, 37. Atos 6. 2. Atos 8. 14. (3.) Pela diversidade de Línguas entre os Discípulos em Jerusalém, as quais foram dadas não somente para a edificação daqueles que pertenciam àquela Igreja, mas também como sinais e maravilhas para outros, que estavam de fora e não pertenciam àquela Igreja. (4.) É manifesto disto que, naqueles dias, eles não tinham Igrejas ou casas de reunião

construídas, mas apenas se reuniam e congregavam em casas particulares e aposentos superiores.

O mesmo também é verdadeiro acerca da Igreja de Antioquia, Éfeso e Corinto, conforme os Atos dos Apóstolos e outras passagens da Escritura. Mas todas essas congregações eram regidas e governadas por um só Colégio de Pastores.

(1.) Porque todas essas Congregações particulares são chamadas apenas uma Igreja; Atos 18. 22. Atos 12, 5. (2.) Porque, naquela única Igreja, havia Presbíteros da Igreja, os quais eram chamados Governadores, não de uma única congregação particular, mas da Igreja, que era composta de muitas Igrejas particulares; Atos 20. 17. Atos 15. 2. 3. Atos 13. 1, 2, 3. (3.) Porque esses Presbíteros se reuniam para governar a Igreja e praticavam Atos de Jurisdição que diziam respeito à Igreja inteira em comum; Atos 11. 30. comparado com capítulo 4. 35, 37. E Atos 21. 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25. e Atos 13. 1, 2, 3. (4.) Porque há um exemplo particular de um Sínodo que possuía poder de Jurisdição e que consistia de membros provenientes de diversas Assembleias Presbiteriais: pois, quando a Questão acerca da circuncisão e da observância da Lei de Moisés, que perturbava as Igrejas da Síria, Cilícia, Antioquia e Jerusalém, não pôde ser decidida em suas próprias Igrejas particulares, a questão foi remetida a um Sínodo de Apóstolos e Presbíteros, que se reuniu em Jerusalém, decidiu a controvérsia e determinou que seus decretos fossem obrigatórios e vinculantes para todas as Igrejas supracitadas; Atos 15. Atos 16. 4. Atos 21. 25. (5.) Porque a Igreja judaica, que era um corpo político, tinha em cada cidade Sinagogas subordinadas a um conselho supremo, ou grande Sinagoga, que estava em Jerusalém; Deut. 17. 8, 12. 2 Crôn. 19. 8. 11. Êx. 18. 22, 26. Visto, portanto, que os perigos e dificuldades, para cuja prevenção e remédio o Senhor tem designado e estabelecido naquela Igreja tal governo, podem ser tão grandes, se não maiores, em sua Igreja, sob o Novo Testamento, do que eram então; e, visto que o Senhor não cuidou menos do bem de sua Igreja agora do que antigamente, segue-se que deve haver Concílios, não menos sob o Novo Testamento do que sob o Antigo, aos quais as Igrejas particulares devem estar subordinadas.

(6.) Pela Luz da Natureza e pela reta Razão: pois a Lei da Natureza orienta para uma diversidade de tribunais; a saber, onde há qualquer Regra ou Governo numa cidade ou comunidade política, e ordena que os tribunais inferiores estejam subordinados aos Superiores, os menores aos maiores, e que deles se façam Apelações aos maiores. E, em corpos tanto Naturais quanto Políticos, as partes devem estar sujeitas ao todo, para o bem de ambos. Além disso, há, e haverá, muitíssimos assuntos Eclesiásticos que concernirão igualmente a muitas Congregações e que não podem ser decididos por uma só.

(2.) Porque os Pastores e Presbíteros de Congregações particulares necessitarão mutuamente uns do auxílio e assistência dos outros. (3.) Porque podem surgir casos e dificuldades mais enredados e intrincados do que possam ser resolvidos e

compostos pelos Governadores de uma só Congregação. (4.) Visto que Congregações particulares que se encontram próximas umas das outras devem evitar divisões e diferenças e viver em paz e unidade, segue-se manifestamente que deve haver Sínodos ou Concílios, compostos dos Presbíteros de muitas congregações particulares, às quais cabe estar subordinadas a esses Concílios e Sínodos. (5.) Do próprio preceito e mandamento de Cristo: Dize-o à Igreja; Mat. 18. 15, 16, 17. Pois, se nosso bendito Senhor ordenou que, por uma ofensa de um único irmão (havendo ele transgredido contra DEUS ou contra seu irmão), para ganhá-lo e remover o Escândalo, ele seja levado perante a Igreja, segue-se, por consequência, que o mesmo procedimento deve ser adotado quando uma Congregação particular ofende outra e permanece obstinada em sua Opinião e Prática escandalosas.

Pois nosso bendito Senhor prescreveu suficientemente, neste lugar, um Remédio para remover todos os Escândalos e Ofensas, quer de um irmão contra outro, quer de uma Congregação contra outra. Sim, certamente, visto que Cristo cuidou tanto da conversão de um irmão que pecou e se desviou, muito mais cuidará do bem e da conversão de uma Congregação inteira.

(6.) Porque uma única Congregação, com apenas um Pastor, não possui o poder de Ordenação, do que não se pode apresentar exemplo, seja por Preceito, seja por Prática, em todo o Novo Testamento. Pelo contrário, a Ordenação de Ministros, no Novo Testamento, sempre foi realizada por um Colégio de Pastores associados entre si; Atos 6. 6. Atos 13. 1, 2, 3. 1 Tim. 4. 14. (7.) Porque desta doutrina dos independentes se seguirão estes e outros absurdos semelhantes.

Primeiro, que os Profetas devem ser censurados e julgados autoritativamente, não por outros Profetas, mas pela multidão e pelo vulgo da Congregação, o que é contrário a 1 Cor. 14. 32.

(2.) Que todos os Concílios, nos tempos dos Apóstolos, que foram convocados em ocasiões necessárias por matérias que diziam respeito igualmente a muitas Igrejas, existiram apenas para aquele tempo e eram extraordinários, não obrigando, portanto, as Igrejas posteriores, embora as ocasiões e causas pelas quais aqueles Concílios foram então convocados existam e existirão até o fim do mundo. (3.) Que Crentes particulares devem ser os Bispos de seus próprios Bispos, os Vigias de seus próprios Vigias. Que não haja comunhão nem companheirismo entre Ministros Eclesiásticos. Que Igrejas singulares e particulares, embora se tenham maculado e enlameado com as mais negras e repugnantes Heresias, com as mais abomináveis faltas e vícios, ainda assim não estejam sujeitas a qualquer Censura Eclesiástica, mas devam ser remetidas ao juízo imediato de Cristo, no último Dia. (4.) Que um Colégio de Pastores e Presbíteros reunidos de várias Congregações não tenha mais poder das chaves do reino dos Céus do que qualquer homem particular que seja capaz de cuidar do bem de seu irmão. (5.) Que um Pastor, fora de sua própria Congregação, não tenha poder para administrar os Sacramentos, nem para pregar a Palavra, nem para

exercer qualquer Ato Ministerial. Desses Absurdos segue-se evidentemente que esta espécie de Governo Eclesiástico padece de manifesta deficiência nos Meios de Propagação do Evangelho. (6.) Que Cristo tenha tantos corpos visíveis quantas são as Congregações particulares. Que Homens e Mulheres sejam considerados Membros somente de uma Congregação particular, e não da Igreja Católica. E que aqueles que são excomungados sejam lançados fora somente de uma Congregação particular, e não da Igreja Universal.

QUESTÃO II.

“Podem os Ministros da Igreja, por si mesmos, em virtude de seu ofício, reunir-se em Assembleias, com outras Pessoas idôneas por delegação de suas Igrejas, quando os Magistrados são inimigos declarados da religião cristã?”

Sim. Atos 15. 2, 4, 22, 23, 25.

Pois bem, não erram os erastianos, os quais sustentam que os Ministros do Evangelho não têm em si mesmos, nem em virtude de seu ofício, direito ou poder para reunir-se em Sínodo ou Concílio?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque a Igreja de DEUS, nos tempos primitivos, tinha em si mesma poder para convocar suas próprias Assembleias, para Culto e Governo, não somente sem, mas contra o consentimento do magistrado civil, como é evidente pelos Atos dos Apóstolos e pelas Histórias da Igreja. (2.) Embora o poder e o direito de reunir-se em Assembleias eclesiásticas sejam visíveis em sua constituição e exercício, contudo são intrínsecos e internos à Igreja, assim como o poder de Pregar.

QUESTÃO III.

“Podem os Magistrados licitamente convocar um Sínodo de Ministros e outras pessoas idôneas para consultar e aconselhar acerca de matérias de Religião?”

Sim Isa. 49. 23. 1 Tim. 2. 1, 2. Mat. 2. 4, 5. Prov. 11. 14.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que o magistrado civil não tem direito nem poder para convocar Sínodos ou Concílios, mas que pertence ao Bispo convocar Sínodos Diocesanos; ao Metropolitano, convocar Sínodos Provinciais; ao Primaz e Patriarca, convocar Sínodos Nacionais; somente ao Papa, convocar e chamar Sínodos Ecumênicos e gerais?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque, sob o Antigo Testamento, Concílios e Sínodos foram designados e convocados por Reis piedosos; 1 Reis 8. 1. 2 Reis 23. 1. 2 Crôn. 29. 4. (2.) Porque é dever do magistrado civil, sendo nascido dentro da Igreja, cuidar para que a Paz e a Unidade sejam preservadas e mantidas na Igreja; para que a Verdade e a Palavra de DEUS sejam integral e sadiamente Pregadas e obedecidas; para que blasfêmias e heresias sejam reprimidas e suprimidas; para que todas as corrupções no Culto e na Disciplina sejam reformadas; para que todas as Ordenanças de DEUS sejam legitimamente estabelecidas, administradas e preservadas. E, se acontecesse que tanto as instâncias da Igreja quanto as do Estado fizessem uma defecção universal da pureza de doutrina e culto recebida e reconhecida, é dever de um Rei piedoso, em virtude de seu Poder e Autoridade Régios, empreender uma obra de Reforma e chamar e ordenar a todas as classes do Povo que retornem ao verdadeiro Culto e Serviço de DEUS; Isa. 45. 23. Sal. 122. 7, 8, 9. Esd. 7. 23, 25, 26, 27, 28. Lev. 24. 16. Deut. 13. 5, 6, 12. 1 Crôn. 13. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9. 2 Reis 23. desde o primeiro versículo até o 26. (3.) Pelo exemplo de Constantino, que convocou o primeiro Concílio de Niceia; de Teodósio, o Velho, que convocou o primeiro Concílio de Constantinopla; de Teodósio, o Jovem, que convocou o primeiro Concílio de Éfeso; de Marciano, que convocou o Concílio de Calcedônia.

QUESTÃO IV.

“Podem todos os Sínodos ou Concílios, desde os dias dos Apóstolos, errar?”

Sim.

E não erraram de fato muitos deles?

Sim.

Pois bem, não erra a Igreja papista, a qual sustenta que os Concílios confirmados e solenizados pela autoridade do Papa não podem errar, nem ao explicar Doutrinas de Fé, nem ao apresentar Preceitos e Regras de Costumes comuns a toda a Igreja?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque todos os Sacerdotes, Levitas e Profetas da Igreja judaica, que tinham as mesmas Promessas que a Igreja cristã agora tem sob o Novo Testamento; (1 Cor. 10. 3, 4. 2 Sam. 7. 16. Isa. 49. 15, 16.) juntamente com o Sumo Sacerdote, algumas vezes erraram, como é claro pelas seguintes Escrituras; Isa. 56. 10, 11. Jer. 6. 13. Jer. 14. 14. Os. 9. 7, 8, 9. Miq. 3. 9. Devem ser excetuados os Profetas do Senhor que eram imediatamente guiados e inspirados por ele. (2.) Porque Concílios sob o Antigo Testamento, legitimamente convocados, muitas vezes erraram; 2 Sam. 6. 2, 3. Jer.

26. 7, 8, 9. 1 Reis 22. 6. E sob o Novo Testamento; João 9. 35. João 11. 47, 48, 52. Mat. 26, 57, 59, 65, 66. Atos 4. 5, 6, 17, 18. (3.) Porque o Papa não pode apresentar prova alguma de infalibilidade; Rom. 3. 4. (4.) Porque está predito no Novo Testamento que muitos Pastores e Mestres se tornarão falsos Profetas e se converterão em Sedutores; e que o Anticristo se assentará no Templo de DEUS, mostrando-se como sendo Deus; Mat. 24. 11, 24. Atos 20. 29, 30. 2 Ped. 2. 1. 2 Tess. 2. 4. (5.) É sumamente evidente que muitos Concílios aprovados e autorizados pelo Papa erraram de modo extremamente vergonhoso, e que alguns contradisseram abertamente outros.

DO ESTADO DOS HOMENS DEPOIS DA MORTE, E DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS.

QUESTÃO I.

“São as Almas dos Justos, sendo aperfeiçoadas em santidade, recebidas nos mais altos Céus, onde contemplan a Face de DEUS em Luz e Glória?”

Sim. Atos 3. 21. Ef. 4. 10.

Pois bem, não erram os gregos, arminianos, anabatistas e papistas, os quais sustentam que as Almas dos Justos não são, imediatamente após a morte, admitidas a desfrutar da felicidade, que consiste em ver a DEUS; mas são colocadas em alguma Morada, embora não celestial, contudo num lugar acima do Inferno, onde desfrutam, até a Ressurreição, de algum Deleite e Refrigério Celestiais, sem ver a DEUS?

Sim.

Não erram igualmente os socinianos, os quais afirmam que as Almas dos Justos, depois da morte e até a Ressurreição, são extintas e apagadas, por assim dizer?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque as Almas dos Justos depois da Morte estão com Cristo no Céu e desfrutam daquela bem-aventurada Visão; Fil. 1. 23. Atos 3. 21. Ef. 4. 10. (2.) Porque os Espíritos dos Homens Justos depois da Morte retornam a DEUS e são recebidos por DEUS; Ecl. 12. 7. Atos 7. 59. Observe-se que Salomão fala somente do povo de DEUS. Contudo, alguns entendem isso das Almas tanto dos Crentes quanto dos incrédulos, sendo ambos sentenciados por DEUS, como Juiz supremo, imediatamente quando um homem morre, cada homem para o seu lugar: as Almas dos Crentes para o Céu, as dos incrédulos para o Inferno. (3.) Porque se diz que os Santos falecidos, juntamente com os Anjos, cantam perpetuamente Louvores e Ações de Graças diante de seu Trono; Apoc. 4. 6, 9, 10, 11. Apoc. 5. 8, 9, 10. Apoc. 7. 9, 10. (4.) Porque Cristo prometeu que o Ladrão estaria com ele no Paraíso naquele mesmo dia em que morreu; Luc. 23. 43. Paulo também o chama de terceiro Céu; 2 Cor. 12. 2. 4. (5.) Porque se diz que os Espíritos dos homens justos são aperfeiçoados em santidade e glória e colocados na Jerusalém Celestial com os Anjos; Heb. 12. 22. 23. (6.) Porque o Apóstolo diz que, se a nossa casa terrestre deste tabernáculo fosse desfeita, temos um edifício de DEUS, uma casa não feita por mãos, eterna nos Céus;

2 Cor. 5. 1, 2. (7.) Porque o mesmo Apóstolo diz: portanto, estamos sempre confiantes, sabendo que, enquanto habitamos no corpo, estamos ausentes do Senhor; 2 Cor. 5. 6, 8. (8.) Porque as Almas dos Justos depois da morte são consoladas e levadas ao seio de Abraão; Luc. 16. 22. 25.

QUESTÃO II.

“São as Almas dos ímpios lançadas no Inferno, onde permanecem em tormentos e em completas trevas, reservadas para o juízo do grande dia?”

Sim. Luc. 16. 23, 24. Atos 1. 25. Jud. 6, 7. versículos. 1 Ped. 3. 19.

Pois bem, não erram os gregos e outros, os quais sustentam que as Almas dos ímpios não são condenadas aos tormentos do Inferno senão depois da Ressurreição?

Sim.

Não erram igualmente os socinianos, os quais sustentam que as Almas dos ímpios jamais serão atormentadas no Inferno?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque o juízo particular de cada homem segue imediatamente sua partida desta vida; Heb. 9 27. (2.) Porque a alma do rico Glutão, depois de partir de seu corpo, foi atormentada nas chamas do Inferno; Luc. 16. 22. 23. (3.) Porque as Almas dos homens ímpios que partiram vão para o seu próprio lugar, isto é, para o Inferno; Atos 1. 25. (4.) Porque as Almas dos homens ímpios não são menos punidas no Inferno do que os Anjos Apóstatas; Jud. 6,7. (5.) Porque se diz que os Espíritos daqueles que, no tempo de Noé, foram desobedientes estão em prisão; 1 Ped. 3. 19. Esta prisão é o Inferno; Mat. 5. 26, 27.

QUESTÃO III.

“Reconhece a Escritura algum outro lugar, além do Céu e do Inferno, para as Almas separadas de seus corpos?”

Não.

Pois bem, não erram os papistas, os quais, além desses dois lugares, inventaram outros quatro.

Primeiro, um lugar chamado Limbus patrum, no qual os Fiéis que morreram antes da paixão de Cristo teriam sido encerrados, como numa prisão escura, debaixo da terra; e, estando sem tormento e privados temporariamente da felicidade, teriam sido mantidos ali até a Ressurreição de Cristo e sua ascensão ao Céu.

Segundo, um lugar chamado Limbus infantum, no qual as Crianças que morrem sem Batismo sofrem a pena eterna, não dos sentidos, mas de dano.

O terceiro é um Prado sumamente aprazível, no qual, como numa prisão Real, as Almas que nele estão carecem da felicidade, contudo não sofrem pena dos sentidos, salvo a que provém da demora da felicidade, mas somente pena de dano.

Esse lugar parece ser os Campos Elísios, tomados do sexto livro da Eneida de Virgílio.

O quarto lugar é chamado Purgatório, que é um lugar intermediário entre o Céu e o Inferno, no qual estão os Santos que partiram desta vida sem fazer satisfação, por meio de penas temporais, por seus pecados veniais, mas foram para lá por causa do reato de sua pena, sendo a culpa deles perdoada nesta vida; para que, quando tiverem satisfeito e estiverem bem purgados de toda mancha e mácula, possam ser admitidos àquela bem-aventurada Visão, vendo a DEUS para sempre.

Não erram (digo eu) os papistas, os quais, além do Céu e do Inferno, sustentam outros quatro lugares para as Almas dos falecidos?

Sim.

Por quais razões refutais o Limbus patrum?

(1.) Porque as Almas dos Fiéis que partiram antes da paixão de Cristo foram feitas Habitantes da mesma Jerusalém Celestial com os Anjos; Heb. 12. 22, 23. (2.) Porque os Espíritos e Almas dos Fiéis que morreram antes de Cristo sofrer retornaram a DEUS, que os deu; Ecl. 3. 21. (3.) Porque a virtude do sacrifício de Cristo não se estendia menos aos Crentes sob o Antigo Testamento do que aos Crentes sob o Novo; Apoc. 13. 8. (4.) Pelo exemplo de Enoque, de Moisés e de Elias, estes dois últimos, antes da paixão de Cristo, foram vistos com ele sobre o monte; Gên. 5. 24. 2 Reis 2. 11. Luc. 9. 30, 31. Heb. 11. 5.

Por quais razões refutais o Limbus Infantum:

(1.) Porque a Aliança pertence aos Filhos dos Crentes, ainda que não batizados; nessa Aliança, glória e vida eterna são prometidas; Atos 2. 39. (2.) Porque Cristo disse que o Reino dos Céus pertencia às criancinhas, ainda que não batizadas; Mat. 19. 14. (3.) Porque os Infantes dos israelitas que morriam antes do oitavo dia não eram encerrados no Limbus Infantum, como os próprios Adversários confessam. Mas a Natureza e Essência do Batismo sob o Novo Testamento e a Natureza e Essência da Circuncisão sob o Antigo são as mesmas; Col. 2. 11, 12. (4.) Todos os Argumentos apresentados contra a necessidade absoluta do Batismo derrubam claramente essa ficção do Limbus Infantum.

Em terceiro lugar, não existe tal lugar como um Prado sumamente aprazível, no qual, como numa prisão senatorial, as Almas que nele estão careçam de Felicidade e, contudo, não sofram pena dos sentidos. Isso foi demonstrado na Primeira Questão.

Por fim, não existe tal lugar como o Purgatório. (1.) Porque não existe tal coisa como Pecado venial, conforme explicado pela Igreja papista, sobre cujo falso Fundamento se edifica essa invenção do Purgatório; Rom. 6. 23. (2.) Porque as penas temporais não se estendem além desta vida; Rom. 8. 18. 2 Cor. 4. 17, 18. 1 Ped. 5. 10. Pois somente nesta vida os Piedosos recebem seus males, assim como os Ímpios recebem seus bens; Luc. 16. 25. (3.) Porque, depois de perdoada a culpa, não resta pena alguma a ser sofrida; Ezeq. 18. 22. Sal. 32. 1, 2. Miq. 7. 19. Rom. 8. 1, 33. (4.) Porque o Ladrão sobre a Cruz, que foi convertido, não sofreu depois qualquer pena no Purgatório; Luc. 23. 43. Tampouco sua morte e confissão sobre a Cruz poderiam ser consideradas uma satisfação perfeita (como afirmam os Adversários), porque ele reconheceu que havia recebido a devida recompensa de seus atos; Luc. 23. 41. Aquele que sofre como Assassino, ou como Ladrão, ou como malfeitor, não pode ter sua pena considerada uma satisfação; 1 Ped. 4. 15. (5.) Porque aqueles que morrem no Senhor descansam de todos os seus labores; Apoc. 14. 13.

(6.) Porque a satisfação de Cristo pelos pecados dos Crentes é sumamente plena, completa e perfeita, e não necessita de nossas satisfações imperfeitas, seja quanto à Culpa, seja quanto à Pena; Isa. 53. capítulo; Tito 2. 14. 1 João 1. 7. Heb. 10. 14. Col. 1. 20, 21, 22. Tampouco é por nossos sofrimentos no Purgatório que a satisfação de Cristo é aplicada a nós. Primeiro, porque nossos sofrimentos ali não podem ser instrumento para aplicar a nós os Méritos de Cristo. Pois, da parte de DEUS, temos a Palavra, os Sacramentos e o Espírito como meios para aplicar a nós seus méritos. Da nossa parte, temos a Fé. Já se ouviu alguma vez, na Palavra de DEUS, que o Senhor fizesse uso de tormentos extremos para aplicar sua Graça? Aplicar Misericórdia pela execução da Justiça: é o perdão de uma dívida aplicado pela cobrança da dívida? Será o perdão aplicado a nós por meio de nossa punição?

QUESTÃO IV.

“Aqueles que forem encontrados vivos no último dia não morrerão, mas serão transformados?”

Sim. 1 Tess. 4. 17. 1 Cor. 15. 51, 52.

Pois bem, não erram os papistas, os quais sustentam que aqueles que forem encontrados vivos no último dia morrerão?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque Cristo foi ordenado por DEUS para ser Juiz dos Vivos e dos Mortos; distinção que seria desnecessária se todos realmente Morressem; Atos 10. 42. (2.) Porque o Apóstolo diz (como foi citado): nem todos dormiremos, mas seremos transformados; passagem da Escritura que não deve ser lida “todos nós, portanto, dormiremos”, como dizem os papistas, pondo a partícula grega oun em lugar de ou,

isto é, “portanto” em lugar de “não”. Porque essa partícula ilativa ou não pode harmonizar-se adequadamente com o Prefácio do Apóstolo: Eis que vos mostro um mistério. Esse Mistério não é a própria morte, mas uma transformação em lugar da morte, o que de fato é um grande Mistério. (3.) Assim como a Ressurreição de muitos corpos dos Santos foi um prelúdio da grande Ressurreição de nossos corpos; (Mat. 27. 52.) assim o traslado de Enoque, para que não visse a morte, parece ser um prelúdio dessa transformação em lugar da morte Heb. 11. 9.

QUESTÃO V.

“Ressuscitarão os Mortos com os mesmos corpos, e não outros, embora com qualidades diferentes, os quais serão novamente unidos às suas Almas para sempre?”

Sim. Jó 19. 26, 27. 1 Cor. 15. 42, 43, 44.

Pois bem, não erram os socinianos, arminianos, anabatistas, fotinianos e marcionitas, os quais sustentam que não ressuscita o mesmo corpo individual que carregávamos conosco aqui e depositamos no pó, mas outro corpo feito de Ar, ou de alguma matéria mais sutil do que o Ar, inteiramente destituído de carne e sangue, feito de novo por Cristo?

Sim.

Não erram igualmente muitos dos quacres, os quais também sustentam que o mesmo corpo individual não ressuscita novamente, mas que há nele uma mudança tanto de substância quanto de qualidade?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque é evidente pela Escritura, Fil. 3. 21, que haverá na Ressurreição uma transformação desses corpos vis, para serem conformados ao glorioso corpo de Cristo; e, portanto, não a formação e criação de um novo corpo, o que é difícil de conceber se o mesmo corpo individual não ressuscitar e se essa mudança de que aqui se fala for tanto de substância quanto de qualidade. (2.) Porque o Apóstolo diz: Aquele que ressuscitou Cristo dentre os mortos também vivificará vossos corpos mortais (e, portanto, não corpos feitos de Ar) por seu Espírito, que habita em vós; Rom. 8. 11. (3.) O mesmo Apóstolo diz: Pois esta corrupção deve revestir-se de incorrupção, e esta mortalidade deve revestir-se de imortalidade; 1 Cor. 15. 53. (4.) Porque a Justiça de DEUS requer que os mesmos corpos individuais recebam recompensas ou penas, os quais praticaram o bem ou o mal enquanto a vida permanecia; 2 Cor. 5. 10. Rom. 2. 6. Ef. 6. 8. (5.) Porque o corpo de Cristo, que é a causa eficiente de nossa Ressurreição (1 Cor. 15. 4, 12, 13, 16.), ressuscitou sendo aquele mesmo corpo individual; Luc. 24. 39, 40.

QUESTÃO VI.

“Serão os corpos dos injustos, pelo poder de Cristo, ressuscitados para desonra?”

Sim. Atos 24. 15. João 5. 28. 29. Fil. 3. 21.

Pois bem, não erram os socinianos, os quais sustentam que não haverá ressurreição dos injustos?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque o Apóstolo diz: Todos nós devemos comparecer perante o Tribunal de Cristo, para que cada homem receba as coisas feitas no corpo; 2 Cor. 5. 10. (2.) Porque vem a hora em que todos os que estão em seus sepulcros ouvirão sua voz e sairão: os que fizeram o bem, para a ressurreição da vida; e os que fizeram o mal, para a ressurreição da condenação; João 5. 28, 29. (3.) Porque o Apóstolo diz, sendo acusado diante de Tértulo, que haverá uma Ressurreição dos mortos, tanto dos Justos quanto dos Injustos; Atos 24. 15. (4.) Porque, segundo a Profecia de Enoque, o Senhor vem com dez milhares de seus Santos para executar Juízo sobre todos e convencer de culpa todos os ímpios entre eles; Jud. versículos 14, 15. (5.) Porque muitos dos que dormem no pó da Terra despertarão, uns para a vida eterna, e outros para vergonha e desprezo eterno; Dan. 12. 2.

CAPÍTULO 33

DO JUÍZO FINAL.

QUESTÃO.

“Serão os ímpios que não conhecem a DEUS e não obedecem ao Evangelho de Jesus Cristo lançados em tormentos eternos e punidos com destruição eterna, longe da presença do Senhor e da glória de seu poder?”

Sim. Mat. 25. 31, até o fim; Rom. 9. 22, 23. Atos 3. 19. 2 Tess. 1. 7, 8, 9.

Pois bem, não erram os socinianos, os quais, definindo a morte eterna como a extinção do Corpo e da Alma, sustentam que os ímpios não sofrerão tormento algum no Inferno; e que toda a sua punição será serem privados da Eternidade, ou aniquilados, isto é, tanto a Alma quanto o Corpo convertidos em NADA?

Sim.

Não erram igualmente os origenistas e alguns anabatistas, os quais pensam que não somente os ímpios, mas os próprios Demônios, depois de muitos tormentos no Inferno, serão recebidos por DEUS em seu favor e tornados bem-aventurados e felizes?

Sim.

Por quais razões são eles refutados?

(1.) Porque o Apóstolo afirma, quase com essas mesmas palavras, aquilo que sustentamos; 2 Tess. 1. 7, 8, 9, 10. (2.) Porque Vida Eterna e Morte Eterna são, na Escritura, opostas uma à outra no mesmo sentido; Mat. 25. 46. Mas Vida Eterna, na Escritura, não é tomada como mero existir eternamente, mas como ser eternamente feliz, ou estar num estado e condição eternos e bem-aventurados; Sal. 133. 3. Portanto, Morte Eterna deve ser tomada na Escritura não como aniquilação ou como ser convertido em Nada, mas como um estado e condição eternos, miseráveis e desgraçados. (3.) Porque a Escritura diz: os filhos do reino serão lançados nas trevas exteriores; ali haverá choro e ranger de dentes; Mat. 8. 12, 13. (4.) Porque a Escritura afirma expressamente que os ímpios são atormentados no Inferno; Luc. 16. 24. Além disso, há ali certos graus de tormentos; mas não há graus no non esse, isto é, no não ser. (5.) Porque Abraão diz expressamente que ninguém pode passar do lugar de tormento para o lugar de bem-aventurança e felicidade; Luc. 16. 26. (6.) Porque os tormentos dos ímpios são chamados um Verme que não morre; um fogo que não pode ser extinto. (7.) Porque a Escritura diz que a fumaça de seu tormento sobe para todo o sempre; Apoc. 14. 11. Apoc. 19. 3. (8.) Porque os ímpios serão lançados no fogo

eterno, preparado para o Diabo e seus anjos; Mat. 25. 41¹⁵. E os mesmos ímpios ressuscitarão para vergonha e desprezo eterno; Dan. 12. 2. E sofrerão a vingança do Fogo eterno; Jud. versículo 7. E somente agora é o tempo aceitável, e agora é o dia da Salvação; 2 Cor. 6. 2.

FIM.

15 XXXIII, razão 8. A fonte inglesa e a REV10 anterior trazem Mat. 25. 46. Adota-se Mat. 25. 41: A frase sobre o fogo preparado para o Diabo e seus anjos encontra-se em Mateus 25.41. Emenda editorial contextual; conserva-se a leitura recebida no aparato.

Apêndice — Lista de heresias

A lista é transmitida como apêndice da tradição editorial inglesa. Sua autoria não é atribuída sem ressalvas a David Dickson.

Uma lista alfabética dos nomes próprios e patronímicos dos autores das heresias antigas e recentes refutadas no tratado precedente.

A

Adamitas: assim chamados por certo Adão, autor de sua seita, ou pelo primeiro homem, Adão, cuja nudez imitam em suas estufas e conventículos, segundo o exemplo de Adão e Eva no paraíso.

Antropomorfitas: assim chamados a partir de duas palavras gregas, *Anthropos*, homem, e *Morphe*, forma, figura ou aspecto, porque sustentavam que Deus possuía um corpo e era dotado de Forma humana.

Arianos: de Ário, líbio de nascimento e presbítero de Alexandria por profissão. Essa heresia irrompeu sob Constantino, 290 anos depois de Cristo, e alastrou-se por grande parte do mundo. Foi condenada no primeiro célebre Concílio de Niceia, reunido por determinação de Constantino, no ano 325.

Arminianos: assim chamados por James Arminius, professor de teologia em Leyden, que, em 1609, publicou e sustentou cinco artigos que ocasionaram grande perturbação à Igreja de Deus, sendo ardorosamente defendidos por seus seguidores, chamados remonstrantes. Os cinco artigos dizem respeito à predestinação, redenção, graça de Deus, livre-arbítrio e perseverança.

Anabatistas: assim chamados por rebatizarem; tiveram por autor certo Nicholas Storck, que alegava ter familiaridade com Deus por meio de um anjo que lhe prometia um reino, caso reformasse a Igreja e destruísse os príncipes que o impedissem.

Antinomianos: assim chamados de duas palavras gregas, *anti*, contra, e *nomos*, a lei. Tiveram origem em certo John Agricola, o qual afirmava que a lei moral era inteiramente desnecessária e que os cristãos não estavam obrigados à sua observância. Essa seita surgiu por volta do ano 1535.

Arabianos: assim denominados por causa da Arábia, país onde sua heresia foi introduzida e sustentada sob o imperador Filipe, 217 anos depois de Cristo.

B

Brunistas: assim chamados por seu autor, Sr. Robert Broun, de Northamptonshire, na Inglaterra, outrora mestre-escola em Southwark; sustentam que não existe no mundo outra Igreja pura senão entre eles mesmos, como faziam os antigos donatistas.

D

Dominicanos: uma das ordens papistas, assim chamados por Dominicus, um espanhol. Foram instituídos pelo papa Inocêncio III no ano 1205. Esse homem, juntamente com doze abades, foi designado para combater pela pregação a doutrina dos albigenses; por essa pregação, os príncipes foram de tal modo incitados que pegaram em armas e mataram cem mil deles. Os albigenses professavam a mesma religião que os antigos não conformistas da Inglaterra, chamados puritanos.

Donatistas: de Donatus, nascido na Numídia, na África, o qual, porque Ceciliano foi preferido a ele como bispo para o bispado de Cartago, acusou-o e a todos os bispos que o haviam ordenado de serem Traditores; isto é, pessoas que haviam entregado suas Bíblias para serem queimadas por idólatras, sob a perseguição de Maximius.

E

Epicuristas: de certo Epicuro, antigo filósofo pagão, que colocava a principal felicidade dos homens no prazer da mente. Negava a providência e ensinava que o mundo fora feito pelo concurso dos átomos.

Eutiquianos: assim denominados por Eutiques, abade de Constantinopla. As heresias desse homem foram condenadas pelo quarto Concílio geral, realizado em Calcedônia sob o imperador Marciano, no ano 451.

Erastianos: assim chamados por Thomas Erastus, médico em Heidelberg, na Alemanha; seguindo os passos desse homem, retiraram da Igreja toda a disciplina e governo e os colocaram nas mãos do magistrado civil.

Entusiastas: assim chamados da palavra grega Enthusiadso, ou Euthusiao, em latim Fanatico: “sou inspirado, ou impelido, por um furor profético ou divino”.

F

Franciscanos: outra ordem papista, assim chamada por certo Francisco, mercador italiano, que, antes de sua conversão, segundo dizem os papistas, vivia uma vida perversa e dissoluta. Reuniu muitos discípulos, no ano 1198, e determinou que fossem obedientes a Cristo e ao papa.

Familistas: ou da família do amor, cujo autor foi certo Henry Nicholas, holandês. O primeiro fundador foi certo David George de Delft, que chamou a si mesmo o verdadeiro Davi, que restauraria o reino a Israel. Sustentavam muitas opiniões perigosas.

G

Gregos: são os que habitam a Grécia, a saber, Macedônia, Épiro, Bulgária, Moldávia etc. Colocam grande parte de sua religião no culto à virgem Maria e às imagens pintadas, mas não esculpidas.

H

Hemerobatistas: assim chamados de duas palavras gregas, Hemera, um dia, e Baptidso, batizar, porque sustentavam que homens e mulheres, conforme as faltas cometidas a cada dia, deveriam ser batizados todos os dias.

J

Jesuítas: assim chamados pelo nome de nosso bendito Salvador, Jesus, que falsamente assumem para si. Foram instituídos no ano 1540 por Inácio Loyola, primeiramente soldado; todos são bem instruídos em filosofia e teologia escolástica, e em muitas outras artes e ciências; por isso são empregados como emissários do papa e de seu conclave para promover a religião papista.

Judaizantes: assim chamados porque pensam que as cerimônias judaicas ainda estão em vigor e obrigam a nós que vivemos sob o evangelho.

I

Independentes: assim chamados porque querem que cada congregação particular seja governada por suas próprias leis, sem dependência de qualquer outra Igreja.

L

Libertinos: da liberdade e licença que tomam e dão a outros para cometer pecado. Seu primeiro autor foi certo Quintino, alfaiate na Picardia, que ensinava que tudo quanto de bom ou mau fazíamos não era feito por nós, mas pelo Espírito de Deus em nós, além de muitas outras opiniões blasfemas.

Luteranos: os quais assim se chamam, mentirosa e falsamente, de Martinho Lutero, aquele eminente homem de Deus.

M

Maniqueus: de certo Manes, persa de nascimento e servo por condição. A seita maniqueísta foi o sumidouro de todas as heresias anteriores.

Macedonianos: assim chamados por Macedônio, bispo de Constantinopla, 312 anos depois de Cristo. Sua heresia foi condenada no segundo Concílio geral, realizado em Constantinopla, por Graciano e Teodósio, no ano 380. Seus seguidores foram chamados pneumatômacos, combatentes contra o Espírito Santo: Pneuma, espírito, e Machesthai, combater.

Marcionitas: de certo Márcion, um paflagônio, perto do mar Euxino, que foi discípulo de Cerdão, um grande herege. Ele sustentou as heresias de Cerdão em Roma, cerca de 133 anos depois de Cristo.

N

Nestorianos: assim chamados por Nestório, patriarca de Constantinopla, que difundiu seus erros sob Teodósio, o Jovem, 400 anos depois de Cristo. Faziam de Cristo duas pessoas, assim como ele tinha duas naturezas. Essa heresia foi condenada pelo terceiro Concílio geral, realizado em Éfeso, sob Teodósio, o Jovem, no ano 431.

Novacianos: assim chamados por Novato, que viveu sob o imperador Décio, 220 anos depois de Cristo. Era africano de nascimento.

O

Origenistas: assim chamados pelo famoso Orígenes. Seus erros começaram a espalhar-se por volta do ano 247 de Cristo, sob o imperador Aureliano, e continuaram por cerca de 334 anos.

P

Pneumatômacos: veja a letra M.

Pelagianos: de Pelágio, britânico, segundo dizem, de nascimento. Monge em Roma, depois presbítero, sob Teodósio, o Jovem.

Puritanos, também chamados Kathari: porque se consideravam mais puros e santos do que os outros.

Fotinianos: de Fotínio, nascido na Galácia Menor. Começou a espalhar suas heresias por volta do ano 323 em Sírmio, onde era bispo sob o imperador Constantino.

Papistas: são bem conhecidos demais; encontram-se em quase todas as páginas do livro.

Q

Quacres: assim chamados porque às vezes costumam estremecer e tremer quando profetizam ou quando estão em êxtase.

S

Socinianos: assim chamados por certo Fausto Socino, um italiano de Stena. Colocam toda a religião nas antigas heresias condenadas, seguindo seu mestre, um herege sumamente vil.

Sabelianos: assim chamados por Sabélio, africano de nascimento. Suas heresias começaram no ano 224.

Separatistas: assim chamados porque se retiraram da comunhão cristã e seguiram outros no culto de Deus.

Céticos: comumente chamados Buscadores [Seekers], sustentam que toda a Igreja universal pereceu pouco depois dos tempos dos Apóstolos e não foi restaurada até o presente, até que Cristo, do Céu, envie novos Apóstolos para levantar novamente a Igreja visível.

Sabatários: assim chamados porque observam o Sábado judaico, imaginando que não há preceito nem exemplo no Novo Testamento para a observância do primeiro dia da semana.

T

Triteístas, ou Tritheotae: assim chamados porque dividiram a essência indivisível da Divindade em três partes; a uma chamaram Pai, à outra Filho e à terceira Espírito Santo.

Tertulianistas: assim chamados daquele famoso jurista e teólogo, Tertuliano, que viveu sob o imperador Severo, cerca de 170 anos depois de Cristo.

V

Vorstianos: de certo Vorstus, antigo herege, que ensinava que Deus possuía um corpo e era dotado de partes, como afirmavam os antropomorfitas.

Vaninianos: de certo Vaninus, grande promotor do Ateísmo. Foi publicamente queimado em Toulouse.

Notas editoriais da edição-fonte

1. Para uma explicação de Romanos 13 que apresenta as “autoridades” como limitadas pela definição dada nesse capítulo, veja os diversos testemunhos dos Covenanters de 1685 a 1807 e os tratados publicados em defesa dos princípios Presbiterianos Reformados contra escritos dos Presbiterianos Associados. Por exemplo, “Answers to Twelve Queries”, de William Steven, publicado em 1794, especialmente na discussão da Questão 5, onde Romanos 13 é apresentado em harmonia com o restante da Escritura, e também são citados diversos autores de diferentes origens. Ou, para uma referência anterior a tais discussões entre os presbiterianos, veja a Confissão de Magdeburgo de 1550, escrita por Nicolaus Amsdorff, parte 2, primeiro argumento.
2. Por outro lado, também temos precedentes para, em certas circunstâncias, considerar governantes providenciais como não possuindo autoridade moral ou direito de serem honrados como magistrados. Por exemplo, considere 2 Reis 3.14; Oseias 8.4; Lucas 13.32; e a resposta de toda a Igreja da Escócia a Oliver Cromwell como um Usurpador a quem não era devida honra. Assim como temos um tipo de precedente no reconhecimento de “rei Agripa” por Paulo, também temos outro tipo de precedente na recusa de Mardoqueu em reverenciar Hamã, como um príncipe promovido “acima de todos os príncipes que estavam com ele”.
3. Esta razão (tal como está redigida) serve também para determinar o ponto em que tais “assassinatos”, ou pelo menos alguns atos realizados com concurso mais geral e maior ordem, tornam-se mortes ou execuções justificáveis: quando os próprios criminosos e perseguidores, possuindo as rédeas da sociedade e controlando os assentos do governo, usam essas coisas contrariamente a seus propósitos, tendendo, por seus esforços sem lei, a conduzir a sociedade a uma “massa de confusão” e “ruína completa”, a razão acima conduz então à conclusão inversa. Veja “Hind Let Loose”, de Alexander Shield, Head 6, sobre “extraordinary executing of Judgment, etc.”, e um artigo da revista Reformed Presbyterian de janeiro de 1860 (RPCNA), intitulado “Was the Bishop’s Death Murder?”.
4. A instituição distinta do governo eclesiástico e do governo civil pode ser encontrada demonstrada mais plenamente por George Gillespie em seu livro Aaron’s Rod Blossoming; or, The Divine Ordinance of Church Government Vindicated, 1646; e por Samuel Rutherford em seu livro The Divine Right of Church-Government and Excommunication, 1646. Ambas essas obras refutam as ideias erastianas de mescla entre Igreja e Estado. É importante que os cristãos estejam cientes da clara distinção bíblica entre Igreja e Estado, porque os inimigos da Bíblia frequentemente trabalham para impugnar sua autoridade com base em falsas alegações de que as Sagradas Escrituras nos apresentam um sistema de leis e diretrizes concebido e destinado a nações nas quais Igreja e Estado são uma só instituição. Ao contrário, a Bíblia pressupõe clara distinção entre essas instituições e nos ensina que ambas pertencem ao Senhor e devem servi-lo segundo as boas instruções do próprio Senhor. As Sagradas Escrituras são úteis em todo contexto e, com Paulo, prontamente declaramos: sabemos que a lei é boa, se alguém dela usa legitimamente. (1 Tim. 1.8.)

Notas de cotejo das referências

1. A transcrição TCP de 1684 lê Joel 2.28. As transcrições OCR das edições de 1764 (p. 31) e 1787 (p. 27), assim como a edição inglesa moderna M, leem Joel 2.18. Atos 2.17 ecoa diretamente Joel 2.28. Conserva-se 2.18 no texto-base por ser a leitura comum às edições posteriores, mas assinala-se a variante de 1684 e o possível vínculo contextual com 2.28. A conferência visual dessas duas páginas não integra esta revisão de encerramento.
2. A transcrição TCP de 1684 lê Êx. 17.14; as transcrições OCR de 1764 e 1787 registram Êx. 17.17,14, forma também presente em M. Êxodo 17 não tem versículo 17. A edição de leitura conserva Êx. 17.14, seguindo 1684 e eliminando a referência impossível; a diferença entre testemunhos fica registrada.

Aparato das principais emendas

Edição-fonte M252: a Questão III da Ceia do Senhor aparece deslocada no PDF moderno (“themselvesQuest. III.”). A pergunta e a refutação foram reunidas na ordem lógica; a forma recebida está documentada no registro.

Edição-fonte M114: “sure makes and tokens” foi lido contextualmente como “sure marks and tokens” e traduzido por “marcas e sinais seguros”.

No capítulo XXI, razão 12 da questão I, “e traduce” foi conservado entre parênteses como termo técnico latino; a frase portuguesa foi reconstituída pelo contexto e pela edição de 1764.

A edição moderna preservava sete marcadores de paginação entre chaves ({132}, {151}–{156}); eles foram retirados do corpo da edição de leitura. Fecharam-se duas aspas de perguntas e uniu-se a pergunta I do capítulo III, antes dividida entre parágrafos.

Onze fragmentos de frase restantes foram reunidos depois da retirada dos controles; eliminou-se o sinal tipográfico ▪ e a assinatura de caderno X2 provenientes da fonte moderna.

Co1 — Restaurado o paralelo entre a ressurreição de Cristo e a vivificação do pecador (1787).

Co3–Co7 — Repostos conteúdo e dados perdidos, conforme a edição de 1787.

Co8–C16 — Corrigidos termos, nomes e abreviações mediante cotejo com 1787.

C17–C23 — Aplicadas as leituras de 1684, 1764 e 1787 indicadas no relatório atualizado.

Po2, Po3 e Po5 — Emendas editoriais de alta confiança; as formas recebidas e as justificativas permanecem no registro de problemas.

Po4 — Referência restaurada pelas imagens de 1764 e 1787. Referências da tabela de emendas documentadas foram corrigidas nos pontos indicados.

Po6 — Expansão entre colchetes identificada como editorial da fonte moderna; sua origem histórica continua por determinar.

REV3 — Concluído o cotejo bilíngue contínuo dos 33 capítulos, do apêndice e das notas da edição-fonte. As emendas desta rodada estão registradas no relatório e no cadastro de problemas. Leituras históricas problemáticas e emendas conjecturais permanecem declaradas; a prova de diagramação e a conferência exaustiva das referências não integram esta etapa.

Po8 — XXV, VIII: a resposta “Não” à pergunta “Não há outra cabeça ... senão Cristo?” reproduz M, 1684 e 1764. O contexto exige “Sim”; a emenda é conjectural e não foi introduzida no corpo.

V, III, razão 7: M imprime “hold” onde a leitura contextual e testemunhal é “holy”; a edição de leitura traz “santo”.

VIII, I, razão 6: M imprime “angles”; a leitura evidente é “angels”, traduzida por “anjos”.

XXXII, III, razão 6: o marcador de leitura incerta antecedia um parágrafo sobre o purgatório, sem delimitar uma palavra específica; foi retirado do corpo e a advertência permanece registrada aqui para consulta do testemunho.

XVI, V, razão 5: o texto de M apresenta “no man is so made as to call them good works”; “nenhum homem seria tão insensato” é solução contextual conjectural, identificada no registro de problemas. A marca de produção foi retirada da edição de leitura.

P10 — XXI, V, razão 4: o autor imprime “apóstolo Paulo” na referência a Atos 8.22, mas o personagem da passagem é Pedro. “Paulo” foi conservado no corpo como leitura histórica; para o referente bíblico, leia-se “Pedro”.

E10 — XXIV, I, razão 4: o parêntese aberto antes da exceção por adultério não se fecha em M. Fechou-se após “adultério” para deixar explícita a sintaxe, sem alterar o sentido.

C32–C44 e C46–C49 — Correções de sentido, referentes, gramática e referências documentadas no relatório REV3. C36 restaura “da vossa carne” e “e vos darei um coração de carne”, presentes em 1684 e ausentes em M.

E11–E12 — Pontuação de XXV, II, razão 10, e fechamento da expressão parentética de XXIX, IV, razão 9, ajustados apenas na edição de leitura.

E13 — Reintegrados a continuação de Franciscanos e os 29 verbetes seguintes, que estavam na matriz traduzida e haviam sido omitidos ao preparar a edição de leitura. O apêndice contém 44 verbetes.

E14 — Reintegradas a conclusão da nota moderna 2 e as notas 3–4, conservadas nesta seção separada do texto histórico.

Vo3 — XX, III, primeira refutação, razão 1: “deveríamos seguir e usar” concorda com 1684. O “not” da edição moderna não foi incorporado, pois inverte o argumento.

P11 — XXVII, VI, razão 3: os dois membros do paralelo repetem a aplicação dos sacramentos do Novo aos crentes do Antigo, tanto em M como em 1684. A formulação histórica foi conservada; o provável contraste inverso no segundo membro não foi reconstruído sem testemunho.

P12 — XVI, VI, razão 1: a citação sobre as leves aflições fica sem o complemento “peso eterno de glória” em M e em 1684. A tradução conserva o fragmento histórico; qualquer complemento bíblico futuro deve ser identificado como intervenção editorial.

Apêndice, Puritanos: a ordem não estritamente alfabética foi mantida; a marca de produção foi retirada. Apêndice, Vaninianos: “Toulouse” é a forma normalizada; M imprime “Tholouse”. As datas e demais alegações do apêndice foram traduzidas como transmitidas, sem atualização historiográfica.

Notas da conferência de referências — REV5

As emendas abaixo corrigem referências corrompidas no texto moderno e na tradução anterior. A transcrição de 1684 apresenta a leitura adotada, e a frase que precede cada referência sustenta a identificação. A leitura recebida está conservada nesta tabela. A existência de diferenças numéricas, por si só, não fundamenta emendas; as decisões posteriores permanecem nos registros de cada rodada.

Local	Leitura anterior	Leitura adotada	Indício contextual
1, VII, razão 3	Êx. 18.7	Êx. 18.9	a bondade divina celebrada por Jetro
1, XIII, razão 4	Jer. 46.15,16	Jer. 36.15,16	a leitura pública do rolo
1, XIII, razão 8	Lucas 16.19	Lucas 16.29	Moisés e os profetas como testemunho
1, XIII, razão 9	Deut. 17.8,19,20	Deut. 17.18,19,20	o dever do rei de ler a lei
2, I, razão 7	Mar. 12.39	Mar. 12.29	o Senhor nosso Deus é um só Senhor
3, I, razão 2	Sal. 115.2	Sal. 115.3	Deus faz tudo quanto lhe apraz
3, IV, razão 8	Mat. 24.28	Mat. 26.28	o sangue derramado por muitos
3, IV, razão 10	Mat. 11.13	Mat. 13.11	a uns foi dado conhecer os mistérios do reino
4, III, razão 1	Mat. 10.20	Mat. 10.28	matar o corpo sem poder matar a alma
6, I, razão 7	Atos 22.19	Atos 22.16	batismo e lavagem dos pecados
6, I, razão 7	Mat. 28.16	Mat. 28.19	mandamento de batizar
8, I, razão 3	João 11.35 e v. 15. Chorou	João 11.33. Chorou, João 11.35	perturbou-se no v. 33 e chorou no v. 35
8, III, razão 2	Rom. 6.5	Rom. 9.5	Cristo segundo a carne, Deus sobre todos
10, VII, razão 7	Ef. 3.18	Ef. 4.18	entendimento obscurecido
14, II, razão 3	Isa. 55.10	Isa. 53.10	o Servo verá a sua descendência
15, IV, razão 5	João 21.9	João 21.19	referência ao episódio posterior à negação de Pedro
15, II, razão 4	Joel 1.12	Joel 2.12	rasgai o coração e convertei-vos
15, VI, razão 2	Lucas 8.48	Lucas 7.48	a absolvição da mulher pecadora
16, I, razão 1	Ef. 2.20	Ef. 2.10	boas obras preparadas de antemão
16, VI, razão 6	1 Cor. 5.6	1 Cor. 4.7	nada temos que não tenhamos recebido
16, VII, razão 3	Heb. 2.6	Heb. 11.6	sem fé é impossível agradecer a Deus

17, I, razão 9	João 6.49	João 6.39	não perder nenhum dos que o Pai lhe deu
17, II, razão 4	Sal. 8.9	Sal. 51.8,9	privação e restauração da alegria
18, II, razão 1	Rom. 8.15	Rom. 8.16	o Espírito testifica com o nosso espírito
18, V, razão 3	1 Cor. 7.1	2 Cor. 7.1	purificação de toda imundícia da carne e do espírito
18, V, razão 7	2 Cor. 11.2; Atos 25.26	2 Cor. 1.12; Atos 24.16	consciência e conduta de Paulo
19, I, razão 1	Ezeq. 28.4	Ezeq. 18.4	a alma que pecar morrerá
19, III, razão 2	Gál. 3.4,5	Gál. 4.3-5	fim da sujeição aos rudimentos da antiga economia
19, III, razão 5	Atos 15.34	Atos 15.24	o concílio repudia os perturbadores
19, VI, razão 19	Heb. 2.4	Hab. 2.4	o justo viverá pela fé
19, VI, razão 20	Gên. 15.5	Gên. 15.6	fé de Abraão imputada para justiça
20, II, razão 2	Isa. 8.2	Isa. 8.20	à lei e ao testemunho
21, VII, razão 1	Lucas 16.12	Lucas 16.26	abismo intransponível entre destinos

Notas suplementares de referências — REV6

Esta tabela mantém a leitura recebida nas fontes consultadas e o fundamento de cada alteração. As emendas editoriais não são apresentadas como recuperação documental do impresso de 1684.

¹ Cap. I, questão XV, razão 5: 1684 e o PDF moderno trazem 1 Tess. 5.2. A frase “provai todas as coisas” pertence a 1 Tess. 5.21; a alteração é uma emenda editorial.

² Cap. XXIII, questão VII, razão 5: a citação impressa é Jer. 27.20. A súplica dirigida por Jeremias ao rei está em Jer. 37.20; a alteração é uma emenda editorial.

Local	Leitura recebida	Leitura adotada	Fundamento
Cap. 1 · QVI · R3	Tobias 5.21	Tobias 5.12	1684/TCP; a fala sobre Azarias é Tobias 5.12.
Cap. 1 · QXV · R5	1 Tess. 5.2	1 Tess. 5.21	Emenda editorial: “provai todas as coisas” é 5.21; 1684 também lê 5.2.
Cap. 5 · QIII · R3	Dan. 9.4	Dan. 9.14	1684/TCP; Deus é justo em todos os seus feitos.
Cap. 9 · QI · R6	Tito 3.4,6,7	Tito 3.4-7	Emenda de intervalo: a frase “não por obras de justiça” está no v. 5.
Cap. 16 · QI · R2	Apoc. 22.16	Apoc. 22.18	1684/TCP; advertência contra acrescentar às palavras.
Cap. 18 · QI · R3	João 13.3,5	João 13.35	1684/TCP; o amor é a marca dos discípulos.
Cap. 23 · QVII · R5	Jer. 27.20	Jer. 37.20	Emenda editorial: a súplica de Jeremias ao rei está em 37.20; a leitura recebida é 27.20.

Notas suplementares de referências — REV7

As três emendas abaixo corrigem somente os endereços bíblicos. A redação argumentativa em português foi preservada. A Almeida de 1911 serviu de referência para a conferência pontual; a tradução das citações no corpo não foi substituída por essa edição.

³ Cap. I, questão VII, resposta: M e REV6 trazem “1 Tess. 1.13”. O capítulo 1 termina no versículo 10. O impresso de 1684 traz “1 Thes. 2.13”, que se refere a receber a pregação como palavra de Deus.

⁴ Cap. II, questão II, razão 3: M e REV6 trazem “João 11.7-9; Sal. 115.3”. A transcrição de 1684 traz “Iob 11.7, 8, 9; Psal. 145.3”, passagens sobre a profundidade e grandeza inescrutável de Deus. A emenda restaura “Jó 11.7-9; Sal. 145.3”.

Local	Leitura em M/REV6	Leitura REV7	Base
I, VII, resposta	1 Tess. 1.13	1 Tess. 2.13	1684/TCP; Almeida 1911, 1 Tess. 2.13
II, II, razão 3	João 11.7-9	Jó 11.7-9	1684/TCP; Almeida 1911, Jó 11.7-9
II, II, razão 3	Sal. 115.3	Sal. 145.3	1684/TCP; Almeida 1911, Sal. 145.3

Notas suplementares de referências — REV8

Conferência temática de cinco endereços com a transcrição de 1684 e, pontualmente, com a Almeida de 1911. A citação de Zacarias 12.10 é uma emenda editorial: o erro já aparece no testemunho de 1684. As demais restauram endereços ali preservados. Não se alterou a redação das citações bíblicas no corpo.

Local	M/REV7	REV8	Fundamento
IV, IV, resposta	Col. 4.10	Col. 3.10	1684/TCP; imagem do Criador no novo homem
XIV, II, resposta	Ezeq. 36.5,26	Ezeq. 36.25,26	1684/TCP; purificação e coração novo
XV, I, resposta	Ezeq. 12.10	Zac. 12.10	Emenda editorial contextual; 1684 também lê Ezequiel; a razão 1 cita Zacarias
XVI, VII, resposta	Amós 5.22,12	Amós 5.21,22	1684/TCP; culto inaceitável
XXII, III, resposta	Lev. 16.12	Lev. 19.12	1684/TCP; proibição do falso juramento

Notas suplementares de referências — REV9

Duas emendas de endereço apoiadas por 1684/TCP e pelo conteúdo das passagens. A leitura moderna anterior é conservada abaixo para rastreabilidade.

Local	M/REV8	REV9	Fundamento
XVIII, II, razão 2	Isa. 45.10	Isa. 54.10	1684/TCP; aliança de paz que não será removida
XXI, VIII, razão 8	João 16.16,17,26	João 14.16,17,26	1684/TCP; promessa do Consolador

Notas suplementares de referências — REV10

As três correções abaixo são emendas editoriais por pertinência contextual. A transcrição da edição de 1684 contém os mesmos endereços anteriores; não se apresentam as correções como restauração de sua leitura. A redação argumentativa foi conservada.

Local	1684/M/REV9	REV10	Fundamento
I, IX, razão 1	Mat. 23.29,31,32	Mat. 22.29,31,32	Ressurreição e vv. 43,45 no mesmo capítulo; emenda editorial; 1684 também lê 23.
I, IX, razão 2	Atos 19.22	Atos 17.2-3	Paulo argumenta pelas Escrituras que Jesus é o Cristo; emenda editorial; 1684 também lê 19.22.
I, XIII, razão 3	João 5.29	João 5.39	Exame das Escrituras; mesma questão já cita 5.39; emenda editorial; 1684 também lê 5.29.

Registro da revisão de encerramento

6 de outubro de 2026. Esta seção acrescenta somente as alterações efetuadas na presente revisão. Os registros REV3–REV10 acima são históricos. Não se iniciou uma nova tradução nem uma nova auditoria integral de referências.

Precisão de linguagem

VII, III, razão 2: “de ambos os lados” → “em ambas as dispensações”. O paralelo é entre as administrações da aliança no Antigo e no Novo Testamento; evita sugerir Deus e homem como os dois lados.

VIII, IV, pergunta: “imediatamente em sua alma” → “diretamente em sua alma”. Immediately tem aqui sentido de incidência direta na alma, não de rapidez temporal.

XXVII, I, pergunta: “imediatamente instituídos por DEUS” → “instituídos diretamente por DEUS”. Explicita a instituição divina direta, evitando a leitura temporal de imediatamente.

Cinco emendas de referências

As correções abaixo resultam do confronto do enunciado com as passagens bíblicas citadas. A fonte inglesa contém a leitura anterior. São intervenções editoriais identificadas, não recuperação documental da edição de 1684. A redação das citações foi mantida.

Local	Fonte / REV10	Leitura adotada	Fundamento
I, V, razão 8	Rom. 10.14	Rom. 10.17	A frase sobre a fé vir pelo ouvir encontra-se em Romanos 10.17.
XI, III, resposta	Gál. 5.5	Gál. 5.6	A fé que opera pelo amor é mencionada em Gálatas 5.6.
XXI, VII, resposta	João 5.16	1 João 5.16	A oração e o pecado para morte são tratados em 1 João 5.16.
XXI, VIII, segunda refutação, razão 4	1 Tim. 4.2	2 Tim. 4.2	A ordem de pregar a Palavra e repreender encontra-se em 2 Timóteo 4.2.
XXXIII, razão 8	Mat. 25. 46	Mat. 25. 41	A frase sobre o fogo preparado para o Diabo e seus anjos encontra-se em Mateus 25.41.

Verificação pontual: King James Version, nas passagens Romanos 10.17; Gálatas 5.6; 1 João 5.16; 2 Timóteo 4.2; Mateus 25.41, disponibilizadas pelo Bible Gateway. A escolha serviu à localização dos endereços, sem uniformizar a tradução bíblica do corpo.

Orientação ao leitor

As seis chamadas antigas de notas, que reutilizavam os mesmos sinais, passaram a notas de rodapé reais. Também receberam notas locais as quatro dificuldades já registradas: a frase incompleta de XVI, VI; Paulo/Pedro em XXI, V; a resposta negativa de XXV, VIII; e

o paralelo repetido de XXVII, VI. Nenhum desses quatro trechos foi reconstruído silenciosamente.

A conferência estrutural contou 178 unidades de questão: 177 numeradas nos capítulos I–XXXII e uma questão sem número no capítulo XXXIII. O apêndice conserva 44 verbetes. O número 177 dos relatórios anteriores não inclui, sob este critério explícito, a questão final sem número.

NOTA EDITORIAL SOBRE A TRADUÇÃO E O ESTABELECIMENTO DO TEXTO

Natureza da presente edição

A presente edição oferece uma tradução integral de Truth's Victory Over Error, de David Dickson, preparada diretamente a partir do texto inglês adotado pelo projeto. Trata-se de uma edição de leitura com aparato crítico-editorial: busca-se transmitir integralmente o conteúdo da obra em português brasileiro culto, solene e teologicamente preciso, ao mesmo tempo em que se registram, quando necessário, dificuldades do texto-fonte, variantes entre testemunhos ingleses e emendas editoriais justificadas. Não se pretende, contudo, constituir uma edição crítica em sentido filológico estrito, pois não foi realizado cotejo com um manuscrito latino autógrafo ou com a totalidade da tradição manuscrita.

Método de tradução

A tradução foi realizada diretamente do inglês, em blocos sucessivos de cinco páginas físicas do PDF de trabalho. Cada novo bloco era traduzido a partir das páginas inglesas correspondentes; o texto português já produzido servia apenas para continuidade editorial, e o glossário cumulativo era empregado para manter estabilidade terminológica. Não se utilizou tradução portuguesa anterior como fonte para reconstruir ou completar o texto.

Após cada bloco foram executadas duas verificações independentes. A primeira, de cobertura, confrontava novamente o original com a tradução para detectar omissões de frases, orações subordinadas, exemplos, conclusões, referências e partes de razões numeradas. A segunda, de fidelidade, verificava alterações de sentido, falsos cognatos, negações perdidas, mudanças de sujeito, relações lógicas modificadas, acréscimos não autorizados e inconsistências terminológicas. Ao término de cada capítulo, conferiam-se ainda o número de questões, as razões numeradas, as referências, o início e o encerramento da seção. Na auditoria global, foram alinhados os 33 capítulos, 177 unidades de pergunta/resposta e 1.046 razões numeradas.

Critério de estilo e terminologia

Buscou-se um português brasileiro erudito e natural, preservando a solenidade, a densidade teológica e a força polêmica do original sem produzir um português seiscentista artificial. Relações causais, condicionais, adversativas e conclusivas foram preservadas com prioridade sobre a elegância estilística. Termos técnicos reformados, escolásticos, latinos e gregos foram mantidos de modo consistente, com conservação da forma original quando ela possuía função conceitual relevante. Repetições, enumerações e formulações controversistas de Dickson não foram suprimidas por mera preferência estilística.

Referências e citações bíblicas

As referências bíblicas foram preservadas conforme o testemunho textual adotado, salvo quando uma impossibilidade formal, um erro tipográfico inequívoco ou o cotejo documental fornecia base suficiente para uma emenda. As correções não foram feitas silenciosamente: os casos relevantes permanecem identificados no aparato. Quando Dickson reproduz ou parafraseia linguagem bíblica, a tradução procura verter aquilo que ele efetivamente escreveu, em vez de substituir automaticamente sua formulação por uma tradução bíblica portuguesa moderna. A King James Version foi consultada apenas em verificações pontuais de referências e não funcionou como texto substitutivo para as citações de Dickson.

Estabelecimento e controle do texto

O texto-base efetivamente traduzido foi a edição digital inglesa disponibilizada pela Monergism, em PDF de 299 páginas. Durante as revisões, erros, lacunas, duplicações e leituras problemáticas dessa fonte foram cotejados, conforme a necessidade, com testemunhos históricos ingleses de 1684, 1764 e 1787. Nenhum desses testemunhos foi tratado como infalível: as variantes foram avaliadas caso a caso, levando em conta o contexto, a estrutura argumentativa, a coerência gramatical e a evidência documental. Sempre que a edição moderna omitia material conservado por testemunhos históricos, a restauração foi feita somente quando havia sustentação textual suficiente e ficou registrada no aparato editorial.

Em etapa posterior, a edição moderna preparada por John R. de Witt para a Banner of Truth (2007) foi empregada como controle editorial complementar nos capítulos I–XXI, que eram os capítulos disponíveis na cópia digital utilizada no projeto. Esse cotejo não substituiu a fonte-base nem os testemunhos históricos e não foi apresentado como cotejo integral dos 33 capítulos. No segmento examinado, ele funcionou como verificação suplementar da transmissão inglesa.

Princípio editorial

Quando havia conflito entre elegância e integralidade, prevaleceu a integralidade; quando havia conflito entre uma interpretação teológica possível e o texto efetivamente transmitido, prevaleceu o texto. A edição preserva, portanto, as posições históricas do autor sem modernizá-las doutrinariamente, e distingue o texto de Dickson das intervenções editoriais desta tradução.

Modelos de inteligência artificial utilizados

A tradução, a revisão e os cotejos foram realizados com auxílio de modelos de linguagem da OpenAI em etapas distintas. Esses modelos foram empregados como instrumentos de tradução, comparação, revisão e controle editorial; não foram tratados como fontes textuais, testemunhos históricos ou autoridades críticas. As

decisões de emenda foram mantidas dependentes do texto inglês e dos testemunhos documentais descritos nesta nota.

GPT-5.6 Sol — foi utilizado em parte das sessões de trabalho do projeto e, de modo documentável na etapa final, no cotejo complementar da edição de leitura com o arquivo atribuído à edição De Witt/Banner de 2007 e na preparação editorial de encerramento.

GPT-6 Sol — foi empregado nas revisões de maior rigor e em cotejos críticos do inglês com o português, especialmente na avaliação de divergências, coerência terminológica e problemas que exigiam confronto com as edições históricas. Essa etapa serviu de ponte entre a revisão diagnóstica e a conferência final contínua.

GPT-6 Astra — foi utilizado em uma etapa complementar de revisão de alta exigência, como segunda leitura independente do texto já traduzido. Sua finalidade foi avaliar a qualidade global da tradução, a fidelidade ao inglês, a consistência teológica e terminológica, a fluência do português e possíveis omissões ou formulações que merecessem nova conferência. Suas observações funcionaram como controle adicional de qualidade e não como fonte textual autônoma; toda alteração relevante permaneceu subordinada ao original inglês e, quando necessário, ao cotejo com os testemunhos históricos utilizados no projeto.

Por transparência, a identificação dos modelos acima combina os registros preservados nos relatórios técnicos do projeto com o histórico das sessões de trabalho. A participação da inteligência artificial deve ser entendida como parte de um fluxo editorial controlado por fontes: tradução e revisão assistidas por modelos, seguidas de cotejo com o texto inglês, testemunhos históricos e controles documentais.

FONTES E OBRAS DE REFERÊNCIA

1. Texto-base efetivamente traduzido

DICKSON, David. *Truth's Victory Over Error*. Edição digital inglesa disponibilizada pela Monergism, PDF de 299 páginas. — Fonte inglesa moderna efetivamente utilizada para a tradução integral. As revisões posteriores demonstraram que esse arquivo contém problemas tipográficos, omissões e irregularidades editoriais que exigiram cotejo com testemunhos históricos.

2. Testemunhos históricos utilizados no cotejo textual

DICKSON, David [tradução inglesa de George Sinclair]. *Truth's Victory Over Error: Or, An Abridgement of the Chief Controversies in Religion*. Edinburgh: John Reid, 1684. — Consultada por meio da transcrição acadêmica EEBO–Text Creation Partnership, A35959 (ESTC R3405; Wing D1412). Foi um dos principais testemunhos para confirmar leituras, recuperar material e decidir emendas.

DICKSON, David. *Truth's Victory Over Error*. Glasgow: John Bryce, 1764. — Exemplar digital do Internet Archive, item truthoveoodick. O texto extraído serviu para localização de passagens, e páginas específicas foram conferidas visualmente nas decisões registradas no aparato.

DICKSON, David. *Truth's Victory Over Error: Or, True Principles of the Christian Religion, Stated and Vindicated*. Kilmarnock: John Wilson, 1787. — Exemplar histórico utilizado em cotejo textual e visual de passagens decisivas, especialmente na revisão das referências e de leituras corrompidas da fonte moderna.

3. Controle editorial moderno complementar

DICKSON, David. *Truth's Victory Over Error: A Commentary on the Westminster Confession of Faith*. Transcribed and edited by John R. de Witt. Edinburgh: The Banner of Truth Trust, 2007. — Utilizada posteriormente como controle editorial complementar nos capítulos I–XXI disponíveis na cópia digital do projeto. Não foi a fonte-base da tradução e não substituiu os testemunhos históricos.

4. Documento confessional e referências bíblicas de controle

WESTMINSTER ASSEMBLY. *The Westminster Confession of Faith*. 1646/1647. — A Confissão de Fé de Westminster foi usada como referência de terminologia e estrutura doutrinária. Na auditoria final, a edição disponibilizada pela Orthodox Presbyterian Church foi consultada em casos específicos, inclusive no cotejo de Westminster XVI.4 e de suas provas bíblicas.

THE HOLY BIBLE. *King James Version.* — Consultada de modo pontual para conferir passagens específicas durante a auditoria de referências, entre elas 1 Coríntios 11.25–26, Atos 8 e Romanos 3.21–22. Não foi usada para substituir automaticamente a redação bíblica presente em Dickson.

5. Fonte histórica e bibliográfica auxiliar

WODROW, Robert. *“A Short Account of the Life of the Reverend Mr. David Dickson.”* — Relato biográfico prefixado a edições posteriores da obra e presente no exemplar de 1787 consultado. Foi utilizado para contextualizar a história editorial e a atribuição da obra a David Dickson.

DICKSON, David. *Truth’s Victory Over Error.* Glasgow: John Bryce, 1772. — Edição localizada no Google Books e consultada apenas em nível bibliográfico; suas páginas não foram usadas para adjudicar variantes textuais nesta edição.

POST-REFORMATION DIGITAL LIBRARY (PRDL). Registro bibliográfico de David Dickson e de edições de *Truth’s Victory Over Error*. — Utilizado como instrumento auxiliar de localização bibliográfica, não como testemunho textual.

Nota de transparência sobre outras obras previstas no projeto

O protocolo inicial autorizava, em caso de dúvida real, consulta pontual a Richard A. Muller para terminologia latina, grega, reformada ou escolástica, e a Nicola Abbagnano para dificuldades filosóficas, lógicas ou metafísicas. Entretanto, os registros finais do projeto não documentam nenhuma emenda ou decisão específica da presente edição como dependente de uma obra determinada desses autores. Por essa razão, eles não são listados acima entre as fontes efetivamente utilizadas para estabelecer o texto.

—

Esta nota descreve o método efetivamente empregado no projeto e distingue deliberadamente o texto-base da tradução, os testemunhos de cotejo, os controles doutrinários e bíblicos e as consultas meramente bibliográficas.